Diário OFICIAL Executivo

Ano CXI

Edição Digital nº 11641 | 97 páginas
Curitiba, Quarta-feira, 17 de Abril de 2024

Sumário

Poder Executivo

Poder Executivo 03
Casa Civil 10

Secretarias de Estado

Secretaria da Administração e da Previdência 12
Secretaria da Agricultura e Abastecimento 15
Secretaria das Cidades 15
Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior 15
Secretaria da Cultura 31
Secretaria do Desenvolvimento Social e Família 31
Secretaria do Desenvolvimento Sustentável 41
Secretaria da Educação 43
Secretaria da Fazenda 58
Secretaria de Infraestrutura e Logística 60
Secretaria da Inovação, Modernização e Transformação Digital 60
Secretaria da Justiça e Cidadania 62
Secretaria da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa 74
Secretaria da Saúde 76
Secretaria da Segurança Pública 81
Secretaria do Trabalho, Qualificação e Renda 85
Secretaria do Turismo 96
Receita Estadual do Paraná 96

Administração Indireta - Entidades e Órgãos

Autarquias 97

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Poder Executivo Estadual

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

Governo do Estado

Governador
Carlos Massa Ratinho Junior

Vice-Governador
Darci Piana

Casa Civil
João Carlos Ortega — Chefe da Casa Civil
Maiquel Guilherme Zimann — Diretor-Geral

Procuradoria Geral do Estado
Luciano Borges dos Santos — Procurador-Geral
Lucia Helena Cachoeira — Diretora-Geral

Controladoria Geral do Estado
Luciana Carla da Silva Azevedo — Controladora-Geral
Ivo Ferreira Neto — Diretor-Geral

Chefia de Gabinete do Governador
Darlan Scalco — Chefe de Gabinete

Casa Militar
Tenente Coronel Marcos Antonio Tordoro — Chefe

Coordenadoria Estadual da Defesa Civil
Fernando Raimundo Schunig — Coordenador

Secretarias de Estado

Secretaria de Estado da Administração e da Previdência
Elisandro Pires Frigo — Secretário
Luiza Cabel Corteletti — Diretora-Geral

Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento
Norberto Anacleto Ortigara — Secretário
Richardson de Souza — Diretor-Geral

Secretaria de Estado das Cidades
Eduardo Pimentel Slavieiro — Secretário
Valdomiro Hrysay — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
Aldo Nelson Bona — Secretário
Jamil Abdanur Junior — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Comunicação
Cleber de Oliveira Mata — Secretário
Eduardo Pugnali Marcos — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Cultura
Luciana Casagrande Pereira Ferreira — Secretária
Elietti de Souza Vilela — Diretora-Geral

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família
Rogério Helias Carboni — Secretário
Luiza Marilda Pacheco Castagno Simonelli — Diretora-Geral

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável
Valdemar Bernardo Jorge — Secretário
Louise Da Costa e Silva Garnica — Diretora-Geral

Secretaria de Estado da Educação
Roni Miranda Vieira — Secretário
João Luiz Giona Junior — Diretor-Geral

Secretaria de Estado do Esporte
Hélio Renato Wirbiski — Secretário
Ilson Augusto Rhoden — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Fazenda
Renê de Oliveira Garcia Junior — Secretário
Marcia Cristina Rebonato do Valle — Diretora-Geral

Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Serviços
Ricardo José Magalhães Barros — Secretário
Christiano Souto Puppi — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística
Sandro Alex Cruz de Oliveira — Secretário
José Brustolin Neto — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Inovação, Modernização e Transformação Digital
Marcelo Rangel Cruz de Oliveira — Secretário
Jessica Thais Ieger — Diretora-Geral

Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania
Hilton Santin Roveda — Secretário
Rubia Marcieli de Lima Rossi — Diretora-Geral

Secretaria da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa
Leandre Dal Ponte — Secretária
Diego Buligon — Diretor-Geral

Secretaria de Estado do Planejamento
Luiz Augusto Silva — Secretário
Felipe Augusto Amador Flessak — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Saúde
Carlos Alberto Gebrim Preto — Secretário
Cesar Augusto Neves Luiz — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Segurança Pública
Hudson Leôncio Teixeira — Secretário
Adilson Luiz Lucas Prusse — Diretor-Geral

Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda
Mauro Rafael Moraes e Silva — Secretário
Kevin Luan Bossa — Diretor-Geral

Secretaria de Estado do Turismo
Marcio Fernando Nunes — Secretário
Camila Luiza Cunha Bernardo Aragão — Diretor-Geral

Imprensa Oficial

Departamento de Imprensa Oficial do Estado (DIOE)

Chefe do Departamento de Imprensa Oficial do Estado
Leonardo Weldt Franceschi
Praça Nossa Senhora de Salete, S/N
80530-909 | Centro Cívico | Curitiba | Paraná
Informações 41 3200-5002

Poder Executivo

Decreto nº 5513

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, em exercício, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, inciso V, da Constituição Estadual, e das autorizações contidas no art. 4º, da Lei Estadual nº 21.862, de 18 de dezembro de 2023, e no inciso VIII, § 1º, do art. 15, da Lei Estadual nº 21.587, de 14 de julho de 2023, e tendo em vista o contido nos protocolos nº 21.477.002-4, 21.477.360-0, 21.477.640-5, 21.478.264-2, 21.478.285-5, 21.476.950-6,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um Crédito Suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado, e alterado o detalhamento de obras e/ou demais entregas, no valor de R$ 46.737.516,00 (quarenta e seis milhões e setecentos e trinta e sete mil e quinhentos e dezesseis reais), de acordo com o Anexo I deste Decreto.

Art. 2º Servirá como recurso para cobertura de crédito de que trata o artigo anterior igual importância proveniente de Superávit Financeiro.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 17 de Abril de 2024, 203º da Independência e 136º da República.

Darci Piana
Governador do Estado, em exercício

Renê de Oliveira Garcia Júnior
Secretário de Estado da Fazenda

Anexo ao Decreto n° 5513 — Formalização 2024FC000261/Bloco1

ANEXO I - SUPLEMENTAÇÃO DA DESPESA

Órgão/UG/UO/ Programa de Trabalho	Grupo da Fonte	Fonte	Natureza	Cód. Meta Física	Descrição Meta Física	Região Intermediária	Município	Valor
22 - Secretaria de Estado da Inovação, Modernização e Transformação Digital								340.090,00
220000 - Secretaria de Estado da Inovação, Modernização e Transformação Digital								340.090,00
2202 - Diretoria Geral								340.090,00
F.22.02.19.122.09.8222 - Gestão Administrativa SEI								270.090,00
	50	500	3.3.90.33	0	Não definida	4100	9999999	70.090,00
	50	500	3.3.90.14	0	Não definida	4100	9999999	200.000,00
F.22.02.19.212.09.8629 - Apoio às Ações de Tecnologia, Pesquisa e Inovação								70.000,00
	50	500	3.3.90.40	0	Não definida	4101	9999999	70.000,00
27 - Secretaria de Estado da Administração e da Previdência								386.956,00
273600 - Loteria do Estado do Paraná								386.956,00
2736 - Loteria do Estado do Paraná								386.956,00
F.27.36.04.122.12.8042 - Gestão Administrativa LOTEPAR								386.956,00
	50	501	3.3.90.30	0	Não definida	4100	9999999	76.956,00
	50	501	3.3.90.35	0	Não definida	4100	9999999	310.000,00
39 - Secretaria de Estado da Segurança Pública								2.641.654,00
390000 - Secretaria de Estado da Segurança Pública								2.641.654,00
3914 - Polícia Científica								405.012,00
F.39.14.06.183.30.8079 - Ações da Polícia Científica								405.012,00
	50	501	3.3.90.39	0	Não definida	4100	9999999	405.012,00
3921 - Polícia Civil do Estado do Paraná								2.236.642,00
F.39.21.06.183.30.8497 - Ações da Polícia Judiciária								2.236.642,00
	50	501	3.3.90.14	1460	BOLETIM DE OCORRÊNCIA REGISTRADO	4100	9999999	2.050.000,00
	50	501	3.3.90.93	1466	EXPEDIÇÃO DE ATESTADO DE CADASTRO POSITIVO	4100	9999999	186.642,00
51 - Secretaria de Estado da Cultura								131.769,00
510000 - Secretaria de Estado da Cultura								131.769,00
5102 - Diretoria Geral								131.769,00
F.51.02.13.392.27.8392 - Fortalecimento das Políticas Públicas Culturais								131.769,00
	50	501	3.3.90.35	0	Não definida	4101	4106902	131.769,00
67 - Secretaria de Estado das Cidades								38.454.287,00
673100 - Agência de Assuntos Metropolitanos do Paraná								38.454.287,00
6731 - Agência de Assuntos Metropolitanos do Paraná								38.454.287,00
F.67.31.26.453.15.8082 - Transporte Metropolitano								38.454.287,00
	50	501	3.3.40.41	0	Não definida	4100	9999999	38.454.287,00
77 - Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística								4.782.760,00
773000 - Departamento de Estradas de Rodagem								4.782.760,00
7730 - Departamento de Estradas de Rodagem								4.782.760,00
F.77.30.26.122.17.8309 - Gestão Administrativa - DER								1.950.000,00
	50	501	3.3.90.39	0	Não definida	4100	9999999	1.950.000,00

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

F.77.30.26.782.17.8398 - Administração da manutenção e segurança do sistema rodoviário estadual								2.832.760,00
	70	720	3.3.90.30	0	Não definida	4100	9999999	2.832.760,00
						Total da Despesa Orçamento Fiscal e/ou Seguridade Social		46.737.516,00
							Total Geral	46.737.516,00

38997/2024

DECRETO Nº 5.514

Dispõe sobre a alteração, revogação e acréscimo de dispositivos normativos no Regulamento da Loteria do Estado do Paraná, constante do Anexo I do Decreto nº 10.843, de 26 de abril de 2022.

GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere os incisos V e VI do art. 87, e seu parágrafo único da Constituição Estadual e tendo em vista o disposto na Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, bem como o contido no protocolado nº 21.629.310-0,

DECRETA:

Art. 1º Altera o inciso V do §1º do art. 4º do Anexo I do Decreto nº 10.843, de 16 de abril de 2022, que passa a vigorar com a seguinte redação:

V - Plano lotérico: descritivo que trata do planejamento da exploração das modalidades lotéricas, objeto da delegação do serviço público, que detalha as atividades a serem implantadas devendo conter as condições gerais de cada produto lotérico, suas características e descrições;

Art. 2º Acrescenta os incisos VI, VII, VIII, IX, X, XI, XII, XIII e XIV ao § 1º do art. 4º do Anexo I do Decreto nº 10.843, de 2022, com as seguintes redações:

VI - Plano de jogo: regulamento aprovado pela LOTEPAR, que define um jogo a ser operacionalizado no sistema de jogos;

VII - Plano operacional: é o documento que descreve em detalhes as atividades e processos necessários para o funcionamento eficiente e eficaz de uma operação de loteria. Abrange todas as etapas desde a concepção e planejamento até a execução e controle das atividades relacionadas a comercialização de bilhetes e/ou apostas, realização de sorteios, pagamento de prêmios e gerenciamento geral da operação;

VIII - Receita Bruta do Jogo - GGR: é o valor total arrecadado com a comercialização dos produtos lotéricos, deduzido o *payout* no mesmo período, conforme definição do Decreto nº 2.434, de 7 de junho de 2023;

IX - Arrecadação total: valor proveniente da exploração dos produtos lotéricos;

X - Receita extraordinária: quaisquer receitas alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados do concessionário, decorrentes da exploração de atividade relacionada à receita/atividade principal e, de acordo com o art. 11 da Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, serão previstas em contrato e as atividades deverão ser autorizadas pela LOTEPAR, com observância à legislação de defesa do consumidor e à legislação de defesa da livre concorrência;

XI - Outorga: pagamento realizado pelo delegatário ao delegante em que um valor é estabelecido como contrapartida pelo direito de explorar e operar o serviço público de loterias, podendo a outorga ser fixa e/ou variável;

XII - *Payout:* conjunto de valores dos prêmios apurados, incluindo o Imposto de Renda quando incidente sobre os prêmios pagos aos apostadores;

XIII - *Royalties:* previsão de destinação de receita para o Estado do Paraná relativo ao direito de exploração do serviço de loterias;

XIV - Produto da arrecadação: resultado do total arrecadado com a comercialização dos produtos lotéricos.

Art. 3º Altera o §2º do art. 4º do Anexo I do Decreto nº 10.843, de 2022, que passa a vigorar com a seguinte redação:

§2º O montante destinado aos prêmios deverá constar expressamente no Plano Lotérico de cada Produto Lotérico, aprovado previamente pela LOTEPAR e a cada alteração, sempre respeitando os mínimos previstos em lei a fim de garantir a sua competitividade e eficiência, visando sempre atender ao interesse público do Estado.

Art. 4º Altera o inciso III do §3º do art. 4º do Anexo I do Decreto nº 10.843, de 2022, que passa a vigorar com a seguinte redação:

III - nos Produtos Lotéricos que envolvam sorteios ou premiação instantânea, os respectivos Planos Lotéricos deverão observar o *payout* mínimo destinado ao pagamento dos prêmios - cujos percentuais constam do Anexo I do Anexo I do Decreto nº 10.843 de 2022, e a periodicidade prevista em normativas divulgadas pela LOTEPAR, que assim como o próprio Estado, fica eximida dos riscos financeiros em eventual resultado negativo da operação.

Art. 5º Acrescenta o art. 6ºA ao Anexo I do Decreto nº 10.843, de 2022, com a seguinte redação:

Art. 6ºA Serão explorados, nos termos deste Regulamento e normas complementares, os produtos relacionados as modalidades lotéricas previstas na Legislação Federal, assim denominadas:
I - Espécie passiva: loteria em que o apostador adquire bilhete já numerado, em meio físico – impresso ou virtual - eletrônico;
II - Prognósticos numéricos: loteria em que o apostador tenta prever quais serão os números sorteados no concurso;
III - Prognóstico específico: loteria instituída pela Lei Federal nº 11.345, de 14 de setembro de 2006;
IV - Prognósticos esportivos: loteria em que o apostador tenta prever o resultado de eventos esportivos;
V - Instantânea: loteria que apresenta, de imediato, se o apostador foi ou não contemplado com alguma premiação;
VI - Aposta de quota fixa: sistema de apostas relativas a eventos reais ou virtuais em que é definido, no momento da efetivação da aposta, quanto o apostador pode ganhar em caso de acerto prognóstico, podendo ter por objeto:
a) eventos reais de temáticas esportivas;
b) eventos virtuais de jogos on-line.
§1º Respeitados os atos jurídicos perfeitos, as modalidades listadas neste dispositivo seguirão as leis que vierem substituir, modificar ou integrar a Legislação Federal.
§2º Os produtos desenvolvidos nos termos das modalidades lotéricas tratadas neste Regulamento deverão atender, minimamente, às seguintes disposições:
I - publicação das regras de cada produto lotérico, disponível no site próprio da loteria estadual, sítios eletrônicos dos delegatários, nos próprios produtos lotéricos;
II - previsão de práticas de controle à ludopatia, integridade, lisura e publicidade das apostas e dos sorteios, com a implantação e manutenção de um canal de atendimento ao consumidor;
III - cada produto lotérico terá a sua dinâmica de sorteio descrita previamente na cartela do produto e/ou em outros meios de maneira inequívoca, aqui considerado o conjunto de regras que define a quantidade e preço das apostas, a quantidade, qualidade e valor dos prêmios, a probabilidade de premiação, o prazo previsto de circulação, meios de comercialização, tecnologias empregadas e as demais especificações que compõem um produto lotérico e/ou série de sorteios e produtos.

Art. 6° Altera os §§ 1º e 4º do art. 9º do Anexo I do Decreto nº 10.843, de 2022, que passam a vigorar com as seguintes redações:

(...)
§1º Os percentuais para fins de cálculo do pagamento dos *royalties* devidos ao Estado do Paraná incidirão sobre a receita bruta do jogo - GGR, de modo que, a base de cálculo dos repasses de finalidade social ou outros, será sempre a receita destinada ao Estado do Paraná, oriunda sobre o percentual incidente sobre a receita bruta do jogo - GGR.
§4º Os operadores de loterias e de apostas do Estado do Paraná depositarão as quantias devidas ao Estado do Paraná, a título de *royalties*, até o último dia útil do mês subsequente ao vencido, em conta corrente específica, indicada pela LOTEPAR.

Art. 7° Altera o Anexo I do Anexo I do Decreto nº 10.843, de 2022, que passa a vigorar com a seguinte redação:

ANEXO I - Art.4°, §3°, inciso III

MODALIDADE LOTÉRICA	*PAYOUT* MÍNIMO
Prognóstico Numérico (baseados em sorteios) (físico)	45%
Numérico (baseados em sorteios) (on-line)	55%
Prognóstico Esportivo (físico)	55%
Prognóstico Esportivo (on-line)	65%

Prognóstico Específico (físico)	50%
Prognóstico Específico (on-line)	60%
Instantânea (físico)	55%
Instantânea (on-line)	65%
Passiva (físico)	60%
Passiva (on-line)	70%
Apostas de Quota Fixa (evento real de temática esportiva)	70%
Apostas de Quota Fixa (jogos on-line)	70%

Art. 8° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Revoga os seguintes dispositivos do Anexo I do Decreto nº 10.843, de 16 de abril de 2022:

I - os incisos I e II do §3º e o §4º do art. 4º;

II - o art. 6º;

III - os §§ 2º, 3º, 5º e 6º do art. 9º.

Curitiba, em 17 de abril de 2024, 203° da Independência e 136° da República.

DARCI PIANA
Governador do Estado em exercício

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

GUTO SILVA
Secretário de Estado do Planejamento

ELISANDRO PIRES FRIGO
Secretário da Administração e da Previdência

39001/2024

DECRETO Nº 5.515

Cumprimento de decisão judicial para tornar definitiva a nomeação de SUELI FARIAS GOMES.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e ainda, em cumprimento à decisão judicial proferida nos Autos n° 0049415-62.2022.8.16.0000, da 5ª Câmera Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, e o contido no protocolado nº 19.869.811-3,

DECRETA:

Art. 1º Torna definitiva a nomeação *sub judice* formalizada pelo Decreto nº 3.889, de 1º de novembro de 2023, de SUELI FARIAS GOMES, RG nº 6.631.766-8, no cargo de Agente Universitário de Apoio, na função de Auxiliar Operacional, Regime de Trabalho de 40 horas semanais, da Universidade Estadual de Londrina - UEL.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 17 de abril de 2024, 203° da Independência e 136° da República.

DARCI PIANA
Governador do Estado em exercício

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

ELISANDRO PIRES FRIGO
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

39003/2024

DECRETO Nº 5.516

Cumprimento de decisão judicial para retificar o Decreto nº 8.597, de 02 de setembro de 2021, que concedeu a Progressão por Antiguidade a servidora MARISTELA PEREIRA CARVALHO ZANÃO.

GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo, em cumprimento a decisão proferida nos Autos nº 0051478-18.2022.8.16.0014, do 1º Juizado Especial da Fazenda Pública de Londrina, consubstanciada no protocolado nº 21.416.822-7,

DECRETA:

Art. 1º Retifica o Anexo único do Decreto nº 8.597, de 2 de setembro de 2021, na parte que concedeu Progressão por Antiguidade, prevista no art. 19 da Lei nº 18.005 de 27 de março de 2014, à servidora a seguir relacionada, conforme segue:

NOME	ID	RG	LF	CARGO	CLASSE	REFERÊNCIA		A PARTIR DE
						DE	PARA	
MARISTELA PEREIRA CARVALHO ZANÃO	502739	130783090	1	Analista em C&T	B	4	5	07/10/2019

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 17 de abril de 2024, 203° da Independência e 136° da República.

DARCI PIANA
Governador do Estado em exercício

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

ELISANDRO PIRES FRIGO
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

39006/2024

DECRETO Nº 5.517

Cumprimento de decisão judicial para exoneração de TATIANE DE ARAUJO PORCIDES JOAQUIM, do cargo de Promotor de Saúde Execução, na função de Técnico de Enfermagem, do Quadro Próprio dos Servidores da Saúde.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista a decisão proferida nos Autos nº 0033644-22.2018.8.16.0182,

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

do 4° Juizado Especial da Fazenda Pública de Curitiba, e o contido no protocolo nº 15.336.221-1,

DECRETA:

Art. 1º Exonera TATIANE DE ARAUJO PORCIDES JOAQUIM, RG n° 125098509 – PR, Inscrição n° 38.806-8, do cargo de Promotor de Saúde Execução, na função de Técnico de Enfermagem, do Quadro Próprio dos Servidores da Saúde - QPSS, do Município de Paranaguá, nomeada provisoriamente pelo Decreto n° 11.504, de 25 de outubro de 2018, em atendimento a determinação judicial.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 17 de abril de 2024, 203° da Independência e 136° da República.

DARCI PIANA
Governador do Estado em exercício

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

ELISANDRO PIRES FRIGO
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

39007/2024

DECRETO Nº 5.518

Nomeia representantes para compor o Conselho Estadual de Economia Solidária.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições que lhe confere os incisos V e VI do art. 87 da Constituição Estadual, e tendo em vista o disposto na Lei nº 19.784, de 20 de dezembro de 2018, Decreto nº 3.932, de 27 de Janeiro de 2020, que regulamenta a Política de Economia Solidária no Estado do Paraná, bem como o contido no protocolo nº 21.988.571-7,

DECRETA:

Art. 1° Nomeia de acordo com o art. 25 da Lei nº 19.784, de 20 de dezembro de 2018, para integrarem o Conselho Estadual de Economia Solidária – CEES os seguintes representantes Governamentais, Empreendimentos Econômicos Solidários e Entidades de Apoio e Fomento, no período de 15 de dezembro de 2023 a 15 de dezembro de 2025, para mandato durante biênio 2024/2025:

I - Representantes do Poder Executivo Estadual:

a) MAURO RAFAEL MORAES E SILVA, RG nº 1.298.656-4, como membro titular e AMANDA CORREIA DOS SANTOS RG nº 10.825.870-6, como membro suplente;

b) RODRIANO DE SOUZA, RG nº 7.763.304-9, como membro titular e DESIREÉ BARBOSA SANTIAGO, RG nº 13.073.811-7, como membro suplente, da Superintendência Geral de Diálogo e Interação Social;

c) VALDENIR BATISTA VELOSO NETO, RG nº 7.676.269-4, como membro titular e MÁRCIA CRISTINA STOLARSKI, RG nº 2.091.824-1, como membro suplente, da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento.

II - Representantes de Empreendimentos Econômicos Solidários:

a) TÂNIA MARA JUBANSKI DOS SANTOS, RG nº 4.193.398-4, como membro titular e LUIS ALFREDO SLUSARZ, RG nº 3.477.560-5, como membro suplente, da Rede Paranaense de Economia Solidária Campo - Cidade/Rede Mandala;

b) EDSON LEONARDO PILATI, RG nº 12.484.532-7, como membro titular e ADILSON GUMIEIRO, RG nº 4.243.050-1, como membro suplente, da Cooperativa Mista de Agroindustrialização Comercialização da Agricultura Familiar e Reforma Agrária - COPERNATURINGÁ;

c) RONALDO JOSE MOREIRA, RG nº 12.721.199-8, como membro titular e MARILENE DA SILVA QUEIROZ, RG nº 5.681.810-3, como membro suplente, da Associação dos Artesãos de Cascavel - Ninhos das Artes.

III - Representantes de Entidades de Apoio e Fomento:

a) MARIA LUISA CARVALHO, RG nº 6.054.651-7, como membro titular e MARCOS ANTÔNIO SILVÉRIO, RG nº 3.832.049-1, como membro suplente, da Rede de Incubadoras Universitárias de Apoio e Fomento à Economia Solidária do Paraná - RIU/PR;

b) ROSANGELA RIGONI, RG nº 69.796.580-3, como membro titular e FRANCISCO JAVIER RODRIGUEZ TAYUPO, RNM nº F194706-I, como membro suplente, da Cáritas Brasileira – Regional Paraná;

c) MARIA DE FÁTIMA COSTAMILAN, RG nº 1.911.447-3, como membro titular e ANA MARIA LUCCA SANDRI, RG nº 3.034.505-3, como membro suplente, da ONG Moradia e Cidadania Paraná.

Art. 2° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 17 de abril de 2024, 203° da Independência e 136° da República.

DARCI PIANA
Governador do Estado em exercício

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

MAURO MORAES
Secretário de Estado do Trabalho,Qualificação e Renda

39009/2024

DECRETO Nº 5.519

Retifica o Decreto nº 5.502, de 16 de abril de 2024.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art. 1º Retifica o Decreto nº 5.502, de 16 de abril de 2024, a fim de constar que a nomeação de ANDREA DORINI SABBATO, RG nº 19.310.189-0 e a exoneração EMERSON GIELINSKI BACIL, RG nº 7.300.917-0, é a partir de 1º de maio de 2024.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 17 de abril de 2024, 203° da Independência e 136° da República.

DARCI PIANA
Governador do Estado em exercício

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

39017/2024

DECRETO Nº 5.520

Designação de ANDERSON MUNIZ CANIZELLA, para exercer função comissionada executiva da Secretaria de Estado do Turismo.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no protocolo nº 21.962.831-5,

DECRETA:

Art. 1º Designa, de acordo com o art. 73 da Lei nº 21.851, de 15 de dezembro de 2023, ANDERSON MUNIZ CANIZELLA, RG nº 6.545.598-6, para exercer a função comissionada executiva de Assessor – Símbolo FCE-4, da Secretaria de Estado do Turismo, ficando exonerada a partir de 31 de março de 2024, SANDRA NADJA CAMACHO, RG nº 2.027.536-7.

Art. 2º Exonera ANDERSON MUNIZ CANIZELLA, RG nº 6.545.598-6, da função comissionada executiva de Assessor – Símbolo FCE-10, da Secretaria de Estado da Educação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 17 de abril de 2024, 203° da Independência e 136° da República.

DARCI PIANA
Governador do Estado em exercício

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

MARCIO NUNES
Secretário de Estado do Turismo

39024/2024

DECRETO Nº 5.521

Nomeação de FERNANDA LUISA CASTRO RIBAS BUENO, para exercer cargo em comissão do Departamento de Trânsito do Paraná.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art. 1º Nomeia, de acordo com o inciso III do art. 24, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, FERNANDA LUISA CASTRO RIBAS BUENO, RG nº 13.949.393-1, para exercer, em comissão, o cargo, de Chefe de Ciretran Categoria C – Símbolo CCE-11, do Departamento de Trânsito do Paraná, no município de Reserva.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 17 de abril de 2024, 203° da Independência e 136° da República.

DARCI PIANA
Governador do Estado em exercício

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

39027/2024

DECRETO Nº 5.522

Transforma cargos comissionados executivos no âmbito do Poder Executivo Estadual.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 78 da Lei nº 21.851, de 15 de dezembro de 2023,

DECRETA:

Art. 1º Transforma, sem aumento de despesa, nos termos do art. 78 da Lei nº 21.851, de 15 de dezembro de 2023, os cargos comissionados executivos integrantes da estrutura organizacional do Poder Executivo Estadual, conforme segue:

- 1 (um) Cargo de Assessor - CCE-14 da Secretaria de Estado da Segurança Pública.	em	- 1 (um) Cargo de Assessor - CCE-13 para Casa Civil.

Parágrafo único. O saldo remanescente da transformação fica sob controle da Casa Civil, nos termos do Parágrafo único do art. 78 da Lei nº 21.851, de 2023, para operação de eventuais alterações futuras.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 17 de abril de 2024, 203° da Independência e 136° da República.

DARCI PIANA
Governador do Estado em exercício

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

39032/2024

DECRETO Nº 5.523

Transferência de cargo da Casa Civil para a Secretaria de Estado da Segurança Pública e nomeação para cargo em comissão da Casa Civil e da Secretaria de Estado da Segurança Pública.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art. 1º Transfere da estrutura organizacional da Casa Civil para a Secretaria de Estado da Segurança Pública, um cargo em comissão de Assessor – Símbolo CCE-11.

Art. 2º Nomeia, de acordo com o inciso III do art. 24, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, JOLDACIR RAIMUNDO, RG nº 6.520.707-9, para exercer, em comissão, o cargo de Assessor – Símbolo CCE-11, da Secretaria de Estado da Segurança Pública, ficando exonerado do cargo de Assessor - CCE-14.

Art. 3º Nomeia, de acordo com o inciso III do art. 24, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, JOHNNY DIAS AGUIAR, RG nº 8.892.323-5, para exercer, em comissão, o cargo de Assessor – Símbolo CCE-13, da Casa Civil.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 17 de abril de 2024, 203° da Independência e 136° da República.

DARCI PIANA
Governador do Estado em exercício

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

39036/2024

Decreto nº 5.524

Nomeações para funções comissionadas executivas da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no protocolo nº 22.024.677-9,

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

DECRETA:

Art. 1º Designa, de acordo com o art. 73 da Lei nº 21.851, de 15 de dezembro de 2023, para exercerem funções comissionadas executivas da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência:

SIMONE FREITAS, RG nº 4.103.783-0, Assessor – Símbolo FCE-14, ficando exonerada WALKIRIA RENATA CORREA, RG nº 6.913.983-3;

WALKIRIA RENATA CORREA, RG nº 6.913.983-3, Assessor – Símbolo FCE-10, ficando exonerada SIMONE FREITAS, RG nº 4.103.783-0.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 17 de abril de 2024, 203° da Independência e 136° da República.

DARCI PIANA
Governador do Estado em exercício

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

ELISANDRO PIRES FRIGO
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

39037/2024

DECRETO Nº 5.525

Nomeação de JOÃO LUCCAS THABET VENTURINE, para cargo em comissão da Secretaria de Estado da Saúde.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no protocolo nº 22.012.016-3,

DECRETA:

Art. 1º Nomeia, de acordo com o inciso III do art. 24 da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, JOÃO LUCCAS THABET VENTURINE, RG nº 7.317.930-0, para exercer, em comissão, o cargo de Diretor de Regional de Saúde – Símbolo CCE-5, da Secretaria de Estado da Saúde.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 17 de abril de 2024, 203° da Independência e 136° da República.

DARCI PIANA
Governador do Estado em exercício

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

CARLOS ALBERTO GEBRIM PRETO
Secretário de Estado da Saúde

39039/2024

DECRETO Nº 5.526

Nomeação de SAMUEL NATALINO INÁCIO, para cargo em comissão da Procuradoria Geral do Estado.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no protocolo nº 21.869.183-8,

DECRETA:

Art. 1º Nomeia, de acordo com o inciso III do art. 24 da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, SAMUEL NATALINO INÁCIO, RG nº 13.655.344-5, para exercer, em comissão, o cargo de Assessor - Símbolo CCE-13, da Procuradoria Geral do Estado, ficando exonerada, a partir de 14 de março de 2024, DANIELLE KANIA, RG nº 9.985.616-5.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 17 de abril de 2024, 203° da Independência e 136° da República.

DARCI PIANA
Governador do Estado em exercício

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

LUCIANO BORGES DOS SANTOS
Procurador-Geral do Estado

39043/2024

DECRETO Nº 5.527

Nomeação de ARTHUR JARLETTI GONÇALVES DE OLIVEIRA, para cargo em comissão da Procuradoria Geral do Estado.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no protocolo nº 21.949.201-4,

DECRETA:

Art. 1º Nomeia, de acordo com o inciso III do art. 24 da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, ARTHUR JARLETTI GONÇALVES DE OLIVEIRA, RG nº 8.894.810-6, para exercer, em comissão, o cargo de Assessor - Símbolo CCE-13, da Procuradoria Geral do Estado, ficando exonerada, a partir de 20 de março de 2024, MILENA CAROLINE CORDEIRO, RG nº 12.550.973-8.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 17 de abril de 2024, 203° da Independência e 136° da República.

DARCI PIANA
Governador do Estado em exercício

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

LUCIANO BORGES DOS SANTOS
Procurador-Geral do Estado

39045/2024

DECRETO Nº 5.528

Nomeação de DELYAN SULYVAN DE PAULA, para cargo em comissão da Secretaria de Estado da Saúde.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no protocolo nº 21.997.704-2,

DECRETA:

Art. 1º Nomeia, de acordo com o inciso III do art. 24 da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, DELYAN SULYVAN DE PAULA, RG nº 6.241.667-0, para exercer, em comissão, o cargo de Chefe de Seção de Regional de Saúde - Símbolo CCE-13, da Secretaria de Estado da Saúde, no Município de União da Vitória, ficando exonerado HUSSEIN BAKRI, RG nº 6.490.736-0.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 17 de abril de 2024, 203° da Independência e 136° da República.

DARCI PIANA
Governador do Estado em exercício

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

CARLOS ALBERTO GEBRIM PRETO
Secretário de Estado da Saúde

39047/2024

DECRETO Nº 5.529

Nomeação de YASMIN SOUZA NOVAK, para cargo em comissão do Departamento de Trânsito do Paraná.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art. 1º Nomeia, de acordo com o inciso III do art. 24 da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, YASMIN SOUZA NOVAK, RG nº 10.230.185-4, para exercer, em comissão, o cargo de Chefe de Ciretran Categoria B - Símbolo CCE-10, do Departamento de Trânsito do Paraná.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 17 de abril de 2024, 203° da Independência e 136° da República.

DARCI PIANA
Governador do Estado em exercício

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

39048/2024

DECRETO Nº 5.530

Nomeação de MAYARA MOREIRA, para cargo em comissão do Departamento de Trânsito do Paraná.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art. 1º Nomeia, de acordo com o inciso III do art. 24 da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, MAYARA MOREIRA, RG nº 10.784.197-0, para exercer, em comissão, o cargo de Assessor - Símbolo CCE-14, do Departamento de Trânsito do Paraná, no município de Carambeí, ficando exonerada LUCIANE APARECIDA CARNEIRO, RG nº 9.319.418-7.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 17 de abril de 2024, 203° da Independência e 136° da República.

DARCI PIANA
Governador do Estado em exercício

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

39051/2024

DECRETO Nº 5.531

Nomeação de MARTYAN KELLY SILVA MARTINS, para cargo em comissão da Secretaria de Estado da Saúde.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art. 1º Nomeia, de acordo com o inciso III do art. 24 da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, MARTYAN KELLY SILVA MARTINS, RG nº 9.305.805-4, para exercer, em comissão, o cargo de Chefe de Divisão - Símbolo CCE-10, da Secretaria de Estado da Saúde, no Município de Ponta Grossa.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 17 de abril de 2024, 203° da Independência e 136° da República.

DARCI PIANA
Governador do Estado em exercício

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

39052/2024

Despacho do Governador

DESPACHO DO GOVERNADOR DO ESTADO

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

21.926.650-2/24 - 1. De acordo com os elementos constantes no **PROTOCOLADO nº 21.926.650-2**, **RATIFICO**, nos termos do art. 4º, §1º, inc. IV, do Anexo, do Decreto Estadual nº 2.709/2019 a Resolução nº 75/2024, do Procurador-Geral do Estado. 2.**PUBLIQUE-SE** e encaminhe-se à Procuradoria Geral do Estado. Em 17/04/2024 (Enc. Proc. à PGE)

39010/2024

Despacho do Chefe da Casa Civil

DESPACHOS DO CHEFE DA CASA CIVIL

SECRETARIA DE ESTADO DO ESPORTE

21.954.308-5/24 1. De acordo com elementos constantes no **PROTOCOLADO nº 21.954.308-5, EXCEPCIONALIZO** as regras administrativas previstas no art. 14, §1º, I, II e III, do Decreto nº 2.428/2019, visando atender as necessidades da Secretaria de Estado do Esporte, especificamente retratada no caderno administrativo. 2. A autorização supra avalizou a questão do mérito administrativo (conveniência e oportunidade) com base nas

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

peças informativas encartadas no protocolado. A análise das questões financeiras e orçamentárias, assim como demais elementos técnicos é de competência do Titular do Órgão/ Entidade solicitante. 3. **PUBLIQUE-SE**. EM 17/04/2024 (Enc. Proc. à SEES).

CASA CIVIL

21.919.805-1/24 **OBJETO** Aquisição de utensílios domésticos, conforme disposto no termo de referência. **JUSTIFICATIVA** Atendimento de demandas da Copa da Casa Civil. **AMPARO LEGAL** Dispensa de Licitação com fulcro no Art. 75, II, da Lei Federal nº 14.133/2021. **VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO** R$ 2.544,60 (dois mil, quinhentos e quarenta e quatro reais e sessenta centavos). De acordo com os elementos de instrução constantes no **PROTOCOLADO nº 21.919.805-1**, **AUTORIZO** a contratação direta, nos termos do art. 4º, XV, da Lei Estadual nº 21.352/2023 c/c art. 149, do Decreto nº. 10.086/2022. **PUBLIQUE-SE** e encaminhe-se ao Núcleo Administrativo Setorial para as demais providências. EM 17/04/2024 (Enc. Proc. à CC/NAS).

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO

21.951.086-1/24 **1.** De acordo com elementos constantes no **PROTOCOLADO nº 21.951.086-1, EXCEPCIONALIZO** as regras administrativas previstas no art. 14, §1º, III, do Decreto nº 2.428/2019, visando atender as necessidades da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná - ADAPAR, especificamente retratada no caderno administrativo. 2.A autorização supra avalizou a questão do mérito administrativo (conveniência e oportunidade) com base nas peças informativas encartadas no protocolado. A análise das questões financeiras e orçamentárias, assim como demais elementos técnicos é de competência do Titular do Órgão/ Entidade solicitante. 3. **PUBLIQUE-SE**. EM 17/04/2024 (Enc. Proc. à ADAPAR).

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

21.843.138-0/24 **1.** À vista dos elementos de instrução do **PROTOCOLADO nº 21.843.138-0** e considerando o caráter discricionário da pretensão administrativa, aliada à competência prevista no art. 1º, inc. II, do Decreto Estadual nº 10.432/2014, **AUTORIZO** o afastamento da servidora **CAMILA STEPHANES GOULART JORGE** – RG nº 15.285.845-0, com ônus limitados aos vencimentos, a fim de participar do Congresso Mundial de Hemofilia, que será realizado em Madri na Espanha, no período de 21 a 24 de abril de 2024. 2. Para o *decisum* administrativo acima foi examinado apenas o mérito administrativo, sob o aspecto da conveniência e da oportunidade, a subsunção fática às normas legais e regulamentares foram realizadas exclusivamente pelo Órgão de origem. 3. **PUBLIQUE-SE** e encaminhe-se à origem para as providências legais. EM 17/04/2024 (Enc. Proc. à SESA).

39013/2024

Casa Civil

RESOLUÇÃO nº 652

Designa CAMILA CRISTINA LEITE para exercer suas atividades junto à Secretaria de Estado da Educação – SEED

O CHEFE DA CASA CIVIL, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º Designar, nos termos do Decreto nº 3.533, de 29 de novembro de 2019, a servidora CAMILA CRISTINA LEITE, RG nº 12.817.78-9, nomeada pelo Decreto nº 5.441, de 9 de abril de 2024, na Casa Civil, para exercer suas atividades junto à Secretaria de Estado da Educação – SEED.

Art. 2º Eventuais despesas da servidora designada com diárias e passagens ficarão a cargo do órgão de destino.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 17 de abril de 2024

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

39018/2024

RESOLUÇÃO nº 653

Torna sem efeito a Resolução nº 649, de 9 de abril de 2024.

O CHEFE DA CASA CIVIL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Resolução nº 649, de 9 de abril de 2024, que designou o servidor JOSÉ HELIO SANDRI MUDRACK, RG nº 14.821.869-2, nomeado pelo Decreto nº 5.416, de 9 de abril de 2024, na Casa Civil, para exercer suas atividades junto ao Departamento de Trânsito do Paraná – DETRAN - 50ª CIRETRAN – Faxinal.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 17 de abril de 2024

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

39022/2024

RESOLUÇÃO nº 654

Designa membros para integrar Comissão Interinstitucional com o objetivo de analisar e debater sobre o acesso de advogados ao Sistema E-protocolo Digital, bem como debater e sugerir medidas de aperfeiçoamento e fomento a políticas e estratégicas relacionadas à transparência dos processos administrativos do Poder Executivo.

O CHEFE DA CASA CIVIL, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no Decreto nº 2.076, de 18 de maio de 2023, que instituiu Comissão Interinstitucional com o objetivo de analisar e debater sobre o acesso de advogados ao Sistema E-protocolo Digital, bem como debater e sugerir medidas de aperfeiçoamento e fomento a políticas e estratégicas relacionadas à transparência dos processos administrativos do Poder Executivo e,

considerando o contido no protocolado nº 21.800.368-0,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os membros abaixo relacionados para integrar Comissão Interinstitucional, instituída pelo Decreto nº 2.076, de 18 de maio de 2023:

I - Casa Civil:
a) PAULO MATEUS CHIARELLI, RG nº 13.244.970-8 – Titular;
b) LEONARDO SILVEIRA DE SOUZA, RG nº 15.945.301-4 – Suplente.

II - Procuradoria Geral do Estado – PGE:
a) DIOGO LUIZ CORDEIRO RODRIGUES, RG nº 13.538.579-4 – Titular.
b) DAVIDSON BENJAMIM LESSA MENDES, RG nº 14.159.170-3 – Suplente.

III - Secretaria de Estado da Administração e da Previdência – SEAP:
a) LUIZA CABEL CORTELETTI, RG nº 9.003.617-3 – Titular;
b) NÚBIA CARINA DE OLIVEIRA, RG nº 6.954.267-0 – Suplente.

IV - Controladoria Geral do Estado – CGE:
a) MINEIA LUCKFETT DE OLIVEIRA, RG nº 15.532.298-5 – Titular;

V - Ordem dos Advogados do Brasil – OAB – Seção do Paraná:
a) PATRÍCIA SANTOS PRÉCOMA PELLANDA, inscrita na OAB/PR sob nº 61.845 – Titular.

Art. 2º A coordenação da Comissão Interinstitucional será exercida pelo representante titular da Procuradoria Geral do Estado – PGE.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 17 de abril de 2024

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

39025/2024

RESOLUÇÃO nº 655

Designa ANDREIA APARECIDA DA ROSA LINKE para desempenhar suas atividades junto à Secretaria de Estado do Turismo – SETU e revoga a Resolução nº 539, de 15 de janeiro de 2024

O CHEFE DA CASA CIVIL, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º Designar, nos termos do Decreto nº 1.057, de 28 de março de 2023, a servidora ANDREIA APARECIDA DA ROSA LINKE, RG nº 10.910.434-5, nomeada pelo Decreto nº 69, de 5 de janeiro de 2023, na Secretaria de Estado da Educação – SEED e reconduzida pelo Art. 2º do Decreto nº 4.468, de 18 de dezembro de 2023, para desempenhar suas atividades junto à Secretaria de Estado do Turismo – SETU, ficando revogada sua designação para o Instituto Água e Terra – IAT-Guarapuava, efetivada pela Resolução nº 539, de 15 de janeiro de 2024.

Art. 2º Eventuais despesas da servidora designada com diárias e passagens ficarão a cargo do órgão de destino.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 17 de abril de 2024

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

39026/2024

RESOLUÇÃO nº 656

Designa OSCAR SILVA para desempenhar suas atividades junto à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família – SEDEF e revoga a Resolução nº 631, de 20 de março de 2024

O CHEFE DA CASA CIVIL, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º Designar, nos termos do Decreto nº 1.057, de 28 de março de 2023, o servidor OSCAR SILVA, RG nº 7.362.935-7, nomeado pelo Decreto nº 70, de 5 de janeiro de 2023, no Departamento de Trânsito do Paraná – DETRAN e reconduzido pelo Decreto nº 4.468, de 18 de dezembro de 2023, para exercer, a partir do dia 9 de abril de 2024, suas atividades junto à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família – SEDEF, ficando revogada sua designação para a Agência de Assuntos Metropolitanos do Paraná – AMEP, efetivada pela Resolução nº 631, de 20 de março de 2024.

Art. 2º Eventuais despesas do servidor designado com diárias e passagens ficarão a cargo do órgão de destino.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 17 de abril de 2024

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

39029/2024

PORTARIA nº 58

Designa ROSICLEIA MASSANEIRO, para exercer interinamente a função de Chefe do Departamento de Imprensa Oficial do Estado – DIOE

O DIRETOR-GERAL DA CASA CIVIL, no uso de suas atribuições legais e considerando o contido no protocolado nº 22.025.469-0,

RESOLVE:

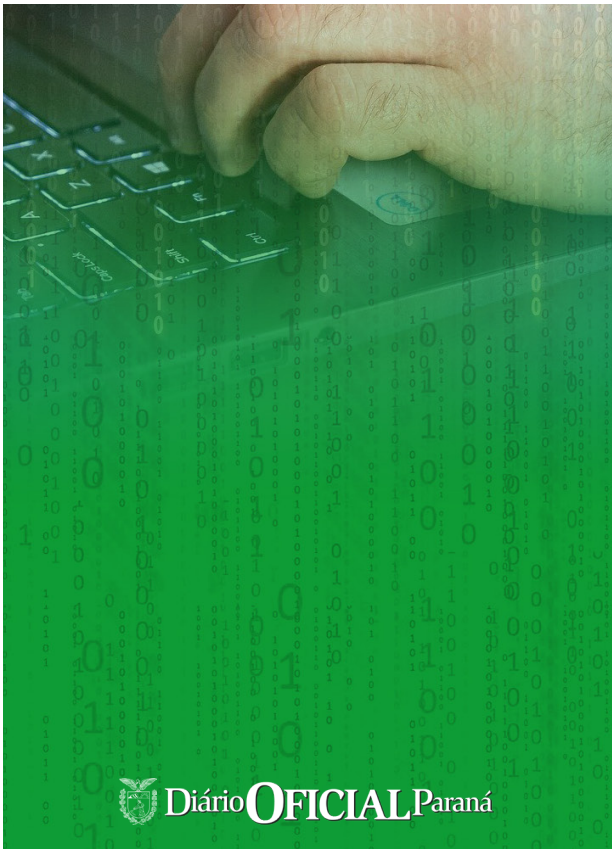
Art. 1º Designar a servidora ROSICLEIA MASSANEIRO, RG nº 5.000.381-7, para exercer, interinamente e sem prejuízo de suas funções, pelas atribuições da função de Chefe do Departamento de Imprensa Oficial do Estado – DIOE, enquanto perdurar as férias do titular da função, servidor LEONARDO WELDT FRANCESCHI, RG nº 6.232.232-2, a partir do dia 16 de abril de 2024.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 17 de abril de 2024

MAIQUEL GUILHERME ZIMANN
Diretor-Geral da Casa Civil

39031/2024





Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

DETRAN

PORTARIA N.º 556/2024 – DP

O Diretor Presidente do Departamento de Trânsito do Estado do Paraná - DETRAN/PR, usando de suas competências na forma da Lei e;
CONSIDERANDO o disposto na Lei n 9.503 de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro – CTB;
CONSIDERANDO a competência estabelecida no artigo 22, inciso X, do Código de Trânsito Brasileiro, referente ao credenciamento de órgãos ou entidades para atividades previstas na legislação de trânsito;
CONSIDERANDO o que consta na Portaria n.º 1.460/2023-DP;
CONSIDERANDO o contido no protocolo de nº 21.835.778-4, resolve:
HABILITAR
Art. 1º. ALAERCIO SCHIAVONI, portador do Cadastro de Pessoa Física nº 199.597.459-53, para o exercício da função de Despachante Documentalista de Veículos Terrestres junto ao Departamento de Trânsito do Estado do Paraná – DETRAN/PR, sob a matrícula nº 913062-4.
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º. Cumpra-se obedecendo-se as formalidades legais.
PUBLIQUE-SE.
ANOTE-SE.

Curitiba, *datado e assinado eletronicamente.*
Adriano Furtado
Diretor Presidente do DETRAN-PR

37445/2024

PORTARIA N.º 251/2024-DP

O DIRETOR-PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO – DETRAN/PR, no uso de suas atribuições legais, e;
CONSIDERANDO o disposto na Lei Estadual nº 20.656, de 03 de agosto de 2021, que estabelece normas gerais e procedimentos especiais sobre atos e processos administrativos que não tenham disciplina legal específica, no âmbito do Estado do Paraná, estabelecendo o regime jurídico dos funcionários civis do Poder Executivo do Estado do Paraná; e
CONSIDERANDO o contido no protocolado nº 19.195.704-0, Informação nº 114/2022-AJU, Informação nº 365/2023 – AT/GAB-PGE e Despacho nº 287/2023-AJU,
RESOLVE
Art. 1º – SOBRESTAR o Processo Administrativo instaurado em face da Despachante de Trânsito:
MARA BEATRIZ MONTAGNA, Matrícula nº 13.33.018-2, credenciada para exercer suas atividades no Município de Medianeira/PR, instaurado pela Portaria nº 655/2022–DG, publicada no DIOE nº 11214, em data de 11/07/2022.
Art. 2ª – Até que ocorra o Julgamento dos Recursos restritos à ADIN nº 6724;
Art. 3ª – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado do Paraná.
Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.
Gabinete do Diretor-Presidente, em 28 de fevereiro de 2024.

(Assinado eletronicamente)
Adriano Furtado,
Diretor-Presidente do DETRAN/PR

37068/2024

Secretaria da Administração e da Previdência

EXTRATO DOS ATOS EMITIDOS PELA DIVISAO DE CADASTRO DE RECURSOS HUMANOS - SEAP

0 O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES, TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N° 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2.000 E CONSIDERANDO O DISPOSTO NO ARTIGO 3° DA EMENDA CONSTITUCIONAL N° 41, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2.003 E RESOLUÇÃO N° 3.837 DE 15 DE JUNHO DE 2.004. RESOLVE CONCEDER, AOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADO O ABONO DE PERMANÊNCIA EM VALOR EQUIVALENTE À RESPECTIVA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA.

RESOLUÇÃO N. 5031 12/04/2024

PROTOCOLO	NOME	RG	LF	ÓRGÃO	A PARTIR
219001797	AILTON BATISTA VIEIRA FILHO	11813941	1	SEED	
219649738	AMALIA CRISTINA TIBURCIO	48552668	92	SEED	
219562357	ANTONIO CARLOS RODRIGUES	39307545	1	DETRAN	
219696167	ARILDA MARIA VIANA AFONSO	52258979	1	SEED	
218927416	CELIA MARIA ANTONIACOMI COSTA	42719218	1	SEED	
219598335	ELIANE ANTUNES	55087091	92	SEED	
219278691	FLORENTINO HORACIO NEVES TEIXEIRA	79359270	1	SEED	
219090064	IVONETE APARECIDA DE ALMEIDA URBANO	43374109	1	SEED	
218604900	JOANA DE FATIMA DA SILVA SIMERMANN	40272658	1	SEED	
219877738	LEILA REGINA CRACCO	56471626	1	SEED	
219198523	LEISA MOREIRA MELHORETTO NIEHUES	58029084	1	CEPR	
218858716	LUIZ CEZAR SUEKE DE OLIVEIRA	21740900	2	SEED	
219805543	MARA BILK DE ATHAYDE	38899937	1	SEED	
219513267	VALDENOR PEREIRA DO NASCIMENTO	33900899	1	REPR	

36789/2024

EXTRATO DOS ATOS EMITIDOS PELA DIVISAO DE CADASTRO DE RECURSOS HUMANOS - SEAP

0 O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES, TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N° 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2.000 E CONSIDERANDO O DISPOSTO NO ARTIGO 3° DA EMENDA CONSTITUCIONAL N° 41, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2.003 E RESOLUÇÃO N° 3.837 DE 15 DE JUNHO DE 2.004. RESOLVE CONCEDER, AOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADO O ABONO DE PERMANÊNCIA EM VALOR EQUIVALENTE À RESPECTIVA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA.

RESOLUÇÃO N. 5032 12/04/2024

PROTOCOLO	NOME	RG	LF	ÓRGÃO	A PARTIR
214709210	MARCOS ANTONIO BEVILAQUA	38181106	1	SEED	
211072970	MARIA LUCIA CORSI DE AGUIAR	42897043	1	SEED	
219320086	MARINEZ LORENCI	58489719	1	SEED	
218954901	NELSA DE ANDRADE MORAES	13635471	1	SEED	
219747950	NEUZA MARIA VICENTINI	70549069	1	SEED	
219575890	ODILAIR DE FATIMA ZANIOLO	61036288	1	SEED	
219696426	REGINA CELIA CARNEIRO COSTA SOLAK	32809120	1	SEED	
218279333	REGINALDO ANTONIO VIANA FRANCO	18693054	1	SEED	
219301871	ROSEMERI BOFF SOVERNIGO	47691052	1	SEED	
219294034	RUBI GONCALVES DA MAIA	40342206	21	SEED	
213535277	SEBASTIAO PEREIRA DOS SANTOS	17340883	90	SEED	
218932096	TEREZINHA DO PILAR DAVID SANTOS	38482050	91	SEED	
218757766	VIVIANE APARECIDA KOUPAK SANCHES	50426343	1	SEED	

36820/2024

EXTRATO DOS ATOS EMITIDOS PELA DIVISAO DE CADASTRO DE RECURSOS HUMANOS - SEAP

0 O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES E TENDO EM VISTA O DISPOSTO NO DECRETO N° 2.491, DE 23 DE JANEIRO DE 1984, RESOLVE EXONERAR A PEDIDO DE ACORDO COM O ARTIGO 124, DA LEI N° 6174, DE 16 DE NOVEMBRO DE 1970, OS FUNCIONÁRIOS ABAIXO RELACIONADOS:

RESOLUÇÃO N. 5030 12/04/2024

NOME	RG	LF	CARGO	PROTOCOLO	A PARTIR	ORGAO
NATHALIA DOS SANTOS ARAUJO	89955084	2	NAII	219675933	03/04/2024	FUNSAUDE

36821/2024

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Resolução SEAP nº. 5033

O Secretário de Estado da Administração e da Previdência, no uso de suas atribuições, tendo em vista o contido no Decreto nº 1.748, de 24 de janeiro de 2.000.

R E S O L V E

Conceder, aos servidores abaixo relacionados o Abono de Permanência em valor equivalente à respectiva contribuição previdenciária.

PROTOCOLO	NOME	ORGÃO
21.947.390-7	MARCOS JOSE GUIRADO DA SILVA	UEM
21.922.655-1	JAIME LUIZ LOPES PEREIRA	UEM
21.912.258-6	LIANA RIBEIRO ZANZARINI	UEM
21.966.285-8	ANA CRISTINA OLTRAMARI TOLEDO	UEPG
21.953.142-7	LAERCIO DE OLIVEIRA	SESP

Curitiba, 12 de abril de 2024

Elisandro Pires Frigo
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Resolução SEAP nº. 5034

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 1748 de 24 de janeiro de 2.000.

R E S O L V E

Conceder aposentadoria voluntária a TEREZINHA MOZOLOWCZ, R.G 4.058.931-7, LF01, ocupante do cargo de Agente Universitário, UEPG, de acordo com o Artigo 4º, incisos I a V da Emenda Constitucional 45/2019; art. 10 da EC nº 45/2019 c/c art. 26 da EC 103/2019. Valor dos proventos R$ 2.284,71 (Dois mil, duzentos e oitenta e quatro reais e setenta e um centavos). Cálculos de fls. 107 – PRPREV.
Protocolo nº 21.259.420-2.

Curitiba, 12 de abril de 2024

Elisandro Pires Frigo
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Resolução SEAP nº. 5035

O Secretário de Estado da Administração e da Previdência, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no Decreto nº 1748 de 24 de janeiro de 2000,

R E S O L V E:

Proceder a revisão dos proventos de inatividade, de LUIZ JOSE DA SILVA, RG. nº 3.239.275-0, LF 01, Agente Universitário, UEM, em cumprimento de ordem judicial autos nº 0000228-59.2006.8.16.0190, conforme cálculo de fls. 174 – PRPREV. Valor dos proventos R$ 6.928,28 (Seis mil, novecentos e vinte e oito reais e vinte e oito centavos). Calculo elaborado à época da aposentadoria.
Protocolo nº 21.110.988-2.

Curitiba, 12 de abril de 2024

Elisandro Pires Frigo
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Resolução SEAP nº. 5036

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 2.491, de 23 de janeiro de 1984,

R E S O L V E

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Tornar sem efeito, a Resolução nº 1783 de 30/05/2023, em favor de PEDRO LEITE DA SILVA, RG 3756.004-9, Investigador de Polícia 2ª Classe, LF 01, SESP, restabelecendo os efeitos da Resolução nº 9014 de 01/04/2013, em cumprimento aos autos nº 0001421-49.2023.8.16.0179.
Protocolo n° 20.405.397-9.

Curitiba, 12 de abril de 2024.

Elisandro Pires Frigo
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

37081/2024

RESOLUÇÃO CONJUNTA SEAP/SEAB/IDR N° 350/2024

Cumprimento de ordem judicial para retificar a progressão por Avaliação de Desempenho do servidor TIAGO SANTOS TELLES.

O **Secretário de Estado da Administração e da Previdência**, o **Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento** e o **Diretor-Presidente do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – IAPAR - EMATER**, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 90 da Constituição do Estado do Paraná, observada a Lei Estadual nº 21.352 de 01 de janeiro de 2023, a Lei Estadual nº 18.005 de 27 de março de 2014, o disposto no Ofício nº 434/2024 – PGE/PRE, nos termos do Mandado Judicial – Autos Nº 0039714-35.2022.8.16.0014 do 1º Juizado Especial da Vara da Fazenda Pública de Londrina e o contido no protocolado sob o nº 21.833.264-1,

RESOLVEM:

Art. 1º Retificar, por força de decisão judicial, o anexo único da RESOLUÇÃO CONJUNTA SEAP/SEAB/IAPAR Nº 313 de 13 de julho de 2018, publicada no Diário Oficial do Estado, Edição nº 10232, em 17 de julho de 2018, que concedeu a Progressão por Avaliação de Desempenho prevista no art. 30 da Lei Estadual nº 18.005 de 27 de março de 2014, conforme segue:

NOME	ID	RG	LF	CARGO	CLASSE	REFERÊNCIA		A PARTIR DE
						DE	PARA	
TIAGO SANTOS TELLES	263708	83859377	2	PESQUISADOR	B	6	7	**09/02/2018**

Art. 2º Esta Resolução Conjunta entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 11 de abril de 2024.

ELISANDRO PIRES FRIGO
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

NORBERTO ANACLETO ORTIGARA
Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento

VÂNIA MODA CIRINO
Diretora Presidente Substituta do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – IAPAR-EMATER – Portaria 076/2024

37968/2024

LOTTOPAR

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
LOTERIA DO ESTADO DO PARANÁ – LOTTOPAR
PROTOCOLO Nº 22.012.988-8

PORTARIA N° 031/2024 – LOTTOPAR

O **DIRETOR PRESIDENTE DA LOTERIA DO ESTADO DO PARANÁ – LOTTOPAR**, no uso de suas atribuições legais e considerando:

a) O disposto na Lei 20.945, de 20 de dezembro de 2021 e o Art. 13 do Decreto 10.843 de 26 de abril de 2022;

b) Considerando a Resolução n° 55 da CGE de 2021, a Instrução Normativa n.° 01 de 2024 e a Instrução Normativa n.° 06 de 2024.

Art. 1° APROVAR o Plano de Trabalho Anual do Agente de Transparência, da Unidade de Controle Interno, Compliance e Ouvidoria (UCCO) da Loteria do Estado do Paraná – LOTTOPAR, pertinentes às atividades que serão executadas no âmbito da pasta, no exercício de 2024.

Art. 2° A íntegra dos referidos planos está disponível para consulta no portal institucional da LOTTOPAR, no endereço: https://www.lottopar.pr.gov.br/Pagina/Planejamento-Transparencia

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se,
Cumpra-se.

Curitiba, 15 de abril 2024.

Daniel Romanowski
Diretor-Presidente

RESOLVE **37625/2024**

Secretaria da Agricultura e do Abastecimento

ADAPAR

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO PARANÁ - ADAPAR GERÊNCIA DE APOIO TÉCNICO - GAT PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, originários das Gerências de Sanidade Vegetal, Trânsito Agropecuário, Saúde Animal e Inspeção de Produtos de Origem Animal e suas respectivas DECISÕES, promulgadas pela AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO PARANÁ-ADAPAR, calcadas nas LEIS n°s. 7827/83, 7802/89, 8014/84, 9818/91, 10711/03, 11200/95, 9056/89, 11200/95, 11504/96, 10799/94; DECRETOS n°s. 24114/34, 3876/84, 98816/90, 4074/02, 6120/85, 4154/94, 5153/04, 3287/97, 6710/90, 2792/96, 12029/14 e 3005/00 e demais ATOS COMPLEMENTARES.
As multas não quitadas serão inscritas no Cadastro de Inadimplentes - CADIN/Dívida Ativa.
O DIRETOR DE DEFESA AGROPECUÁRIA, examinando os presentes AUTOS DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, julga procedentes as AUTUAÇÕES e aplica as seguintes SANÇÕES:

Auto de Infração nº **95957**, Protocolo nº **207383848**, contra **IMPROPEL INDUSTRIA DE PRODUTOS DA PECUÁRIA LTDA**, Município de **CAMPO LARGO - PR**. DECISÃO: **Multa - R$ 1.231,11**.
Auto de Infração nº **7467**, Protocolo nº **215201163**, contra **AGROPECUARIA RECANTO DO ANIMAL LTDA - ME**, Município de **ANDIRÁ - PR**. DECISÃO: **Advertência**.
Auto de Infração nº **40354**, Protocolo nº **212157953**, contra **G UM TRANSPORTES LTDA.**, Município de **PONTA GROSSA - PR**. DECISÃO: **Advertência**.
Auto de Infração nº **38611**, Protocolo nº **214599562**, contra **ROBERTO SANT ANNA JUNIOR**, Município de **MARIÁPOLIS - SP**. DECISÃO: **Multa - R$ 1.367,90**.
Auto de Infração nº **51785**, Protocolo nº **210063935**, contra **KOROBINSKI & CIA LTDA**, Município de **LARANJEIRAS DO SUL - PR**. DECISÃO: **Arquivamento por Nulidade/Improcedência**.
Auto de Infração nº **58321**, Protocolo nº **211197960**, contra **CELSO AUGUSTO QUINZANI MILAN**, Município de **MARINGÁ - PR**. DECISÃO: **Multa - R$ 25.990,10**.
Auto de Infração nº **97790**, Protocolo nº **215186784**, contra **AGROMANGA - AGROPECUARIA LTDA - ME**, Município de **MANGUEIRINHA - PR**. DECISÃO: **Advertência**.
Auto de Infração nº **83161**, Protocolo nº **213500198**, contra **ROSANE NAOMI KOGA TOKUNAGA**, Município de **ASSIS CHATEAUBRIAND - PR**. DECISÃO: **Advertência**.
Auto de Infração nº **40046**, Protocolo nº **214087626**, contra **ZENIRSO JOSE BASSETTO E CIA. LTDA.**, Município de **PEABIRU - PR**. DECISÃO: **Multa - R$ 2.051,85**.
Auto de Infração nº **15120**, Protocolo nº **162807030**, contra **EDSON DE LIMA**, Município de **JAPIRA - PR**. DECISÃO: **Arquivamento por prescrição**.
Auto de Infração nº **42564**, Protocolo nº **214247119**, contra **JOSE SEBASTIAO LEMES**, Município de **RESERVA - PR**. DECISÃO: **Multa - R$ 1.367,90**.
Auto de Infração nº **40047**, Protocolo nº **214088126**, contra **MFE MULTMARCAS LTDA**, Município de **FÊNIX - PR**. DECISÃO: **Multa - R$ 1.641,48**.
Auto de Infração nº **76762**, Protocolo nº **213485091**, contra **WAGNERN LUIZ SCOLARO**, Município de **SÃO JOSÉ DOS PINHAIS - PR**. DECISÃO: **Multa - R$ 1.367,90**.
Auto de Infração nº **38248**, Protocolo nº **214821648**, contra **SOCIEDADE RURAL DO OESTE DO PARANA**, Município de **CASCAVEL - PR**. DECISÃO: **Multa - R$ 1.231,11**.
Auto de Infração nº **105344**, Protocolo nº **212023469**, contra **NILTON DA SILVA**, Município de **SANTA ROSA DO SUL - SC**. DECISÃO: **Multa - R$ 2.658,60**.
Auto de Infração nº **33772**, Protocolo nº **215194876**, contra **COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E CONSUMO CONCORDIA**, Município de **ENÉAS MARQUES - PR**. DECISÃO: **Multa - R$ 8.207,40**.
Auto de Infração nº **36806**, Protocolo nº **214677156**, contra **L A BERTOLINO FILHO AÇOUGUE**, Município de **IBIPORÃ - PR**. DECISÃO: **Multa - R$ 8.207,40**.
Auto de Infração nº **88394**, Protocolo nº **211416297**, contra **MARINISE DEGRAF BATISTA ROSAS**, Município de **PONTA GROSSA - PR**. DECISÃO: **Multa - R$ 8.617,77**.
Auto de Infração nº **7468**, Protocolo nº **215201457**, contra **AMADEU VITORIO SBALQUEIRO ME**, Município de **BANDEIRANTES - PR**. DECISÃO: **Advertência**.
Auto de Infração nº **29311**, Protocolo nº **189562420**, contra **JOSNEI PIOVEZAN**, Município de **GUARANIAÇU - PR**. DECISÃO: **Multa - R$ 11.216,78**.
Auto de Infração nº **44300**, Protocolo nº **215199118**, contra **ADAIL ANDRIGUETTI CARDOSO & CIA LTDA**, Município de **FOZ DO IGUAÇU - PR**. DECISÃO: **Advertência**.
Curitiba, 16 de Abril de 2024
ALESSANDRO CASAGRANDE
Gerente de Apoio Técnico

37599/2024

Secretaria das Cidades

SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES

RESOLUÇÃO Nº 018/2024/SECID

Súmula: Designa servidor para responder como Chefe do Núcleo Regional de Santo Antônio da Platina

O SECRETÁRIO DE ESTADO DAS CIDADES - SECID, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei nº 21.352/2023, neste ato representado pelo Diretor-Geral da Secretaria de Estado das Cidades, conforme Resolução nº 022/2023-SECID.
RESOLVE,

Art. 1º - Designar o servidor **Jonas Ribeiro**, portador do RG nº 3.356.893-2, para responder como Chefe do Núcleo Regional de Santo Antônio da Platina, no período de 02/05/2024 a 31/05/2024, em virtude das férias do titular da função, o sr. Sebastião Carlos Bianchi, portador do RG nº 3.045.240-2.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 15 de abril de 2024.

PUBLIQUE-SE, ANOTE-SE, CUMPRA-SE

Valdomiro Hrysay
Diretor-Geral
Secretaria de Estado das Cidades

37622/2024

Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

UEL

PORTARIA GEFIS Nº 530/2024

O Pró-Reitor de Administração e Finanças da Universidade Estadual de Londrina, no uso de suas atribuições, com fundamento no Ato Executivo nº 53/2022, art. 1° alínea "o", tendo em vista o disposto na legislação de licitações e contratos, em especial na Lei n° 8.666/93, e no art. 97, inc. III e art. 118 da Lei Estadual n° 15.608/07, nos arts. 72, 73 e 74 do Decreto Estadual n° 4.993/16, na Lei n° 14.133/21, em especial no seu art. 8°, § 3°, assim como seu respectivo regulamento, o Decreto n° 246/22; e ainda o Decreto Estadual n° 10.086/22, em seus arts. 10, 11 e 12, conforme forem aplicáveis, e ainda no contigo em Instrução de Serviço da PROAF, resolve DESIGNAR os servidores responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, conforme discriminação a seguir:

Contrato nº 347/2024 Pregão Eletrônico nº381/2023

Contratada: Carol Distribuidora - Eireli

Objeto: Fornecimento de Utensílios Para Uso No Laboratório de Nutrição - Ccs

GESTOR
Servidor Andrea Name Colado Simão Matrícula 0121642 Unidade Diretoria Geral E-mail deianame@uel.br

FISCAL
Tipo Contrato Servidor Carrie Chueiri Ramos Galvan Matrícula 0307602 Unidade Diretoria Geral E-mail carrie@uel.br

As atribuições do gestor e do fiscal devem ser desempenhadas conforme Instrução de Serviço da PROAF.
Esta Portaria entra em vigor na data do início da vigência do contrato, revogadas disposições em contrário.

Universidade Estadual de Londrina,12 de abril de 2024

Azenil Staviski

Pró-Reitor de Administração e Finanças/UEL

PORTARIA GEFIS Nº 531/2024

O Pró-Reitor de Administração e Finanças da Universidade Estadual de Londrina, no uso de suas atribuições, com fundamento no Ato Executivo nº 53/2022, art. 1° alínea "o", tendo em vista o disposto na legislação de licitações e contratos, em especial na Lei n° 8.666/93, e no art. 97, inc. III e art. 118 da Lei Estadual n° 15.608/07, nos arts. 72, 73 e 74 do Decreto Estadual n° 4.993/16, na Lei n° 14.133/21, em especial no seu art. 8°, §

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

3°, assim como seu respectivo regulamento, o Decreto n° 246/22; e ainda o Decreto Estadual n° 10.086/22, em seus arts. 10, 11 e 12, conforme forem aplicáveis, e ainda no contigo em Instrução de Serviço da PROAF, resolve DESIGNAR os servidores responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, conforme discriminação a seguir:

Contrato nº 348/2024 Pregão Eletrônico nº381/2023

Contratada: Noroeste Licitações Ltda

Objeto: Fornecimento de Utensílios Para Uso No Laboratório de Nutrição - Ccs

GESTOR
Servidor Andrea Name Colado Simão Matrícula 0121642 Unidade Diretoria Geral E-mail deianame@uel.br

FISCAL
Tipo Contrato Servidor Carrie Chueiri Ramos Galvan Matrícula 0307602 Unidade Diretoria Geral E-mail carrie@uel.br

As atribuições do gestor e do fiscal devem ser desempenhadas conforme Instrução de Serviço da PROAF.
Esta Portaria entra em vigor na data do início da vigência do contrato, revogadas disposições em contrário.

Universidade Estadual de Londrina,12 de abril de 2024

Azenil Staviski

Pró-Reitor de Administração e Finanças/UEL

37924/2024

PORTARIA N° 2404 – 23/06/2023

O Diretor Superintendente em Exercício do Hospital Universitário da Universidade Estadual de Londrina (HU/UEL) no uso de suas atribuições legais, considerando a delegação que lhe foi atribuída pela Magnífica Reitora, por meio do Ato Executivo n° 139/2022 (fl. 233), de 09/11/2022, bem como o consubstanciado no Processo nº 19.980.991-1, em especial o Parecer Jurídico n° 086/2022 (fls. 228-231),

R E S O L V E:

I – Instaurar procedimento de **Sindicância Administrativa** nos moldes dos artigos 116 a 125 da Lei Estadual nº 20.656 de 2021, que estabelece normas gerais e procedimentos especiais sobre atos e processos administrativos no âmbito do Estado do Paraná, e dos artigos 186 a 191 e 192 a 196 do Regimento Geral da Universidade Estadual de Londrina, naquilo que não contrariar a referida Lei, para que sejam apurados os fatos contidos no Processo n° 19.980.991-1.

II – Designar os servidores **EDUARDO HENRIQUE RONCHI** (Chapa Funcional: 0506910 - HU/DA/DMPE), **VIVIANE MAGDA MARQUES LUIZ MANABE** (Chapa Funcional: 2205454 - HU/DA/DCHA), **LILIAN CARLA KAWANO** (Chapa Funcional: 1215352 - HU/DE/DMI) e **ARGÉRIA MARIA SERRAGLIO NARCISO** (Chapa Funcional: 0110274 - HU/DC/DSS), na condição de membro suplente, para, sob a presidência do primeiro, constituírem Comissão de Sindicância Administrativa no referido processo.

III – Os trabalhos da Comissão deverão ser iniciados dentro do prazo de **03 (três) dias** e concluídos no prazo de **15 (quinze) dias**.

IV – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no **Diário Oficial**.

Prof. Dr. Alcindo Cerci Neto
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO (HU/UEL)
Diretor Superintendente em Exercício

37929/2024

Considerando a Instrução Normativa Nº 142/2018 do Tribunal de Contas do Paraná; O Pró-Reitor de Recursos Humanos da Universidade Estadual de Londrina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Ato Executivo nº 83/2022 de 10/06/2022; **R E S O L V E**: Tornar público os extratos das prorrogações de Contratos de Trabalho em Regime Especial dos Docentes, regidos pela Lei Complementar Estadual nº 108/2005, no mês de abril de 2024.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇAO DE CONTRATO DO REGIME ESPECIAL-CRES:

Nome: **AMANDA FONSECA ZANGIROLAMO** – Termo Aditivo de Prorrogação de Contrato nº 165/2024, Função: Professor Colaborador Adjunto, Prorrogar a partir de 02/04/2024 até 01/04/2025.

Nome: **ANA MARIA MENDES MIRANDA** – Termo Aditivo de Prorrogação de Contrato nº 163/2024, Função: Professor Colaborador Assistente, Prorrogar a partir de 02/04/2024 até 01/04/2025.

Nome: **CARLOS AUGUSTO MARÇAL CAMILO** – Termo Aditivo de Prorrogação de Contrato nº 156/2024, Função: Professor Colaborador Adjunto, Prorrogar a partir de 02/04/2024 até 01/04/2025.

Nome: **DANIELA FRIZON ALFIERI** – Termo Aditivo de Prorrogação de Contrato nº 158/2024, Função: Professor Colaborador Adjunto, Prorrogar a partir de 02/04/2024 até o retorno do professor EDMARLON GIROTTO ao Departamento, desde que não ultrapasse 01/04/2025.

Nome: **FELIPE TREVISAN FERREIRA** – Termo Aditivo de Prorrogação de Contrato nº 167/2024, Função: Professor Colaborador Assistente, Prorrogar a partir de 02/04/2024 até 01/04/2025.

Nome: **FERNANDO VERONEZZI** – Termo Aditivo de Prorrogação de Contrato nº 148/2024, Função: Professor Colaborador Adjunto, Prorrogar a partir de 02/04/2024 até 01/04/2025.

Nome: **GABRIELA DA SILVA SACCHELLI** – Termo Aditivo de Prorrogação de Contrato nº 161/2024, Função: Professor Colaborador Assistente, Prorrogar a partir de 02/04/2024 até 01/04/2025.

Nome: **GISELE ANDRADE MENOLLI** – Termo Aditivo de Prorrogação de Contrato nº 153/2024, Função: Professor Colaborador Assistente, Prorrogar a partir de 02/04/2024 até 01/04/2025.

Nome: **GISLAINE SEMCOVICI NOZI** – Termo Aditivo de Prorrogação de Contrato nº 160/2024, Função: Professor Colaborador Adjunto, Prorrogar a partir de 02/04/2024 até 01/04/2025.

Nome: **GUSTAVO CONRADO BRASSAROTO** – Termo Aditivo de Prorrogação de Contrato nº 152/2024, Função: Professor Colaborador Auxiliar Especialista, Prorrogar a partir de 02/04/2024 até 01/04/2025.

Nome: **ISABELA FERNANDA LARIOS FRACAROLLI** – Termo Aditivo de Prorrogação de Contrato nº 154/2024, Função: Professor Colaborador Adjunto, Prorrogar a partir de 02/04/2024 até 01/04/2025.

Nome: **LETICIA NISHI** – Termo Aditivo de Prorrogação de Contrato nº 145/2024, Função: Professor Colaborador Adjunto, Prorrogar a partir de 02/04/2024 até 01/04/2025.

Nome: **LETICIA VIDIGAL** – Termo Aditivo de Prorrogação de Contrato nº 162/2024, Função: Professor Colaborador Assistente, Prorrogar a partir de 02/04/2024 até 01/04/2025.

Nome: **LUCIENNE GARCIA PRETTO GIORDANO** – Termo Aditivo de Prorrogação de Contrato nº 166/2024, Função: Professor Colaborador Adjunto, Prorrogar a partir de 02/04/2024 até 01/04/2025.

Nome: **LUIZ EDUARDO DE PAULA** – Termo Aditivo de Prorrogação de Contrato nº 150/2024, Função: Professor Colaborador Auxiliar Especialista, Prorrogar a partir de 02/04/2024 até 01/04/2025.

Nome: **NATALIA GONZAGA** – Termo Aditivo de Prorrogação de Contrato nº 164/2024, Função: Professor Colaborador Adjunto, Prorrogar a partir de 02/04/2024 até 01/04/2025.

Nome: **NATALIA SCANEIRO BOY SARDINHA** – Termo Aditivo de Prorrogação de Contrato nº 151/2024, Função: Professor Colaborador Auxiliar Especialista, Prorrogar a partir de 02/04/2024 até 01/04/2025.

Nome: **NATHALIA DE SOUSA PEREIRA** – Termo Aditivo de Prorrogação de Contrato nº 146/2024, Função: Professor Colaborador Adjunto, Prorrogar a partir de 02/04/2024 até 01/04/2025.

Nome: **NATHALIA MARTINS BELEZE** – Termo Aditivo de Prorrogação de Contrato nº 159/2024, Função: Professor Colaborador Adjunto, Prorrogar a partir de 02/04/2024 até o retorno da professora MARLIZETE CRISTINA BONAFINI STEINLE ao Departamento, desde que não ultrapasse 01/04/2025.

Nome: **PABLO GUILHERME CALDARELLI** – Termo Aditivo de Prorrogação de Contrato nº 168/2024, Função: Professor Colaborador Adjunto, Prorrogar a partir de 02/04/2024 até 01/04/2025.

Nome: **THALITA DA ROCHA MARANDOLA** – Termo Aditivo de Prorrogação de Contrato nº 157/2024, Função: Professor Colaborador Adjunto, Prorrogar a partir de 02/04/2024 até 01/04/2025.

Nome: **THIAGO NOGUEIRA MARQUES CERVANTES** – Termo Aditivo de Prorrogação de Contrato nº 147/2024, Função: Professor Colaborador Adjunto, Prorrogar a partir de 02/04/2024 até 01/04/2025.

Nome: **THIAGO SPIRI FERREIRA** – Termo Aditivo de Prorrogação de Contrato nº 149/2024, Função: Professor Colaborador Assistente, Prorrogar a partir de 02/04/2024 até 01/04/2025.

Nome: **WILLIAN RICARDO PIRES** – Termo Aditivo de Prorrogação de Contrato nº 155/2024, Função: Professor Colaborador Adjunto, Prorrogar a partir de 02/04/2024 até 01/04/2025.

Leandro Ricardo Altimari - Pró-Reitor de Recursos Humanos.

37937/2024

Considerando a Instrução Normativa Nº 142/2018 do Tribunal de Contas do Paraná; O Pró-Reitor de Recursos Humanos da Universidade Estadual de Londrina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Ato Executivo nº 83/2022, DE 10/06/2022; **R E S O L V E:** Tornar público os extratos das contratações em Regime Especial e os Termos de Posse e Exercício dos servidores da Carreira Técnica Universitária desta Universidade contratados e nomeados no mês de abril de 2024.

EXTRATO DE CONTRATO DE REGIME ESPECIAL-CRES:

Nome: **RAPHAELA ITIMURA DE CAMARGO** – Contrato nº 33/2024 - Função: Arquiteto, Classe/Nível: P 01, Regime de Trabalho: 40 h/s, Salário Base: R$ 7.616,88 - Período: 03/04/2024 até 02/04/2025.

Nome: **TALITA SHARON MACHADO SIMOES** – Contrato nº 31/2024 - Função: Tradutor - Intérprete de Libras, Classe/Nível: P 01, Regime de Trabalho: 40 h/s, Salário Base: R$ 7.616,88 - Período: 02/04/2024 até 01/04/2025.

Nome: **VINICIUS DE FAVERI PITZ** – Contrato nº 32/2024 - Função: Arquiteto, Classe/Nível: P 01, Regime de Trabalho: 40 h/s, Salário Base: R$ 7.616,88 - Período: 02/04/2024 até 01/04/2025.

Prof.Dr. Leandro Ricardo Altimari - Pró-Reitor de Recursos Humanos.

37938/2024

PORTARIA GEFIS Nº 534/2024

O Pró-Reitor de Administração e Finanças da Universidade Estadual de Londrina, no uso de suas atribuições, com fundamento no Ato Executivo nº 53/2022, art. 1° alínea "o", tendo em vista o disposto na legislação de licitações e contratos, em especial na Lei n° 8.666/93, e no art. 97, inc. III e art. 118 da Lei Estadual n° 15.608/07, nos arts. 72, 73 e 74 do Decreto Estadual n° 4.993/16, na Lei n° 14.133/21, em especial no seu art. 8°, § 3°, assim como seu respectivo regulamento, o Decreto n° 246/22; e ainda o Decreto Estadual n° 10.086/22, em seus arts. 10, 11 e 12, conforme forem aplicáveis, e ainda no contigo em Instrução de Serviço da PROAF, resolve DESIGNAR os servidores responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, conforme discriminação a seguir:

Contrato nº 349/2024 Chamamento Público nº2/2023

Contratada: Clelia Cristina Pavan Pupim

Objeto: Chamamento Público Para Credenciamento de Farmacêuticos e Farmacêutico-Bioquímicos Para O Hospital Universitário da Universidade Estadual de Londrina

GESTOR
Servidor Maria Ines Pozzobon Matricula 1329111 E-mail mpossebon@uel.br
FISCAL
Tipo Contrato Contrato Servidor Karine Maria Boll Matricula 1101128 E-mail karineboll@uel.br
Tipo Contrato Contrato Servidor Danielle Venturini Matricula 0407067 E-mail daniventurini@uel.br
Tipo Contrato Contrato Servidor Egberto Munhoz Matricula 0513931 E-mail egbertomunhoz@uel.br

As atribuições do gestor e do fiscal devem ser desempenhadas conforme Instrução de Serviço da PROAF.
Esta Portaria entra em vigor na data do início da vigência do contrato, revogadas disposições em contrário.

Hospital Universitário de Londrina,15 Abril 2024

Vivian Biazon El Reda Feijo

Superintendente do Hospital Universitário de Londrina/UEL

PORTARIA GEFIS Nº 535/2024

O Pró-Reitor de Administração e Finanças da Universidade Estadual de Londrina, no uso de suas atribuições, com fundamento no Ato Executívo nº 53/2022, art. 1° alínea "o", tendo em vista o disposto na legislação de licitações e contratos, em especial na Lei n° 8.666/93, e no art. 97, inc. III e art. 118 da Lei Estadual n° 15.608/07, nos arts. 72, 73 e 74 do Decreto Estadual n° 4.993/16, na Lei n° 14.133/21, em especial no seu art. 8°, § 3°, assim como seu respectivo regulamento, o Decreto n° 246/22; e ainda o Decreto Estadual n° 10.086/22, em seus arts. 10, 11 e 12, conforme forem aplicáveis, e ainda no contigo em Instrução de Serviço da PROAF, resolve DESIGNAR os servidores responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, conforme discriminação a seguir:

Contrato nº 350/2024 Chamamento Público nº2/2023

Contratada: Rafaele Maria Tirolla

Objeto: Chamamento Público Para Credenciamento de Farmacêuticos e Farmacêutico-Bioquímicos Para O Hospital Universitário da Universidade Estadual de Londrina

GESTOR
Servidor Maria Ines Pozzobon Matricula 1329111 E-mail mpossebon@uel.br
FISCAL
Tipo Contrato Contrato Servidor Karine Maria Boll Matricula 1102049 E-mail karineboll@uel.br
Tipo Contrato Contrato Servidor Danielle Venturini Matricula 0407067 E-mail daniventurini@uel.br
Tipo Contrato Contrato Servidor Egberto Munhoz Matricula 0513931 E-mail egbertomunhoz@uel.br

As atribuições do gestor e do fiscal devem ser desempenhadas conforme Instrução de Serviço da PROAF.
Esta Portaria entra em vigor na data do início da vigência do contrato, revogadas disposições em contrário.

Hospital Universitário de Londrina,15 Abril 2024

Vivian Biazon El Reda Feijo

Superintendente do Hospital Universitário de Londrina/UEL

37480/2024

UENP

DELIBERAÇÃO Nº 001/2024 - CAD/UENP

Súmula: Referenda o Ato Executivo 030/2023 – GR/UENP que aprova o quadro de vagas para abertura de teste seletivo para professor de ensino superior da Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP.

Considerando e-protocolo 21.499.510-7;

Considerando parecer nº 001/2024 - CAD/UENP;

Considerando aprovação do Conselho de Administração - CAD/UENP, em reunião realizada no dia 26 de fevereiro de 2024;

O Reitor da Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP, Prof. Dr. Fábio Antonio Néia Martini, nomeado pelos decretos nº 11.309, de 06 de junho de 2022, e nº 4.468, de 18 de dezembro de 2023, do Governo do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, HOMOLOGA a seguinte

DELIBERAÇÃO

Art. 1º. Fica referendado, sem alterações, o Ato Executivo 030/2023 – GR/UENP, que aprova o quadro de vagas para abertura de teste seletivo para professor de ensino superior da Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP.

Art. 2º. Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Reitor da UENP, em
Jacarezinho, 28 de fevereiro de 2024.

Prof. Dr. Fábio Antonio Néia Martini
Reitor

DELIBERAÇÃO Nº 002/2024 - CAD/UENP

Súmula: Altera o Regime de Trabalho do Professor Dhiego Gomes Ferreira, de T-40 para TIDE.

Considerando e-protocolo 21.573.860-4;

Considerando parecer nº 002/2024 - CAD/UENP;

Considerando aprovação do Conselho de Administração - CAD/UENP, em reunião realizada no dia 26 de fevereiro de 2024;

O Reitor da Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP, Prof. Dr. Fábio Antonio Néia Martini, nomeado pelos decretos nº 11.309, de 06 de junho de 2022, e nº 4.468, de 18 de dezembro de 2023, do Governo do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, HOMOLOGA a seguinte

DELIBERAÇÃO

Art. 1º. Alterar o Regime de Trabalho do Professor Dhiego Gomes Ferreira, RG 9.968.196-9, lotado no Centro de Ciências Humanas e da Educação, do Campus de Cornélio Procópio, de T-40 para Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva - TIDE, nos termos da Lei Estadual 19.594, de 12 de Julho de 2018.

Art. 2º. Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Reitor da UENP, em
Jacarezinho, 28 de fevereiro de 2024.

Prof. Dr. Fábio Antonio Néia Martini
Reitor

DELIBERAÇÃO Nº 003/2024 - CAD/UENP

Súmula: Referenda o Ato Executivo 027/2023 – GR/UENP, que autoriza o afastamento, em regime integral, do Professor Maurício de Aquino.

Considerando e-protocolo 21.277.918-0;

Considerando parecer nº 003/2024 - CAD/UENP;

Considerando aprovação do Conselho de Administração - CAD/UENP, em reunião realizada no dia 26 de fevereiro de 2024;

O Reitor da Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP, Prof. Dr. Fábio Antonio Néia Martini, nomeado pelos decretos nº 11.309, de 06 de junho de 2022, e nº 4.468, de 18 de dezembro de 2023, do Governo do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, HOMOLOGA a seguinte

DELIBERAÇÃO

Art. 1º. Fica referendado, sem alterações, o Ato Executivo 027/2023 – GR/UENP, que autoriza o afastamento, em regime integral, do Professor Maurício de Aquino, RG n° 7.046.475-6, lotado no Centro de Ciências Humanas e da Educação, do Campus de Jacarezinho, para cursar Pós-Doutorado na área de Ciência da Religião e Teologia, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP, no período de 01/02/2024 a 31/01/2025.

Art. 2º. Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Reitor da UENP, em
Jacarezinho, 28 de fevereiro de 2024.

Prof. Dr. Fábio Antonio Néia Martini
Reitor

DELIBERAÇÃO Nº 004/2024 - CAD/UENP

Súmula: Referenda o Ato Executivo 028/2023 – GR/UENP que autoriza o afastamento, em

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

regime integral, da Professora Anália Maria Dias de Góis Picelli.

Considerando e-protocolo 21.372.949-7;

Considerando parecer nº 004/2024 - CAD/UENP;

Considerando aprovação do Conselho de Administração - CAD/UENP, em reunião realizada no dia 26 de fevereiro de 2024;

O Reitor da Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP, Prof. Dr. Fábio Antonio Néia Martini, nomeado pelos decretos nº 11.309, de 06 de junho de 2022, e nº 4.468, de 18 de dezembro de 2023, do Governo do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, HOMOLOGA a seguinte

DELIBERAÇÃO

Art. 1º. Fica referendado, sem alterações, o Ato Executivo 028/2023 – GR/UENP, que autoriza o afastamento, em regime integral, da Professora Anália Maria Dias de Góis Picelli, RG n° 6.618.198-7, lotada no Centro de Ciências Humanas e da Educação, do Campus de Jacarezinho, para cursar Pós-Doutorado na área de Educação para a Ciência, na Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – UNESP – Campus Bauru, no período de 01/02/2024 a 31/01/2025.

Art. 2º. Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Reitor da UENP, em
Jacarezinho, 28 de fevereiro de 2024.
Prof. Dr. Fábio Antonio Néia Martini
Reitor

DELIBERAÇÃO Nº 005/2024 - CAD/UENP

Súmula: Homologa o Resultado Final do Concurso Público Docente da Carreira do Magistério Público do Ensino Superior do Estado do Paraná, regido pelo Edital n° 36/2022-GR/UENP.

Considerando e-protocolo 21.744.438-1;

Considerando parecer nº 005/2024 - CAD/UENP;

Considerando aprovação do Conselho de Administração - CAD/UENP, em reunião realizada no dia 26 de fevereiro de 2024;

O Reitor da Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP, Prof. Dr. Fábio Antonio Néia Martini, nomeado pelos decretos nº 11.309, de 06 de junho de 2022, e nº 4.468, de 18 de dezembro de 2023, do Governo do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, HOMOLOGA a seguinte

DELIBERAÇÃO

Art. 1º. HOMOLOGAR o Resultado Final contido no Edital nº 097/2022-GR, de 21/11/2022, publicado no DOE nº 11.304, de 23/11/2022, retificado pelo Edital n° 008/2024-GR, de 20/02/2024, publicado no DOE n° 11.603, de 21/02/2024, do Concurso Público realizado pela Universidade Estadual do Norte do Paraná para provimento do cargo de Professor de Ensino Superior da Carreira do Magistério Público do Ensino Superior do Estado do Paraná, disciplinado por meio do Edital n° 36/2022-GR/UENP, de 01/07/2022, publicado no DOE n° 11.213, de 08/07/2022.

Parágrafo único. A homologação de que trata o *caput* do artigo exclui o Resultado Final da área/subárea de conhecimento MV04/Medicina Veterinária/ Medicina Veterinária Preventiva/ Doenças Parasitárias de Animais, considerando a decisão liminar proferida nos Autos nº. 0001091-51.2023.8.16.0050.

Art. 2º. Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Reitoria da UENP em
Jacarezinho, 28 de fevereiro de 2024.
Prof. Dr. Fábio Antonio Néia Martini
Reitor

DELIBERAÇÃO Nº 006/2024 - CAD/UENP

Súmula: Homologa o Resultado Final do Concurso Público Docente da Carreira do Magistério Público do Ensino Superior do Estado do Paraná, regido pelo Edital n° 37/2022-GR/UENP.

Considerando e-protocolo 21.744.523-0;

Considerando parecer nº 006/2024 - CAD/UENP

Considerando aprovação do Conselho de Administração - CAD/UENP, em reunião realizada no dia 26 de fevereiro de 2024;

O Reitor da Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP, Prof. Dr. Fábio Antonio Néia Martini, nomeado pelos decretos nº 11.309, de 06 de junho de 2022, e nº 4.468, de 18 de dezembro de 2023, do Governo do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, HOMOLOGA a seguinte

DELIBERAÇÃO

Art. 1º. HOMOLOGAR o Resultado Final contido no Edital nº 101/2022-GR, de 13/12/2022, publicado no DOE nº 11.320, de 15/12/2022, retificado pelo Edital n° 010/2024-GR, de 20/02/2024, publicado no DOE n° 11.603, de 21/02/2024, do Concurso Público realizado pela Universidade Estadual do Norte do Paraná para provimento do cargo de Professor de Ensino Superior da Carreira do Magistério Público do Ensino Superior do Estado do Paraná, disciplinado por meio do Edital n° 37/2022-GR/UENP, de 01/07/2022, publicado no DOE n° 11.213, de 08/07/2022.

Art. 2º. Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Reitoria da UENP em
Jacarezinho, 28 de fevereiro de 2024.
Prof. Dr. Fábio Antonio Néia Martini
Reitor

DELIBERAÇÃO Nº 007/2024 - CAD/UENP

Súmula: Homologa o Resultado Final do Concurso Público Docente da Carreira do Magistério Público do Ensino Superior do Estado do Paraná, regido pelo Edital n° 130/2023-PRORH/ UENP.

Considerando e-protocolo 21.744.576-0;

Considerando parecer nº 007/2024 - CAD/UENP;

Considerando aprovação do Conselho de Administração - CAD/UENP, em reunião realizada no dia 26 de fevereiro de 2024;

O Reitor da Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP, Prof. Dr. Fábio Antonio Néia Martini, nomeado pelos decretos nº 11.309, de 06 de junho de 2022, e nº 4.468, de 18 de dezembro de 2023, do Governo do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, HOMOLOGA a seguinte

DELIBERAÇÃO

Art. 1º. HOMOLOGAR o Resultado Final contido no Edital n° 311/2023-PRORH/UENP, de 20/12/2023, publicado no DOE n° 11.569, de 02/01/2024, do Concurso Público realizado pela Universidade Estadual do Norte do Paraná para provimento do cargo de Professor de Ensino Superior da Carreira do Magistério Público do Ensino Superior do Estado do Paraná, disciplinado por meio do Edital n° 130/2023-PRORH/UENP, de 01/06/2023, publicado no DOE n° 11.434, de 06/06/2023.

Parágrafo único. A homologação de que trata o *caput* do artigo exclui o Resultado Final da área/subárea de conhecimento PDJ24/Educação/ Ensino-aprendizagem, considerando a decisão liminar proferida nos Autos nº. 0006636-55.2023.8.16.0098.

Art. 2º. Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Reitoria da UENP, em
Jacarezinho, 28 de fevereiro de 2024.
Prof. Dr. Fábio Antonio Néia Martini
Reitor

DELIBERAÇÃO Nº 008/2024 - CAD/UENP

Súmula: Aprova o Acordo de Cooperação entre a Università degli Studi di Brescia - Itália e a Universidade Estadual do Norte do Paraná.

Considerando e-protocolo 21.224.253-5;

Considerando aprovação do Conselho de Administração - CAD/UENP, em reunião realizada no dia 25 de março de 2024;

O Reitor da Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP, Prof. Dr. Fábio Antonio Néia Martini, nomeado pelos decretos nº 11.309, de 06 de junho de 2022, e nº 4.468, de 18 de dezembro de 2023, do Governo do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, HOMOLOGA a seguinte

DELIBERAÇÃO

Art. 1º. Aprovar o Acordo de Cooperação entre a Università degli Studi di Brescia - Itália e a Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP, que tem como objetivo estabelecer cooperação mútua entre si, nos termos do e-protocolo 21.224.253-5.

Art. 2º. Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Reitor da UENP, em
Jacarezinho, 25 de março de 2024.
Prof. Dr. Fábio Antonio Néia Martini
Reitor

DELIBERAÇÃO Nº 009/2024 - CAD/UENP

Súmula: Aprova o Acordo de Cooperação entre a Universidad de Guadalajara (UDEG) - México e a Universidade Estadual do Norte do Paraná.

Considerando e-protocolo 21.554.456-7;

Considerando aprovação do Conselho de Administração - CAD/UENP, em reunião realizada no dia 25 de março de 2024;

O Reitor da Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP, Prof. Dr. Fábio Antonio Néia Martini, nomeado pelos decretos nº 11.309, de 06 de junho de 2022, e nº 4.468, de 18 de dezembro de 2023, do

Governo do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, HOMOLOGA a seguinte

DELIBERAÇÃO

Art. 1º. Aprovar o Acordo de Cooperação entre a Universidad de Guadalajara (UDEG) - México e a Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP, que tem como objetivo estabelecer cooperação mútua entre si, nos termos do e-protocolo 21.554.456-7.

Art. 2º. Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Reitor da UENP, em Jacarezinho, 25 de março de 2024.

Prof. Dr. Fábio Antonio Néia Martini
Reitor

DELIBERAÇÃO Nº 010/2024 - CAD/UENP

Súmula: Aprova o Acordo de Cooperação entre a Universidade Zonguldak Bulent Ecevit - Turquia e a Universidade Estadual do Norte do Paraná.

Considerando e-protocolo 21.502.672-8;

Considerando aprovação do Conselho de Administração - CAD/UENP, em reunião realizada no dia 25 de março de 2024;

O Reitor da Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP, Prof. Dr. Fábio Antonio Néia Martini, nomeado pelos decretos nº 11.309, de 06 de junho de 2022, e nº 4.468, de 18 de dezembro de 2023, do Governo do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, HOMOLOGA a seguinte

DELIBERAÇÃO

Art. 1º. Aprovar o Acordo de Cooperação entre a Universidade Zonguldak Bulent Ecevit (ZBEU) - Turquia e a Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP, que tem como objetivo estabelecer cooperação mútua entre si, nos termos do e-protocolo 21.502.672-8.

Art. 2º. Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Reitor da UENP, em Jacarezinho, 25 de março de 2024.

Prof. Dr. Fábio Antonio Néia Martini
Reitor

DELIBERAÇÃO Nº 011/2024 - CAD/UENP

Súmula: Aprova o Acordo de Cooperação entre a Daffodil International University - Bangladesh e a Universidade Estadual do Norte do Paraná.

Considerando e-protocolo 21.479.300-8;

Considerando aprovação do Conselho de Administração - CAD/UENP, em reunião realizada no dia 25 de março de 2024;

O Reitor da Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP, Prof. Dr. Fábio Antonio Néia Martini, nomeado pelos decretos nº 11.309, de 06 de junho de 2022, e nº 4.468, de 18 de dezembro de 2023, do Governo do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, HOMOLOGA a seguinte

DELIBERAÇÃO

Art. 1º. Aprovar o Acordo de Cooperação entre a Daffodil International University - Bangladesh e a Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP, que tem como objetivo estabelecer cooperação mútua entre si, nos termos do e-protocolo 21.479.300-8.

Art. 2º. Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Reitor da UENP, em Jacarezinho, 25 de março de 2024.

Prof. Dr. Fábio Antonio Néia Martini
Reitor

DELIBERAÇÃO Nº 012/2024 - CAD/UENP

Súmula: Aprova o Acordo de Cooperação entre a Abdullah Gül University (AGU) - Turquia e a Universidade Estadual do Norte do Paraná.

Considerando e-protocolo 21.493.907-0;

Considerando aprovação do Conselho de Administração - CAD/UENP, em reunião realizada no dia 25 de março de 2024;

O Reitor da Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP, Prof. Dr. Fábio Antonio Néia Martini, nomeado pelos decretos nº 11.309, de 06 de junho de 2022, e nº 4.468, de 18 de dezembro de 2023, do Governo do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, HOMOLOGA a seguinte

DELIBERAÇÃO

Art. 1º. Aprovar o Acordo de Cooperação entre a Abdullah Gül University (AGU) - Turquia e a Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP, que tem como objetivo estabelecer cooperação mútua entre si, nos termos do e-protocolo 21.493.907-0.

Art. 2º. Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Reitor da UENP, em Jacarezinho, 25 de março de 2024.

Prof. Dr. Fábio Antonio Néia Martini
Reitor

DELIBERAÇÃO Nº 013/2024 - CAD/UENP

Súmula: Aprova o Acordo de Cooperação entre a Anna University - Índia e a Universidade Estadual do Norte do Paraná.

Considerando e-protocolo 21.459.746-2;

Considerando aprovação do Conselho de Administração - CAD/UENP, em reunião realizada no dia 25 de março de 2024;

O Reitor da Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP, Prof. Dr. Fábio Antonio Néia Martini, nomeado pelos decretos nº 11.309, de 06 de junho de 2022, e nº 4.468, de 18 de dezembro de 2023, do Governo do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, HOMOLOGA a seguinte

DELIBERAÇÃO

Art. 1º. Aprovar o Acordo de Cooperação entre a Anna University - Índia e a Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP, que tem como objetivo estabelecer cooperação mútua entre si, nos termos do e-protocolo 21.459.746-2.

Art. 2º. Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Reitor da UENP, em Jacarezinho, 25 de março de 2024.

Prof. Dr. Fábio Antonio Néia Martini
Reitor

DELIBERAÇÃO Nº 014/2024 - CAD/UENP

Súmula: Aprova o preço público para inscrição no Processo Seletivo Complementar, com ingresso no ano letivo de 2024.

Considerando e-protocolo 21.715.616-5;

Considerando aprovação do Conselho de Administração - CAD/UENP, em reunião realizada no dia 25 de março de 2024;

O Reitor da Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP, Prof. Dr. Fábio Antonio Néia Martini, nomeado pelos decretos nº 11.309, de 06 de junho de 2022, e nº 4.468, de 18 de dezembro de 2023, do Governo do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, HOMOLOGA a seguinte

DELIBERAÇÃO

Art. 1º. Fica aprovado o preço público de R$ 10,00 (dez reais) para inscrição no Processo Seletivo Complementar, para ingresso de alunos nos Cursos de Graduação da UENP no ano letivo de 2024.

Art. 2º. Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Reitor da UENP, em Jacarezinho, 25 de março de 2024.

Prof. Dr. Fábio Antonio Néia Martini
Reitor

DELIBERAÇÃO Nº 015/2024 - CAD/UENP

Súmula: Aprova o Termo de Cooperação Técnico, Científico, Cultural entre a Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR e a Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP.

Considerando e-protocolo 21.631.866-8;

Considerando aprovação do Conselho de Administração - CAD/UENP, em reunião realizada no dia 25 de março de 2024;

O Reitor da Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP, Prof. Dr. Fábio Antonio Néia Martini, nomeado pelos decretos nº 11.309, de 06 de junho de 2022, e nº 4.468, de 18 de dezembro de 2023, do Governo do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, HOMOLOGA a seguinte

DELIBERAÇÃO

Art. 1º. Aprovar o Termo de Cooperação Técnico, Científico, Cultural entre a Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR e a Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP, que tem como objetivo estabelecer cooperação mútua entre si, nos termos do e-protocolo 21.631.866-8.

Art. 2º. Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Reitor da UENP, em Jacarezinho, 25 de março de 2024.

Prof. Dr. Fábio Antonio Néia Martini
Reitor

DELIBERAÇÃO Nº 016/2024 - CAD/UENP

Súmula: Referenda o Ato Executivo nº

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

001/2024 - GR/UENP, que autoriza a prorrogação da disposição funcional da Professora Fátima Aparecida Cruz Padoan para a Fundação Araucária.

Considerando e-protocolo 21.179.255-8;

Considerando aprovação do Conselho de Administração - CAD/UENP, em reunião realizada no dia 25 de março de 2024;

O Reitor da Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP, Prof. Dr. Fábio Antonio Néia Martini, nomeado pelos decretos nº 11.309, de 06 de junho de 2022, e nº 4.468, de 18 de dezembro de 2023, do Governo do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, HOMOLOGA a seguinte

DELIBERAÇÃO

Art. 1º. Referenda o Ato Executivo nº 001/2024 - GR/UENP, que autoriza a prorrogação da disposição funcional da Professora Fátima Aparecida da Cruz Padoan, RG n° 4.337.923-2, da Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP para a Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Paraná, no período de 31/12/2023 a 31/12/2024, com ônus para o órgão de origem.

Art. 2º. Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Reitor da UENP, em
Jacarezinho, 25 de março de 2024.

Prof. Dr. Fábio Antonio Néia Martini
Reitor

DELIBERAÇÃO Nº 017/2024 - CAD/UENP

Súmula: Referenda o Ato Executivo nº 002/2024 - GR/UENP, que autoriza a prorrogação da disposição funcional da Professora Eliane Segati Rios para a Fundação Araucária.

Considerando e-protocolo 21.195.685-2;

Considerando aprovação do Conselho de Administração - CAD/UENP, em reunião realizada no dia 25 de março de 2024;

O Reitor da Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP, Prof. Dr. Fábio Antonio Néia Martini, nomeado pelos decretos nº 11.309, de 06 de junho de 2022, e nº 4.468, de 18 de dezembro de 2023, do Governo do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, HOMOLOGA a seguinte

DELIBERAÇÃO

Art. 1º. Referenda o Ato Executivo nº 002/2024 - GR/UENP, que autoriza a prorrogação da disposição funcional da Professora Eliane Segati Rios, RG n° 5.689.346-6, da Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP para a Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Paraná, no período de 31/12/2023 a 31/12/2024, com ônus para o órgão de origem.

Art. 2º. Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Reitor da UENP, em
Jacarezinho, 25 de março de 2024.

Prof. Dr. Fábio Antonio Néia Martini
Reitor

DELIBERAÇÃO Nº 018/2024 - CAD/UENP

Súmula: Autoriza a prorrogação do afastamento do Professor Fabiano Costa Gonçalves para atuação junto à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SETI.

Considerando e-protocolo 21.375.218-9;

Considerando aprovação do Conselho de Administração - CAD/UENP, em reunião realizada no dia 25 de março de 2024;

O Reitor da Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP, Prof. Dr. Fábio Antonio Néia Martini, nomeado pelos decretos nº 11.309, de 06 de junho de 2022, e nº 4.468, de 18 de dezembro de 2023, do Governo do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, HOMOLOGA a seguinte

DELIBERAÇÃO

Art. 1º. Autoriza a prorrogação de afastamento do Professor Fabiano Costa Gonçalves, RG nº 12.392.677-3, para atuação junto à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SETI, até 31 de dezembro de 2024, com ônus para a Instituição de origem.

Art. 2º. Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Reitor da UENP, em
Jacarezinho, 25 de março de 2024.

Prof. Dr. Fábio Antonio Néia Martini
Reitor

DELIBERAÇÃO Nº 019/2024 - CAD/UENP

Súmula: Autoriza a disposição funcional do Professor Paulo Rogério Alves Brene, para atuação junto à Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR).

Considerando e-protocolo 21.678.686-6;

Considerando aprovação do Conselho de Administração - CAD/UENP, em reunião realizada no dia 25 de março de 2024;

O Reitor da Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP, Prof. Dr. Fábio Antonio Néia Martini, nomeado pelos decretos nº 11.309, de 06 de junho de 2022, e nº 4.468, de 18 de dezembro de 2023, do Governo do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, HOMOLOGA a seguinte

DELIBERAÇÃO

Art. 1º. Autoriza a disposição funcional do Professor Paulo Rogério Alves Brene, RG 6.710.573-7, para atuação junto à Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), no período de 01 de abril de 2024 a 31 de dezembro de 2024, com ônus para a Instituição de origem.

Art. 2º. Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Reitor da UENP, em
Jacarezinho, 25 de março de 2024.

Prof. Dr. Fábio Antonio Néia Martini
Reitor

DELIBERAÇÃO Nº 020/2024 - CAD/UENP

Súmula: Autoriza o afastamento, em regime integral, da Profa. Fernanda de Cássia Miranda, para cursar pós-graduação (Doutorado) no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem na área de Linguagem e Educação, na Universidade Estadual de Londrina – UEL.

Considerando e-protocolo 21.692.909-8;

Considerando aprovação do Conselho de Administração - CAD/UENP, em reunião realizada no dia 25 de março de 2024;

O Reitor da Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP, Prof. Dr. Fábio Antonio Néia Martini, nomeado pelos decretos nº 11.309, de 06 de junho de 2022, e nº 4.468, de 18 de dezembro de 2023, do Governo do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, HOMOLOGA a seguinte

DELIBERAÇÃO

Art. 1º. Autorizar o afastamento, em regime integral, da Profa. Fernanda de Cássia Miranda, RG nº 8.063.702-0, lotada no Centro de Letras, Comunicação e Artes (CLCA), do Campus de Jacarezinho, para cursar pós-graduação (Doutorado) no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem na área de Linguagem e Educação, na Universidade Estadual de Londrina – UEL, no período de 01 de abril de 2024 a 31 de março de 2025.

Art. 2º. Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Reitor da UENP, em
Jacarezinho, 25 de março de 2024.

Prof. Dr. Fábio Antonio Néia Martini
Reitor

DELIBERAÇÃO Nº 021/2024 - CAD/UENP

Súmula: Altera o regime de trabalho da Professora Carina Bortolato Major de T-20 horas/semanais para T-40 horas/semanais.

Considerando e-protocolo 21.735.556-7;

Considerando aprovação do Conselho de Administração - CAD/UENP, em reunião realizada no dia 25 de março de 2024;

O Reitor da Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP, Prof. Dr. Fábio Antonio Néia Martini, nomeado pelos decretos nº 11.309, de 06 de junho de 2022, e nº 4.468, de 18 de dezembro de 2023, do Governo do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, HOMOLOGA a seguinte

DELIBERAÇÃO

Art. 1º. Alterar, a partir de 01 de abril de 2024, o regime de trabalho da Professora Carina Bortolato Major, RG nº 8.902.301-7-SSP/PR, lotada no Centro de Ciências Biológicas, do Campus Luiz Meneghel - Bandeirantes, de T-20 horas/semanais para T-40 horas/semanais.

Art. 2º. Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Reitor da UENP, em
Jacarezinho, 25 de março de 2024.

Prof. Dr. Fábio Antonio Néia Martini
Reitor

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

UEPG

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA

Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas

A Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas da Universidade Estadual de Ponta Grossa, no uso de suas atribuições legais e estatutárias;

Considerando a autonomia administrativa conferida pelo Artigo 207 da Constituição da República do Brasil e Art. 180 da Constituição do Estado do Paraná;

Considerando o art. 5º da Lei n° 5.540/68; Lei nº 9.394/96;

Considerando o art. 28, inciso X, do Estatuto da Universidade Estadual de Ponta Grossa;

Considerando o art. 5º da Lei n° 9.663/91;

Considerando a Resolução n° 4.896/93 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná;

RESOLVE

Tornar público as Portarias PROGESP, emitidas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa abaixo relacionadas:

Port. PROGESP - DIPROV nº 2023.10 – 20/07/23 - Declara Elisabeth Ribeiro Batista estável no Quadro de Pessoal da UEPG, na função de Técnico Administrativo, a partir de 20/07/23.
Port. PROGESP - DIPROV nº 2023.11 – 20/07/23 - Declara Lorena Ribas Rebonato Alberti estável no Quadro de Pessoal da UEPG, na função de Técnico Administrativo, a partir de 08/07/23.
Port. PROGESP - DIPROV nº 2023.12 – 21/07/23 - Declara Josane Nogueira Dogado Kalatai estável no Quadro de Pessoal da UEPG, na função de Auxiliar Operacional, a partir de 01/11/22.
Port. PROGESP - DIPROV nº 2023.13 – 13/09/23 - Declara Milene Zanoni da Silva estável no Quadro de Pessoal da UEPG, na função de Professor de Ensino Superior - Carreira, a partir de 07/08/23.
Port. PROGESP - DIPROV nº 2023.14 – 28/11/23 - Declara Orcial Ceolin Bortolotto estável no Quadro de Pessoal da UEPG, na função de Professor de Ensino Superior - Carreira, a partir de 04/09/23.
Port. PROGESP - DICAR nº 2023.456 – 22/11/2023 - Concede o respectivo Adicional por Tempo de Serviço (quinquênio), aos servidores: Roseli Walus Nogueira, a partir de 21/01/2024, 5% (cinco por cento), Ana Paula de Freitas Pacheco, a partir de 13/01/2024, Anderson Luis Costa Dorigon, a partir de 16/01/2024, Anderson Marcos Mendes, a partir de 13/01/2024, Anderson Rodolfo de Araujo, a partir de 13/01/2024, Assis Antônio Queiroz da Silva, a partir de 13/01/2024, Carla Irene Roggenkamp, a partir de 13/01/2024, Claudete das Graças Pedroso, a partir de 13/01/2024, Emerson Luís Belotto, a partir de 13/01/2024, Felipe Thiago Wozniak Silva, a partir de 13/01/2024, Hudson Andre Batista dos Santos, a partir de 13/01/2024, Jocimar Donizeti do Prado, a partir de 14/01/2024, José de Souza Moreira, a partir de 13/01/2024, Lidia Besuska Foltran, a partir de 13/01/2024, Liriane Aparecida Ieguer Garcia, a partir de 13/01/2024, Lucas Rafael Sansana, a partir de 13/01/2024, Luciane Vivi, a partir de 13/01/2024, Lucimara Cristina de Paula, a partir de 16/01/2024, Luiz Philippe dos Santos Ramos, a partir de 13/01/2024, Marcela Claudino da Silva Nardino, a partir de 13/01/2024, Marcelo Paulo Bueno da Silva, a partir de 13/01/2024, Michele Cristina de Mattos Ferreira, a partir de 13/01/2024, Patricia Camera Varella, a partir de 13/01/2024, Paulo Eduardo Dias de Mello 13/01/2024, Rafael Afonso Mayer, a partir de 13/01/2024, Renato Lima da Silva, a partir de 13/01/2024, Robson Gruvald, a partir de 13/01/2024, Ruan Charles Ferraz de Souza, a partir de 14/01/2024, Scheila Valechenski Biehl, a partir de 14/01/2024, Silvia Maria Derbli Schafranski , a partir de 13/01/2024, 10% (dez por cento),Irio José Tabela Krunn, a partir de 05/01/2024, Lenir Aparecida Mainardes da Silva, a partir de 10/01/2024, Marly Elizabeth Venske Margraf, a partir de 02/01/2024, 30%(trinta por cento), Fabio Anibal Jara Goiris, a partir de 16/01/2024, Mario Cezar Bronguel, a partir de 01/01/2024, 40% (quarenta por cento), Cesar Luis Kulcheski, a partir de 12/01/2024, Joel Larocca Junior, a partir de 01/01/2024, 50% (cinquenta por cento).
Port. PROGESP - DICAR nº 2023.457 – 27/11/2023 - Autoriza a continuidade do afastamento das respectivas atividades, em tempo integral, à Profa. Gabriela Mazureki Campos Bahniuk, para o Curso de Doutorado em Engenharia Civil, na UFPR, de 15/02 a 14/08/2024.
Port. PROGESP - DICAR nº 2023.458 – 28/11/2023 – concede, o respectivo Adicional por Tempo de Serviço (quinquênio) a Bianca Letícia Barbosa, a partir de 13/01/2024, 10% (dez por cento).
Port. PROGESP - DICAR nº 2023.459 – 28/11/2023 – Declara a contagem de tempo para todos os efeitos legais de 02 (dois) anos e 36 (trinta e seis) dias, a Maria Marce Moliani.
Port. PROGESP - DICAR nº 2023.460 – 28/11/2023 – Declara a contagem de tempo para fins de aposentadoria e disponibilidade, de 06 (seis) anos e 323 (trezentos e vinte e três) dias, a Maria Marce Moliani.
Port. PROGESP - DICAR nº 2023.461 – 28/11/2023 – Declara a contagem de tempo para fins de aposentadoria e disponibilidade, de 07 (sete) anos e 276 (duzentos e setenta e seis) dias, a Maria Marce Moliani.
Port. PROGESP - DICAR nº 2023.462 – 28/11/2023 – Concede a Vanderlei Schneider de Lima, ascensão para o nível D da classe de Prof. Adjunto, c/ ef. a partir de 21/12/23.
Port. PROGESP - DICAR nº 2023.463 – 28/11/2023 – Concede a Bernardo Passos Sobreiro, ascensão para o nível C da classe de Prof. Adjunto, c/ ef. a partir de 21/11/23.
Port. PROGESP - DICAR nº 2023.464 – 28/11/2023 – Concede a Bernardo Passos Sobreiro, ascensão para o nível D da classe de Prof. Adjunto, c/ ef. a partir de 22/11/23.
Port. PROGESP - DICAR nº 2023.465 – 29/11/2023 – Concede a Luciana da Silva Leal Karolewski, promoção para o nível A da classe de Prof. Associado, c/ ef. a partir de 24/11/23.
Port. PROGESP - DICAR nº 2023.466 – 29/11/2023 – Concede a Gerusa Clazer Halila Possagno, promoção para o nível A da classe de Prof. Associado, c/ ef. a partir de 17/11/23.
Port. PROGESP - DICAR nº 2023.467 – 29/11/2023 – Concede licença especial a Silda Terezinha Bueno, de 01/09 a 29/11/23.
Port. PROGESP - DICAR nº 2023.468 – 29/11/2023 – Concede a Erildo Vicente Müller, ascensão para o nível C da classe de Professor Associado, c/ ef. a partir de 27/11/23.
Port. PROGESP - DICAR nº 2023.469 – 29/11/2023 – Declara a contagem de tempo para todos os efeitos legais de 04 (quatro) anos e 321 (trezentos e vinte e um) dias, a Neyde Fabiola Balarezo Giarola.
Port. PROGESP - DICAR nº 2023.470 – 04/12/2023 – Cancela a licença especial concedida pela Portaria PROGESP-DICAR nº 426/23, a Pedro da Luz Machado, a partir de 04/12/23.
Port. PROGESP - DICAR nº 2023.471 – 05/12/2023 – Concede a Fabio Anibal Jara Goiris, ascensão para o nível C da classe de Prof. Adjunto, c/ ef. a partir de 27/11/23.
Port. PROGESP - DICAR nº 2023.472 – 08/12/2023 – Cancela a licença especial concedida pela Portaria PROGESP-DICAR nº 426/23, a Laurindo Pereira de Souza, a partir de 23/11/23.
Port. PROGESP - DICAR nº 2023.473 – 12/12/2023 – Concede a Elias da Costa, promoção para o nível A da classe de Prof. Associado, c/ ef. a partir de 23/11/23.
Port. PROGESP - DICAR nº 2023.474 – 12/12/2023 – Concede a Valéria de Meira Albach, promoção para o nível A da classe de Prof. Associado, c/ ef. a partir de 15/12/23.
Port. PROGESP - DICAR nº 2023.475 – 13/12/2023 – Concede a Fabricio Tondello Barbosa, ascensão para o nível D da classe de Prof. Adjunto, c/ ef. a partir de 05/12/23.
Port. PROGESP - DICAR nº 2023.476 – 13/12/2023 – Concede a Elise Souza dos Santos Reis, promoção para o nível A da classe de Prof. Associado, c/ ef. a partir de 29/11/23.
Port. PROGESP - DICAR nº 2023.477 – 13/12/2023 – Concede a Isabel Cristina Vollet Marson, ascensão para o nível C da classe de Prof. Adjunto, c/ ef. a partir de 19/12/23.
Port. PROGESP - DICAR nº 2023.478 – 13/12/2023 – Concede a Luiza Bittencourt Krainski, promoção para o nível A da classe de Prof. Associado, c/ ef. a partir de 12/12/23.
Port. PROGESP - DICAR nº 2023.479 – 15/12/2023 – Concede a Fabio Anibal Jara Goiris, ascensão para o nível D da classe de Prof. Adjunto, c/ ef. a partir de 12/12/23.
Port. PROGESP - DICAR nº 2023.480 – 15/12/2023 – Concede a Eduardo Pereira, promoção para o nível A da classe de Prof. Associado, c/ ef. a partir de 20/01/2024.
Port. PROGESP - DICAR nº 2023.481 – 20/12/2023 - Concede licença especial aos servidores: Alice Mikalina Popoatzki de 01/02 a 27/10/24; Amadeus de Morais de 01/02 a 30/04/24; Ana Claudia Garabeli Cavalli Kluthcovsky de 05/02 a 11/09/24; Ariangelo Hauer Dias de 19/02 a 18/05/24; Cirineu José da Silva de 01/02 a 30/04/24; Cleide Lavoratti de 01/02 a 29/07/24; Gisele Aparecida Janiaki de 15/02 a 15/03/24; Joao Luiz Domingues Ribas de 19/02 a 18/05/24; Lucas Maximo Alves de 01/02/24 a 25/01/25; Luis Fernando Cerri de 01/02 a 29/07/24; Luiz Carlos Lavalle Filho de 01/02 a 30/04/24; Luiz Claudio Garcia de 01/02 a 30/04/24; Marco Aurelio Fonseca Santos de 01/02 a 30/04/24; Nelci de Paula Santos de 01/02 a 30/04/24; Regina Celia Veiga da Fonseca de 19/02 a 09/04/24 e Solange Emiliano de Morais de 01/02 a 30/04/24.
Port. PROGESP - DICAR nº 2023.482 – 19/12/2023 – Retifica para 30% o adicional por tempo de serviço – quinquênio, port PRORH-DICAR 2023.106, de Osvaldo de Souza c/ ef. a partir de 01/01/2024.
Port. PROGESP - DICAR nº 2023.483 – 19/12/2023 - Concede a Taciana Cordazzo, ascensão para o nível B da classe de Prof. Adjunto, c/ ef. a partir de 12/12/23.
Port. PROGESP - DICAR nº 2023.484 – 19/12/2023 - Concede a Marcio Akio Ohira, ascensão para o nível D da classe de Prof. Adjunto, c/ ef. a partir de 18/12/23.
Port. PROGESP - DICAR nº 2023.485 – 19/12/2023 - Concede a Jane Manfron, ascensão para o nível B da classe de Prof. Adjunto, c/ ef. a partir de 14/12/23.
Port. PROGESP - DICAR nº 2023.486 – 20/12/2023 - Concede a Deborah Scheidt, promoção para o nível A da classe de Prof. Associado, c/ ef. a partir de 18/12/23.
Port. PROGESP - DICAR nº 2023.487 – 20/12/2023 - Concede a Jeaneth Nunes Stefaniak, ascensão para o nível C da classe de Professor Associado, c/ ef. a partir de 15/12/23.
Port. PROGESP - DICAR nº 2023.488 – 20/12/2023 - Declara a contagem de tempo para todos os efeitos legais, de 01 (um) ano e 132 (cento e trinta e dois) dias, a Pericles Martim Reche.
Port. PROGESP - DICAR nº 2023.489 – 20/12/2023 - Declara a contagem de tempo para fins de aposentadoria e disponibilidade, de 08 (oito) anos e

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

247 (duzentos e quarenta e sete) dias, a Pericles Martim Reche.
Port. PROGESP - DICAR nº 2023.490 – 20/12/2023 - Concede a Karen Ribeiro, ascensão para o nível B da classe de Professor Associado, c/ ef. a partir de 18/12/23.
Port. PROGESP - DICAR nº 2023.491 – 20/12/2023 - Concede a Clóris Porto Torquato, promoção para o nível A da classe de Prof. Associado, c/ ef. a partir de 15/12/23.
Port. PROGESP - DICAR nº 2023.492 – 20/12/2023 - Declara a contagem de tempo para fins de aposentadoria e disponibilidade, de 15 (quinze) anos e 99 (noventa e nove) dias, a Pericles Martim Reche.
Port. PROGESP - DICAR nº 2023.493 – 20/12/2023 - Autoriza a continuidade do afastamento em tempo integral a Paulo Cesar de Lara, para realização do curso de Doutorado em Direito, da UNIBRASIL, de 12/12/23 à 11/06/24.
Port. PROGESP - DICAR nº 2023.494 – 20/12/2023 - Concede a Keli Cristina Pacheco, promoção para o nível A da classe de Prof. Associado, c/ ef. a partir de 12/12/23.
Port. PROGESP - DICAR nº 2023.495 – 20/12/2023 - Autoriza a continuidade do afastamento em tempo integral a Julia Maria Milanese Buffara, para realização do curso de Pós-Graduação Interdisciplinar - Doutorado em Desenvolvimento Comunitário, da UNICENTRO, de 01/12/23 à 31/05/24.
Port. PROGESP - DICAR nº 2023.496 – 20/12/2023 - Concede a Carlos Eduardo Coradassi, ascensão para o nível C da classe de Prof. Adjunto, c/ ef. a partir de 15/12/23.
Port. PROGESP - DICAR nº 2023.497 – 20/12/2023 - Declara a contagem de tempo para fins de aposentadoria e disponibilidade, de 01 (um) ano e 222 (duzentos e vinte e dois) dias, a Acir José Popoatzki.

Eliane de Fátima Rauski,
Pró-Reitor.

37847/2024

A Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas da Universidade Estadual de Ponta Grossa, no uso de suas atribuições legais e estatutárias;
Considerando a autonomia administrativa conferida pelo Artigo 207 da Constituição da República do Brasil e Art. 180 da Constituição do Estado do Paraná;
Considerando o art. 5º da Lei n° 5.540/68; Lei nº 9.394/96;
Considerando o art. 28, inciso X, do Estatuto da Universidade Estadual de Ponta Grossa;
Considerando o art. 5º da Lei n° 9.663/91;
Considerando a Resolução n° 4.896/93 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná;
RESOLVE
Tornar público as Portarias R, emitidas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa abaixo relacionadas:

Port. R. nº 2023.831 – 17/11/23 - Dispensa o servidor Divonei Gibala da função de Chefe da Divisão de Gerenciamento de Leitos mantendo os reflexos financeiros, e o designa para o exercício da função de Coordenador de UTI Adulto, junto ao HURCG, a partir do dia 01/11/23.
Port. R. nº 2023.849 – 30/11/23 - Autoriza o afastamento por disposição funcional de Carlos Williams Jaques Morais, para desenvolver atividades de assessoria, junto a Secretaria de estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior de 01/01 a 31/12/24, com ônus para a origem.
Port. R. nº 2023.852 – 01/12/23 - Dispensa Edilson José do Vale do exercício da Função Acadêmica FA-2, junto à Divisão de Organização, Sistemas e Métodos/PROPLAN, a partir do dia 04/12/2023.
Port. R. nº 2023.872 – 04/12/23 - Dispensa, a pedido, André Maurício Brinatti do exercício do cargo de Vice-Coordenador do PPG em Ensino de Física, retroagindo ao dia 01/11/2023.
Port. R. nº 2023.874 – 04/12/23 - Dispensa, a pedido, Marcela Teixeira Godoy do exercício do cargo DA-3 – Diretora da Diretoria de Ações Afirmativas e Diversidade/PRAE, c/ ef. retroativos ao dia 01/12/2023.
Port. R. nº 2023.875 – 04/12/23 – Dispensa Silmara Carneiro e Silva do exercício da FA-2 – Chefe da Divisão de Projetos e Programas/PRAE, e a designa para o exercício do cargo em comissão DA-3 – Diretora da Diretoria de Ações Afirmativas e Diversidade/PRAE, c/ ef. retroativos ao dia 01/12/2023.
Port. R. nº 2023.876 – 04/12/23 – Designa Marcela Teixeira Godoy para o exercício da FA-2 – Chefe da Divisão de Projetos e Programas/PRAE, c/ ef. retroativos ao dia 01/12/2023.
Port. R. nº 2023.884 – 12/12/23 – Autoriza o afastamento por disposição funcional de Marcos Aurélio Schemberger, lotado na CDR, para desenvolver atividades de Assessoria, junto à SETI, com ônus para a origem, no de 01/01 a 31/12/24.
Port. R. nº 2023.889 – 13/12/23 – Designa Marcelo Hartmann para o exercício da FA-3, junto à Secretaria do Departamento de Contabilidade, c/ ef. retroativos ao dia 01/12/2023.
Port. R. nº 2023.896 – 18/12/23 – Designa Rúbia Carla da Silva e Márcia Cristina do Carmo, respectivamente, para as funções de Coordenadora e Vice-Coordenadora do Curso de Licenciatura em Letras, linha de formação Português/Francês, da UEPG, com mandatos de 06/02/24 a 05/02/26.
Port. R. nº 2023.897 – 18/12/23 – Designa Marcos Barbosa Carreira e Eunice de Morais, respectivamente, para as funções de Coordenador e Vice-Coordenadora do Curso de Licenciatura em Letras, linha de formação Português/Inglês, da UEPG, com mandatos de 06/02/24 a 05/02/26.
Port. R. nº 2023.898 – 18/12/23 – Designa Rosangela Schardong e Dilma Heloísa Santos, respectivamente, para as funções de Coordenadora e Vice-Coordenadora do Curso de Licenciatura em Letras, com linha de formação em Português/Espanhol, da UEPG, com mandatos de 06/02/24 a 05/02/26.
Port. R. nº 2023.899 – 19/12/23 – Dispensa, Eveline Wille Bayer do exercício da FA-1 – Coordenadora do Núcleo de Vigilância Epidemiológica, junto ao HURCG, c/ ef. a partir de 01/01/2024.
Port. R. nº 2023.917 – 20/12/23 – Dispensa, a pedido, Isonel Sandino Meneguzzo do exercício da função de Coordenador de Curso de Licenciatura em Geografia, modalidade a distância, do Sistema UAB, ofertado pela UEPG, a partir de 23/12/23.
Port. R. nº 2023.918 – 20/12/23 – Designa Almir Nabozny para o exercício da função de Coordenador de Curso de Licenciatura em Geografia, modalidade a distância, do Sistema UAB, ofertado pela UEPG, a partir de 23/12/23.
Port. R. nº 2023.919 – 22/12/23 – Designa Patricia Caldeira Tolentino Czech para o exercício da função de Coordenadora de Tutoria dos Cursos de Pós-Graduação, modalidade a distância, do Sistema UAB, ofertado pela UEPG, de 15/10/23 a 14/10/24.
Port. R. nº 2023.920 – 27/12/23 – Autoriza o afastamento por disposição funcional de Michel Jorge Samaha, sob regime de trabalho de TIDE, lotado no Departamento de Economia/SECISA, da UEPG, para o exercício do cargo de Diretor-Presidente junto à BROTO S.A., de 01/01 a 31/12/24, com ônus para origem, mediante ressarcimento.
Port. R. nº 2024.1 – 03/01/24 – Designa Rafael Rudnik de Oliveira para o exercício do cargo em comissão DA-3 - Diretor de Unidade Hospitalar, junto ao HUMAI UEPG, a partir de 01/01/24.
Port. R. nº 2024.3 – 08/01/24 – Dispensa Jackson Luiz Caillot do exercício da FA-2, junto à Divisão Administrativa da Editora, e Wilson José Nascimento do exercício da FA-6, junto ao Departamento de Artes, da UEPG, a partir de 08/01/24.
Port. R. nº 2024.5 – 08/01/24 – Designa Wilson José Nascimento para o exercício da FA-2, junto à Divisão Administrativa da Editora, e Neomil Macedo para o exercício da FA-6, junto à Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Culturais, da UEPG, a partir de 08/01/24.
Port. R. nº 2024.10 – 15/01/24 – Aprova a Vanderlei Schneider de Lima, o afastamento integral das respectivas atividades para cursar Estágio de Pós-Doutorado, junto à Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Portugal, de 01/02/24 a 31/01/25.
Port. R. nº 2024.11 – 23/01/24 – Dispensa Cleise Maria de Almeida Tupich Hilgemberg da função de Diretora de Extensão Universitária, junto à PROEX, e designa Marina Tolentino Marinho para o exercício do cargo em comissão de DA-3 - Diretora de Extensão Universitária, junto a PROEX, a partir de 23/01/24.
Port. R. nº 2024.14 – 31/01/24 – Dispensa Keyla Christina Procópio de Souza do exercício da FA-2, junto à Seção de Recursos Financeiros do HURCG, a partir de 09/02/24.
Port. R. nº 2024.15 – 01/02/24 – Dispensa Abel Josinei de Arruda do exercício do cargo em comissão DA-3, junto ao HURCG, a partir de 01/02/24.
Port. R. nº 2024.16 – 01/02/24 – Dispensa Giovanni Augusto Kalempa Panazzolo do cargo de Diretor de Unidade Hospitalar, junto ao HURCG, e o designa para o exercício do cargo de Diretor Financeiro, junto ao HURCG, com manutenção dos reflexos financeiros, a partir de 01/02/24.
Port. R. nº 2024.17 – 01/02/24 – Dispensa Edicarlos Arruda de Lara exercício da FA-2 – Chefe da Divisão de Gestão de Resíduos junto ao HURCG, e o designa para o exercício do cargo em comissão DA-3 - Diretor de Infraestrutura, junto ao HURCG, a partir de 01/02/24.
Port. R. nº 2024.21 – 02/02/24 – Dispensa, a pedido, Rodrigo Simionato do exercício do cargo em comissão DA-3 - Diretor da AGIPI da UEPG, a partir de 01/02/24.
Port. R. nº 2024.23 – 02/02/24 – Dispensa, a pedido, Eugênio Maurício da Silva Neto do exercício da FA-2 – Chefe do Escritório de Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia, junto à AGIPI da UEPG, a partir de 01/02/24.
Port. R. nº 2024.26 – 02/02/24 – Designa Albino Szesz Junior para o exercício do cargo em comissão DA-3 - Diretor da AGIPI da UEPG, a partir de 01/02/24.
Port. R. nº 2024.31 – 05/02/24 – Dispensa, a pedido, Erivelton Fontana de Laat do exercício da FA-2 – Chefe da Incubadora de Projetos Tecnológicos, junto à AGIPI – UEPG, c/ ef. retroativos ao dia 01/02/24.
Port. R. nº 2024.37 – 05/02/24 – Dispensa Aisar Omar Mohamad El Tassa da percepção do valor correspondente ao TIDE Administrativo, a partir de 01/02/24.
Port. R. nº 2024.38 – 05/02/24 – Concede a Selma Josette Silveira Debtil a percepção do valor correspondente ao TIDE Administrativo, a partir de 01/02/24.
Port. R. nº 2024.43 – 06/02/24 – Designa Lorena Ribas Rebonato Alberti para o exercício da FA-2, junto à PROEX, da UEPG, de 15/02 a 15/03/24.
Port. R. nº 2024.45 – 06/02/24 – Designa Erivelton Fontana de Laat para o exercício do cargo em comissão de DA-3 – Assessor Especial da Reitoria, junto à Coordenadoria de Comunicação Social, da UEPG, c/ ef. retroativos ao dia 01/02/24.
Port. R. nº 2024.46 – 06/02/24 – Dispensa Inês Chuy Lopes do exercício do cargo em comissão de DA-3 – Diretora de Gestão Hospitalar, junto ao HURCG - UEPG, c/ ef. retroativos ao dia 01/02/24.
Port. R. nº 2024.47 – 06/02/24 – Autoriza o pagamento da substituição da função de Assessor Especial junto à Coordenadoria de Orçamento e Programação/PROAD para Selma Josette Silveira Debtil, referente ao período de 09/10 a 27/12/23, com a percepção de FA-2 e de TIDE Administrativo.

Port. R. nº 2024.48 – 06/02/24 – Dispensa Amanda Gabrieli Schuber Spósito Rangel do exercício da FA-1 - Coordenação de Projetos de Pesquisa e Extensão, junto ao HURCG, e a designa para o exercício do cargo em comissão de DA-3 – Diretora de Gestão Hospitalar, junto ao HURCG, c/ ef. retroativos ao dia 01/02/24.

Port. R. nº 2024.50 – 07/02/24 – Suspende a percepção FA-1, de Angela Maria Barbosa de Souza, mantendo-a na Coordenação da UTI Neonatal e Pediátrica do HUMAI, a partir de 07/02/24.

Port. R. nº 2024.51 – 07/02/24 – Dispensa Lucimar Araújo Braga da função de Coordenadora do Curso de Licenciatura em Letras Português/Espanhol, na modalidade a distância, da UEPG, a partir de 07/02/24.

Port. R. nº 2024.52 – 07/02/24 – Designa Dilma Heloisa Santos para exercer a função de Coordenadora do Curso de Licenciatura em Letras Português/Espanhol, modalidade a distância, do Sistema UAB, ofertado pela UEPG, de 07/02/24 a 06/02/28.

Port. R. nº 2024.66 – 09/02/24 – Designa Viviane Aparecida Bagio para exercer a função de Coordenadora do Curso de Especialização em Educação Digital EaD, modalidade a distância, do Sistema UAB, ofertado pela UEPG, de 09/02/24 a 08/02/28.

Port. R. nº 2024.74 – 15/02/24 – Prorroga o mandato de Nilo Massaru Okuno, na função de Coordenador do Curso de Bacharelado em Educação Física da UEPG, até 21/03/24.

Port. R. nº 2024.90 – 19/02/24 – Designa Vilson Luiz de Moura para o exercício da FA-2, junto à Prefeitura do Campus Universitário, da UEPG, de 05/02 a 05/05/24.

Port. R. nº 2024.91 – 20/02/24 – Designa Ivan Elizeu Bomfim Pereira e Sérgio Luiz Gadini para exercerem, respectivamente, as funções de Coordenador e Vice-Coordenador do Curso de Jornalismo, da UEPG, de 01/03/24 a 28/02/26.

Port. R. nº 2024.96 – 22/02/24 – Designa Jocemar de Quadros Chagas e Scheila Valechenski Biehl para exercerem, respectivamente, as funções de Chefe e Chefe Adjunta do Departamento de Matemática e Estatística, da UEPG, de 08/03/24 a 07/03/26.

Port. R. nº 2024.98 – 22/02/24 – Dispensa Renê Francisco Hellman do cargo em comissão DA-3 – Assessor Especial, junto à Reitoria da UEPG, a partir de 23/02/24.

Port. R. nº 2024.99 – 22/02/24 – Dispensa Giovani Marino Favero do exercício do cargo em comissão DA-1 – Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação da UEPG, a partir de 23/02/24.

Port. R. nº 2024.102 – 22/02/24 – Designa Renê Francisco Hellman para o exercício do cargo em comissão DA-1 – Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação da UEPG, a partir de 23/02/24.

Port. R. nº 2024.103 – 23/02/24 – Nomeia Carlos Emmanuel Ribeiro Lautenschläger e Carlos Ubiratan da Costa Schier para exercerem respectivamente, na qualidade de titular e suplente, a Representação Docente junto ao CA, de 01/04/24 a 31/03/26. Nomeia para exercerem a Representação Docente do Setor de Conhecimento junto ao CEPE: SECATE: Adriana de Souza Martins – titular, Maurício Zadra Pacheco – suplente; SEXATAS: Alexandre Camilo Junior – titular, Jarem Raul Garcia – suplente; SECIHLA: Simone de Fátima Flach – titular, Regina Stori – suplente; SECISA: Cleise Maria de Almeida Tupich Hilgemberg – titular, Graziela Scalise Horodyski – suplente; SECIJUR: Renê Francisco Hellman – titular, Adriana de Fátima Ferreira Campagnoli – suplente; SEBISA: Gerusa Clazer Halila Possagno – titular, Michele Dietrich Moura Costa – suplente, com mandatos de 01/04/24 a 31/03/26.

Port. R. nº 2024.104 – 23/02/24 – Designa para compor o CEP envolvendo Seres Humanos, os seguintes membros: Titulares: Ulisses Coelho – Coordenador; Bruno Ribeiro Cruz Vice- Coordenador; Elaine Cristina Antunes Rinaldi, Márcia Helena Appel, SEBISA; Maria Marta Loddi, SECATE; Juliana Carvalho Schleder, Guilherme Arcaro, HURCG –UEPG; Gizelle Aparecida Cheremeta, Valfredo Laco Dzazio RPP Conselho Municipal de Saúde. -Suplentes: Amanda Gabrieli Schuber Spósito Rangel, Débora Melo Mazzo – HURCG – UEPG; Mário Rodrigues Montemor Netto, SEBISA, com mandatos de 3 (três) anos, c/ ef. retroativos ao dia 01/01/24.

Port. R. nº 2024.105 – 23/02/24 – Dispensa a pedido, Luciane Pereira da Silva Navarro do exercício do cargo em comissão DA-3 – Coordenadora da Coordenadoria de Comunicação Social, da UEPG, a partir de 26/02/24.

Port. R. nº 2024.106 – 26/02/24 – Designa para compor a COPPA, da UEPG, os seguintes membros: Claudete da Graças Pedroso – presidente; Milton Aparecido Anfilo – secretário; Orlei José Domingues; Rodrigo Primor; Acir José Alves; João Carlos Ribeiro da Luz; Ana Paula de Freitas Pacheco; Edimar Arruda Campanucci; ficam expressamente revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria R no 2023.137.

Port. R. nº 2024.108 – 26/02/24 – Designa Débora Melo Mazzo para o exercício da FA-1 - Coordenação de Projetos de Pesquisa e Extensão, junto ao HURCG, da UEPG, c/ ef. retroativos ao dia 01/02/24.

Port. R. nº 2024.109 – 26/02/24 – Designa Ednei Gonçalves para o exercício da FA-2 – Chefe da Divisão de Gestão de Resíduos dos Hospitais Universitários, da UEPG, a partir de 26/02/24.

Port. R. nº 2024.110 – 26/02/24 – Designa Adriana Gresielly Fabrini e Joselton José de Almeida Rocha para exercerem, respectivamente, as funções de Coordenadora e Vice-Coordenador do Curso de Administração com linha de formação em Comércio Exterior, da UEPG, de 01/03/24 a 28/02/26.

Port. R. nº 2024.111 – 26/02/24 – Designa Luma de Oliveira e Alysson Luiz Stege para exercerem, respectivamente, as funções de Chefe e Chefe Adjunto do Departamento de Economia da UEPG, de 20/03/24 a 19/03/26.

Port. R. nº 2024.112 – 27/02/24 – Designa Lucimar Araujo Braga e Pascoalina Bailon de Oliveira Saleh para exercerem, respectivamente, as funções de Coordenadora e Vice-Coordenadora do PPG Stricto sensu em Estudos da Linguagem, da UEPG, de 12/03/24 a 11/03/26.

Port. R. nº 2024.113 – 27/02/24 – Nomeia Luciane Pereira da Silva Navarro como responsável pela comunicação social da UEPG e dos HUs, junto à Coordenadoria de Comunicação Social, a partir de 27/02/24.

Port. R. nº 2024.114 – 28/02/24 – Designa Natasha Santos Lise e Nilo Massaru Okuno para exercerem, respectivamente, as funções de Coordenador e Vice-Coordenador do Curso de Bacharelado em Educação Física da UEPG, de 22/03/24 a 21/03/26.

Port. R. nº 2024.122 – 29/02/24 – Dispensar o professor Silvio Luiz Rutz da Silva, da função de Coordenador do PPG Stricto sensu em Ensino de Física, da UEPG, e designa Paulo Cesar Facin e Jeremias Borges da Silva, respectivamente, para as funções de Coordenador e Vice-Coordenador do PPG Stricto sensu em Ensino de Física, da UEPG, com mandatos de 01/03/24 a 30/04/25.

Port. R. nº 2024.123 – 01/03/24 – Dispensa Jeverson Machado do Nascimento do exercício do cargo em comissão DA-3 – DQVT, junto à PROGESP e designa Paulo Cesar Machado Lemos ao exercício do cargo em comissão DA-3 – DQVT, junto à PROGESP, a partir de 01/03/24.

Port. R. nº 2024.124 – 01/03/24 – Designa Jeverson Machado do Nascimento para o exercício do cargo em comissão DA-3 – junto à Editora, da UEPG, a partir de 01/03/24.

Port. R. nº 2024.125 – 01/03/24 – Dispensa Sandra Borsoi do exercício do cargo em comissão DA-3 – Assessor Especial, junto à PROGRAD, e a designa para o exercício do cargo em comissão DA-3 – Assessor Especial da Universidade junto à SETI, a partir de 01/03/24.

Port. R. nº 2024.126 – 01/03/24 – Designa Rodrigo Simionato para o exercício da FA-2, junto à PROGRAD, a partir de 01/03/24.

Port. R. nº 2024.128 – 01/03/24 – Designa Patrícia de Miranda Kurek para o exercício da FA-2 - Coordenadora dos Refeitórios dos HUs, a partir de 01/03/24.

Port. R. nº 2024.129 – 01/03/24 – Designa Gilberto Baroni e Leandro Cavalcante Lipinski para exercerem, respectivamente, as funções de Chefe e Chefe Adjunto do Departamento de Medicina, de 18/04/24 a 17/04/26.

Port. R. nº 2024.131 – 04/03/24 – Designa Vivian Aparecida Luteski para o exercício da FA-1 - Coordenação de Estoques da Farmácia dos HUs, da UEPG, a partir de 04/03/24.

Port. R. nº 2024.132 – 04/03/24 – Designa Giovani Marino Favero e Henriette Rosa de Oliveira Emílio para exercerem, respectivamente, as funções de Chefe e Chefe Adjunta do Departamento de Biologia Geral UEPG, de 25/04/24 a 24/04/26.

Port. R. nº 2024.133 – 04/03/24 – Designa Edison Wanderley Carneiro para o exercício da FA-1, Coordenação do Centro Cirúrgico, junto ao HURCG, UEPG, a partir de 04/03/24.

Port. R. nº 2024.134 – 04/03/24 – Designa Karine Cristiane Camargo para o exercício da FA-2, junto à Seção de Recursos Financeiros do HURCG, UEPG, a partir de 04/03/24.

Port. R. nº 2024.135 – 04/03/24 – Designa Elismara Zaia Kailer e Daiana Camargo para exercerem, respectivamente, as funções de Chefe e Chefe Adjunta do Departamento de Pedagogia UEPG, de 07/03/24 a 06/03/26.

Port. R. nº 2024.137 – 06/03/24 – Prorroga o mandato a Vera Lucia Martiniak na função de Coordenadora de Curso de Especialização em Alfabetização e Letramento, modalidade a distância, do Sistema UAB, ofertado pela UEPG, de 02/04 a 31/12/24.

Port. R. nº 2024.138 – 06/03/24 – Designa Ana Luzia Rodrigues e Carla Luiza da Silva para exercerem, respectivamente, as funções de Coordenadora e Vice-Coordenadora do Curso de Enfermagem da UEPG, de 05/04/24 a 04/04/26.

Port. R. nº 2024.143 – 08/03/24 – Dispensa Leila Inês Follmann Freire, e designa Patricia Camera Varella para o exercício da FA-2 – Chefe da Divisão de Cultura e Arte, junto à PROEX – UEPG, c/ ef. retroativos ao dia 01/03/24.

Port. R. nº 2024.144 – 08/03/24 – Dispensa, a pedido, Paulo Henrique Ribeiro, e designa Roberto de Oliveira para o exercício da FA-1 – Coordenador de Logística e Transportes, junto ao HURCG UEPG, a partir de 01/04/24.

Port. R. nº 2024.146 – 08/03/24 – Dispensa, a pedido, Roberto Menezes Kowal do exercício da função acadêmica - FA-2, junto ao Museu Campos Gerais/PROEX, da UEPG, a partir de 29/02/24.

Port. R. nº 2024.147 – 08/03/24 – Dispensa José Luiz Rocha do exercício da FA-2 –Chefe da Divisão de Oficina Gráfica, junto à Imprensa, da UEPG, e o designa para o exercício da FA-3 – Secretário, junto ao Departamento de Enfermagem, da UEPG.

Port. R. nº 2024.149 – 11/03/24 - Dispensa José Eduardo Barbosa do exercício da FA-3 - Responsável por serviços junto à Oficina Gráfica da Imprensa, a partir de 01/04/24.

Port. R. nº 2024.153 – 12/03/24 - Designar o professor Paulo Sergio Ribeiro para o exercício da função de Coordenador do Curso de Licenciatura em Educação Física, modalidade a distância, do Sistema UAB, ofertado pela UEPG, de 10/05/24 a 09/05/26.

Port. R. nº 2024.166 – 13/03/24 - Prorroga o mandato de Lislei Teresinha Preuss na função de Coordenadora de Curso de Especialização em Gestão em Saúde, modalidade a distância, do Sistema UAB, ofertado pela UEPG, de 02/04 a 31/12/24.

Port. R. nº 2024.167 – 13/03/24 - Prorroga o mandato de Rita de Cássia da Silva Oliveira na função de Coordenadora do Curso de Especialização em Gerontologia, modalidade a distância, do Sistema UAB, ofertado pela UEPG, de 02/04 a 31/12/24.

Port. R. nº 2024.168 – 13/03/24 - Prorroga o mandato de Cleise Maria de Almeida Tupich Hilgemberg na função de Coordenadora de Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal, modalidade a distância, do Sistema UAB, ofertado pela UEPG, de 02/04 a 31/12/24.

Port. R. nº 2024.185 – 21/03/24 - Dispensa, a pedido, Maria Dagmar da Rocha Gaspar, do cargo em comissão DA-3 - Direção de Área Hospitalar, junto ao Núcleo de Controle de Infecção Hospitalar do HURCG, da UEPG, a partir de 01/04/24.

Port. R. nº 2024.187 – 21/03/24 - Dispensa Patrícia Machado dos Santos do

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

exercício da FA-2 - Coordenadora do Setor de Compras do HURCG, e a designa para o exercício da FA-1 - Coordenadora do Setor de Compras do HURCG, a partir de 01/04/24.

Port. R. nº 2024.188 – 21/03/24 - Designa Mariléia Pereira Polillo para o exercício da FA-2 - Coordenadoria de Logística e Estoque do Laboratório do HURCG, a partir de 01/04/24.

Port. R. nº 2024.189 – 22/03/24 - Nomeia Jozia Ribeiro do Nascimento e Sandra Márcia Linhares de Lara, respectivamente, na qualidade de titular e suplente, como Representantes do Corpo Técnico Universitário no CA e COU da UEPG, de 01/0424 a 31/03/26.

Port. R. nº 2024.190 – 22/03/24 - Dispensa, a pedido, Emanuele de Almeida do exercício do cargo em comissão DA-3 – Diretora da Diretoria de Planejamento Físico, junto à PROPLAN, e a designa para o exercício do cargo em comissão DA-3 – Assessora junto à PROPLAN – UEPG, c/ ef. retroativos ao dia 18/03/24.

Port. R. nº 2024.191 – 22/03/24 - Designa Guilherme Araujo Vuitik para o exercício do cargo em comissão DA-3 – Diretor da Diretoria de Planejamento Físico, junto à PROPLAN, c/ ef. retroativos ao dia 18/03/24.

Port. R. nº 2024.192 – 22/03/24 - Designa Cesar Eduardo Abud Limas para o exercício da FA-2 – Chefe do Escritório de Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia, junto à AGIPI da UEPG, e designa Ezequiel Gueiber para o exercício da FA-2 –Chefe da Incubadora de Projetos Tecnológicos, junto à AGIPI da UEPG, a partir de 22/03/24.

Port. R. nº 2024.193 – 22/03/24 - Designa Paulo Rogério Moro e Edson Belo Clemente de Souza para exercerem, respectivamente, as funções de Coordenador e Vice-Coordenador do Curso de Licenciatura em Geografia da UEPG, de 04/04/24 a 01/04/26.

Port. R. nº 2024.194 – 22/03/24 - Dispensa, a pedido, Marcelo Miranda Farias, do exercício do cargo em comissão DA-3 - Diretor de Manutenção, junto à PRECAM da UEPG, a partir de 27/03/24.

Port. R. nº 2024.195 – 25/03/24 - Designa Jadiel Matias de Almeida para o exercício do cargo em comissão DA-3 - Assessor junto à PRECAM, UEPG, a partir de 28/03/24.

Port. R. nº 2024.197 – 25/03/24 - Designa Jeanne Regina Morais para compor as Comissões de Credenciamentos dos Hospitais Universitários, da UEPG, em substituição a Abel Josinei Arruda, a partir de 25/03/24.

Port. R. nº 2024.199 – 26/03/24 - Dispensa, a pedido, Edmar Miyoshi, do exercício do cargo em comissão DA-2 - Diretor Acadêmico do HURCG, da UEPG, a partir de 01/04/24.

Port. R. nº 2024.200 – 26/03/24 - Dispensa Guilherme Arcaro do exercício do cargo em comissão DA-3 – Direção de Enfermagem, junto ao HURCG, da UEPG, com efeitos a partir de 01/04/24.

Port. R. nº 2024.201 – 26/03/24 - Designa Guilherme Arcaro para o exercício do cargo em comissão DA-2 - Diretor Acadêmico do HURCG, da UEPG, com efeitos a partir de 01/04/24.

Port. R. nº 2024.202 – 26/03/24 - Designa Joseane Quirrenbach para o exercício do cargo em comissão DA-3 – Direção de Enfermagem, junto ao HURCG, da UEPG, com efeitos a partir de 01/04/24.

Port. R. nº 2024.204 – 26/03/24 - Dispensa Milton Aparecido Anfilo do exercício da FA-2 - Secretário, junto à Reitoria, e o designa para o exercício do cargo em comissão DA-1, junto à Reitoria com a percepção do valor correspondente ao TIDE administrativo, c/ ef. retroativos 01/03/24.

Port. R. nº 2024.206 – 27/03/24 - Designa Karin Linete Hornes e Celbo Antônio da Fonseca Rosas, respectivamente, para as funções de Coordenadora e Vice-Coordenador do PPG Stricto sensu em Geografia, da UEPG, com mandatos de 01/05/24 a 30/04/26.

Port. R. nº 2024.207 – 27/03/24 - Designa Lislei Teresinha Preuss e Carlos Eduardo Coradassi, respectivamente, para as funções de Coordenador e Vice-Coordenador do PPG Stricto sensu em Ciências Sociais Aplicadas, da UEPG, com mandatos de 18/04/24 a 17/04/26.

Port. R. nº 2024.211 – 01/04/24 - Suspende a percepção da FA-1, de Danilo César Pereira mantendo-o na Coordenação do Núcleo Interno de Regulação, junto ao HURCG da UEPG, a partir de 01/04/24.

Port. R. nº 2024.218 – 02/04/24 - Dispensa Gary José Chagas do exercício da FA-2 – Chefe do Centro de Recursos Audiovisuais, junto ao Cerimonial da Reitoria, da UEPG, com efeitos a partir de 01/04/24.

Port. R. nº 2024.220 – 03/04/24 - Dispensa Cintia Kloster Ribeiro do exercício da FA-2, junto ao HURCG, da UEPG, a partir de 01/04/24.

Port. R. nº 2024.222 – 03/04/24 - Dispensa, a pedido, Lislei Teresinha Preuss do exercício da função de apoio a Direção Geral para assuntos de ouvidoria, junto ao HURCG e HUMAI, da UEPG, a partir de 15/04/24.

Port. R. nº 2024.225 – 04/04/24 - Dispensa, a pedido, Amanda Gabrieli Schuber Spósito Rangel do exercício do cargo em comissão DA-3 – Diretora de Gestão Hospitalar, junto ao HURCG da UEPG, a partir de 01/04/24.

Port. R. nº 2024.226 – 04/04/24 - Dispensa Thaiza Acosta Rebonato do exercício da FA-1 – Coordenação do Centro de Estudos, junto ao HURCG, e a designa para exercício do cargo em comissão DA-3 – Diretora de Gestão Hospitalar, junto ao HURCG da UEPG, c/ ef. retroativos a 01/04/24.

Port. R. nº 2024.227 – 04/04/24 - Prorroga o mandato de Erivelton Fontana de Laat na função de Coordenador de Curso de Especialização em Educação Física Escolar, modalidade a distância, do Sistema UAB, ofertado pela UEPG, de 26/04 a 31/12/24.

Port. R. nº 2024.228 – 04/04/24 - Dispensa Tatiana Emmanuele Martins Gadens Ferreira do exercício da FA-1 - Chefe da Divisão de Psicologia, e Gabriele Alves de Paula Chemin do exercício da FA-2 – Chefe da Divisão de Fonoaudiologia, junto ao HURCG da UEPG, c/ ef. retroativos a 01/04/24.

Port. R. nº 2024.230 – 04/04/24 - Prorroga o mandato de Gisele Brandelero Camargo na função de Coordenadora do Curso de Pedagogia, modalidade a distância, do Sistema UAB, ofertado pela UEPG, de 06/05/24 a 31/12/26.

Port. R. nº 2024.232 – 04/04/24 - Prorroga o mandato de Marilisa do Rocio Oliveira na função de Coordenadora de Curso de Tecnologia em Gestão Pública, modalidade a distância, do Sistema UAB, ofertado pela UEPG, de 26/04/24 a 25/08/25.

Port. R. nº 2024.238 – 04/04/24 - Dispensa Marcelo Hartmann do exercício da FA- 3, junto à Secretaria do Departamento de Contabilidade, da UEPG, a partir de 01/04/24.

Port. R. nº 2024.240 – 05/04/24 - Dispensa Stellamaris Cordeiro Silvestre Rosa da FA-1, e a designa para o exercício do cargo em comissão DA-3 - Direção de Área Hospitalar, junto ao Núcleo de Controle de Infecção Hospitalar do HURCG da UEPG, c/ ef. retroativos a 01/04/24.

Port. R. nº 2024.241 – 05/04/24 - Designa Jeanny Franciela Kos Moleta para o exercício da FA-1 - Coordenação do Núcleo de Qualidade, junto ao HURCG da UEPG, c/ ef. retroativos a 01/04/24.

Port. R. nº 2024.244 – 08/04/24 - Retifica a Portaria R. no 2024.222 e passa a dispensar Lislei Teresinha Preuss do exercício da FA-1, junto ao HURCG da UEPG, a partir de 15/04/24.

Port. R. nº 2024.247 – 09/04/24 - Prorroga o mandato de Rauli Gross Junior na função de Coordenador do Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública, modalidade a distância, do Sistema UAB, ofertado pela UEPG, de 26/04 a 31/12/24.

Port. R. nº 2024.250 – 10/04/24 - Designa Noslene Franciele Bordinhao Monegati da Silva para o exercício da FA-2 – Chefe da Divisão de Credenciamentos e Terceirizações, , junto ao HURCG da UEPG, c/ ef. retroativos a 01/04/24.

Eliane de Fátima Rauski,
Pró-Reitor**.**

37698/2024

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas

A Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas da Universidade Estadual de Ponta Grossa, no uso de suas atribuições legais e estatutárias;

Considerando a autonomia administrativa conferida pelo Artigo 207 da Constituição da República do Brasil e Art. 180 da Constituição do Estado do Paraná;

Considerando o art. 5º da Lei n°5.540/68, alterada pela Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996;

Considerando o art. 28, inciso X, do Estatuto da Universidade Estadual de Ponta Grossa;

Considerando o art. 5º da Lei n° 9.663/91;

Considerando a Resolução n° 4.896/93 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná;

RESOLVE,

Tornar público as Resoluções CA emitidas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, abaixo relacionadas:

Res. CA nº 2024.2 – 26/02/24 – Concede 02 (duas) licenças sabáticas a Maria das Graças do Espírito Santo Tigre, a fim de desenvolver atividades de pesquisa junto à UTFPR - campus Pato Branco, de 19/02/24 a 19/02/25.

Res. CA nº 2024.3 – 26/02/24 – Concede 02 (duas) licenças sabáticas a Silvio Luiz Rutz da Silva, para desenvolver atividades de pesquisa, junto ao Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais, campus Juiz de Fora, de 01/03/24 a 28/02/25.

Res. CA nº 2024.4 – 26/02/24 – Concede 02 (duas) licenças sabáticas a André Vitor Chaves de Andrade, para desenvolver atividades de pesquisa, junto à UTFPR - campus Ponta Grossa, de 01/03/24 a 28/02/25.

Res. CA nº 2024.5 – 26/02/24 – Aprova a Cássia Gonçalves Magalhães, o afastamento integral das respectivas atividades para cursar Estágio de Pós-Doutorado, junto à Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", campus de Araraquara, São Paulo, de 01/03/24 a 01/03/25.

Res. CA nº 2024.15 – 26/02/24 – Homologa a Portaria R. no 2024.10, que aprovou ad referendum a Vanderlei Schneider de Lima, o afastamento integral das respectivas atividades para cursar Estágio de Pós-Doutorado, junto à Universidade de Coimbra, na cidade de Coimbra, Portugal, de 01/02/24 a 31/01/25.

Res. CA nº 2024.36 – 26/02/24 – Aprova o Relatório Final das Atividades de Estágio de Pós-Doutorado de Karlo Marques Junior, realizado junto ao Departamento de Economia da Universidade de Carleton, na cidade de Ottawa - Canadá, de 12/09/22 a 11/09/23.

Res. CA nº 2024.37 – 26/02/24 – Aprova a alteração do afastamento de parcial para integral das respectivas atividades a Maria Iolanda de Oliveira, para cursar Doutorado, junto ao PPG em Ciências Sociais Aplicadas da UEPG, a partir de 01/02/24.

Res. CA nº 2024.38 – 26/02/24 – Aprova a alteração do afastamento de parcial para integral das respectivas atividades a Eugênio Mauricio da Silva Neto, para cursar Doutorado, junto ao PPG em Ciências Sociais Aplicadas da UEPG, a partir de 10/02/24.

Res. CA nº 2024.42 – 26/02/24 – Aprova a antecipação do retorno de Fábio Postiglione Mansani, tornando sem efeito a prorrogação do afastamento integral das respectivas atividades para cursar Doutorado, com efeitos retroativos ao dia 26/11/23.

Res. CA nº 2024.48 – 18/03/24 – Aprova o Relatório Final das Atividades de Estágio de Pós-Doutorado de Antonio Paulo Benatte, lotado no Departamento de História, realizado na USP, de 09/05/22 a 08/05/23.

Res. CA nº 2024.56 – 18/03/24 – Aprova a Melissa Andres Freitas, o afastamento integral das respectivas atividades para cursar Doutorado, junto ao PPG em Letras, da UNICENTRO, Campus Santa Cruz, Guarapuava-PR, de 04/03/24 a 03/03/25.

Res. CA nº 2024.57 – 18/03/24 – Aprova a Adriana Postiglione Buhrer Samra, inclusão no regime de tempo integral e dedicação exclusiva – TIDE, a partir de 18/03/24.

Res. CA nº 2024.58 – 18/03/24 – Aprova a Everson Manjinski, inclusão no regime de tempo integral e dedicação exclusiva – TIDE, a partir de 18/03/24.

Eliane de Fátima Rauski,
Pró-Reitor**.**

37699/2024

PORTARIA R. - Nº 2024.257

O VICE-REITOR NO EXERCÍCIO DA REITORIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, considerando os termos do expediente autuado no Sistema Eletrônico de Informações da Universidade Estadual de Ponta Grossa, onde se consubstanciou no Processo nº 24.000016103-0,

R E S O L V E:

Art. 1º Autorizar, a pedido, a rescisão do contrato de trabalho em regime especial do cargo de Técnico em Enfermagem, de Ana Paula Rodrigues de Lima, R.G. nº 13.xxx.629-5, linha funcional 3, lotada no Hospital Universitário Regional dos Campos Gerais, no regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 11 de março de 2024. Reitoria da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Ponta Grossa, 15 de abril de 2024.

Ivo Mottin Demiate,
Vice-Reitor no exercício da Reitoria.

37792/2024

PORTARIA R. - Nº 2024.259

O VICE-REITOR NO EXERCÍCIO DA REITORIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, considerando os termos do expediente autuado no Sistema Eletrônico de Informações da Universidade Estadual de Ponta Grossa, onde se consubstanciou no Processo nº 24.000012959-5,

R E S O L V E:

Art. 1º Autorizar, a pedido, a rescisão do contrato de trabalho em regime especial do cargo de Técnico em Enfermagem, de Lilian Fernanda Lopes Reis, RG nº 10.xxx.493-4, linha funcional 2, lotada no Hospital Universitário Regional dos Campos Gerais, no regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 22 de fevereiro de 2024. Reitoria da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Ponta Grossa, 15 de abril de 2024.

Ivo Mottin Demiate,
Vice-Reitor no exercício da Reitoria.

37789/2024

PORTARIA R. - Nº 2024.267

O VICE-REITOR NO EXERCÍCIO DA REITORIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, considerando os termos do expediente autuado no Sistema Eletrônico de Informações da Universidade Estadual de Ponta Grossa, onde se consubstanciou no Processo nº 24.000008665-9,

R E S O L V E:

Art. 1º Autorizar, a pedido, a rescisão do contrato de trabalho em regime especial do cargo de Auxiliar Administrativo, de Geissy Aparecida Wenuka Rosa, RG nº 13.xxx.101-9, linha funcional 1, lotada no Hospital Universitário Regional dos Campos Gerais, no regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 08 de março de 2024. Reitoria da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Ponta Grossa, 15 de abril de 2024.

Ivo Mottin Demiate,
Vice-Reitor no exercício da Reitoria.

37771/2024

PORTARIA R. - Nº 2024.256

O VICE-REITOR NO EXERCÍCIO DA REITORIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, considerando os termos do expediente autuado no Sistema Eletrônico de Informações da Universidade Estadual de Ponta Grossa, onde se consubstanciou no Processo nº 24.000016478-1,

R E S O L V E:

Art. 1º Autorizar, a pedido, a rescisão do contrato de trabalho em regime especial do cargo de Professor Colaborador, de Clara do Prado Patrício, RG nº 9.xxx.921-9, linha funcional 1, lotada no Departamento de Estudos da Linguagem, no regime de trabalho de 20 (vinte) horas semanais.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 29 de março de 2024. Reitoria da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Ponta Grossa, 15 de abril de 2024.

Ivo Mottin Demiate,
Vice-Reitor no exercício da Reitoria.

37793/2024

PORTARIA R. - Nº 2024.269

O VICE-REITOR NO EXERCÍCIO DA REITORIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, considerando os termos do expediente autuado no Sistema Eletrônico de Informações da Universidade Estadual de Ponta Grossa, onde se consubstanciou no Processo nº 24.000008881-3,

R E S O L V E:

Art. 1º Autorizar, a pedido, a rescisão do contrato de trabalho em regime especial do cargo de Técnico em Enfermagem, de Valéria Rodrigues, RG nº 12.xxx.372-1, linha funcional 2, lotada no Hospital Universitário Regional dos Campos Gerais, no regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 09 de março de 2024. Reitoria da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Ponta Grossa, 15 de abril de 2024.

Ivo Mottin Demiate,
Vice-Reitor no exercício da Reitoria.

37774/2024

PORTARIA R. - Nº 2024.266

O VICE-REITOR NO EXERCÍCIO DA REITORIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, considerando os termos do expediente autuado no Sistema Eletrônico de Informações da Universidade Estadual de Ponta Grossa, onde se consubstanciou no Processo nº 24.000008449-4,

R E S O L V E:

Art. 1º Autorizar, a pedido, a rescisão do contrato de trabalho em regime especial do cargo de Técnico em Enfermagem, de Nara Faria Araújo, linha funcional 3, RG nº 5.xxx.832-7, lotada no Hospital Universitário Regional dos Campos Gerais, no regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 08 de março de 2024. Reitoria da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Ponta Grossa, 15 de abril de 2024.

Ivo Mottin Demiate,
Vice-Reitor no exercício da Reitoria.

37770/2024

PORTARIA R. - Nº 2024.275

O VICE-REITOR NO EXERCÍCIO DA REITORIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, considerando os termos do expediente autuado no Sistema Eletrônico de Informações da Universidade Estadual de Ponta Grossa, onde se consubstanciou no Processo nº 24.000011474-1,

R E S O L V E:

Art. 1º Autorizar, a pedido, a rescisão do contrato de trabalho em regime especial do cargo de Técnico em Enfermagem, de Rosenilda Rodrigues, RG nº 6.xxx.915-8, linha funcional 3, lotada no Hospital Universitário Regional dos Campos Gerais, no regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 20 de março de 2024. Reitoria da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Ponta Grossa, 15 de abril de 2024.

Ivo Mottin Demiate,
Vice-Reitor no exercício da Reitoria.

37785/2024

PORTARIA R. - Nº 2024.258

O VICE-REITOR NO EXERCÍCIO DA REITORIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, considerando os termos do expediente autuado no Sistema Eletrônico de Informações da Universidade Estadual de Ponta Grossa, onde se consubstanciou no Processo nº 24.000012898-0,

R E S O L V E:

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Art. 1º Autorizar, a pedido, a rescisão do contrato de trabalho em regime especial do cargo de Professor Colaborador, de Matheus Ariel Battisti, RG nº 10.xxx.229-4, linha funcional 1, lotado no Departamento de Geociências, no regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 26 de fevereiro de 2024. Reitoria da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Ponta Grossa, 15 de abril de 2024.

Ivo Mottin Demiate,
Vice-Reitor no exercício da Reitoria.

37790/2024

PORTARIA R. - Nº 2024.274

O VICE-REITOR NO EXERCÍCIO DA REITORIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, considerando os termos do expediente autuado no Sistema Eletrônico de Informações da Universidade Estadual de Ponta Grossa, onde se consubstanciou no Processo nº 24.000011450-4,

R E S O L V E:

Art. 1º Autorizar, a pedido, a rescisão do contrato de trabalho em regime especial do cargo de Professor Colaborador, de Rafaella Martins de Oliveira, RG nº 10.xxx.839-0, linha funcional 5, lotada no Departamento de Direito Processual, no regime de trabalho de 20 (vinte) horas semanais.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 01 de março de 2024. Reitoria da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Ponta Grossa, 15 de abril de 2024.

Ivo Mottin Demiate,
Vice-Reitor no exercício da Reitoria.

37784/2024

PORTARIA R. - Nº 2024.272

O VICE-REITOR NO EXERCÍCIO DA REITORIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, considerando os termos do expediente autuado no Sistema Eletrônico de Informações da Universidade Estadual de Ponta Grossa, onde se consubstanciou no Processo nº 24.000000043-6,

R E S O L V E:

Art. 1º Autorizar, a pedido, a rescisão do contrato de trabalho em regime especial do cargo de Auxiliar Administrativo, de Daiane de Fátima Nabozny, RG nº 9.xxx.311-5, linha funcional 1, lotada no Hospital Universitário Regional dos Campos Gerais, no regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 02 de janeiro de 2024. Reitoria da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Ponta Grossa, 15 de abril de 2024.

Ivo Mottin Demiate,
Vice-Reitor no exercício da Reitoria.

37779/2024

PORTARIA R. - Nº 2024.271

O VICE-REITOR NO EXERCÍCIO DA REITORIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, considerando os termos do expediente autuado no Sistema Eletrônico de Informações da Universidade Estadual de Ponta Grossa, onde se consubstanciou no Processo nº 24.000010062-7,

R E S O L V E:

Art. 1º Autorizar, a pedido, a rescisão do contrato de trabalho em regime especial do cargo de Auxiliar Administrativo, de Ana Claudia Terluk Mendes, RG nº 6.xxx.748-2, linha funcional 2, lotada no Hospital Universitário Regional dos Campos Gerais, no regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 17 de março de 2024. Reitoria da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Ponta Grossa, 15 de abril de 2024.

Ivo Mottin Demiate,
Vice-Reitor no exercício da Reitoria.

37778/2024

PORTARIA R. - Nº 2024.270

O VICE-REITOR NO EXERCÍCIO DA REITORIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, considerando os termos do expediente autuado no Sistema Eletrônico de Informações da Universidade Estadual de Ponta Grossa, onde se consubstanciou no Processo nº 24.000009192-0,

R E S O L V E:

Art. 1º Autorizar, a pedido, a rescisão do contrato de trabalho em regime especial do cargo de Técnico em Enfermagem, de Daniele Batista, RG nº 8.xxx.429-6, linha funcional 1, lotada no Hospital Universitário Regional dos Campos Gerais, no regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 02 de março de 2024. Reitoria da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Ponta Grossa, 15 de abril de 2024.

Ivo Mottin Demiate,
Vice-Reitor no exercício da Reitoria.

37775/2024

PORTARIA R. - Nº 2024.276

O VICE-REITOR NO EXERCÍCIO DA REITORIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, considerando os termos do expediente autuado no Sistema Eletrônico de Informações da Universidade Estadual de Ponta Grossa, onde se consubstanciou no Processo nº 24.000016196-0,

R E S O L V E:

Art. 1º Autorizar, a pedido, a rescisão do contrato de trabalho em regime especial do cargo de Professor Colaborador, de Lucas Haygert Pantaleão, RG nº 3.xxx.539-3, linha funcional 2, lotado no Departamento de Serviço Social, no regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 26 de fevereiro de 2024. Reitoria da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Ponta Grossa, 15 de abril de 2024.

Ivo Mottin Demiate,
Vice-Reitor no exercício da Reitoria.

37794/2024

PORTARIA R. - Nº 2024.265

O VICE-REITOR NO EXERCÍCIO DA REITORIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, considerando os termos do expediente autuado no Sistema Eletrônico de Informações da Universidade Estadual de Ponta Grossa, onde se consubstanciou no Processo nº 24.000008192-4,

R E S O L V E:

Art. 1º Autorizar, a pedido, a rescisão do contrato de trabalho em regime especial do cargo de Técnico em Enfermagem, de Sandra de Almeida Prado, RG nº 7.xxx.996-0, linha funcional 1, lotada no Hospital Universitário Regional dos Campos Gerais, no regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 07 de março de 2024. Reitoria da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Ponta Grossa, 15 de abril de 2024.

Ivo Mottin Demiate,
Vice-Reitor no exercício da Reitoria.

37767/2024

PORTARIA R. - Nº 2024.273

O VICE-REITOR NO EXERCÍCIO DA REITORIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, considerando os termos do expediente autuado no Sistema Eletrônico de Informações da Universidade Estadual de Ponta Grossa, onde se consubstanciou no Processo nº 24.000010473-8,

R E S O L V E:

Art. 1º Autorizar, a pedido, a rescisão do contrato de trabalho em regime especial do cargo de Professor Colaborador, de Camila Jansen de Mello Santana, RG nº 7.xxx.749-2, linha funcional 6, lotada no Departamento de História, no regime de trabalho de 20 (vinte) horas semanais.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 26 de fevereiro de 2024. Reitoria da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Ponta Grossa, 15 de abril de 2024.

Ivo Mottin Demiate,
Vice-Reitor no exercício da Reitoria.

37781/2024

PORTARIA R. - Nº 2024.261

O VICE-REITOR NO EXERCÍCIO DA REITORIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, considerando os termos do expediente autuado no Sistema Eletrônico de Informações da Universidade Estadual de Ponta Grossa, onde se consubstanciou no Processo nº 24.000008056-1,

R E S O L V E:

Art. 1º Autorizar, a pedido, a rescisão do contrato de trabalho em regime especial do cargo de Técnico em Enfermagem, de Carla Ângela Zdebski, RG nº 9.xxx.305-3, linha funcional 3, lotada no Hospital Universitário Regional dos Campos Gerais, no regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 07 de março de 2024. Reitoria da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Ponta Grossa, 15 de abril de 2024.

Ivo Mottin Demiate,
Vice-Reitor no exercício da Reitoria.

37753/2024

PORTARIA R. - Nº 2024.260

O VICE-REITOR NO EXERCÍCIO DA REITORIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, considerando os termos do expediente autuado no Sistema Eletrônico de Informações da Universidade Estadual de Ponta Grossa, onde se consubstanciou no Processo nº 24.000008158-4,

R E S O L V E:

Art. 1º Autorizar, a pedido, a rescisão do contrato de trabalho em regime especial do cargo de Professor Colaborador, de Albino Szesz Júnior, RG nº 8.xxx.090-3, linha funcional 9, lotado no Departamento de Informática, no regime de trabalho de 20 (vinte) horas semanais.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 05 de março de 2024. Reitoria da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Ponta Grossa, 15 de abril de 2024.

Ivo Mottin Demiate,
Vice-Reitor no exercício da Reitoria.

37755/2024

PORTARIA R. - Nº 2024.268

O VICE-REITOR NO EXERCÍCIO DA REITORIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, considerando os termos do expediente autuado no Sistema Eletrônico de Informações da Universidade Estadual de Ponta Grossa, onde se consubstanciou no Processo nº 24.000008206-8,

R E S O L V E:

Art. 1º Autorizar, a pedido, a rescisão do contrato de trabalho em regime especial do cargo de Técnico em Enfermagem, de Ana Verenice Alves da Silva de Camargo, RG nº 7.xxx.692-8, linha funcional 1, lotada no Hospital Universitário Regional dos Campos Gerais, no regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 09 de março de 2024. Reitoria da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Ponta Grossa, 15 de abril de 2024.

Ivo Mottin Demiate,
Vice-Reitor no exercício da Reitoria.

37758/2024

PORTARIA R. - Nº 2024.262

O VICE-REITOR NO EXERCÍCIO DA REITORIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, considerando os termos do expediente autuado no Sistema Eletrônico de Informações da Universidade Estadual de Ponta Grossa, onde se consubstanciou no Processo nº 24.000008207-6,

R E S O L V E:

Art. 1º Autorizar, a pedido, a rescisão do contrato de trabalho em regime especial do cargo de Técnico em Enfermagem, de Ivonilde da Aparecida Falcão, RG nº 6.xxx.468-5, linha funcional 2, lotada no Hospital Universitário Regional dos Campos Gerais, no regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 09 de março de 2024. Reitoria da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Ponta Grossa, 15 de abril de 2024.

Ivo Mottin Demiate,
Vice-Reitor no exercício da Reitoria.

37761/2024

PORTARIA R. - Nº 2024.263

O VICE-REITOR NO EXERCÍCIO DA REITORIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, considerando os termos do expediente autuado no Sistema Eletrônico de Informações da Universidade Estadual de Ponta Grossa, onde se consubstanciou no Processo nº 24.000008378-1,

R E S O L V E:

Art. 1º Autorizar, a pedido, a rescisão do contrato de trabalho em regime especial do cargo de Técnico em Enfermagem, de Lunya Balmant Vasconcelos, RG nº 10.xxx.778-6, linha funcional 2, lotada no Hospital Universitário Regional dos Campos Gerais, no regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 08 de março de 2024. Reitoria da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Ponta Grossa, 15 de abril de 2024.

Ivo Mottin Demiate,
Vice-Reitor no exercício da Reitoria.

37763/2024

PORTARIA R. - Nº 2024.264

O VICE-REITOR NO EXERCÍCIO DA REITORIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, considerando os termos do expediente autuado no Sistema Eletrônico de Informações da Universidade Estadual de Ponta Grossa, onde se consubstanciou no Processo nº 24.000008418-4,

R E S O L V E:

Art. 1º Autorizar, a pedido, a rescisão do contrato de trabalho em regime especial do cargo de Técnico em Enfermagem, de Rosângela Santana do Nascimento, RG nº 9.xxx.874-5, linha funcional 2, lotada no Hospital Universitário Regional dos Campos Gerais, no regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 08 de março de 2024. Reitoria da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Ponta Grossa, 15 de abril de 2024.

Ivo Mottin Demiate,
Vice-Reitor no exercício da Reitoria.

37765/2024

UNESPAR

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR/REITORIA
A Reitora da UNESPAR, no uso de suas atribuições legais, torna público as seguintes **PORTARIAS:**
Portaria nº 351/2024 de 05/04/2024. Art. 1º Contratar a professora **Glenda Lislie Maciel Alves,** RG nº 15.XXX.237-6/PR, aprovada no Processo Seletivo Simplificado – PSS, referente ao Edital de Abertura nº 001/2023 – PSS, Edital de Resultado Final nº 019/2023 - PSS e Edital de Convocação n° 038/2024 - PROGESP, para cidade de Loanda vinculado ao *Campus* de Paranavaí, na modalidade em Regime Especial – CRES, para Professor Colaborador, Doutor, regime de trabalho de 20 horas, pelo período de **12/03/2024 a 31/12/2024.**
Portaria nº 352/2024 de 05/04/2024. Art. 1º Contratar a professora **Thálita Anny Estefanuto Orsiolli,** RG nº 15.XXX.191-5/PR, aprovada no Processo Seletivo Simplificado – PSS, referente ao Edital de Abertura nº 001/2023 – PSS, Edital de Resultado Final nº 019/2023 PSS e Edital de Convocação n° 055/2024 - PROGESP, para o *Campus* de União da Vitória, na modalidade em Regime Especial – CRES, para Professor Colaborador, Doutor, regime de trabalho de 40 horas, **pelo período de 15/03/2024 a 31/12/2024.**
Portaria nº 353/2024 de 05/04/2024. Art. 1º Contratar a professora **Greiciane Farias da Silva,** RG nº 13.XXX.875-8/PR, aprovada no Processo Seletivo Simplificado – PSS, referente ao Edital de Abertura nº 001/2022 – PSS, Edital de Resultado Final nº 013/2022 PSS e Edital de Convocação n° 072/2024 - PROGESP, para o *Campus* de Campo Mourão, na modalidade em Regime Especial – CRES, para Professor Colaborador, Mestre, regime de trabalho de 20 horas, **pelo período de 01/04/2024 a 31/12/2024.**
Portaria nº 354/2024 de 05/04/2024. Art. 1º Contratar o professor

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Jefferson de Moura Saraiva, RG nº 14.XXX.059-0/PR, aprovado no Processo Seletivo Simplificado – PSS, referente ao Edital de Abertura nº 001/2023 – PSS, Edital de Resultado Final nº 019/2022 PSS e Edital de Convocação n° 091/2024 - PROGESP, para o *Campus* de Apucarana, na modalidade em Regime Especial – CRES, para Professor Colaborador, Doutor, regime de trabalho de 40 horas, **pelo período de 21/03/2024 a 31/12/2024.**

Portaria nº 355/2024 de 05/04/2024. Art. 1º Contratar a professora **Angela Stadler de Paula Macedo,** RG nº 8.XXX.117-5/PR, aprovada no Processo Seletivo Simplificado – PSS, referente ao Edital de Abertura nº 001/2023 – PSS, Edital de Resultado Final nº 019/2022 PSS e Edital de Convocação n° 060/2024 - PROGESP, para o *Campus* de Curitiba II, na modalidade em Regime Especial – CRES, para Professor Colaborador, Mestre, regime de trabalho de 20 horas, **pelo período de 01/04/2024 a 31/12/2024.**

Portaria nº 356/2024 de 05/04/2024. Art. 1º Contratar a professora **Maira Wencel Ferreira dos Santos,** RG nº 14.XXX.038-0/PR, aprovada no Processo Seletivo Simplificado – PSS, referente ao Edital de Abertura nº 001/2022 – PSS, Edital de Resultado Final nº 013/2022 PSS e Edital de Convocação n° 073/2024 - PROGESP, para o *Campus* de Campo Mourão, na modalidade em Regime Especial – CRES, para Professor Colaborador, Mestre, regime de trabalho de 20 horas**, pelo período de 01/04/2024 a 31/12/2024.**

Portaria nº 357/2024 de 05/04/2024. Art. 1º Prorrogar o prazo do Contrato de Regime Especial – CRES do Agente Universitário**, Jonatas Silveira do Nascimento,** RG nº 10.XXX.590-8/PR para o Campus de Paranaguá, referente ao Edital de Abertura nº 045/2022, **no período de 21/03/2024 até 20/03/2025**

Portaria nº 358/2024 de 05/04/2024. Art. 1º Contratar a Agente Universitária**, Juliana Lima Ferreira,** RG nº 9.XXX.995-1/PR, aprovada no Processo Seletivo Simplificado – PSS, referente ao Edital de Abertura nº 021/2023 – PSS, Edital de Resultado Final nº 033/2023 - PSS e Edital de Convocação n° 070/2024 - PROGESP, para Reitoria - Paranavaí, na modalidade de Contrato de Regime Especial – CRES, para função de Técnico Administrativo, regime de trabalho de 40 horas**, pelo período de 19/03/2024 a 18/03/2025.**

Portaria nº 359/2024 de 05/04/2024. Art. 1º Contratar o professo**r Luiz Otávio Rodriguês Mendes,** RG nº 11.XXX.349-0/PR, aprovado no Processo Seletivo Simplificado – PSS, referente ao Edital de Abertura nº 001/2023 – PSS, Edital de Resultado Final nº 019/2023 PSS e Edital de Convocação n° 105/2024 - PROGESP, para o *Campus* de Apucarana, na modalidade em Regime Especial – CRES, para Professor Colaborador, Doutor, regime de trabalho de 20 horas**, pelo período de 15/04/2024 a 31/12/2024**

Portaria nº 360/2024 de 05/04/2024. Art. 1º Contratar a professora **Joelma Castelo Bernardo da Silva,** RG nº 15.XXX.395-3/PR, aprovada no Processo Seletivo Simplificado – PSS, referente ao Edital de Abertura nº 001/2022 – PSS, Edital de Resultado Final nº 013/2022 PSS e Edital de Convocação n° 102/2024 - PROGESP, para o *Campus* de Apucarana, na modalidade em Regime Especial – CRES, para Professor Colaborador, Doutor, regime de trabalho de 20 horas**, pelo período de 01/04/2024 a 31/12/2024.**

Portaria nº 361/2024 de 05/04/2024. Art. 1º Contratar a professora **Paula Tamyris Moya,** RG nº 10.XXX.119-7/PR, aprovada no Processo Seletivo Simplificado – PSS, referente ao Edital de Abertura nº 001/2022 – PSS, Edital de Resultado Final nº 013/2022 PSS e Edital de Convocação n° 88/2024 - PROGESP, para o *Campus* de Apucarana, na modalidade em Regime Especial – CRES, para Professor Colaborador, Doutor, regime de trabalho de 40 horas**, pelo período de 25/03/2024 a 31/12/2024.**

Portaria nº 362/2024 de 05/04/2024. Art. 1º Contratar o professor **Alex Sandro dos Santos,** RG nº 8.XXX.365-8/PR, aprovado no Processo Seletivo Simplificado – PSS, referente ao Edital de Abertura nº 001/2022 – PSS, Edital de Resultado Final nº 013/2022 PSS e Edital de Convocação n° 092/2024 - PROGESP, para o *Campus* de Campo Mourão, na modalidade em Regime Especial – CRES, para Professor Colaborador, Mestre, regime de trabalho de 20 horas**, pelo período de 01/04/2024 a 31/12/2024.**

Portaria nº 363/2024 de 05/04/2024. Art. 1º Contratar o professor **Alan Deivid Pereira,** RG nº 10.XXX.376-3/PR, aprovado no Processo Seletivo Simplificado – PSS, referente ao Edital de Abertura nº 001/2022 – PSS, Edital de Resultado Final nº 013/2022 PSS e Edital de Convocação n° 100/2024 - PROGESP, para o *Campus* de União da Vitória, na modalidade em Regime Especial – CRES, para Professor Colaborador, Doutor, regime de trabalho de 20 horas**, pelo período de 01/04/2024 a 31/12/2024.**

Portaria nº 364/2024 de 05/04/2024. Art. 1º Contratar o professor **Gustavo Bertoche Guimarães,** RG nº 11.XXX.825-0/RJ, aprovado no Processo Seletivo Simplificado – PSS, referente ao Edital de Abertura nº 035/2023 – PSS, Edital de Resultado Final nº 056/2023 PSS e Edital de Convocação n° 114/2024 - PROGESP, para o *Campus* de União da Vitória, na modalidade em Regime Especial – CRES, para Professor Colaborador, Doutor, regime de trabalho de 40 horas**, pelo período de 01/04/2024 a 31/12/2024.**

Portaria nº 365/2024 de 05/04/2024. Art. 1º Contratar a professora **Thais Aparecida Dulz,** RG nº 10.XXX.920-5/PR, aprovada no Processo Seletivo Simplificado – PSS, referente ao Edital de Abertura nº 001/2022 – PSS, Edital de Resultado Final nº 013/2022 PSS e Edital de Convocação n° 127/2024 - PROGESP, para o *Campus* de União da Vitória, na modalidade em Regime Especial – CRES, para Professor Colaborador, Doutor, regime de trabalho de 20 horas**, pelo período de 02/04/2024 a 31/12/2024.**

Portaria nº 375/2024 de 08/04/2024. Art. 1º Rescindir, a pedido, o contrato por prazo determinado do Professor Colaborador**, Ivanildo Sachinski** RG nº 8.XXX.081-5/PR, Contrato de Regime Especial – CRES, firmado com Campus de União da Vitória**, em 03/04/2024.**

Salete Paulina Machado Sirino **– Reitora**

Portaria nº 377/2024 de 09/04/2024. Art. 1º Contratar o professor **Márcio Henrique de Almeida Soares ,** RG nº 10.XXX.694-2/PR, aprovado no Processo Seletivo Simplificado – PSS, referente ao Edital de Abertura nº 001/2023 – PSS, Edital de Resultado Final nº 019/2023 PSS e Edital de Convocação n° 089/2024 - PROGESP, para o *Campus* de Apucarana, na modalidade em Regime Especial – CRES, para Professor Colaborador, Doutor, regime de trabalho de 40 horas**, pelo período de 01/04/2024 a 31/12/2024.**

Portaria nº 378/2024 de 09/04/2024. Art. 1º Contratar o professor **Patrick Aparecido Trento,** RG nº 10.XXX.292-0/PR, aprovado no Processo Seletivo Simplificado – PSS, referente ao Edital de Abertura nº 001/2022 – PSS, Edital de Resultado Final nº 013/2022 PSS e Edital de Convocação n° 097/2024 - PROGESP, para o *Campus* de Campo Mourão, na modalidade em Regime Especial – CRES, para Professor Colaborador, Doutor, regime de trabalho de 20 horas, **pelo período de 02/04/2024 a 31/12/2024.**

Portaria nº 379/2024 de 09/04/2024. Art. 1º Contratar a professora **Kelyn Caroline Bueno,** RG nº 14.XXX.810-0/PR, aprovada no Processo Seletivo Simplificado – PSS, referente ao Edital de Abertura nº 001/2023 – PSS, Edital de Resultado Final nº 019/2023 PSS e Edital de Convocação n° 117/2024 - PROGESP, para o *Campus* de União da Vitória, na modalidade em Regime Especial – CRES, para Professor Colaborador, Mestre, regime de trabalho de 40 horas**, pelo período de 01/04/2024 a 31/12/2024.**

Portaria nº 380/2024 de 09/04/2024. Art. 1º Contratar a professora **Ana Paula Mantovani Vieira,** RG nº 7.XXX.281-5/PR, aprovada no Processo Seletivo Simplificado – PSS, referente ao Edital de Abertura nº 035/2023 – PSS, Edital de Resultado Final nº 056/2023 PSS e Edital de Convocação n° 133/2024 - PROGESP, para o *Campus* de Apucarana, na modalidade em Regime Especial – CRES, para Professor Colaborador, Mestre, regime de trabalho de 20 horas**, pelo período de 01/04/2024 a 31/12/2024.**

Portaria nº 381/2024 de 09/04/2024. Art. 1º Contratar o professor **Hélito Volpato,** RG nº 10.XXX.810-8/PR, aprovada no Processo Seletivo Simplificado – PSS, referente ao Edital de Abertura nº 001/2023 – PSS, Edital de Resultado Final nº 019/2023 PSS e Edital de Convocação n° 122/2024 - PROGESP, para o *Campus* de Paranavaí, na modalidade em Regime Especial – CRES, para Professor Colaborador, Doutor, regime de trabalho de 20 horas**, pelo período de 01/04/2024 a 31/12/2024.**

Portaria nº 382/2024 de 09/04/2024. Art. 1º Contratar o professor **Charles Kendi Sato,** RG nº 4.XXX.567-6/PR, aprovado no Processo Seletivo Simplificado – PSS, referente ao Edital de Abertura nº 001/2022 – PSS, Edital de Resultado Final nº 013/2023 PSS e Edital de Convocação n° 081/2024 - PROGESP, para o *Campus* de Paranavaí, na modalidade em Regime Especial – CRES, para Professor Colaborador, Mestre, regime de trabalho de 20 horas**, pelo período de 01/04/2024 a 31/12/2024.**

Portaria nº 383/2024 de 09/04/2024. Art. 1º Contratar a professora **Hélintha Coeto Neitzke,** RG nº 7.XXX.710-5/PR, aprovada no Processo Seletivo Simplificado – PSS, referente ao Edital de Abertura nº 001/2022 – PSS, Edital de Resultado Final nº 013/2023 PSS e Edital de Convocação n° 083/2024 - PROGESP, para o *Campus* de Paranavaí, na modalidade em Regime Especial – CRES, para Professor Colaborador, Mestre, regime de trabalho de 20 horas**, pelo período de 01/04/2024 a 31/12/2024.**

Portaria nº 384/2024 de 09/04/2024. Art. 1º Contratar o professor **Caio Vitor Marques Miranda,** RG nº 15.XXX.181-8/PR, aprovado no Processo Seletivo Simplificado – PSS, referente ao Edital de Abertura nº 001/2022 – PSS, Edital de Resultado Final nº 013/2023 PSS e Edital de Convocação n° 077/2024 - PROGESP, para o *Campus* de Apucarana, na modalidade em Regime Especial – CRES, para Professor Colaborador, Doutor, regime de trabalho de 40 horas**, pelo período de 03/04/2024 a 31/12/2024.**

Portaria nº 385/2024 de 09/04/2024. Art. 1º Contratar a professora **Nathália Alves Diamante,** RG nº 10.XXX.289-0/PR, aprovada no Processo Seletivo Simplificado – PSS, referente ao Edital de Abertura nº 001/2023 – PSS, Edital de Resultado Final nº 019/2023 PSS e Edital de Convocação n° 124/2024 - PROGESP, para o *Campus* de Paranavaí, na modalidade em Regime Especial – CRES, para Professor Colaborador, Doutor, regime de trabalho de 20 horas**, pelo período de 01/04/2024 a 31/12/2024.**

Portaria nº 386/2024 de 09/04/2024. Art. 1º Contratar a professora **Maria de Fátima Pereira de Sena,** RG nº 4.XXX.937-6/PR, aprovada no Processo Seletivo Simplificado – PSS, referente ao Edital de Abertura nº 001/2023 – PSS, Edital de Resultado Final nº 019/2023 PSS e Edital de Convocação n° 130/2024 - PROGESP, para o *Campus* de Paranavaí, na modalidade em Regime Especial – CRES, para Professor Colaborador, Doutor, regime de trabalho de 20 horas**, pelo período de 01/04/2024 a 31/12/2024.**

Portaria nº 388/2024 de 10/04/2024. Art. 1º Excluir o nome das Professoras **Giovanna Brichi Pesce,** RG nº 9.XXX.415-5/PR e **Mariana Pissioli Lourenço** RG nº 8.XXX.830-0/PR, que constou no Art. 1º, da Portaria nº 312/2024 - REITORIA/UNESPAR, referente a prorrogação dos Contratos de Regime Especial – CRES, lotada no *Campus* de Paranavaí.

Portaria nº 389/2024 de 10/04/2024. Art. 1º – Rescindir, a pedido, o contrato por prazo determinado da Agente Universitária**, Naura Nathalie Sousa Santos da Silva,** RG nº 12.XXX.961-6/PR Contrato de Regime Especial – CRES, firmado com a Campus de Apucarana **, em 10/04/2024.**

Portaria nº 390/2024 de 10/04/2024. Art. 1º – Rescindir, a pedido, o contrato por prazo determinado do Agente Universitário**, Josiel da Silva Braga,** RG nº 9.XXX.950-6/PR Contrato de Regime Especial – CRES,

firmado com a Campus de Curitiba II **, em 14/04/2024.**

Portaria nº 391/2024 de 10/04/2024. Art. 1º Contratar o Agente Universitário**, Emanuel Eduardo Ferreira Calão** RG nº 11.XXX.313-9/PR, aprovado no Processo Seletivo Simplificado – PSS, referente ao Edital de Abertura nº 021/2023 – PSS, Edital de Resultado Final nº 033/2023 - PSS e Edital de Convocação n° 136/2024 - PROGESP, para o Escritório Operacional da Reitoria – Curitiba, na modalidade de Contrato de Regime Especial – CRES, para função de Técnico Administrativo, regime de trabalho de 40 horas**, pelo período de 10/04/2024 a 09/04/2025.**

Portaria nº 392/2024 de 10/04/2024. Art. 1º Contratar a professora **Paola Machado da Silva,** RG nº 9.XXX.559-4/PR, aprovada no Processo Seletivo Simplificado – PSS, referente ao Edital de Abertura nº 001/2023 – PSS, Edital de Resultado Final nº 019/2023 PSS e Edital de Convocação n° 131/2024 - PROGESP, para o *Campus* de Paranaguá, na modalidade em Regime Especial – CRES, para Professor Colaborador, Doutor, regime de trabalho de 40 horas**, pelo período de 04/04/2024 a 31/12/2024.**

Portaria nº 393/2024 de 10/04/2024. Art. 1º Contratar o professor **Alexandro Eleotério Pereira de Souza,** RG nº 7.XXX.492-9/PR, aprovado no Processo Seletivo Simplificado – PSS, referente ao Edital de Abertura nº 035/2023 – PSS, Edital de Resultado Final nº 056/2023 PSS e Edital de Convocação n° 154/2024 - PROGESP, para o *Campus* de Apucarana, na modalidade em Regime Especial – CRES, para Professor Colaborador, Doutor, regime de trabalho de 20 horas**, pelo período de 04/04/2024 a 31/12/2024.**

Portaria nº 394/2024 de 10/04/2024. Art. 1º Contratar a professora **Anna Flávia Magnoni Vieira,** RG nº 10.XXX.349-1/PR, aprovada no Processo Seletivo Simplificado – PSS, referente ao Edital de Abertura nº 001/2023 – PSS, Edital de Resultado Final nº 019/2023 PSS e Edital de Convocação n° 103/2024 - PROGESP, para o *Campus* de Apucarana, na modalidade em Regime Especial – CRES, para Professor Colaborador, Doutor, regime de trabalho de 20 horas, **pelo período de 01/04/2024 a 31/12/2024.**

Portaria nº 395/2024 de 10/04/2024. Art. 1º Contratar o professor **Ivanildo Sachinski,** RG nº 8.XXX.081-5/PR, aprovado no Processo Seletivo Simplificado – PSS, referente ao Edital de Abertura nº 001/2023 – PSS, Edital de Resultado Final nº 019/2023 PSS e Edital de Convocação n° 116/2024 - PROGESP, para o *Campus* de União da Vitória, na modalidade em Regime Especial – CRES, para Professor Colaborador, Mestre, regime de trabalho de 40 horas**, pelo período de 04/04/2024 a 31/12/2024.**

Portaria nº 396/2024 de 10/04/2024. Art. 1º Contratar a professora **Maria Luiza Costa Borim,** RG nº 13.XXX.560-4/PR, aprovada no Processo Seletivo Simplificado – PSS, referente ao Edital de Abertura nº 001/2022 – PSS, Edital de Resultado Final nº 013/2022 PSS e Edital de Convocação n° 107/2024 - PROGESP, para o *Campus* de Paranavaí, na modalidade em Regime Especial – CRES, para Professor Colaborador, Mestre, regime de trabalho de 20 horas**, pelo período de 04/04/2024 a 31/12/2024.**

Portaria nº 397/2024 de 10/04/2024. Art. 1º Contratar o professor **Flávio Denis Dias Veloso,** RG nº 15.XXX.380-0/PR, aprovado no Processo Seletivo Simplificado – PSS, referente ao Edital de Abertura nº 035/2023 – PSS, Edital de Resultado Final nº 056/2023 PSS e Edital de Convocação n° 111/2024 - PROGESP, para o *Campus* de Curitiba I, na modalidade em Regime Especial – CRES, para Professor Colaborador, Doutor, regime de trabalho de 20 horas**, pelo período de 03/04/2024 a 31/12/2024.**

Portaria nº 398/2024 de 10/04/2024. Art. 1º Contratar o professor **Dhenis Rosina,** RG nº 7.XXX.423-5/PR, aprovado no Processo Seletivo Simplificado – PSS, referente ao Edital de Abertura nº 035/2023 – PSS, Edital de Resultado Final nº 056/2023 PSS e Edital de Convocação n° 164/2024 - PROGESP, para o Campus de Campo Mourão, na modalidade em Regime Especial – CRES, para Professor Colaborador, Doutor, regime de trabalho de 20 horas**, pelo período de 09/04/2024 a 31/12/2024.**

Portaria nº 399/2024 de 10/04/2024. Art. 1º Contratar a Agente Universitária**, Geovana Vivan Bovo** RG nº 12.XXX.666-5/PR, aprovada no Processo Seletivo Simplificado – PSS, referente ao Edital de Abertura nº 021/2023 – PSS, Edital de Resultado Final nº 033/2023 - PSS e Edital de Convocação n° 076/2024 - PROGESP, para o *Campus* de Apucarana, na modalidade de Contrato de Regime Especial – CRES, para função de Técnico Administrativo, regime de trabalho de 40 horas**, pelo período de 08/04/2024 a 07/04/2025.**

Portaria nº 400/2024 de 10/04/2024. Art. 1º Alterar o Regime de Trabalho de RT-40 **para RT-24 horas** do professor **Geovani Augusto Nunes,** RG nº 12.XXX.951-4/PR, na função de Professor Colaborador, Mestre, lotado no *Campus* de Campo Mourão**, a partir de 01/04/2024.**

Art. 2º Esta Portaria gera **efeitos financeiros a partir da data citada,** revogadas as disposições em contrário

Portaria nº 410/2024 de 11/04/2024. Art. 1º Alterar o Regime de Trabalho de RT-20 para **RT-40 horas** da professora **Anna Flávia Magnoni Vieira,** RG nº 10.XXX.349-1/PR, na função de Professor Colaborador, Doutor, lotado no *Campus* de Apucarana**, a partir de 02/04/2024.**

Art. 2º Esta Portaria gera **efeitos financeiros a partir da data citada,** revogadas as disposições em contrário.

Portaria nº 411/2024 de 11/04/2024. Art. 1º Alterar o Regime de Trabalho de RT-20 para **RT-40 horas** da professora **Valderice Herth Junkes,** RG nº 13.XXX.789-9/PR, na função de Professor Colaborador, Mestre, lotado no *Campus* de Paranaguá**, a partir de 01/04/2024.**

Art. 2º Esta Portaria gera **efeitos financeiros a partir da data citada,** revogadas as disposições em contrário.

Portaria nº 412/2024 de 11/04/2024. Art. 1º Alterar o Regime de Trabalho de RT-20 para **RT-40 horas** do professor **Willyan Henrique Pontim Bertolino,** RG nº 8.XXX.062-6/PR, na função de Professor Colaborador, Doutor, lotado no *Campus* de Apucarana**, a partir de 01/04/2024.**

Art. 2º Esta Portaria gera **efeitos financeiros a partir da data citada,** revogadas as disposições em contrário.

Portaria nº 413/2024 de 11/04/2024. Art. 1º Alterar o Regime de Trabalho de RT-20 para **RT-40 horas** do professor **Rafael Machado da Silva,** RG nº 9.XXX.635-4/PR, na função de Professor Colaborador, Mestre, lotado no *Campus* de Apucarana**, a partir de 01/04/2024.**

Art. 2º Esta Portaria gera **efeitos financeiros a partir da data citada,** revogadas as disposições em contrário.

Portaria nº 414/2024 de 11/04/2024. Art. 1º Alterar o Regime de Trabalho de RT-40 para **RT-20 horas** da professora **Camila Mascaro Guiesi,** RG nº 16.XXX.525-1/PR, na função de Professor Colaborador, Especialista, lotado no *Campus* de Curitiba II**, a partir de 01/04/2024.**

Art. 2º Esta Portaria gera **efeitos financeiros a partir da data citada,** revogadas as disposições em contrário.

Portaria nº 415/2024 de 11/04/2024. Art. 1º Alterar o Regime de Trabalho de RT-40 para **RT-20 horas** da professora **Raphaela Amaoka Bernardino,** RG nº 9.XXX.035-0/PR, na função de Professor Colaborador, Doutor, lotado no *Campus* de Apucarana**, a partir de 18/03/2024.**

Art. 2º Esta Portaria gera **efeitos financeiros a partir da data citada,** revogadas as disposições em contrário**.**

Portaria nº 416/2024 de 11/04/2024. Art. 1º Alterar o Regime de Trabalho de RT-40 para **RT-20 horas** da professora **Giovana Maria de Oliveira,** RG nº 14.XXX.467-0/PR, na função de Professor Colaborador, Especialista, lotado no *Campus* de Curitiba II**, a partir de 01/04/2024.**

Art. 2º Esta Portaria gera **efeitos financeiros a partir da data citada,** revogadas as disposições em contrário.

Portaria nº 417/2024 de 11/04/2024. Art. 1º Alterar o Regime de Trabalho de RT-40 para **RT-20 horas** da professora **Franciele Henrique,** RG nº 10.XXX.172-6/PR, na função de Professor Colaborador, Mestre, lotado no *Campus* de Apucarana, **a partir de 01/04/2024.**

Art. 2º Esta Portaria gera **efeitos financeiros a partir da data citada,** revogadas as disposições em contrário.

Portaria nº 418/2024 de 11/04/2024. Art. 1º Alterar o Regime de Trabalho de RT-40 para **RT-20 horas** da professora **Simone Rezende da Silva,** RG nº 7.XXX.650-1/PR, na função de Professor Colaborador, Mestre, lotado no *Campus* de Apucarana, **a partir de 01/04/2024.**

Art. 2º Esta Portaria gera **efeitos financeiros a partir da data citada,** revogadas as disposições em contrário.

Portaria nº 419/2024 de 11/04/2024. Art. 1º Alterar o Regime de Trabalho de RT-40 para **RT-20 horas** da professora **Claudia Lopes Pontara,** RG nº 4.XXX.028-0/PR, na função de Professor Colaborador, Doutor, lotado no *Campus* de Apucarana**, a partir de 01/04/2024.**

Art. 2º Esta Portaria gera **efeitos financeiros a partir da data citada,** revogadas as disposições em contrário.

Portaria nº 420/2024 de 11/04/2024. Art. 1º Alterar o Regime de Trabalho de RT-20 para **RT-40 horas** da professora **Valquiria Brilhador da Silva,** RG nº 8.XXX.180-9/PR, na função de Professor Colaborador, Doutor, lotado no *Campus* de União da Vitória, **a partir de 19/03/2024.**

Art. 2º Esta Portaria gera **efeitos financeiros a partir da data citada,** revogadas as disposições em contrário.

Portaria nº 421/2024 de 11/04/2024. Art. 1º Alterar o Regime de Trabalho de RT-40 para **RT-20 horas** do professor **Juarês Jocoski,** RG nº 10.XXX.217-0/PR, na função de Professor Colaborador, Mestre, lotado no *Campus* de União da Vitória**, a partir de 01/04/2024.**

Art. 2º Esta Portaria gera **efeitos financeiros a partir da data citada,** revogadas as disposições em contrário.

Portaria nº 422/2024 de 11/04/2024. Art. 1º Alterar o Regime de Trabalho de RT-20 para **RT-24 horas** do professor **Lucas de Siqueira,** RG nº 13.XXX.215-3/PR, na função de Professor Colaborador, Mestre, lotado no *Campus* de União da Vitória**, a partir de 01/04/2024.**

Art. 2º Esta Portaria gera **efeitos financeiros a partir da data citada,** revogadas as disposições em contrário.

Portaria nº 423/2024 de 11/04/2024. Art. 1º Alterar o Regime de Trabalho de RT-10 para **RT-12 horas** do professor **Gabriel Francisco Cabrera de Sá,** RG nº 16.XXX.396-3/PR, na função de Professor Colaborador, Especialista, lotado no *Campus* de Campo Mourão**, a partir de 01/04/2024.**

Art. 2º Esta Portaria gera **efeitos financeiros a partir da data citada,** revogadas as disposições em contrário.

Portaria nº 424/2024 de 11/04/2024. Art. 1º Alterar o Regime de Trabalho de RT-20 para **RT-40 horas** da professora **Clara Jansson Barros,** RG nº 16.XXX.333-3/PR, na função de Professor Colaborador, Mestre, lotado no *Campus* de Curitiba II, **a partir de 01/04/2024.**

Art. 2º Esta Portaria gera **efeitos financeiros a partir da data citada,** revogadas as disposições em contrário.

Portaria nº 430/2024 de 11/04/2024. Art. 1º Alterar o Regime de Trabalho de RT-20 para **RT-40 horas** da professora **Fernanda Martins Felix,** RG nº 4.XXX.859/SC, na função de Professor Colaborador, Doutor, lotado no *Campus* de Curitiba II, **a partir de 01/04/2024.**

Art. 2º Esta Portaria gera **efeitos financeiros a partir da data citada,** revogadas as disposições em contrário.

Portaria nº 431/2024 de 11/04/2024. Art. 1º Alterar o Regime de Trabalho de RT-20 para **RT-40 horas** do professor **Tiago Martins da Silva,** RG nº 13.XXX.181-4/PR, na função de Professor Colaborador, Mestre, lotado no *Campus* de Campo Mourão, **a partir de 03/04/2024.**

Art. 2º Esta Portaria gera **efeitos financeiros a partir da data citada,** revogadas as disposições em contrário.

Portaria nº 432/2024 de 11/04/2024. Art. 1º Alterar o Regime de Trabalho de RT-20 para **RT-40** horas do professor **José Augusto Pereira Navarro Lins,** RG nº 8.XXX.179-0/PR, na função de Professor Colaborador, Mestre, lotado no *Campus* de Curitiba II, **a partir de**

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

01/04/2024.
Art. 2º Esta Portaria gera **efeitos financeiros a partir da data citada,** revogadas as disposições em contrário.
Portaria nº 433/2024 de 11/04/2024. Art. 1º Alterar o Regime de Trabalho de RT-20 para **RT-40 horas** do professor **André Luan Domingues,** RG nº 10.XXX.255-9/PR, na função de Professor Colaborador, Doutor, lotado no *Campus* de União da Vitória, **a partir de 01/04/2024.**
Art. 2º Esta Portaria gera **efeitos financeiros a partir da data citada,** revogadas as disposições em contrário.
Portaria nº 434/2024 de 11/04/2024. Art. 1º Alterar o Regime de Trabalho de RT-40 para **RT-20 horas** da professora **Valéria Barreiro Postali Santana,** RG nº 8.XXX.474-2/PR, na função de Professor Colaborador, Doutor, lotado no *Campus* de Campo Mourão, **a partir de 01/04/2024.**
Art. 2º Esta Portaria gera **efeitos financeiros a partir da data citada,** revogadas as disposições em contrário.
Portaria nº 435/2024 de 12/04/2024. Art. 1º Contratar a professora **Daiane Karla Correia Jodar,** RG nº 8.XXX.579-9/PR, aprovada no Processo Seletivo Simplificado – PSS, referente ao Edital de Abertura nº 001/2023 – PSS, Edital de Resultado Final nº 019/2023 PSS e Edital de Convocação n° 129/2024 - PROGESP, para o *Campus* de Paranavaí, na modalidade em Regime Especial – CRES, para Professor Colaborador, Doutor, regime de trabalho de 20 horas**, pelo período de 01/04/2024 a 31/12/2024.**
Portaria nº 436/2024 de 12/04/2024. Art. 1º Contratar a professora **Vilma Carla Lima de Souza Ribeiro,** RG nº 8.XXX.624-0/PR, aprovada no Processo Seletivo Simplificado – PSS, referente ao Edital de Abertura nº 001/2022 – PSS, Edital de Resultado Final nº 013/2022 PSS e Edital de Convocação n° 82/2024 - PROGESP, para o *Campus* de Paranavaí, na modalidade em Regime Especial – CRES, para Professor Colaborador, Mestre, regime de trabalho de 20 horas, **pelo período de 01/04/2024 a 31/12/2024.**
Portaria nº 437/2024 de 12/04/2024. Art. 1º Contratar a professora **Juliana Luiza Mazaro,** RG nº 9.XXX.615-2/PR, aprovada no Processo Seletivo Simplificado – PSS, referente ao Edital de Abertura nº 001/2022 – PSS, Edital de Resultado Final nº 013/2022 PSS e Edital de Convocação n° 85/2024 - PROGESP, para o *Campus* de Paranavaí, na modalidade em Regime Especial – CRES, para Professor Colaborador, Doutor, regime de trabalho de 20 horas, **pelo período de 01/04/2024 a 31/12/2024.**
Portaria nº 438/2024 de 12/04/2024. Art. 1º Contratar o professor **Eduardo Rocha Covre,** RG nº 10.XXX.839-7/PR, aprovado no Processo Seletivo Simplificado – PSS, referente ao Edital de Abertura nº 035/2023 – PSS, Edital de Resultado Final nº 056/2023 PSS e Edital de Convocação n° 140/2024 - PROGESP, para o *Campus* de Paranavaí, na modalidade em Regime Especial – CRES, para Professor Colaborador, Doutor, regime de trabalho de 40 horas, **pelo período de 04/04/2024 a 31/12/2024.**
Portaria nº 439/2024 de 12/04/2024. Art. 1º Contratar a professora **Camile Tatiane de Oliveira Pinto,** RG nº 6.XXX.852-8/PR, aprovada no Processo Seletivo Simplificado – PSS, referente ao Edital de Abertura nº 035/2023 – PSS, Edital de Resultado Final nº 056/2023 PSS e Edital de Convocação n° 112/2024 - PROGESP, para o *Campus* de Curitiba I, na modalidade em Regime Especial – CRES, para Professor Colaborador, Doutor, regime de trabalho de 20 horas, **pelo período de 01/04/2024 a 31/12/2024.**
Portaria nº 440/2024 de 12/04/2024. Art. 1º Contratar a professora **Helen Bovo Tormina,** RG nº 9.XXX.333-5/PR, aprovada no Processo Seletivo Simplificado – PSS, referente ao Edital de Abertura nº 001/2023 – PSS, Edital de Resultado Final nº 019/2023 PSS e Edital de Convocação n° 108/2024 - PROGESP, para o *Campus* de Curitiba I, na modalidade em Regime Especial – CRES, para Professor Colaborador, Mestre, regime de trabalho de 40 horas, **pelo período de 02/04/2024 a 31/12/2024.**
Portaria nº 441/2024 de 12/04/2024. Art. 1º Contratar o Agente Universitário, **Caio Daniel Veroneze da Silva** RG nº 14.XXX.994-1/PR, aprovado no Processo Seletivo Simplificado – PSS, referente ao Edital de Abertura nº 021/2023 – PSS, Edital de Resultado Final nº 033/2023 - PSS e Edital de Convocação n° 136/2024 - PROGESP, para o *Campus* de Apucarana, na modalidade de Contrato de Regime Especial – CRES, para função de Técnico Administrativo, regime de trabalho de 40 horas, **pelo período de 10/04/2024 a 09/04/2025.**
Portaria nº 442/2024 de 12/04/2024. Art. 1º Contratar o Agente Universitário, **Bernardo Davi Schaffer** RG nº 7.XXX.144-8/PR, aprovado no Processo Seletivo Simplificado – PSS, referente ao Edital de Abertura nº 021/2023 – PSS, Edital de Resultado Final nº 033/2023 - PSS e Edital de Convocação n° 136/2024 - PROGESP, para o *Campus* de Curitiba II, na modalidade de Contrato de Regime Especial – CRES, para função de Técnico Administrativo, regime de trabalho de 40 horas, **pelo período de 15/04/2024 a 14/04/2025.**
Portaria nº 443/2024 de 12/04/2024. Art. 1º Contratar a Agente Universitária, **Naura Nathalie Sousa Santos da Silva** RG nº 12.XXX.961-6/PR, aprovada no Processo Seletivo Simplificado – PSS, referente ao Edital de Abertura nº 021/2023 – PSS, Edital de Resultado Final nº 033/2023 - PSS e Edital de Convocação n° 136/2024 - PROGESP, para o *Campus* de Apucarana, na modalidade de Contrato de Regime Especial – CRES, para função de Técnico Administrativo, regime de trabalho de 40 horas, **pelo período de 11/04/2024 a 10/04/2025.**
Portaria nº 445/2024 de 12/04/2024. Art. 1º Contratar a professora **Giovanna Brichi Pesce,** RG nº 9.XXX.415-5/PR, aprovada no Processo Seletivo Simplificado – PSS, referente ao Edital de Abertura nº 035/2023 – PSS, Edital de Resultado Final nº 056/2023 PSS e Edital de Convocação n° 139/2024 - PROGESP, para o *Campus* de Paranavaí, na modalidade em Regime Especial – CRES, para Professor Colaborador, Doutor, regime de trabalho de 40 horas, **pelo período de 04/04/2024 a 31/12/2024.**
Portaria nº 446/2024 de 12/04/2024. Art. 1º Alterar o Regime de Trabalho de RT-20 para **RT-40 horas** do professor **Fábio Alexandre da Silva,** RG nº 9.XXX.242-3/PR, na função de Professor Colaborador, Mestre, lotado no *Campus* de Campo Mourão, **a partir de 15/02/2024.**
Art. 2º Esta Portaria gera **efeitos financeiros a partir da data citada,** revogadas as disposições em contrário.
Portaria nº 447/2024 de 12/04/2024. Art. 1º Alterar o Regime de Trabalho de RT-20 para **RT-40 horas** da professora **Karen Godoi Van Mierlo,** RG nº 10.XXX.006-2/PR, na função de Professor Colaborador, Mestre, lotado no *Campus* de Paranaguá, **a partir de 01/04/2024.**
Art. 2º Esta Portaria gera **efeitos financeiros a partir da data citada,** revogadas as disposições em contrário.
Portaria nº 448/2024 de 12/04/2024. Art. 1º Contratar a professora **Mariana Pissioli Lourenço,** RG nº 8.XXX.830-0/PR, aprovada no Processo Seletivo Simplificado – PSS, referente ao Edital de Abertura nº 035/2023 – PSS, Edital de Resultado Final nº 056/2023 PSS e Edital de Convocação n° 141/2024 - PROGESP, para o *Campus* de Paranavaí, na modalidade em Regime Especial – CRES, para Professor Colaborador, Doutor, regime de trabalho de 40 horas, **pelo período de 04/04/2024 a 31/12/2024.**
Portaria nº 449/2024 de 12/04/2024. Art. 1º Contratar a professora **Andrielli Maryan Medeiros,** RG nº 16.XXX.207-0/PR, aprovada no Processo Seletivo Simplificado – PSS, referente ao Edital de Abertura nº 001/2022 – PSS, Edital de Resultado Final nº 013/2022 PSS e Edital de Convocação n° 118/2024 - PROGESP, para o *Campus* de Paranaguá, na modalidade em Regime Especial – CRES, para Professor Colaborador, Doutor, regime de trabalho de 40 horas, **pelo período de 08/04/2024 a 31/12/2024.**
Salete Paulina Machado Sirino- **Reitora**

37995/2024

UNICENTRO

PRÓ-REITORIA DE RECURSOS HUMANOS, PRORH, UNICENTRO PORTARIA N.º 122-PRORH/UNICENTRO, DE 16 DE ABRIL DE 2024.

Designa, em substituição, membro da Comissão Especial de Concurso e Avaliação Docente, da UNICENTRO, e dá outras providências.

O PRÓ-REITOR DE RECURSOS HUMANOS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE, UNICENTRO, no uso de suas atribuições legais,

considerando a Portaria nº 140-GR/UNICENTRO, de 12 de março de 2021, que delega competência ao titular da Pró-Reitoria de Recursos Humanos da UNICENTRO;

considerando o contido nas Portarias nº 558-PRORH/UNICENTRO, de 19 de dezembro de 2023, e nº 51-PRORH/UNICENTRO, de 16 de fevereiro de 2024,

considerando o contido no Regulamento da Comissão Especial de Concurso e Avaliação Docente, CESCAD, aprovado por meio da Resolução nº 27-CEPE/UNICENTRO, de 18 de setembro de 2013;

considerando o contido no Memorando nº 24-SESA/G, de 15 de abril de 2024;

RESOLVE:

Art. 1º Designar, em substituição, RITA DE CÁSSIA FONSECA, RG n° 3.627.542-1, Professor Adjunto, nível B, LF 09, lotada no Departamento de Ciências Contábeis, Câmpus Santa Cruz, Unidade Universitária de Guarapuava, UNICENTRO, para compor a Comissão Especial de Concurso e Avaliação Docente, CESCAD, da Universidade Estadual do Centro-Oeste, UNICENTRO, designada pela Portaria nº 51-PRORH/UNICENTRO, de 16 de fevereiro de 2024.

§ 1º Essa designação é para substituição de ANAMARIA DURSKI SILVA BURKO, como representante do Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Unidade Universitária de Guarapuava, SESA/G.

§ 2º A docente designada é Graduada em Ciências Contábeis, Especialista em Gestão Empresarial, Especialista em Gestão Financeira e Auditoria Operacional, Mestre em Engenharia da Produção e Doutora em Tecnologia e Sociedade.

§ 3º Essa designação é para o período de 16 de abril de 2024 a 20 de dezembro de 2025.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Gabinete do Pró-Reitor de Recursos Humanos da Universidade Estadual do Centro-Oeste, UNICENTRO.

Robson Paulo Ribeiro Ferras,
Pró-Reitor.

37718/2024

O REITOR DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE, UNICENTRO, no uso de suas atribuições legais, torna público a seguinte PORTARIA:

676-GR, de 8-4-2024: Designa Gestor e Fiscal do Contrato nº 5/2024, celebrado entre a UNICENTRO, e a empresa Orbenk – Administração e Serviços Ltda., CNPJ nº 79.283.065/0003-03, Dispensa de Licitação nº

55/2024, referente à contratação emergencial para prestação de serviços de limpeza e manutenção para o Câmpus Irati: Gestor: Ronaldo Ferreira Maganhotto, RG nº 7.143.423-0; Fiscal: Juliana de Conto, RG nº 4.073.087-7. A designação é de 1º de abril de 2024 até o encerramento da vigência contratual.

Prof. Dr. Fábio Hernandes,
Reitor.

37519/2024

UNIOESTE

GABINETE DA DIREÇÃO DO CAMPUS DE CASCAVEL
PORTARIA Nº 045/2024 – DGC, DE 16 DE ABRIL DE 2024.
SÚMULA: Instaura Processo Administrativo para apurar irregularidades na conduta de fornecedor e designa membros para compor a Comissão.
O Diretor-Geral do Campus de Cascavel da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, no uso de suas atribuições estatutárias e regimentais; De acordo com a Lei Estadual n° 20.656/2021; De acordo com o contido no eProtocolo n° 20.858.379-4; **RESOLVE:**
Art.1º - Instaurar Processo Administrativo (PAD), para apurar irregularidades na conduta do fornecedor denominado Georgini Produtos Hospitalares Ltda, conforme informações contidas no eProtocolo n° 20.858.379-4.
Art. 2° - Designar os servidores Marcos Leandro Krause, RG n° 8.347.028-3; Marcio Antonio Kunrath, RG n°6.733.809-0 e Mari Ângela Sbaraini Agostini, RG n° 3.096.065-3, para compor a Comissão do Processo Administrativo (PAD), sob a presidência do primeiro.
Art.3º - Fica estipulado o prazo de 90 (noventa) dias para a conclusão dos trabalhos desta Comissão.
Art. 4° - Esta Portaria entra em vigor na data da publicação no Diário Oficial do Estado.
GABINETE DA DIREÇÃO GERAL DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE, CAMPUS DE CASCAVEL.

GEYSLER ROGIS FLOR BERTOLINI
Diretor Geral do Campus de Cascavel

37776/2024

PORTARIA Nº 1229/2024-GRE, DE 16 DE ABRIL DE 2024.
Conceder progressão de nível ao Professor GERALDO MAGELLA NERES, RG nº 9.800.588-9, RT-40, lotado no Centro de Ciências Humanas e Sociais do Campus de Toledo, da classe de Professor Associado – nível B para nível C, por avaliação de desempenho.

37959/2024

Secretaria da Cultura

RESOLUÇÃO SEEC Nº 024/2024

A Secretária de Estado da Cultura, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 47 da Lei nº 21.352, de 01 de janeiro de 2023 e pelo Decreto nº 003, de 01 de janeiro de 2023,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar **Elietti de Souza Vilela,** RG n. º 21010936, ocupante do cargo em comissão de Diretora Geral, para responder, cumulativamente, pela função de Secretária de Estado da Secretaria de Estado da Cultura, no período de 14/04/2024 à 22/04/2024.

Art. 2º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 12 de abril de 2024.

Luciana Casagrande Pereira Ferreira
Secretária de Estado da Cultura

37520/2024



CCTG

PORTARIA N° 009/2024 – DIPRE/CCTG

O DIRETOR PRESIDENTE DO CENTRO CULTURAL TEATRO GUAÍRA, no uso de suas atribuições legais, bem como o contido no protocolado de n° 22.028.331-3.

RESOLVE:

Art. 1º. Designar os servidores abaixo nominados para comporem a Comissão de Inservibilidade de Bens Patrimoniais deste Centro Cultural Teatro Guaíra.

FUNÇÃO	NOME	R.G.
Presidente	Genilson Simões	5.017.434-4
Membro	Célia Regina Locatelli	1.301.015-3
Membro	Juarez Guimarães	4.167.488-1

Art. 2º. Revogar a Portaria n° 030/2023 – DIPRE/CCTG, e demais disposições em contrário.

GABINETE DO DIRETOR PRESIDENTE, em 16 de abril de 2024.

assinado eletronicamente
CLEVERSON LUIZ CAVALHEIRO
Diretor Presidente

37988/2024

PORTARIA N° 010/2024 – DIPRE/CCTG

O DIRETOR PRESIDENTE DO CENTRO CULTURAL TEATRO GUAÍRA, no uso de suas atribuições legais, bem como o contido no protocolado de n° 22.028.571-5.

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o servidor **GENILSON SIMÕES, RG n° 5.017.434-4,** para desempenhar, neste Centro Cultural Teatro Guaíra, as respectivas funções como responsável pelo Sistema de Gestão do Patrimônio – GPM desta Autarquia.

Art. 2.° - Revogar a Portaria nº 031/2022 – DIPRE/CCTG, e demais disposições em contrário.

GABINETE DO DIRETOR PRESIDENTE, em 16 de abril de 2024.

assinado eletronicamente
CLEVERSON LUIZ CAVALHEIRO
Diretor Presidente

37964/2024

Secretaria do Desenvolvimento Social e Família

DESPACHO SECRETARIAL nº 165/2024 – SEDEF

Referente ao protocolado nº 21.232.501-5.

Trata-se o presente de Formulário de Manifestação de Interesse (mov. 02), juntado com o Plano de Trabalho (mov. 04), promovidos pela servidora **Eloise Zanon Garcia**, Agente Profissional - SEDEF, por meio do qual declara interesse em realizar atividade de Teletrabalho e ciência do contido na Lei Estadual n° 19.776/2018;

I. Considerando que após os trâmites de praxe, o pedido foi deferido através do Despacho nº 426/2023-SEDEF (mov. 08), concedendo-se o regime de teletrabalho a requerente por 90 (noventa) dias;
II. Considerando que a Chefia Imediata da servidora interessada atestou o integral cumprimento das metas estabelecidas no Plano de Trabalho (mov. 16-17/19);
III. Considerando que a Chefia da Coordenação da Política Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – CPCA/SEDEF, por meio do Despacho (mov. 18), solicitou a prorrogação da concessão do teletrabalho;
IV. Considerando que a Comissão Interna de Gestão de Teletrabalho – SEDEF/CIGT, no Despacho (mov. 24), manifestou-se de acordo com a prorrogação do teletrabalho;
Autorizo a prorrogação da concessão do regime de teletrabalho à servidora Sra. **Eloise Zanon Garcia**, lotada na CPCA/SEDEF, por 90

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

(noventa) dias, a partir da publicação deste ato, nos termos do Plano de Trabalho (mov. 04).

Curitiba, 11 de abril de 2024.

Rogério Carboni

Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

37563/2024

DESPACHO SECRETARIAL nº 167/2024 – SEDEF

Referente ao protocolado nº 21.935.354-5.

I. RATIFICO a situação ensejadora da dispensa de licitação e **AUTORIZO**, com fundamento no art. 72 e inciso II do art. 75 da Lei Federal de n° 14.133/2021, no art. 148 e seguintes e inciso IV do art. 368 do Decreto Estadual de n° 10.086/2022, com base no Memorando nº 174/2024, que contém a Justificativa da área técnica (fl. 02. Mov. 02), no Termo de Referência – Dispensa de Licitação por Diminuto Valor, devidamente aprovado (fls. 03-10/ 55. Mov. 03/32), na pesquisa de preço e no mapa de vantajosidade (fls. 14-17/ 65. Mov. 07-10/ 39), na lista de verificação para contratação direta (fls. 47-51. Mov. 28), bem como na Informação Técnica nº 210/2024 da Assessoria Técnica – AT/SEDEF (fls. 66-70. Mov. 40), **por meio de dispensa de licitação da empresa ROSEMAR EDUVIRGEM MUNIZ ME CNPJ nº 05.134.822/0001-89, para aquisição de 1.500 fardos com no mínimo 1.000 folhas de papel *toalha* para atender as demandas desta Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família, com fundamento no art. 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021**, e tendo em vista a disponibilidade orçamentária e financeira (fls. 39-41. Mov. 24-26), **a presente despesa no valor total de até R$ 15.210,00 (Quinze mil e duzentos e dez reais)**.

II. CONDICIONO ao NAS/SEDEF o cumprimento da legislação vigente, devendo as certidões de regularidade fiscal e trabalhista, bem como as consultas aplicáveis à matéria (GMS, CADIN e CEIS), estarem todas dentro de seu prazo de validade e sem pendências, no momento da efetiva contratação/aquisição. Da mesma forma, adverte-se o setor técnico competente a necessidade de verificação de cumprimento do §° 3° do art. 75 da Lei Federal de n° 14.133/2022 e dos art. 31 e do §° único do art. 161 do Decreto Estadual de n° 10.086/2022.

III. PUBLIQUE-SE, como condição para eficácia dos instrumentos, nos termos do art. 61 do Decreto Estadual nº 10.086/2022.

Curitiba, 11 de abril de 2024.

Rogério Carboni

Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

37642/2024

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N° 002/2023 – SEDEF
RESULTADO DA ANÁLISE DA FASE A - CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

Em cumprimento ao Edital n° 002/2023 desta Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família, que tem for finalidade a seleção de organizações da sociedade civil interessadas em celebrar termo de colaboração com o objetivo de executar acolhimento institucional regionalizado de pessoas idosas e/ou com deficiências que estejam em situação de vulnerabilidade ocasionada por dependência de cuidados para atividades da vida diária e rompimento ou fragilidade dos vínculos familiares, torna público o resultado da fase "A" do cronograma do referido edital, sendo:

RELAÇÃO DE PROPOSTAS CLASSIFICADAS

Ranking	Pontos	Razão Social	Critério de desempate por tempo de constituição
1	85	Lar São Vicente de Paulo de Apucarana	Não se aplica
2	55	Lar São Vicente de Paulo de Bandeirantes	10/01/1976
3	55	Associação Mandiritubense de Amigos dos Idosos	19/10/1995
4	55	Associação Pontagrossense Para Deficientes	10/08/1996

RELAÇÃO DE PROPOSTAS DESCLASSIFICADAS

Ranking	Pontos	Razão Social	Critério de julgamento descumprido
1	45	Associação Evangélica Beneficente da Igreja Assembleia de Deus	Critérios A e B do item 7.1 do Edital

Legenda de critérios de julgamento

Item	Critério
A	Informações sobre ações a serem executadas, metas a serem atingidas, indicadores que aferirão o cumprimento das metas e prazos para a execução das ações e para o cumprimento das metas.
B	Adequação da proposta aos objetivos da política e do Serviço de Acolhimento Institucional no âmbito do SUAS.
C	Descrição da realidade objeto da parceria e do nexo entre essa realidade e as características do serviço ofertado.
D	Adequação da proposta aos valores de referência constantes no Edital.
E	Experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante

Curitiba, 11 de abril de 2024.

Rogério Carboni

Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

37580/2024

DELIBERAÇÃO N° 024/2024 | CEAS/PR

O CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CEAS/PR reunido ordinariamente no dia 5 de abril de 2024, no uso de suas atribuições regimentais e,

CONSIDERANDO o Relatório Circunstanciado do Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS, que trata-se exigência do artigo nº 10 da Instrução Normativa nº 168/2021 do Tribunal de Contas para prestação de contas anual do FEAS,

DELIBERA

Art. 1º Pela aprovação do Relatório Circunstanciado do Fundo Estadual de Assistência Social ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, referente ao exercício de 2023, que consta no Anexo I desta Deliberação.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor a partir desta data.

Curitiba, 05 de abril de 2024.

PUBLIQUE-SE

Renata Mareziuzek dos Santos
Presidente do CEAS/PR

Adrianis Galdino da Silva Junior
Vice-Presidente do CEAS/PR

ANEXO I

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMÍLIA
RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO 2023
FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FEAS

INTRODUÇÃO

A Secretária de Estado do Desenvolvimento Social e Família – SEDEF foi criada a partir da promulgação da Lei Estadual nº 21.352/2023, uma vez que até o ano de 2022 a gestão estadual da política de assistência social estava sob competência da antiga Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho – SEJUF, instituída pela Lei nº 19.848, 03 de maio de 2019. Atualmente a SEDEF possui entre as suas competências:

I – a formulação, coordenação, planejamento, articulação, execução, monitoramento e avaliação da Política Estadual de Assistência Social, com objetivo de assegurar a proteção social, que visa à garantia da vida, redução de danos e prevenção da incidência de riscos, vigilância socioassistencial e defesa social e institucional, destinada à população em situação de vulnerabilidade e risco social, de acordo com a Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, em consonância com as diretrizes do Conselho Estadual da Assistência Social – CEAS/PR;

II – a consolidação do Sistema Único da Assistência Social – SUAS no território do Paraná, fortalecendo os municípios na gestão da Política Pública de Assistência Social, na garantia de proteção social às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social;
III – a promoção da proteção social especial às famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus-tratos físicos ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua e situação de trabalho infantil;
IV – o gerenciamento de projetos de prevenção de risco e assistência básica para pessoas em situação de risco ou vulnerabilidade social;

O processo de assessoramento e apoio técnico aos 399 municípios paranaenses é garantido por meio de 12 Núcleos Regionais, com sedes nos municípios de: Campo Mourão; Cascavel; Cornélio Procópio; Curitiba; Francisco Beltrão; Guarapuava; Londrina; Maringá; Paranaguá; Paranavaí; Ponta Grossa; Umuarama e 12 Instâncias de Atuação Regional Avançadas, nos municípios de: Apucarana; Cianorte; Foz do Iguaçu; Irati; Ivaiporã; Jacarezinho; Laranjeiras do Sul; Pato Branco; Pitanga; Toledo; União da Vitória e Paranavaí.

Os recursos financeiros destinados à política de assistência social são gerenciados no Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS, instituído pela Lei nº 11.362/1996, com a finalidade de destinar recursos para o atendimento e apoio técnico e financeiro aos serviços, programas e projetos de enfrentamento à pobreza em âmbito regional ou local aos municípios, a título de participação, sendo gerido sob a orientação e controle administrativo do Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS/PR, com o apoio técnico da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Família – SEDEF, órgão responsável pela coordenação da política de Assistência Social do Estado.

As ações desenvolvidas no âmbito da política estadual de assistência social são periodicamente avaliadas pelo CEAS/PR, incluindo análise do relatório financeiro e contábil do FEAS – Balancete FEAS, conforme as Deliberações nº 044/2023; nº 007/2024 e nº 15/2024 CEAS/PR, referentes ao exercício de 2023.

Em 2023 foram realizadas 8 reuniões da Comissão Intergestores Bipartite-CIB (07 ordinárias e 01 extraordinária) e 15 reuniões do CEAS (10 ordinárias, 05 extraordinárias).

1. COORDENAÇÃO DE POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CPAS:

A Política Pública da Assistência Social está organizada por meio do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), presente em todo o Brasil. Seu objetivo é garantir a proteção social aos cidadãos, ou seja, apoio aos indivíduos, famílias e a comunidade no enfrentamento de suas dificuldades, por meio de serviços, benefícios, programas e projetos. Esta Política é organizada por níveis de Proteção: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial, esta última, de Média e Alta complexidade, a primeira atua no fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, a segunda está voltada para situações de risco social ou com violação de direitos.

A Gestão Estadual da Política de Assistência Social tem como competência planejar e acompanhar a organização e execução da Política Pública de Assistência Social, assegurando a integração das Divisões de Gestão do SUAS, Divisão de Proteção Social Básica e Divisão de Proteção Social Especial, estabelecendo fluxos constantes de informações a fim de facilitar o processo decisório em consonância com os objetivos da Política de Assistência Social.

Neste sentido, a Gestão Estadual da Política de Assistência Social, atua no fortalecimento dos municípios e incremento de sua capacidade de gestão para o desenvolvimento de programas, projetos e serviços específicos, os quais estão previstos na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Resolução nº 109/2009/CNAS).

O processo de fortalecimento da política municipal de assistência social por meio da gestão estadual acontece com a realização de duas grandes competências, são elas: Apoio técnico e cofinanciamento estadual.

O apoio técnico é materializado através das ações de formação continuada às equipes, assessoramento para o desenvolvimento dos serviços, programas e benefícios e o processo de monitoramento e avaliação.

No que concerne o cofinanciamento é realizado por meio da transferência automática de recursos financeiros do fundo Estadual de Assistência Social aos Fundos Municipais de Assistência Social. Tal processo é regulamentado pela Lei Estadual nº 17.544/13 e regulamento pelo Decreto nº 8543/2013. No Anexo I consta os repasses via fundo a fundo realizados.

1.1 RELAÇÃO DAS AÇÕES DO FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (FEAS) COM O PLANO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (PEAS)

O Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) e o Plano Estadual de Assistência Social (PEAS) possui relação na execução de recursos que estão vinculado ao planejamento e as peças orçamentárias (PPA, LDO e LOA).

No que concerne ao planejamento, o PEAS "organiza, regula e orienta a execução da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)" (PEAS, 2020, p.7). Sendo assim, o PEAS "expõe diferentes estratégias para ampliar a rede de proteção e o apoio aos municípios" (PEAS, 2020, p.7). Abaixo elencamos os objetivos estratégicos listados no PEAS para execução orçamentária e financeira:

Apoiar os municípios para adequação e melhoria das estruturas físicas de equipamentos de PSB;
Efetivar cobertura de atendimento dos serviços de média complexidade nos municípios paranaenses com atenção à heterogeneidade de territórios;
Assegurar cobertura de acolhimento institucional adequado para mulher em situação de violência que atenda aos critérios definidos e pactuados;
Assegurar cobertura de acolhimento institucional adequado para jovens e adultos com deficiência em residência inclusiva, encaminhados ao Estado e as demais instituições que ofertam o serviço;
Assegurar cobertura de Acolhimento adequado para crianças, adolescentes e jovens;
Assegurar cobertura de acolhimento institucional adequado para adultos, pessoas idosas e famílias;
Promover a segurança de renda como estratégia de enfrentamento à pobreza e de atenção às necessidades sociais básicas da população.

Ressalta-se que as ações do PEAS e do FEAS promovem o fortalecimento da gestão da Política Estadual de Assistência Social no Estado do Paraná, bem como o compromisso com a qualificação e aprimoramento dos serviços, programas, projetos e benefícios da Assistência Social.

2. DIVISÃO DA GESTÃO DO SUAS – DGS

A Divisão da Gestão do Suas atua no aprimoramento da gestão da Política de Assistência Social nos municípios paranaenses por meio da assessoria e apoio técnico, objetivando instrumentalizá-los para o fortalecimento e aprimoramento da gestão municipal. A Coordenação tem 5 principais linhas de atuação, sendo elas:

Apoio na Gestão Descentralizada da Política Estadual de Assistência Social, Vigilância Socioassistencial, Gestão do Trabalho e Educação Permanente, Apoio às Organizações da Sociedade Civil de Caráter Socioassistencial e Assessoramento aos Conselhos Municipais de Assistência Social – CMAS e ao Órgão Gestor.

Para isso, desenvolve mecanismos de orientação, assessoramento e acompanhamento às equipes técnicas dos Núcleos Regionais e IARAS da SEDEF na mobilização, apoio e articulação dos municípios no aprimoramento da gestão municipal da Política de Assistência Social.

Dentre suas responsabilidades no âmbito da política estadual de assistência social está o acompanhamento e monitoramento do Plano Estadual de Assistência Social, enquanto instrumento estratégico de planejamento, além de fomentar o processo de valorização dos trabalhadores.

2.1. Apoio na Gestão Descentralizada da Política Estadual de Assistência Social

Semelhante ao âmbito municipal, a gestão estadual tem como papel principal o exercício de funções de coordenação, articulação, negociação, planejamento, acompanhamento, financiamento, controle e avaliação da política.

Desta forma, é responsável pela formulação da Política Estadual de Assistência Social, o cofinanciamento da política, a elaboração do Plano Estadual de Assistência Social, o cumprimento e elaboração de outros instrumentos de planejamento, a organização e produção de normas e instrumentais para qualificar a oferta da proteção social, a supervisão, o monitoramento e a avaliação.

Ações Realizadas:

Emissão dos Atestados de Regularidade do Conselho, Plano e Fundo para o cofinanciamento estadual aos 399 municípios, de acordo com o processo instituído por meio da Resolução nº 276/2018 – SEDS, n° 33/2024-SEDEF. Cabe ressaltar que durante o processo desenvolveu-se ações de apoio técnico aos municípios que apresentaram dificuldades e situações insatisfatórias com relação ao funcionamento do Conselho Municipal de Assistência Social e elaboração do Plano Municipal de Assistência Social;

Processo de monitoramento das ações do Plano Estadual de Assistência Social (2020-2023).

Organização e gestão do Piso Paranaense de Assistência Social – PPAS I, que representa um aporte financeiro destinado ao cofinanciamento estadual de serviços de Proteção Social Básica, Proteção Social Especial, Aprimoramento de Gestão e Benefícios Eventuais. Em síntese, são repasses trimestrais regulares e automáticos, conforme estabelecido pela Lei Estadual nº 17.544, de 17 de abril de 2013, e pelo art. 4º da Deliberação nº 065/2013 do CEAS/PR.

Importante destacar com relação ao PPAS I, em 2022 eram 172 os municípios beneficiados, com repasse de recursos no valor de R$ 6.250,00 (seis mil duzentos e cinquenta reais)/a.m. do Fundo Estadual para os Fundos Municipais. Já no ano de 2023, a SEDEF, por meio da Deliberação 29/2023 e 033/2023/CEAS/PR expandiu o PPAS I para os demais 140 municípios de Pequeno Porte I, garantindo o cofinanciamento estadual aos 312 municípios elencados neste porte, a partir do segundo semestre de 2023.

No 1º trimestre 162 (cento e sessenta e dois) municípios receberam repasse do PPAS I no valor de R$3.037.500,00 (três milhões, trinta e sete mil e quinhentos reais), no 2º trimestre 129 (cento e vinte nove) municípios receberam repasse no valor de R$2.418.750,00 (dois milhões, quatrocentos e dezoito mil setecentos e cinquenta reais), no 3º Trimestre 163 municípios receberam repasse no valor de R$3.056.250,00 (três milhões cinquenta e seis mil duzentos e cinquenta reais), no 4º Trimestre 142 municípios receberam repasse de no valor de R$2.662.500,00 (dois milhões seiscentos e sessenta e dois mil e quinhentos reais). Totalizando repasse anual de R$12.206.250,00 (doze milhões duzentos e seis mil duzentos e cinquenta reais).

Os municípios que não receberam o repasse apresentaram pendências com relação ao Atestado de Regularidade de Conselho, Plano e Fundo

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

- ARCPF, ou relacionadas aos saldos, superior a 12 parcelas em conta-corrente, não envio de extratos para verificação do saldo, não preenchimento da prestação de contas ou ainda incongruência no Plano de Ação.

Em setembro de 2023, iniciou-se processo de implantação, por meio da Deliberação 059/2023, do Piso Único de Assistência Social – PAS. A iniciativa trata da unificação dos seguintes Pisos: a) Piso Paranaense de Assistência Social I – PPAS I; b) Piso Paranaense de Assistência Social II CENTRO POP – PPAS II; c) Piso Paranaense de Assistência Social III PAEFI – PPAS III; d) Piso Paranaense de Assistência Social IV ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL – PPAS IV; e) Piso Paranaense de Assistência Social V SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA ADULTOS E FAMÍLIAS – PPAS V; f) Centro dia para PCD; g) Serviço de Abordagem Social para Pessoas em Situação de Rua; h) Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoas em Situação de Rua; i) Residência Inclusiva Municipal. Objetivando assim, conferir ao gestor municipal uma maior autonomia e flexibilidade na gestão dos recursos, simplificando, tornando o processo mais eficiente e qualificando a oferta dos serviços socioassistenciais.

2.2 Vigilância Socioassistencial

A Vigilância Socioassistencial tem como objetivo a produção, sistematização, análise e disseminação de informações do território, com intuito de realizar diagnósticos socioassistenciais, qualificar a oferta dos serviços socioassistenciais a partir da análise da oferta e demanda, bem como aprimorar os processos de tomada de decisão. Ainda, constitui-se como uma área de gestão da informação, dedicada a apoiar atividades de planejamento, acompanhamento e oferta dos serviços socioassistenciais, por meio do provimento de dados, indicadores e análises técnicas.

Ações Realizadas:

Acompanhamento e o apoio técnico aos municípios na elaboração e monitoramento dos Planos Municipais de Assistência Social;

Assessoramento e apoio no Preenchimento dos Instrumentos de gestão do Governo Federal quanto ao Planejamento, Prestação de Contas, Vigilância Socioassistencial (Censo SUAS, Registro Mensal de Atendimento – RMA, Plano de Ação e Demonstrativo Sintético Físico-Financeiro).

Destaca-se: os dados de 2023 do RMA mostraram que o percentual de preenchimento do relatório superou 99% para os CRAS, CREAS e CENTROS POP;

O Demonstrativo Sintético Físico-Financeiro que foi prorrogado o seu preenchimento até 29 de março de 2023, obteve 97% de preenchimento pelos municípios, e o Censo SUAS 2022 que teve seu prazo estendido até 29 de dezembro de 2023 obteve 95,48% de preenchimento. Dessa forma, a organização dos dados dos instrumentos de gestão, que são enviados regularmente aos Núcleos Regionais e Instâncias de Atuação Regional Avançada – IARA, para conhecimento e orientação aos municípios, alcançou seu objetivo;

Gestão do cadastro dos trabalhadores estaduais no Cadastro Nacional do SUAS – CadSUAS, com atualização dos dados e liberação de acesso de acordo com as atividades desenvolvidas. Coordenação, em âmbito estadual, do processo de preenchimento dos questionários do Censo SUAS;

Acompanhamento e assessoria às equipes técnicas dos 12 Núcleos Regionais e 12 IARAS dos municípios quanto à utilização e preenchimento de instrumentos de gestão do SUAS, por meio de sistemas da Rede SUAS, bem como apoio técnico para utilização dos aplicativos de registro, acompanhamento e monitoramento.

2.3 Gestão do Trabalho e Educação Permanente

A Gestão do Trabalho na Política de Assistência Social (PNAS) propõe processos unificados com construções coletivas. Considerando as definições, requisitos, competências, responsabilidades de gestão e perfis profissionais para o desenvolvimento de funções na execução de serviços socioassistenciais e no exercício do Controle Social.

Compreende ainda as ações de planejamento, organização, desenvolvimento de discussões e desencadeamento de ações relativas à valorização do trabalhador e à estruturação dos processos de trabalho, além da implementação sistemática de ações de capacitação e formação de Educação Permanente.

Dentre as ações de Educação Permanente está o Programa Nacional de Capacitação do Sistema Único de Assistência Social - CapacitaSUAS, ofertando vagas para capacitação de profissionais, gestores, conselheiros e técnicos da rede socioassistencial do SUAS.

O Capacitasuas é uma iniciativa do governo federal que o Estado aderiu a terceira etapa, por meio da formalização de Termo de Aceite com o Ministério do Desenvolvimento Social. Para tanto, havia orçamento de R$ 4.270.311,52 (quatro milhões duzentos e setenta mil trezentos e onze reais e cinquenta e dois centavos) vinculado ao FEAS por meio da Conta número 112.968 do Banco do Brasil, atualizado em dezembro de 2023.

No ano de 2024 serão disponibilizadas 4.000 vagas divididas entre os cursos: Curso I – Atualização de Planos de Assistência Social; Curso II- Atualização sobre Especificidade e Interfaces da Proteção Social Básica; Curso III – Atualização sobre Reordenamento dos Serviços de Proteção Social Especial. O programa executa-se pelas Universidades Públicas Estaduais, através de Termo de Execução Descentralizado, o qual está em tramitação para ser formalizado.

Ações Realizadas

Em agosto e novembro, foi realizado o Curso de Capacitação voltado aos Conselheiros do CEAS/PR e Conselheiros Municipais dos CMAS's, proposto pelo Núcleo Estadual de Educação Permanente do Sistema Único de Assistência Social (NEEP/SUAS/PR) em parceria com a Escola de Gestão com a participação de 190 conselheiros.

O curso teve como objetivo capacitar os Conselheiros Estaduais e Conselheiros Municipais para o exercício de suas atribuições introduzindo os novos integrantes à Política de Assistência Social e mantendo atualizados os conselheiros já integrados, proporcionando um espaço de reflexão e aprendizagem.

O curso foi realizado tanto de maneira presencial como online via Google Meet e Youtube, permitindo a participação dos conselheiros que não puderam comparecer presencialmente.

Os temas abordados incluíram: Fortalecendo a Assistência Social - Dinâmica do Controle Social do Estado do Paraná: Estrutura da SEDEF, Instâncias de pactuação e mobilização, Funcionamento do CEAS/PR; O Papel dos Conselheiros Estaduais na Fiscalização e Garantia dos Direitos Humanos e Dignidade da População Vulnerável e em Situação de Risco; O Sistema Único de Assistência Social (SUAS e a Politica de A.S. pautada na defesa e proteção dos direitos humanos.

Ainda em 2023, houve a alteração do Decreto Estadual nº 11.873/2014, aprovado por meio do Decreto n. 2293, que reconstitui do Núcleo e Educação Permanente do Estado do Paraná – NEEP, em virtude da reestruturação da organização administrativa do Poder Executivo do Estado do Paraná, sendo necessário corrigir a súmula, bem como todos os artigos que fizessem referência à extinta Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social (SEDS), agora também extinta Secretaria da Justiça, Família e Trabalho – SEJUF, substituindo pela atual Secretaria do Desenvolvimento Social e Família (SEDEF), além da exclusão, alteração e inclusão de outros setores importantes ao processo de implementação e funcionamento do NEEP/SUAS/PR.

2.4 Apoio às Organizações da Sociedade Civil de caráter Socioassistencial

As entidades e organizações de assistência social são aquelas sem fins lucrativos e parceiras da administração pública no atendimento às famílias, indivíduos e grupos em situação de vulnerabilidade ou risco social e pessoal, que integram a rede socioassistencial junto aos órgãos gestores e os conselhos de assistência social.

As entidades e organizações são acompanhadas pelos órgãos gestores e fiscalizadas pelos conselhos municipais de assistência social. Os órgãos gestores têm a função de assessorar e apoiar as entidades e organizações visando à adequação dos seus serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social às normas do SUAS. Os conselhos municipais têm atribuições de inscrever e fiscalizar as entidades e organizações de assistência social, bem como os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, conforme parâmetros e procedimentos nacionalmente estabelecidos. Diante disso, a divisão atua na orientação relacionada à inscrição no Conselho Municipal, preenchimento do Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social e procedimentos para acesso aos benefícios de desconto de água e energia elétrica, bem como ações do Programa Nota Paraná.

2.4.1. Nota Paraná

Programa de estímulo à cidadania fiscal, criado em agosto de 2015, pela SEFA – Secretaria de Estado da Fazenda e que conta com a colaboração efetiva desta Secretaria de Desenvolvimento Social e Família, através do cadastro e registro das Entidades de Assistência Social aptas a participar do programa. De acordo com Lei Estadual 18.451/2015 e o Decreto Estadual 8.249/2017, as Entidades de Assistência Social podem ser favorecidas pelos créditos dos documentos fiscais emitidos nas operações abrangidas pelo Programa, exclusivamente quando o consumidor não apresentar a sua própria identificação e, a seu critério, destinar os créditos a uma Instituição de sua escolha.

As ações permitiram que 1.080 (mil e oitenta) entidades voltadas à área da assistência social recebessem a título de restituição ou sorteio, um total de R$ 22.441.124,60 (vinte e dois milhões quatrocentos e quarenta e um mil cento e vinte e quatro reais e sessenta centavos), contando com 1027 Declarações emitidas durante o ano de 2023 referente ao Nota Paraná.

No que se refere às Declarações de Cadastro de OSC, utilizadas para solicitar desconto nas tarifas de energia elétrica e água, foram emitidas 350 Declarações de Cadastro de Organização da Sociedade Civil durante o exercício de 2023.

Ações Realizadas:

Gerenciamento e alimentação do Cadastro de Entidades Sociais do Estado;

Análise quanto ao deferimento, preenchimento e atualização das informações na plataforma do SISTAG e do Programa Nota Paraná para atender as Organizações da Sociedade Civil que atuam na área da Assistência Social;

Gestão do Cadastro das Organizações da Sociedade Civil de Assistência Social no Programa Nota Paraná, com auxílio aos ER`s e municípios, orientação, análise de documentos e atualização de informações no sistema;

2.5 Assessoramento aos Conselhos Municipais de Assistência Social – CMAS

Desenvolvimento de ações de orientação e de apoio ao funcionamento e documentação dos conselhos municipais e para as realizações das

conferências municipais de Assistência Social.

Ações Realizadas:

Apoio técnico e elaboração de notas e informações técnicas sobre o regular funcionamento dos CMAS.

3. DIVISÃO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA – DPSB

A Divisão de Proteção Social Básica atua no acompanhamento e apoio técnico aos municípios na estruturação da rede e na oferta dos serviços socioassistenciais, programa e benefícios no âmbito da Proteção Social Básica, com o objetivo de prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

A Divisão concentra suas ações no assessoramento dos serviços da Proteção Social Básica, sendo eles: Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF, Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV e Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para pessoa com Deficiência e Idosas. No âmbito dos Programas, realiza o apoio técnico aos seguintes programas: Programa Bolsa Família, Bolsa Agente de Cidadania, ACESSUAS Trabalho, Benefício de Prestação Continuada – BPC, BPC Trabalho e BPC Escola. Ressalta-se que outra atribuição de tamanha relevância é a Coordenação Estadual do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.

3.1 – Centros de Referências de Assistência Social – CRAS:

Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é uma unidade pública municipal descentralizada da política de assistência social, responsável pela organização e oferta de serviços da proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) nas áreas de risco e vulnerabilidade social dos municípios. Dada sua capilaridade nos territórios, se caracteriza como a principal porta de entrada do SUAS, ou seja, é uma unidade que possibilita o acesso de um grande número de famílias à Rede de Proteção Social de Assistência Social (MDS, 2009).

Seguindo as diretrizes do SUAS, todos os municípios brasileiros devem possuir no mínimo 01 CRAS em funcionamento, dependendo do porte populacional, em condições adequadas para ofertar atendimento com qualidade.

Em 2023 o Estado do Paraná contava com 579 unidades de CRAS, nos 399 municípios (Fonte: MDS/CadSUAS - 2023) que recebem o acompanhamento, apoio técnico e o monitoramento de suas ações por meio dos 12 Núcleos Regionais e 12 IARAS da SEDEF.

3.1.1 Construção de CRAS:

Uma das atividades da Divisão de Proteção Social Básica - DPSB, no que diz respeito às obras de CRAS é realizar acompanhamento e apoio técnico e financeiro durante o processo de construção.

Neste sentido, a DPSB realizou acompanhamento e apoio técnico às construções de CRAS que estavam em andamento e aprovou por meio das Deliberações no. 37/2023/CEAS/PR e 51/2023/CEAS/PR a construção de 13 CRAS até o momento, na modalidade fundo a fundo no valor de R$ 1.200.000,00 para cada obra, proporcionando muito mais agilidade e eficiência do uso dos recursos públicos, possibilitando a título de exemplo, o repasse de recursos para construção de CRAS que estavam “paralisadas” desde 2013.

Os municípios contemplados pelas referidas deliberações para construção de CRAS, foram: Abatiá; Mato Rico; Tomazina; Mandirituba; Itaperuçu; Rio Branco do Sul; Tijucas do Sul; Itaguajé; Barra do Jacaré; Nova Fátima; Farol; Campina do Simão; Salto do Itararé, Prudentópolis.

No ano de 2023 houve o repasse para os municípios elencados acima de R$360.000,00, correspondente à primeira parcela do valor total do repasse. As próximas parcelas serão transferidas de acordo com a comprovação municipal da porcentagem de construção da obra.

3.2 – Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF

É o principal serviço ofertado nos CRAS, tendo como finalidade assegurar que as famílias em situação de vulnerabilidade social, recebam atendimento e acompanhamento por equipes multidisciplinares, prevenindo a ruptura de vínculos, promovendo o acesso a direitos e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida.

O PAIF é desenvolvido exclusivamente nos CRAS.

Destaca-se a Deliberação nº 050/2023, que trata do Incentivo Proteção Social Básica e Benefícios Eventuais, sendo repassado o montante de R$ 8.249.000,00, para 87 municípios que não recebiam o PPAS I. Ressaltando que o referido recurso pode ser utilizado em caráter emergencial considerando os eventos climáticos adversos que assolaram o Paraná, sobretudo fortes chuvas e enxurradas.

Tal recurso foi um potencializador para os serviços da Proteção Social Básica na oferta dos serviços e benefícios eventuais.

3.4 – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV:

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV é voltado para crianças, adolescentes, adultos e pessoas idosas. Executado em grupos formados por até 30 usuários, os quais, em geral, são reunidos conforme o seu ciclo de vida. Tem como objetivo complementar o trabalho social com famílias, prevenindo a ocorrência de situações de risco social e fortalecendo a convivência familiar e comunitária.

O repasse do recurso do cofinanciamento Federal do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, é realizado por meio do Piso Básico Variável – PBV, diretamente do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS para os Fundos Municipais de Assistência Social – FMAS.

Atualmente encontram-se 113.583 usuários ativos e 7.343 grupos em atividade, cadastrados no Sistema de Informação do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SISC.

E ainda ressalta-se que o acompanhamento e o assessoramento técnico aos municípios que executam o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV é contínuo.

3.5 – Benefícios Eventuais:

Os Benefícios Eventuais são previstos pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e ofertados às famílias e indivíduos que foram acometidas por um evento**,** uma contingência, que ocasionou ou agravou uma situação de vulnerabilidade social, quando do nascimento de um novo membro da família, ou na morte de um dos seus membros, em situação de vulnerabilidade temporária para o enfrentamento de situações de riscos, ou em calamidade pública. A regulamentação dos Benefícios Eventuais e a organização do atendimento aos beneficiários são responsabilidades dos municípios e os estados são responsáveis pelo cofinanciamento dos Benefícios Eventuais junto aos municípios.

3.6 – Benefício de Prestação Continuada – BPC

O Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social – BPC é um benefício da Política de Assistência Social, individual, que garante a concessão mensal de 01 (um) salário-mínimo a pessoa idosa, com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais, e à pessoa com deficiência, de qualquer idade, com impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que comprovem não possuir meios para prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família. Para acessar o benefício à renda per capita necessita ser inferior a ¼ do salário-mínimo.

Instituído pela Constituição Federal de 1988, garantido no âmbito da proteção social não contributiva da Seguridade Social e regulamentado pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, Lei nº 8.742, de 7/12/1993; Leis nº 12.435, de 06/07/2011 e nº 12.470, de 31/08/2011, que alteram os dispositivos da LOAS; e pelos Decretos nº 6.214/ 2007 e 6.564/2008.

Pelo Decreto nº 8.805/2016, o Cadastro Único é obrigatório para solicitação e recebimento do Benefício de Prestação Continuada – BPC, sendo que os beneficiários do BPC que não realizarem ou estiverem com o cadastro desatualizado (superior 24 meses) terão seu benefício suspenso e bloqueado.

Total de beneficiários no Paraná: 253.160 pessoas, sendo 128.600 Pessoas com Deficiência e 124.560 Idosos, quais devem estar inseridos no Cadastro Único e continuar com o cadastro válido e atualizado para evitar a exclusão lógica e suspensão ou cancelamento do benefício.

Ações Realizadas:

I. Monitoramento das informações sobre o público beneficiário não inserido no Cadastro Único;
II. Assessoramento técnico para as equipes estaduais e municipais, visando a busca ativa e a inclusão dos beneficiários não localizados no Cadastro Único, bem como, para solicitação de novos benefícios.

3.7 – Programa BPC na Escola:

O Programa BPC na Escola tem como objetivo desenvolver ações intersetoriais visando garantir o acesso e a permanência na escola da criança e do adolescente com deficiência de 0 a 18 anos, beneficiários do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social – BPC, com a participação da União, dos Estados e dos Municípios. Compete ao Estado apoiar a capacitação dos agentes envolvidos, orientar e sensibilizar no que se refere às adesões dos municípios ao Programa. Em consulta ao Sistema BPC na Escola, na data de **02/04/2024**, verificamos que **164** municípios realizaram a adesão; 136 municípios realizaram a renovação, totalizando assim, **300** municípios que permanecem com adesão/renovação vigente ao Programa.

3.8 – Cadastro Único para Programas Sociais – CadÚnico:

O Cadastro Único para Programas Sociais, ferramenta de identificação nacional de famílias de baixa renda, implantado há mais de 20 anos, com aprimoramentos implantados ao longo dos anos, atualmente está regulamentado pelo Decreto nº 11.016, de 29 de março de 2022, tendo como perfil de atendimento famílias com renda per capita de até ½ salário-mínimo, ou vinculados a programas sociais.

Criado em 2001, o Cadastro Único é constantemente atualizado e hoje funciona como um sistema online, que permite fazer filtros e tabulações para melhor compreensão das equipes de acompanhamento. É possível ainda consultar o número de famílias a nível nacional em situação de extrema pobreza, pobreza e baixa renda, além da renda traz informações sobre habitação, documentação, escolaridade, trabalho, grupos tradicionais e específicos, trabalho infantil e programas sociais que participam para assim, pensar em políticas públicas com objetivos de atender as necessidades dessas famílias, uma vez que é dever do Estado garantir e promover o bem-estar social de seus indivíduos.

O Decreto nº 11.016, de 29/03/2022, revogou o Decreto 6.135/2007 e alterou a faixa de renda a ser atendida pelo Cadastro Único, excluindo as famílias com renda mensal de até 3 salários-mínimos, permanecendo apenas ½ S.M. per capita. Destaca-se que é por meio do Cadastro Único que as famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social podem acessar diversos Programas Sociais, sendo assim, é indispensável o registro dessas famílias na base de dados do CadÚnico para que assim, possam usufruir dos programas, projetos, e benefícios sociais de caráter continuado ou emergenciais. Destaca-se que o CadÚnico é utilizado por mais de 20 programas sociais, em âmbito estadual o Programa de Transferência de Renda

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Comida Boa, Leite das Crianças, Energia e Tarifa de Saneamento Solidária, além de identificar as famílias e consequentemente os municípios prioritários para o Programa Nossa Gente, sendo utilizada para definir alguns cofinanciamentos da Política de Assistência Social e dos Direitos da Criança e do Adolescente.

A portaria do Ministério da Cidadania – MC nº 810, de 14 de setembro de 2022 para a base do Cadastro Único, atualizou as regulamentações do Cadastro Único, em conformidade com novo decreto e outras normativas publicadas posterior ao decreto de 2007, dentre as atualizações trouxe a possibilidade de crianças acolhidas, idosos em instituições de longa permanência realizarem o cadastramento por meio do Representante Legal, o que antes não era possível. Outra atualização presente nesta legislação foi a criação de um aplicativo, via site do Governo Federal, no qual as famílias que têm acesso à internet podem realizar um pré-cadastro e, posteriormente, concluir o cadastro no posto de atendimento mais próximo da sua residência.

A portaria estabelece ainda a gestão, operacionalização, cessão e utilização dos dados do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, além de explicitar os conceitos relacionados ao Cadastro Único, como: família, morador, habitabilidade, cálculo de renda, cessão e uso dos dados alinhados à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), cadastramento por meio de representante legal, exclusão de famílias e pessoas, entre outros.

Programa Bolsa Família – PBF

O Programa Bolsa Família – PBF é um programa federal de transferência direta e condicionada de renda, instituído pela Lei n.º 14.601, de 19 de junho de 2023, cujos objetivos são combater a fome, contribuir para a interrupção do ciclo intergeracional de pobreza e promover o desenvolvimento e a proteção social das famílias em situação de pobreza, que são aquelas com renda familiar *per capita* de até R$218 mensais.

Com base no Relatório de Informações Sociais – RI/MDS, relativas a março de 2024, no Paraná haviam 614.890 famílias incluídas no Programa, atingindo um total de 1.701.660 pessoas, o equivalente a 14,87% da população do estado.

No Paraná o público para acompanhamento das condicionalidades de saúde são de 1.089.648 pessoas, sendo que no segundo semestre de 2023 foram acompanhadas pelos municípios 893.123 pessoas, alcançando uma taxa de 81,96% de registro do acompanhamento, sendo superior à média nacional que foi de 78,86%, no ranking dos estados ficando em 7º estado com maior número de registro do acompanhamento da condicionalidade de saúde.

Na Educação, no Paraná o público para acompanhamento da frequência escolar no bimestre de outubro e novembro foi de 613.326 crianças e adolescentes, e as taxas de Acompanhamento da Frequência Escolar na média estadual registrado no bimestre de outubro de novembro de 2023 foi de 93,66% superior a média nacional de 79,96%.

BENEFÍCIOS PBF – MARÇO 2024

RENDA DE CIDADANIA = 1.701.636 Beneficiários
COMPLEMENTARES = 555.163 Beneficiários
PRIMEIRA INFÂNCIA = 339.777 Beneficiários
BENEFÍCIO VARIÁVEL GESTANTE = 17.136 Beneficiários
EXTRAORDINÁRIOS DE TRANSIÇÃO = 5.553 Beneficiários
BENEFÍCIO VARIÁVEL NUTRIZ = 20.164 Beneficiários
BENEFÍCIO VARIÁVEL CRIANÇAS = 406.261 Beneficiários
BENEFÍCIO VARIÁVEL ADOLESCENTE = 75.761 Beneficiários

Ações Realizadas CAD e PBF:

Assessoramento aos Núcleos Regionais e municípios por meio de Informações Técnicas, e-mail, ligações, reuniões on-line sobre a operacionalização do Cadastro Único e do Programa Bolsa Família, divulgando e esclarecendo sobre as novas normativas publicadas no decorrer do ano, principalmente nos processos de Averiguação e Revisão Cadastral 2023 e do novo desenho do programa federal de transferência de renda;
08 Seminários Macrorregionais da Gestão Intersetorial do Cadastro Único e do Programa Bolsa Família;
02 lives sobre o Cadastro Único e Programa Bolsa Família, com orientações técnicas aos gestores e técnicos municipais;
Capacitação Sistema do Cadastro Único - V7 - visou capacitar técnicos(as) e gestores(as) do programa Bolsa Família e do Cadastro Único para serem aptos a utilizar o Sistema de Cadastramento das Famílias.
Capacitação Sistema de Benefícios - SIBEC visou capacitar técnicos(as) e gestores(as) do programa Bolsa Família para serem aptos a identificar a repercussão nos benefícios e realizar adequada administração dos benefícios do PBF.
Capacitação de Formulários do Cadastro Único;

Ações formativas PBF e CADÚNICO	**Nº Municípios**	**Nº Profissionais**
08 Seminários Macrorregionais Intersetoriais da Gestão do Cadastro Único e Programa Bolsa Família	375	1546
Capacitação de formulários do Cadastro Único	25	106
Sistema do Cad Único V7	198	270
Gestão de Benefícios – SIBEC	117	118
PROCAD – SUAS – Região Sul	14	38

3.09 – Índice de Gestão Descentralizada Municipal do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único – IGD-M:

O IGD-M é um indicador construído para avaliar a Gestão Municipal e Estadual do Programa Bolsa Família – PBF e das ações do Cadastro Único para Programas Sociais – CadÚnico, visando fortalecer a gestão intersetorial, a qualidade e integralidade das ações. O indicador varia de zero (0) a um (1), sendo que quanto mais próximo de um (1) melhor a gestão do município ou estado. Desse modo, com base na aferição da taxa de atualização cadastral, do acompanhamento das condicionalidades do acompanhamento da frequência escolar da educação e do acompanhamento da agenda de saúde, além de outros incentivos que podem ser somados, os municípios e o Estado recebem recursos mensais na modalidade fundo a fundo para implementar as ações do PBF e do CadÚnico.

Conforme o desempenho das gestões municipais, o Estado recebe recursos para o aprimoramento e a implementação das ações do CadÚnico e PBF no Estado.

A Coordenação Estadual realizou o apoio técnico os municípios por meio de e-mail, informações técnicas, manifestações, ofícios e algumas atividades de capacitação presencial, conforme quadro abaixo:

1 – Quadro de gastos do IGD-E/PBF – 2023

Objetivo do Gasto	Nº do processo	Data pagamento	Valor do pagamento
Capacitações – Pagamento de palestrante	20.386.342-0	20 e 21/09/2023, 19 e 20/12/2023,	R$ 4.464,00
	20.883.703-6	19 e 20/10/2023, 30/10/2023 20 e 27/11/2023,	R$ 5.184,00

Capacitações - Transporte de palestrante	20.500.101-8	23/08/2023 E 06/09/2023	R$ 10.354,14
Aquisição de tablet	20.920.456-8	26/10/2023	R$ 3.450,00
Apoiar o controle social – despesas de viagens dos Conselheiros do CEAS e Apoio técnico SEDEF – central de viagens SEDEF	20.263.956-9	17/04/2023	R$ 163.059,54
Conferência Estadual de Assistência Social	20.798.955-0	24/10/2023 e 07/11/2023	R$ 32.948,12
	20.589.160-9 21.214.339-1	As despesas de passagens aéreas para a Conferência Nacional de Assistência Social 2023 foram efetivadas no ano de 2024.	R$ 263.758,00
Total executado 2023		R$ 219.459,80	
Total empenhado – restos a pagar 2024		R$ 263.758,00	

3.10. PROGRAMA CRIANÇA FELIZ

O Criança Feliz é um programa que tem por objetivo, apoiar e acompanhar o desenvolvimento infantil integral na primeira infância (crianças de 0 a 6 anos de idade) e facilitar o acesso da gestante, das crianças na primeira infância e de suas famílias às políticas e aos serviços públicos.

Promove o fortalecimento do papel das famílias no cuidado e na proteção das crianças na primeira infância, objetivando reforçar a implementação do Marco Legal da Primeira Infância, Lei 13.257/2016, ressaltando a necessidade da integração de esforços da União, dos estados, dos municípios, das famílias e da sociedade no sentido de promover e defender os direitos das crianças e ampliar as políticas que promovam o desenvolvimento integral da primeira infância.

Em agosto de 2023, por meio da resolução CNAS/MDS Nº 117, foi aprovado o reordenamento das ações de Assistência Social do Programa Criança Feliz, em consonância com o Programa Primeira Infância no Sistema Único da Assistência Social (SUAS).

Desta forma, o programa que até então estava sob responsabilidade da Coordenação de Políticas para Criança e Adolescente – CPCA, foi reordenado para a Divisão de Proteção Social Básica – DPSB/CPAS.

Não houve execução do recurso no exercício de 2023 (fonte 281). Os saldos restantes, totalizam R$1.245.520,65 e serão utilizados conforme Plano de Ação Intersetorial do Programa Primeira Infância no SUAS / Criança Feliz, aprovado por meio da deliberação Deliberação n° 017/2024 CEAS/PR para atendimento aos 63 municípios vinculados ao Programa.

4. DIVISÃO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL – DPSE

A Divisão Estadual de Proteção Social Especial tem como objetivo fortalecer e ampliar a Rede de Proteção Especial no Estado do Paraná por meio de assessoria e apoio técnico e financeiro, capacitação continuada e apoio na execução dos serviços de Média e Alta Complexidade da Proteção Social Especial em consonância com o Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

No âmbito da proteção social especial, são considerados serviços de média complexidade aqueles que oferecem atendimento a famílias e indivíduos com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos e, são considerados serviços de proteção social de alta complexidade, aqueles que garantem proteção integral para famílias e indivíduos que se encontram sem referência e/ou em situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e/ou comunitário.

A Divisão de Proteção Social Especial promove e apoia ações de mobilização, sensibilização e articulação para o enfrentamento à violação de direitos, tais como: negligências, abandonos, preconceito, discriminação ou os diversos tipos de violência contra crianças, adolescentes, mulheres, idosos, pessoas com deficiência, ou grupos vulneráveis. Devido aos serviços socioassistenciais serem inerentes às demais políticas de garantia de direitos, a DPSE tem ações previstas em diversos Planos Estaduais relacionados à área.

4.1 – SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE

A referência para atendimento de indivíduos e famílias na Proteção Social Especial é o CREAS (Centro de Referência Especializada de Assistência Social), que oferta diferentes serviços para a garantia dos direitos dos usuários, como o PAEFI (Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos) com o objetivo de promover o fortalecimento dos vínculos e a superação da situação de violência.

A DPSE tem atribuição de realizar o assessoramento, acompanhamento e orientação técnica aos municípios que desenvolvem serviços tipificados para garantia de proteção social especial às famílias e indivíduos em situação de risco e/ou violação de direitos, com recursos do FEAS e do FIA, além dos recursos repassados ao Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) pelo Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS).

4.1.1 – Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS

Em 2023 o Paraná contava com 200 unidades de CREAS em 178 municípios (Fonte: MDS/CadSUAS – 2023), cujo papel do Estado é acompanhar, orientar e avaliar o serviço desenvolvido pelos municípios. O acompanhamento das ações tem sido realizado por meio das equipes técnicas dos Núcleos Regionais, com o suporte da Divisão de Proteção Social Especial, com recursos da SEDEF.

Nessas unidades são desenvolvidos os seguintes Serviços: Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI); Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC); Serviço Especializado em Abordagem Social; Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias.

Dando prosseguimento ao processo de construção de CREAS, em 2023, foi disponibilizado recurso Fundo a Fundo (FEAS) para construção do CREAS no município de Guaraniaçu, com o pagamento da primeira parcela de R$ 360.000,00. Enquanto as obras dos CREAS nos municípios de Anahy e Reserva estão em andamento, por meio de parceria com a Secretaria de Estado das Cidades.

4.1.2 – Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI

Serviço de apoio, orientação e acompanhamento a famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social sob violação de direitos. Cabe ao Estado realizar o assessoramento do serviço ofertado, por meio de apoio técnico, monitoramento e elaboração de informações técnicas. Em 2023, houve continuidade da orientação e assessoria na medida em que fomos consultados.

4.1.2.1 – Regionalização dos Serviços da Proteção Social Especial - Média Complexidade – PAEFI/CREAS

No ano de 2023, houve a continuidade do acompanhamento do PAEFI/CREAS, bem como, dos repasses para os 23 municípios. O valor previsto do PPAS III (Piso Paranaense de Assistência Social III) é de R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais)/a.m. por município, totalizando o montante de R$ 690.000,00 (seiscentos e noventa mil reais)/a.a. como complementaridade ao cofinanciamento da esfera federal. **Foram repassados pelo FEAS (recurso estadual) o valor de R$ 591.325,25 (quinhentos e noventa e um mil trezentos e vinte e cinco reais e vinte e cinco centavos).** Alguns municípios não receberam o trimestre devido as condicionalidades de saldo acima de 12 parcelas e/ou não apresentação de extrato conforme Deliberação nº 57/2016, 90/2016 e 58/2021 do CEAS/PR.

Referente ao recurso do Fundo Nacional de Assistência Social foi repassado o valor de R$1.145.221,02 (um milhão cento e quarenta e cinco mil, duzentos e vinte e um reais e dois centavos) – fonte 281.

Abaixo valores pagos do repasse pelo **FNAS** – fonte 281 – referente às parcelas de 2023:

Parcelas 2023	**Parcelas 01,02,03**	**Parcelas 04,05,06,07,08**	**Parcelas 09,10**	**Parcelas 11,12**
Valor Depositado	R$ 312.369,44	R$ 467.831,73	R$ 181.573,04	R$ 183.445,47

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Fonte: Parcelas Pagas/MDS– 2023

O Governo Estadual repassou até dezembro de 2023 o valor de R$961.774,21(novecentos e sessenta e um mil setecentos e setenta e quatro reais e vinte e um centavos), as parcelas referentes aos meses 11 e 12 serão repassadas em 2024.

4.1.3 – Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC)

O Estado realiza o assessoramento dos municípios que executam o Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto, por meio de apoio técnico aos Núcleos Regionais, bem como na execução dos recursos oriundos do FNAS Piso Fixo de Média Complexidade – MSE denominado Expansão MSE.

Em 2023 foi efetivado o repasse dos recursos oriundos do FNAS para os 17 municípios que aderiram ao cofinanciamento federal para o Serviço de LA e PSC, denominado expansão MSE. **No total, foram repassados até dezembro de 2023 o montante de R$ 503.897,33 (quinhentos e três mil oitocentos e noventa e sete reais e trinta e três centavos).**

Parcelas 2023	Parcelas 01,02,03	Parcelas 04,05,06,	Parcelas 07,08,09	Parcelas 10,11,12
Valor Depositado	R$ 137.442,71	R$ 125.825,15	R$ 120.040,44	R$ 120.589,03

Fonte: Parcelas Pagas/MDS– 2023

O Governo Estadual repassou até dezembro de 2023 R$423.215,67(quatrocentos e vinte e três mil duzentos e quinze reais e sessenta e sete centavos), as parcelas referentes aos meses 11 e 12 serão repassadas em 2024.

4.1.4 – Ações Estratégicas para a Erradicação do Trabalho Infantil – PETI

É um programa de caráter intersetorial, com ações de prevenção e erradicação do trabalho infantil, previsto na Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), o PETI compreende ações de transferência de renda, trabalho social com as famílias e fortalecimento de vínculos. O Estado do Paraná, no ano de 2014, fez a adesão junto ao Governo Federal para o cofinanciamento das Ações Estratégicas de Erradicação do Trabalho Infantil – AEPETI, recebendo recursos para o desenvolvimento de ações que visam o combate ao trabalho infantil no Estado. Neste mesmo ano, 56 municípios do Estado também fizeram a adesão ao cofinanciamento federal.

Segundo a Portaria nº 113/2015, em seu Art. 32: "Os saldos referentes aos Programas e Projetos, existentes em 31 de dezembro de cada ano, poderão ser reprogramados para o exercício seguinte para utilização no próprio Programa ou Projeto a que pertencem até o término de vigência destes." Isso significa que os municípios e os estados que ainda possuírem recursos para execução em ações das AEPETI em 2021 podem reprogramá-los para 2022 e 2023, com a devida aprovação dos respectivos conselhos.

4.1.4.1 Ações de Monitoramento

Em 2023, manteve-se o assessoramento e acompanhamento dos municípios em específico com relação aos cofinanciados que ainda possuem saldo elevado para execução, bem como reuniões de alinhamento, orientações e discussões com os Núcleos Regionais, IARAS e municípios. Dentre os assuntos abordados destacam-se: fluxo do trabalho infantil, execução dos recursos, marcação do trabalho infantil nos sistemas, identificação dos casos.

Além disso, a DPSE organizou reuniões de orientação e assessoramento com os municípios que ainda possuem saldo das AEPETI, fortaleceu a articulação com o CEAS/PR e Ministério Público para o monitoramento dos municípios.

4.1.4.2 Ações de capacitação

No dia 12 de junho de 2023, foi realizada a Live "Dialogando com o SUAS: Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil – Falando sobre Diagnóstico e Aprendizagem", em alusão ao Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil.

A iniciativa teve como objetivo trazer experiências de municípios no diagnóstico do trabalho infantil nos territórios, a metodologia realizada, as conclusões e planejamento de ações, bem como potencialidades e desafios durante o procedimento e fomentar a aprendizagem como estratégia de prevenção, enfrentamento e superação do trabalho infantil.

4.1.5 – Serviço Especializado em Abordagem Social

O serviço tem finalidade de assegurar trabalho social de abordagem e busca ativa que identifiquem nos territórios a incidência de trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, situação de rua, dentre outras. Deverão ser consideradas praças, entroncamento de estradas, fronteiras, espaços públicos onde se realizam atividades laborais, locais de intensa circulação de pessoas e existência de comércio, terminais de ônibus, trens, metrô e outros. O serviço busca resolver as necessidades imediatas das famílias e indivíduos e promover a inserção na rede de serviços socioassistenciais e das demais políticas públicas na perspectiva da garantia de direitos.

Atualmente são cofinanciados 20 municípios, sendo pago em 2023 o montante total de R$ 999.750,00 (novecentos e noventa e nove mil setecentos e cinquenta reais), fonte 102. Alguns municípios não receberam devido às condicionalidades de saldo acima de 12 parcelas e/ou não apresentação de extrato conforme Deliberação nº 57/2016, 90/2016 e 58/2021 do CEAS/PR.

4.1.6 – Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro Pop

Executa exclusivamente o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua, prioritariamente nos municípios de médio e grande porte. Em 2023 foram cofinanciados 15 municípios que prestam o serviço em 17 unidades, com capacidade de atendimento de até 2.300 pessoas ao mês, totalizando repasse de R$ 2.040.000,00 (dois milhões e quarenta mil reais) - fonte 102. Foram repassados R$ 1.568.250,00 (um milhão quinhentos e sessenta e oito mil duzentos e cinquenta reais). Alguns municípios não receberam o trimestre devido às condicionalidades de saldo acima de 12 parcelas e/ou não apresentação de extrato conforme Deliberação nº 57/2016, 90/2016 e 58/2021 do CEAS/PR.

4.1.7 – Centro Dia para Pessoa com Deficiência

Tem como objetivo a oferta de atendimento especializado a pessoas com deficiência e suas famílias, com algum grau de dependência, que tiveram suas limitações agravadas por violações de direitos, promovendo autonomia, a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida das pessoas participantes. O cofinanciamento das três esferas de governo ao município de Curitiba faz parte das ações do Programa Nacional Viver Sem Limite, voltado aos direitos das pessoas com deficiência.

No Serviço de Centro Dia para Pessoas com Deficiência foi efetivado o acompanhamento e aporte de recursos no montante de R$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais), sendo repassado o valor de R$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais), em decorrência de não cumprimento de condicionalidades.

4.2 – ALTA COMPLEXIDADE

Na Alta Complexidade, além do trabalho de planejamento, assessoramento, apoio, monitoramento dos serviços, acompanhamento dos planos relacionados à área e análise de prestações de contas, ainda há necessidade de acompanhamento das pessoas que estão sob a tutela do Estado, fiscalização de contratos e termos de parceria, além da atenção às solicitações de acolhimento encaminhadas pelos municípios de Pequeno Porte I e II.

Os serviços socioassistenciais são prioritariamente voltados para garantir a proteção social no momento em que os vínculos familiares e comunitários estão rompidos, com a necessidade excepcional e temporária de afastamento com o acolhimento institucional ou, no caso de crianças e adolescentes, acolhimento familiar.

Dentro do previsto pelo SUAS, cabe aos municípios a execução dos Serviços da Política de Assistência Social. Aos Estados cabe: monitorar e avaliar junto aos municípios de grande porte e metrópoles os serviços, viabilizar alternativas de atendimento para a demanda da população sob violações de direitos de municípios de pequeno porte I e II, médio porte considerando a proporção e a recorrência para o atendimento e a rede necessária, bem como a excepcionalidade das situações especiais.

Entretanto, rotineiramente, durante a análise das solicitações que são encaminhadas ao Estado, são verificadas situações onde não foram esgotadas as possibilidades de acolhimento e atendimento no município de origem da família e não considerada a preservação do direito à convivência familiar e comunitária, o atendimento no território e pelas redes intersetoriais, que envolvem diferentes políticas públicas nas suas especificidades. Por isso, as solicitações de acolhimento institucional que chegam ao Estado, requerem da equipe técnica: análise, articulação com Núcleos Regionais, municípios, Sistema de Justiça e demais políticas setoriais para compreensão do contexto social, econômico, cultural e dinâmica da família de origem e extensa, que é por essência de respeito ao ser humano e as legislações da política de assistência social e dos segmentos envolvidos sendo, portanto, muito específico e complexo.

Em 2012/2013 foi iniciada a discussão sobre o reordenamento dos serviços de acolhimento para todos os públicos, visando o aprimoramento das suas dimensões. Em específico para as pessoas com deficiência o reordenamento foi impulsionado pelo Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite de 2011.

No entanto, alguns problemas persistem, conforme monitoramentos realizados: ausência de equipes ou incompletas, rotatividade, falta de capacitação para os trabalhadores dos serviços, inadequações na estrutura física, especialmente no que se refere à acessibilidade. As dificuldades apontadas pelos municípios para não cumprirem o prazo e as devidas adequações, naquela ocasião, foram: por dificuldades administrativas e estruturais, como a barreira para novas contratações devido ao limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal ou operacionais de gestão, como realização de processos licitatórios, dentre outros, o que impactaram sobremaneira na qualificação dos serviços.

4.2.1 – Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças, Adolescentes e Jovens até 21 anos

Trata-se do acolhimento provisório e excepcional para crianças e adolescentes de ambos os sexos, inclusive crianças e adolescentes com deficiência e outras demandas específicas, sob medida de proteção e em situação de risco pessoal e social, cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção. Este acolhimento pode se dar em instituições, nas modalidades: Casa

Lar, Abrigo e Serviço de Família Acolhedora.

Em 2023, teve continuidade do cofinanciamento do Piso Paranaense de Assistência Social IV (PPAS IV) – Acolhimento Institucional para Crianças, Adolescentes e Jovem até 21 anos, nas três modalidades citadas acima. A previsão de repasse foi de R$ 7.950.000,00. **Foram repassados aos 99 municípios o valor de RS 6.547.500,00 (seis milhões quinhentos e quarenta e sete mil novecentos e cinquenta reais). Esta diferença ocorreu pois alguns municípios não receberam devido às condicionalidades de saldo acima de 12 parcelas e/ou não apresentação de extrato conforme Deliberação nº 57/2016, 90/2016 e 58/2021 do CEAS/PR.**

4.2.2 – Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoas Idosas

Conforme a tipificação estabelece os serviços de acolhimento para pessoa idosa (60 anos ou mais) é previsto para aqueles que não possuem vínculos familiares ou possibilidade de permanência familiar, vivenciando situação de violência, negligência, abandono, rompimento/fragilização dos vínculos familiares. Os serviços tipificados na alta complexidade para pessoa idosa são: Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoa Idosa em unidade Casa-Lar ou Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI), e Serviço de Acolhimento em República para Pessoas Idosas em unidade de República.

O papel do Estado no que diz respeito a esse serviço é ofertar em caráter excepcional, atendendo o que prevê a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) em seu Art.13º, inciso V: *prestar os serviços assistenciais cujos custos ou ausência de demanda municipal justifiquem uma rede regional de serviços, desconcentrada, no âmbito do respectivo Estado*; além de financiar parcerias, acompanhar, orientar e avaliar o serviço desenvolvido por Organizações da Sociedade Civil (OSC) e excepcionalmente instituições privadas com fins lucrativos que sejam contratadas pela gestão estadual.

Em 2023 foram analisadas 11 (onze) solicitações de acolhimento institucional de pessoas idosas. Os usuários que não foram acolhidos com vagas estaduais foram acolhidos pelo próprio Município ou foram adotadas medidas de prevenção ao acolhimento institucional.

Além disso, em 2023 foram ofertadas 28 vagas, por meio de parceria com instituições, para manutenção de pessoas que encontram-se a longo prazo acolhidas: Ação Social do Paraná (24 metas) e Recanto do Tarumã – Socorro aos Necessitados (04 metas). Tais termos de colaboração são custeados com recursos do FEAS. Em acréscimo, há contratos pagos com recursos do FUNSAÚDE com Pousada Luz e Vida (01 meta), Lar dos Velhinhos de Rio Azul (01 meta), APADEFIC (01 meta).

Abaixo quadro dos valores pagos às Organizações da Sociedade Civil, as quais há termo de colaboração com a SEDEF. Ressalta-se que são valores pagos das parcelas e não valores globais, conforme o estabelecido nas parcerias, ou seja, o pagamento acontece em parcelas, com periodicidade diferenciada.

Instituição	**Valor REF.2023**	**Fundo**
Asilo São Vicente – Ação Social do Paraná	R$ 850.398,32	FEAS
Recanto Tarumã	R$ 145.284,48	FEAS
Pousada Luz e Vida	R$ 22.836,63	FUNSAUDE
Lar dos Velhinhos	R$ 10.798,33	FUNSAUDE
APADEFIC	R$ 2.552,85	FUNSAUDE
TOTAL	**R$ 1.031.870,61**	

4.2.3 – Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoas com Deficiência

Conforme a tipificação estabelece, o Serviço de Acolhimento Institucional para Jovens e Adultos com Deficiência é previsto para aqueles que não possuem vínculos familiares ou condições de permanência familiar, vivenciando situação de violência, negligência, abandono, rompimento/fragilização dos vínculos familiares. O serviço tipificado na alta complexidade para pessoa com deficiência é o Serviço de Acolhimento Institucional para Jovens e Adultos com Deficiência em unidade Residência Inclusiva.

O papel do Estado no que diz respeito a esse serviço é ofertar em caráter excepcional, atendendo o que prevê a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) em seu Art.13º, inciso V: *prestar os serviços assistenciais cujos custos ou ausência de demanda municipal justifiquem uma rede regional de serviços, desconcentrada, no âmbito do respectivo Estado*; além de financiar parcerias, acompanhar, orientar e avaliar o serviço desenvolvido por Organizações da Sociedade Civil (OSC) e excepcionalmente instituições privadas com fins lucrativos que sejam contratadas pela gestão estadual.

Em 2023 foram analisadas 34 (trinta e quatro) solicitações de acolhimento institucional de pessoas com deficiência, os usuários que não foram acolhidos com vagas estaduais foram acolhidas pelo próprio Município ou foram adotadas medidas de prevenção ao acolhimento institucional ou encaminhamento para rede de saúde.

A Deliberação 69/2022 CEAS/PR disponibilizou alternativa à qual os Municípios de Pequeno Porte I e II podem recorrer para atender demandas de acolhimento institucional de pessoas idosas e pessoas com deficiência. Trata de repasse continuado na modalidade fundo a fundo no valor de R$3.500,00 (três mil e quinhentos reais) por meta, sendo inicialmente ofertadas 15 (quinze) metas, que os Municípios contemplados possam utilizar para contratos ou parcerias que atendam demandas pontuais de acolhimento institucional de pessoas idosas e/ou com deficiência. Os repasses foram iniciados no primeiro semestre de 2023, totalizando um repasse até o momento de R$ 472.500,00.

Além disso, em 2023 foram ofertadas 160 (cento e sessenta) vagas, por meio de parceria com OSCs, para manutenção de pessoas que encontram-se a longo prazo acolhidas: Pequeno Cotolengo Paranaense (116 metas), Casa de Maria de Jaguapitã (10 metas), APAE Curitiba (34 metas). Tais termos de colaboração foram custeados com recursos do FUNSAÚDE até o fim da vigência dos instrumentos de parceria. Após a vigência foram firmados novos termos de colaboração custeados com recursos do FEAS Isso ocorreu com a APAE Curitiba (novembro de 2023) e Pequeno Cotolengo (dezembro de 2023). Com a Casa de Maria não foi possível realizar novo Termo devido a pendência de documentação, sendo que o acolhimento está sendo realizado por meio de indenização.

Anteriormente os contratos da APAE e Cotolengo eram pagos com recursos do FUNSAÚDE, além de contratos com casas de apoio, sendo elas: Casa de Apoio Tio Zé (02 metas), APADEFIC (01 meta), Casa de Apoio Anjo da Guarda (02 metas), Pousada Luz e Vida (03 metas).

O total pago em 2023, com recursos do FUNSAÚDE são de R$7.061.494,88 (sete milhões, sessenta e um mil, quatrocentos e noventa e quatro reais e oitenta e oito centavos).

Instituição	**Valor REF.2023**
Pequeno Cotolengo	R$ 5.531.149,06
Casa de Maria	R$ 319.438,9
APAE	R$ 1.021.686,08
Casa de Apoio Tio Zé	R$ 63.873,33
Casa de Apoio Anjo da Guarda	R$ 59.310,00
Pousada Luz e Vida	R$ 65.498,33
APADEFIC	R$ 539,18
TOTAL	**R$ 7.061.494,88**

O total pago em 2023, com recursos FEAS, são de R$919.824,01 (novecentos e dezenove mil, oitocentos e vinte e quatro reais e um centavo).

Instituição	**Valor REF.2023**
Pequeno Cotolengo	R$ 523.832,80
APAE	R$ 395.991,21
TOTAL	**R$ 919.824,01**

Com isso, o total pago em 2023, com recursos do FUNDAÚDE e FEAS, são de R$7.981.318,89 (sete milhões, novecentos e oitenta e um mil, trezentos e dezoito reais e oitenta e nove centavos).

4.2.4 – Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoas com Deficiência – Modalidade Residências Inclusivas Municipais

Residência Inclusiva é uma unidade que oferta Serviço de Acolhimento Institucional para jovens e adultos com deficiência, em situação de dependência, que não disponham de condições de autossustentabilidade ou de retaguarda familiar.

Para o Serviço de Acolhimento Institucional para Jovens e Adultos com Deficiência, houve a continuidade do repasse financeiro do FEAS aos quatro municípios com Residências Inclusivas Municipais implantadas: Apucarana; Cascavel; Foz do Iguaçu e Ponta Grossa, com previsão de repasse de R$ 300.000,00. Foi repassado o total de representa um valor anual de R$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais). Alguns municípios não receberam o trimestre devido às condicionalidades de saldo acima de 12 parcelas e/ou não apresentação de extrato conforme Deliberação nº 57/2016, 90/2016 e 58/2021 do CEAS/PR.

Realização do Novo Incentivo RI, aprovado pelo CEAS-PR por meio da Deliberação 65/2023, teve como objetivo consolidar a ampliação da rede instalada de Residência Inclusiva e impulsionar o desenvolvimento dessas unidades nos municípios como referência para o serviço de acolhimento para pessoas com deficiência. Foram elegíveis 9 municípios, totalizando o repasse de recurso de R$ 2.700.000,00.

4.2.5 – Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoas em Situação de Rua

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

O objetivo do serviço é realizar o acolhimento institucional para pessoas em situação de rua, contribuindo para a prevenção do agravamento de situações de negligência, violência e ruptura de vínculos, desenvolvendo aptidões, capacidades e oportunidades para que os indivíduos façam escolhas com autonomia. Esse aporte financeiro tem como objetivo apoiar os municípios com maior demanda no atendimento à população em situação de rua.

Com relação ao Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoas em Situação de Rua foi mantido o cofinanciamento estadual para 20 (vinte) municípios, sendo previsto repasse de R$ 2.751.000,00 e sendo repassados R$ 2.168.250,00 (dois milhões cento e sessenta e oito mil duzentos e cinquenta reais). Esta diferença ocorreu pois alguns municípios não receberam devido às condicionalidades de saldo acima de 12 parcelas e/ou não apresentação de extrato conforme Deliberação nº 57/2016, 90/2016 e 58/2021 do CEAS/PR.

4.2.6 – Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias (PPAS V)

Continuidade ao cofinanciamento estadual, iniciado em outubro de 2015, para os 04 municípios, Curitiba, Foz do Iguaçu, Londrina e Ponta Grossa, totalizando 250 metas para atendimento deste serviço. O Estado prevê o montante de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais)/a.a. do Fundo Estadual de Assistência Social para este serviço.

Em 2023, foram repassados R$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais). Esta diferença ocorreu pois alguns municípios não receberam o trimestre devido às condicionalidades de saldo acima de 12 parcelas e/ou não apresentação de extrato conforme Deliberação nº 57/2016, 90/2016 e 58/2021 do CEAS/PR.

4.2.7 – Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências com repasse fundo a fundo

Para este Serviço o aporte financeiro do Fundo Estadual de Assistência Social é para utilização na minimização de danos ocasionados pelas intempéries nos municípios que tiveram situação de calamidade pública ou emergência decretadas e reconhecidas.

No processo de atendimento aos municípios em situação de Calamidades Públicas e Emergência devido às fortes chuvas e tempestades, foram repassados recursos à 27 municípios que tiveram decreto homologado pelo Governo do Estado e encaminharam ofício à SEDEF requisitando recursos do Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e Emergências. **O valor total pago no período foi de R$ 2.597.400,00 (dois milhões quinhentos e noventa e sete mil e quatrocentos reais).**

Também foi realizado acolhimento provisório na rede hoteleira para pessoas em situação de vulnerabilidade como: gestantes, lactantes, idosos, pessoas com deficiência e acamados. No âmbito dessa oferta foram atendidos 3 municípios: São Mateus do Sul, União da Vitória e Rio Negro, atendendo 139 (135) pessoas, dívidas em 57 (51) famílias. Totalizando valor de R$ 597.160,00 (quinhentos e noventa e sete mil cento e sessenta reais).

Ações realizadas:

Desde o início do processo foi feito acompanhamento diário do relatório de ocorrência da Defesa Civil, além de reuniões com os Núcleos Regionais e IARAS e visitas aos municípios mais afetados

Realizada reunião, na data de 20 de novembro, com 112 municípios afetados, Núcleos Regionais e Iaras, Defesa Civil do Estado e Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome com objetivo de orientar e explicar sobre a solicitação dos recursos do Governo Federal e Estadual para o Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e Emergências.

Participação da DPSE-SEDEF, na data de 17 de outubro de 2023, de "Workshop Enfrentamento aos Possíveis Efeitos do El NiÑO". O evento ocorreu na Secretaria de Estado da Segurança Pública (SESP) e contou com a presença e falas de vários órgãos e secretarias envolvidas no enfrentamento desse fenômeno. Na ocasião a DPSE apresentou os serviços e ações da Política de Assistência Social nas situações de Emergências e Calamidades Públicas.

Participação da DPSE-SEDEF, na data de 19 e 20 de outubro de 2023, no "Workshop para elaboração do Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil da Região Sul", contribuindo no processo participativo de elaboração do documento.

4.3 REGIONALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL – ALTA COMPLEXIDADE

4.3.1 – Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias – Casa de Passagem (foco em migrantes e refugiados)

São cofinanciadas duas unidades – Curitiba e Foz do Iguaçu, no valor mensal de R$ 28.437,60 (vinte e oito mil, quatrocentos e trinta e sete reais e sessenta centavos) para atendimento de 20 vagas cada município, na modalidade Casa de Passagem com o compromisso de atenderem encaminhamentos que por ventura o Estado receba solicitação - Deliberação 030/2018 CEAS/PR.

No ano de 2023, foi previsto montante de R$ 682.502,40 (seiscentos e oitenta e dois mil quinhentos e dois reais e cinquenta centavos), sendo o recurso repassado em seu valor integral.

4.3.2 – Acolhimento Institucional para Pessoas com Deficiência - Modalidade Residência Inclusiva Regionalizada

Atualmente, o Estado do Paraná conta com duas unidades de Residência Inclusiva Regionalizadas em Irati, desde 2016, o serviço é desenvolvido em parceria com o órgão gestor municipal, e financiado por meio de repasse fundo a fundo, previsto pelas Deliberações nº 026/2016 e 053/2021 CEAS PR. Com capacidade de atendimento para até 20 (vinte) usuários, que são pessoas em situação de dependência ocasionada por deficiência e fragilidade/ausência de vínculos familiares, com perspectivas limitadas de desenvolvimento de vida autônoma ou retorno familiar.

Atualmente, acolhe 14 (quatorze) mulheres, a maioria com longo histórico de institucionalização, que encontram-se sob responsabilidade do Estado do Paraná, sendo provenientes de Municípios de todo Estado. As 06 (seis) vagas restantes ficam disponíveis para utilização da gestão municipal de Irati, como contrapartida pelo ônus da execução.

A execução financeira do serviço é feita pelo governo estadual com contribuição do governo federal, a partir da proposta do Plano Nacional Viver sem Limites. Conforme deliberação nº 53/2021 do CEAS/PR, o repasse mensal das residências inclusivas passou a ser R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para as duas unidades, totalizando um repasse anual de **R$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) para as Residências Inclusivas Estaduais Regionalizadas, sendo que em 2023 foi pago o valor integral.**

Ainda, foi realizada a transferência e acompanhamento das parcelas do cofinanciamento federal, as quais deveriam totalizar R$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais). No entanto, o valor pago pelo governo federal até dezembro de 2023 foi de R$ 199.168.87 (cento e noventa e nove mil cento e sessenta e oito reais e oitenta e sete centavos).

O Governo Estadual repassou até dezembro de 2023 R$167.285,30(cento e sessenta e sete mil duzentos e oitenta e cinco reais e trinta centavos), as parcelas referentes aos meses 11 e 12 serão repassadas em 2024.

Considerando a necessidade de ampliar as possibilidades de atender demanda regionalizada por Serviço de Acolhimento Institucional para Jovens e Adultos com Deficiência, foram empreendidas as seguintes estratégias:

Operacionalização de repasse fundo a fundo para Municípios de Pequeno Porte I e II por meio da Deliberação CEAS PR 69/2022 que prevê o repasse de R$ 3.500,00 (três mil e quinhentos) reais mensais por usuário, limitado a 15 (quinze) metas, para atender demandas emergenciais de acolhimento institucional para pessoas com deficiência ou idosas, totalizando um repasse até o momento de R$ 472.500,00.

Elaboração de edital de chamamento público e credenciamento público da SEDEF/PR para firmar novas parcerias com Organizações da Sociedade Civil ou instituições privadas com fins lucrativos que ofertem serviço de acolhimento institucional para pessoas idosas ou com deficiência, nos parâmetros da política de Assistência Social, previstas para 20 (vinte) metas ao todo, que poderão ser ampliadas futuramente, conforme demanda. Considerando o valor médio de R$3.500,00 (três mil e quinhentos) reais por meta, o investimento anual previsto para essas ações será de R$ 840.000,00 (oitocentos e quarenta mil reais).

Ampliação de parcerias com instituições que possuem termo de colaboração com a SEDEF/PR para atendimento da demanda regionalizada de Serviço de Acolhimento Institucional para Jovens e Adultos com Deficiência, além da manutenção e acompanhamento das parcerias estabelecidas com 03 (três) Organizações da Sociedade Civil que ao longo de 2023 prestaram serviço de acolhimento institucional para pessoas com deficiência, e 02 (duas) Organizações da Sociedade Civil que prestaram serviço de acolhimento institucional para pessoas idosas, para garantir o atendimento de 27 pessoas idosas e aproximadamente 158 pessoas com deficiência, com o valor anual despendido a cerca de R$ 7,8 milhões de reais.

Finalização e divulgação de levantamento das instituições de acolhimento para pessoas com deficiência, sejam Organizações da Sociedade Civil ou instituições privadas com fins lucrativos não cadastradas nos sistemas de dados do SUAS, para possibilitar ampliação da oferta e monitoramento sobre a disponibilidade da ofertade serviços que ofertam acolhimento institucional para pessoas com deficiência, vinculadas ou não ao SUAS, atendendo necessidade da gestão estadual e das gestões municipais de conhecer, integrar e articular com tais instituições, como recurso complementar à rede socioassistencial.

4.3.3 – Serviço de Acolhimento Institucional para Mulheres em Situação de Violência

O cofinanciamento tem como objetivo ofertar por meio da Deliberação nº 029/2018 do CEAS/PR, o Serviço de Acolhimento Institucional para Mulheres em Situação de Violência, com ênfase no seu artigo 2º que prevê que "Os municípios que aderirem a esse cofinanciamento farão parte da rede estadual de atendimento à mulher em situação de violência e deverão viabilizar vagas correspondentes a 10% (dez por cento) do total de sua capacidade, para atendimento às necessidades originárias dos demais municípios/regiões, denominados municípios de pequeno porte I e II que não possuem demandas e condições suficientes para a implantação desse serviço em sua rede socioassistencial.

O valor trimestral previsto do cofinanciamento é R$ 9.750,00 (nove mil, setecentos e cinquenta reais) para cada unidade de acolhimento. Em 2023 foram repassados para 02 municípios, Irati e Ponta Grossa, o montante de R$ 78.000,00 (setenta e oito mil reais).

Destaca-se ainda, a ampliação do cofinanciamento do Serviço de Acolhimento Institucional para Mulheres em Situação de Violência, conforme Deliberação 072/2023 do CEAS/PR e Resolução 011/2023 da CIB, 07 municípios realizaram a adesão, totalizando 13 vagas regionalizadas, com valor total a ser repassado de R$ 780.000,00 ao ano. Considerando o repasse mensal no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) por vaga solicitada referenciada na Unidade de Acolhimento para Mulheres em Situação de Violência, provenientes do FEAS.

5. XIV CONFERÊNCIA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A realização da XIV Conferência Estadual de Assistência Social, convocada por meio da deliberação Conjunta 001/2023 – CEAS/PR e

SEDEF/PR, teve como tema: “Reconstrução do SUAS: O SUAS que temos e o SUAS que queremos” e aconteceu entre os dias 03 a 05 de outubro de 2023, no município de Cascavel-PR.

A etapa das conferências municipais foi realizada nos 399 municípios do estado do Paraná. As propostas advindas das conferências municipais foram sistematizadas, contando com auxílio dos NR’s e respectivas IARAS, de conselheiros DO CEAS/PR, e apoio técnico da SEDEF. Esta sistematização viabilizou a discussão das propostas municipais nos grupos de trabalho da Conferência Estadual, separados por Eixos, conforme orientações emanadas pelo Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, sendo: Eixo 1 – Financiamento; Eixo 2 – Controle Social; Eixo 3 – Articulação entre os Segmentos da Sociedade Civil; Eixo 4 – Serviços, Programas e Projetos; Universalização do acesso e integralidade da oferta dos serviços e direitos no SUAS e Eixo 5 – Benefício e Transferência de Renda.

Assim, em fevereiro de 2024, por meio da deliberação n° 010/2024 CEAS/PR , foi aprovado o Relatório Financeiro do Processo Conferencial de 2023, que trata de uma análise detalhada dos recursos financeiros aplicados durante o evento, destacando as fontes de financiamento e os gastos associados. Constitui um instrumento fundamental para avaliação e prestação de contas, refletindo a seriedade e dedicação empregados na realização desta importante ação no âmbito da Política de Assistência Social em nosso estado.

Em síntese, a soma de valores dos recursos utilizados na Conferência Estadual foi de R$ 713.515,41 (setecentos e treze mil, quinhentos e quinze reais e quarenta e um centavos), incluindo a infraestrutura, palestrantes, serviços de pessoa jurídica e diárias de servidores e conselheiros. Já para a etapa nacional, foi utilizado um montante de R$ 328.807,49 (Trezentos e vinte e oito mil, oitocentos e sete reais e quarenta e nove centavos), compreendendo as passagens aéreas dos delegados municipais governamentais e diárias de servidores e conselheiros. O valor final total gasto no processo conferencial de 2023 foi de R$ 1.042.322,90 (Um milhão, quarenta e dois mil, trezentos e vinte e dois reais e noventa centavos).

5. COORDENAÇÃO DE PROGRAMAS E PROJETOS

Programa Nossa Gente Paraná

O Programa Nossa Gente Paraná tem por objetivo promover a melhoria da qualidade de vida e reduzir a vulnerabilidade social das famílias residentes em territórios de maior concentração de pobreza, por meio da articulação de políticas e coordenação de serviços ofertados pelas diversas áreas do governo.

Cabe à SEDEF: a) articulação com todos os comitês intersetoriais, secretarias e órgãos envolvidos; b) administração dos instrumentos de gestão oficial do contrato, como Relatório de Monitoração do Progresso (PMR), Plano Operativo Anual (POA), Plano de Execução Plurianual (PEP), Plano de Aquisições (PA), Matriz de Resultados e Relatório de Progresso; c) execução, acompanhamento e monitoramento das ações inerentes ao Programa; d) avaliações; e) edições de legislações; f) aquisições, contratações, formalização de parcerias; g) capacitações; e h) prestações de contas.

Em todos os Projetos Complementares do Programa, bem como em outras ações da SEDEF, é utilizado o Índice de Vulnerabilidade das Famílias do Paraná – IVF-PR. O Índice foi desenvolvido em parceria com o IPARDES, calculado em cima da base dos dados do CADÚNICO, e analisa 04 dimensões (acesso a trabalho e renda, condições de escolaridade, adequação domiciliar e perfil e composição familiar) e 19 componentes.

Ressalta-se que as famílias vulneráveis são selecionadas a partir do cálculo do Índice, essa informação é disponibilizada aos municípios por meio do Sistema de Acompanhamento Familiar. O IVF – PR melhora a focalização do público alvo dos Programas Sociais, garantindo objetividade e imparcialidade na seleção.

No Acompanhamento Familiar Intersetorial, promove articulação e capacitações para a formalização dos comitês intersetoriais e inclusão de famílias no Sistema para o planejamento de ações intersetoriais e acompanhamento familiar para a superação das vulnerabilidades. Em 2023 constam 23.752 famílias, com previsão de 408.414 ações, das mais diversas áreas, previstas para as famílias em alta vulnerabilidade. O acompanhamento familiar registrado sistematicamente permite a construção de um histórico consistente de execução do programa, e foi a ferramenta crucial para a viabilização de todas as avaliações

O Programa Nossa Gente, possui diversos projetos complementares executado em parceria com outras áreas, a exemplo da parceria com a Cohapar, em seu eixo habitacional, esta finalizando a construção de moradias e/ou melhorias habitacionais. No total de 1452 moradias e infraestrutura de bairros em um Programa inovador de acompanhamento familiar, superação das condições de vulnerabilidade das famílias e proteção ambiental.

O Projeto Caixa D´Agua Boa, em parceria com a SANEPAR, objetiva proporcionar às famílias em vulnerabilidade o armazenamento de água com a concessão e instalação de caixas de água. A SANEPAR fornece as caixas de água e suporte para instalação e a SEDEF efetua o pagamento direto às famílias no valor de R$ 1.000,00 para instalação. Em 2023 o projeto atendeu 2.000 famílias de 100 municípios com investimento da SEDEF de R$ 2,0 milhões.

O Projeto Renda Agricultor Familiar, em parceria com a SEAB e IDR-Paraná, promove a melhoria da qualidade de vida das famílias rurais em situação de vulnerabilidade social, por meio da prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural e transferência direta de renda na ordem de R$ 3.000,00 por família. Em 2023 foram atendidas cerca de 500 famílias, sendo o montante investido pela SEDEF de R$ 800 mil.

Vinculado a Coordenação de Programas e Projetos está o Programa Energia Solidária é um benefício estadual tarifário de energia elétrica destinado as famílias em vulnerabilidade econômica com objetivo de garantir o acesso e manutenção do serviço básico de energia elétrica, assim como possibilitar a compra de outros itens pela família com os recursos que não são dispensados com o pagamento das faturas de energia elétrica. O Energia Solidária isenta do pagamento da fatura as famílias com renda familiar *per capita* de até meio salário mínimo e consumo de até 120 kWh e paga até 400 kWh de consumo para as famílias com renda familiar até 400 kWh que possuem dentre seus membros pessoas que sejam usuárias de equipamentos eletromédicos para o tratamento de saúde. Em 2023 foram beneficiadas 652.542 famílias, sendo investidos R$ 132,5 milhões.

Com recursos vinculados ao FEAS, o Programa Estadual de Transferência de Renda – Comida Boa é um benefício estadual destinado às famílias em vulnerabilidade econômica com objetivo de garantir a segurança alimentar e demais itens inerentes à dignidade humana. O Comida Boa efetua o pagamento do valor mensal de R$ 80,00 pago em cartão alimentação que é utilizado nas redes de estabelecimentos comerciais credenciadas no município. O benefício além de apoiar a família para a aquisição dos mínimos necessários ainda fomenta o comércio local.

O benefício é operacionalizado por meio de empresa contratada por meio de licitação, a qual apresenta desconto negativo. De janeiro a junho de 2023 a empresa que operacionalizou o benefício foi a Green Card com desconto de R$ 00,02 por crédito de benefício, isto é o Estado efetua o pagamento de R$ 79,98 e a empresa de R$ 00,02 para gerar o crédito de R$ 80,00 ao beneficiário. A partir de junho, nova empresa iniciou as atividades, a BK Bank efetua a complementação de R$ 9,00 por crédito, sendo R$ 71,00 de responsabilidade do Estado.

Mensalmente são beneficiadas 112.500 famílias, somados R$ 9 milhões/mês.

Em 2023 foram beneficiadas mais de 264 mil famílias, sendo investidos R$ 108 milhões em crédito de benefícios as famílias.

Do montante total, foram investidos R$ 87.871.022,90 de recursos do FEAS para o pagamento de benefícios em 2023.

Curitiba, 19 de março de 2024

37992/2024

RESOLUÇÃO Nº 095/2024 – SEDEF

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMÍLIA,** nomeado pelo Decreto nº 021/2023, e reconduzido pelo Decreto 4468/2023, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 46 da Lei Estadual nº 21.352 de 1º de janeiro de 2023, **RESOLVE**:

Art. 1º Designar a servidora Vandete Arcoverde Silva**,** inscrito no CPF nº ***.108.149-**, como gestora do Termo de Fomento, com a Organização da Sociedade Civil denominada **INSTITUTO EDUCACIONAL DUQUE DE CAXIAS – ESPERANÇA CIDADE DOS MENINOS,** inscrita no CNPJ Nº 80.242.258/0009-90, destinado à execução do projeto aprovado “Revitalização Da Cidade Dos Meninos: Espaço De Educação Socioambiental”, no valor total de R$ 89.141,00 (oitenta e nove mil, cento e quarenta e um reais).

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 15 de abril de 2024.

Rogério Carboni

Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

37521/2024

Diário OFICIAL Paraná

Secretaria do Desenvolvimento Sustentável

IAT

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à DANCAIZ EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 318922 com validade até 15/04/2027, para Imobiliário - Parcelamento de solo a ser implantada na Rua Coronel João Batista Lopes, sn no município de Paranavaí/PR.

37536/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à RG INDUSTRIA DE COSMÉTICOS LTDA. - ME, a Licença de Instalação - LI nº 319052 com validade até 15/04/2026, para Industrial - Industrias diversas a ser implantada na Rua de acesso ao conjunto das flores, s/nº no município de Tamarana/PR.

37543/2024

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à VERGALHAO CONSTRUCAO E METALURGICA LTDA, a Licença de Operação - LO nº 318984 com validade até 15/04/2029, para Industrial - Ind. metalúrgica instalada na Rua Ângelo Cattani, 51 no município de Santa Helena/PR.

37540/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à F L S LOTEAMENTOS IMOBILIARIOS LTDA, a Licença de Operação - LO nº 318950 com validade até 15/04/2029, para Imobiliário - Edificações instalada na Avenida das Cataratas, SN no município de Foz do Iguaçu/PR.

37538/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à CENTRO INTERNACIONAL DE ENERGIAS RENOVÁVEIS-BIOGÁS, a Licença de Operação - LO nº 318883 com validade até 15/01/2025, para Tratamento, armazenamento temporário e disposição final de resíduos sólidos industriais, urbanos e de serviços de saúde - Tratamento e/ou disposição final de resíduos sólidos instalada na Rodovia PR 239, km 04, s/nº no município de Toledo/PR.

37535/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO DE AMPLIAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à AGROINDUSTRIA, COMERCIO E TRANSPORTE DE FARINHA RODERS LTDA, a Licença de Operação de Ampliação - LO-A nº 267923 com validade até 19/04/2027, para Industrial - Alimentos instalada na RODOVIA PR 557, KM 02 CH 37-A, 0 no município de Terra Rica/PR.

37539/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MUNICÍPIO DE REALEZA, a Licença Prévia - LP nº 319038 com validade até 15/04/2026, para Imobiliário - Parcelamento de solo a ser implantada na PROLONGAMENTO DA RUA FLORESTA, S/N no município de Realeza/PR.

37542/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à AVR LOGISTICA LTDA - ME, a Licença Prévia - LP nº 319062 com validade até 15/04/2026, para Comércio e Serviço - Transporte rodoviário de passageiros a ser implantada na Rodovia PR-182, Via de acesso ao centro de eventos, s/n° no município de Toledo/PR.

37544/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MUNICIPIO DE PALOTINA, a Licença Prévia - LP nº 318934 com validade até 15/04/2026, para Comércio e Serviço - Serviço de saúde a ser implantada na RUA PIONEIRO, 350 no município de Palotina/PR.

37537/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à COOPAVEL COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 319023-R2 com validade até 15/04/2030, para Industrial - Beneficiamento e armazenamento de produtos agrícolas instalada na ROD ESTADUAL PR 281 - KM 589, SN no município de Santa Izabel do Oeste/PR.

37541/2024

Portaria n° 11106/2024/OD-GOUT. Prot. 21.752.417-2. Desassoreamento. Outorgado(s) LONGPING HIGH-TECH BIOTECNOLOGIA LTDA. - CPF/CNPJ 08.864.422/0009-74. Represa Sem denominação na base. Tibagi. Coordenadas UTM 7.419.269,85 N 467.842,27 E. Validade 5 anos. Finalidade Desassoreamento. Município Rolândia. Esta portaria revoga a portaria n° 24585/2023/OP-GOUT.

37586/2024

Portaria n° 11116/2024/OD-GOUT. Prot. 21.399.015-2. Captação subterrânea (Poço tubular). Outorgado(s) IBQ INDÚSTRIAS QUÍMICAS S/A - CPF/CNPJ 78.391.612/0001-40. Ribeira. Coordenadas UTM 7.194.313,96 N 696.501,78 E. Validade 6 anos. Finalidade Sanitário (consumo humano + limpeza), Processo fabril, Limpeza. Vazão máxima outorgada 7.00 m³/h 20:00 horas/dia 31 dias/mês. Município Quatro Barras. Esta portaria revoga a portaria n° 327/2014.

37584/2024

Portaria n° 11110/2024/OP-GOUT. Prot. 21.720.872-6. Captação superficial. Outorgado(s) LUIZ ADELCI BELLE - CPF/CNPJ 025.664.509-43. Córrego Curvado. Paraná 3. Coordenadas UTM 7.281.217,95 N 790.373,52 E. Validade 2 anos. Finalidade Aquicultura. Vazão máxima outorgada 25.00 m³/h 24:00 horas/dia 31 dias/mês. Município Marechal Cândido Rondon.

37547/2024

Portaria n° 11103/2024/OP-GOUT. Prot. 21.136.790-3. Captação superficial. Outorgado(s) VALDEMAR CARLETTO - CPF/CNPJ 476.492.679-20. Rio Sem denominação na base. Paraná 3. Coordenadas UTM 7.267.042,00 N 232.314,00 E. Validade 2 anos. Finalidade Aquicultura. Vazão máxima outorgada 42.94 m³/h 23:59 horas/dia 30 dias/mês. Município Toledo.

37513/2024

Portaria n° 11119/2024/OD-GOUT. Prot. 19.823.749-3. Captação subterrânea (Poço tubular). Outorgado(s) CIRCUIBRAS IND COM DE CIRCUITOS IMP PROFISSIONAIS LTDA - CPF/CNPJ 79.077.343/0001-04. Iguaçu. Coordenadas UTM 7.173.771,00 N 664.330,00 E. Validade 6 anos. Finalidade Sanitário (consumo humano + limpeza), Processo fabril, Combate a incêndio. Vazão máxima outorgada 6.65 m³/h 16:00 horas/dia 31 dias/mês. Município Araucária. Esta portaria revoga a portaria n° 10760/2022/AP-GOUT.

37823/2024

Portaria n° 10062/2024/REV-GOUT. Prot. 22.025.911-0. Captação subterrânea (Poço tubular). Outorgado(s) PROV BRAS DA CONGREG IRMAS FILHAS CAR S VICENTE PAULO - CPF/CNPJ 76.578.137/0027-29. Ivaí. Coordenadas UTM 7.446.556,56 N 349.950,25 E. Validade 35 anos. Finalidade Limpeza. Vazão máxima outorgada 4.00 m³/h 02:00 horas/dia 31 dias/mês. Município Paranavaí. Esta portaria revoga a portaria n° 302/2013-DPCA.

37595/2024

Portaria n° 11118/2024/OP-GOUT. Prot. 19.713.607-3. Captação subterrânea (Poço tubular). Outorgado(s) BOVEN COMERCIALIZADORA DE ENERGIA - CPF/CNPJ 14.609.649/0001-19. Itararé. Coordenadas UTM 7.317.287,28 N 632.968,65 E. Validade 2 anos. Finalidade Resfriamento. Vazão máxima outorgada 2.88 m³/h 20:00 horas/dia 30 dias/mês. Município Jaguariaíva.

37811/2024

Portaria n° 11115/2024/OP-GOUT. Prot. 22.019.116-8. Captação superficial. Outorgado(s) Clesio Mauro Schauren - CPF/CNPJ 005.947.709-12. Mina/Nascente Felicidade. Paraná 3. Coordenadas UTM 7.256.836,02 N 780.233,86 E. Validade 2 anos. Finalidade Irrigação. Vazão máxima outorgada 3.56 m³/h 03:00 horas/dia 30 dias/mês. Município Santa Helena.

37591/2024

PARECER NEGATIVO n° 10073/2024/PN-GOUT. Protocolo 21.991.656-6. Indefere o requerimento de outorga prévia para Captação superficial de VARNICE MOMBACH SCHNEIDER - CPF/CNPJ 044.868.279-61. Mina/Nascente Guaçu. Coordenadas UTM 7.278.501,70 N 205.068,86 E. Município Toledo. Motivo: Indisponibilidade hídrica.

37590/2024

Portaria n° 11109/2024/OP-GOUT. Prot. 21.890.765-2. Captação superficial. Outorgado(s) CRISTELA MARTA SIEBERT - CPF/CNPJ 005.650.979-03. Mina/Nascente Jundiaí. Paraná 3. Coordenadas UTM 7.285.226,03 N 198.930,56 E. Validade 2 anos. Finalidade Aquicultura. Vazão máxima outorgada 6.26 m³/h 23:58 horas/dia 31 dias/mês. Município Quatro Pontes.

37589/2024

Portaria n° 11108/2024/OD-GOUT. Prot. 21.851.997-0. Pontes, passarelas, dutos e cabos. Outorgado(s) MUNICIPIO DE MARINGA - CPF/CNPJ 76.282.656/0001-06. Ribeirão Pingüim. Ivaí. Coordenadas UTM 7.405.833,44 N 408.146,27 E. Validade 10 anos. Finalidade Travessia aérea, Construção de sistema viário. Município Maringá. Esta portaria revoga a portaria n° 10448/2022/OP-GOUT.

37588/2024

Portaria n° 11107/2024/OD-GOUT. Prot. 21.754.371-1. Pontes, passarelas, dutos e cabos. Outorgado(s) MUNICIPIO DE CIANORTE - CPF/CNPJ 76.309.806/0001-28. Córrego Sem denominação na base. Ivaí. Coordenadas UTM 7.383.491,05 N 339.472,92 E. Validade 10 anos. Finalidade Travessia aérea. Município Cianorte. Esta portaria revoga a portaria n° 26103/2023/OP-GOUT.

37587/2024

Portaria n° 11105/2024/OP-GOUT. Prot. 21.728.852-5. Bueiro. Outorgado(s) Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná - CPF/CNPJ 76.669.324/0001-89. (Bueiro Arroio dos Cristianos, 159+18,25) Córrego Cristianos. Coordenadas UTM 7.162.388,18 N 540.825,37 E. Validade 2 anos. Finalidade Construção de sistema viário. Município Rebouças.

37585/2024

Secretaria da Educação

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 1390 - 16/04/2024
Em atendimeno ao contido na Resolução Nº 1860/2002
Código do Município: 690
Nome do Município: CURITIBA
Código do Estabelecimento: 24894
Nome do Estabelecimento: UNINTER, CIEBJA - EM P
Nome do Curso: TEC EM ADMINISTRACAO-SUB ET GN

Nome do Aluno	RG	N° Reg.	Livro	Folha	Dt. Registro	Conclusão
JUAN ARTHUR STEPHANELI	14.582.591-1PR	262	069024894D001	37	15/04/2024	2023

CURITIBA, 16 de Abril de 2024.
Nome do(a) Secretário(a): MARIA TEREZA XAVIER CORDEIRO
Nº Ato do(a) Secretário(a): Ato: 03/2013 Data Ato: 23/04/2013
Nome do(a) Diretor(a): BENHUR ETELBERTO GAIO
Nº Ato do(a) Diretor(a): 01/2011 Data Ato : 02/08/2011

37769/2024

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 1396 - 16/04/2024
Em atendimeno ao contido na Resolução Nº 1860/2002
Código do Município: 2010
Nome do Município: PONTA GROSSA
Código do Estabelecimento: 18818
Nome do Estabelecimento: CENTRO EDUC PROFIS PRO-ENSINO
Nome do Curso: AUX TEC EM ENFERMAGEM

Nome do Aluno	RG	N° Reg.	Livro	Folha	Dt. Registro	Conclusão
SIMONE APARECIDA BARRETTO	02603107941PR	1	201018818C001	1	23/02/2024	2001

PONTA GROSSA, 16 de Abril de 2024.
Nome do(a) Secretário(a): SIRILEI BUENO DOS SANTOS
Nº Ato do(a) Secretário(a): Nº: 2104/2021 DATA ATO: 15/05/2018
Nome do(a) Diretor(a): VAGNER GUEDES
Nº Ato do(a) Diretor(a): Nº: 3364/2021 DATA ATO: 12/08/2021

37827/2024

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 1394 - 16/04/2024
Em atendimeno ao contido na Resolução Nº 1860/2002
Código do Município: 1780
Nome do Município: PALMAS
Código do Estabelecimento: 25731
Nome do Estabelecimento: CENTRO EDUC PROFIS INOVA
Nome do Curso: TEC EM ENFERMAGEM-SUBS ET AS

Nome do Aluno	RG	N° Reg.	Livro	Folha	Dt. Registro	Conclusão
MAURO JOSÉ SOARES	8.387.832-0PR	16	178025731D001	2	15/04/2024	2024

PALMAS, 16 de Abril de 2024.
Nome do(a) Secretário(a): JEAN FELIPE MARQUES DE LIMA
Nº Ato do(a) Secretário(a): 01/2019 26/07/2019
Nome do(a) Diretor(a): MÁRCIA BOSQUIROLI LAZZARETTI FERRONATO
Nº Ato do(a) Diretor(a): Nº Ato: 02/2011 Data Ato :07/02/2011

37808/2024

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 1389 - 16/04/2024
Em atendimeno ao contido na Resolução Nº 1860/2002
Código do Município: 690
Nome do Município: CURITIBA
Código do Estabelecimento: 25617
Nome do Estabelecimento: CENTRO EDUC PROFIS UNITEC
Nome do Curso: TEC EM ENFERMAGEM-SUBS ET AS

Nome do Aluno	RG	N° Reg.	Livro	Folha	Dt. Registro	Conclusão
CLAUDOMIRO ROSARIO JUAZEIRO	49901640PR	24	069025617D003	4	15/04/2024	2023
THAÍS DE OLIVEIRA	89385636PR	23	069025617D003	4	15/04/2024	2024

CURITIBA, 16 de Abril de 2024.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Nome do(a) Secretário(a): WESLLEY JUVENAL CASTRO MATIAS
Nº Ato do(a) Secretário(a): 20/2023 - 08/12/2023
Nome do(a) Diretor(a): LUIZ FELIPE DZIEDRICKI
Nº Ato do(a) Diretor(a): Nº Ato: 06/2014 Data Ato: 13/05/2014

37723/2024

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 1392 - 16/04/2024
Em atendimeno ao contido na Resolução Nº 1860/2002
Código do Município: 1134
Nome do Município: ITAPERUCU
Código do Estabelecimento: 1515
Nome do Estabelecimento: BEDA MARIA, C E FR-EF M N
Nome do Curso: FORM DOC ED INF ANOS IN EN FUN

Nome do Aluno	RG	N° Reg.	Livro	Folha	Dt. Registro	Conclusão
BIANCA HELARIO LIMA DE JESUS	149159509PR	1	113401515D001	1	15/04/2024	2023
DERICK MATEUS CLEMENTINO DE MOURA	149672982PR	2	113401515D001	1	15/04/2024	2023
DHIULI RENATA APARECIDA DA PAIXAO	146179568PR	3	113401515D001	1	15/04/2024	2023
EMILY GABRIELI FARIA DE LARA	145089506PR	4	113401515D001	1	15/04/2024	2023
GUSTAVO IGODOIS BONFIM	157230921PR	5	113401515D001	1	15/04/2024	2023
IZABELY SILVESTRE DE SOUZA	145754828PR	6	113401515D001	2	15/04/2024	2023
JULIA DA LUZ FARIA	14.589.827-7PR	7	113401515D001	2	15/04/2024	2023
KAROLINE SOUZA DONATO	157903845PR	8	113401515D001	2	15/04/2024	2023
LUIS FELIPE BUENO DE LARA	15.873.379-0PR	9	113401515D001	2	15/04/2024	2023
SIBELLE CAUANE CAMARGO DE GODOY	148734879PR	10	113401515D001	2	15/04/2024	2023
THAYS DOS SANTOS FERNANDES	149203761PR	11	113401515D001	3	15/04/2024	2023
VICTOR EDUARDO MARTINS	152807163PR	12	113401515D001	3	15/04/2024	2023

ITAPERUCU, 16 de Abril de 2024.
Nome do(a) Secretário(a): LOREN KATIA PEREIRA LACERDA
Nº Ato do(a) Secretário(a): Res. nº Nº 00920
Nome do(a) Diretor(a): PAULO MARTINS CAVASSIN
Nº Ato do(a) Diretor(a): Res. nº Nº 03242

37797/2024

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 1395 - 16/04/2024
Em atendimeno ao contido na Resolução Nº 1860/2002
Código do Município: 442
Nome do Município: CANDOI
Código do Estabelecimento: 10413
Nome do Estabelecimento: SANTA CLARA, C E-EF M P N
Nome do Curso: FORM DOC ED INF ANOS IN EN FUN

Nome do Aluno	RG	N° Reg.	Livro	Folha	Dt. Registro	Conclusão
ABELARDO COSTA DA LUZ	15.105.288-6PR	1	044210413D001	1	09/04/2024	2023
ANA JULIA PEDROSO	14.955.533-1PR	2	044210413D001	1	09/04/2024	2023
DEIZIANE PINHEIRO KAVESKI	15.465.426-7PR	3	044210413D001	1	15/04/2024	2023
ELOISA PSZEDZIMIRSKI ROSSA	14.651.335-2PR	4	044210413D001	1	15/04/2024	2023
EMANUELLE MOREIRA BUENO	14.643.857-1PR	5	044210413D001	1	15/04/2024	2023
EMANUELLE VICTÓRIA FARIAS	14.413.185-1PR	6	044210413D001	2	15/04/2024	2023
EMILI WELTER DO NASCIMENTO	14.319.080-3PR	7	044210413D001	2	15/04/2024	2023
GABRIELA SCHAMOSIN DA SILVA	15.247.010-0PR	8	044210413D001	2	15/04/2024	2023
JAQUELINE KWASNEI	15.170.377-1PR	9	044210413D001	2	15/04/2024	2023
LUAN DE MELO BIZERRA	14.114.585-1PR	10	044210413D001	2	15/04/2024	2023
MARIA EDUARDA LUBACHÉSKI	14.616.472-2PR	11	044210413D001	3	15/04/2024	2023
MARIA LUIZA PRIMAZ	15.151.207-0PR	12	044210413D001	3	15/04/2024	2023
MATHEUS DOROCH VETTER	14.224.399-7PR	13	044210413D001	3	15/04/2024	2023
RAYSSA LOREGIAN	14.886.067-0PR	14	044210413D001	3	15/04/2024	2023
TAINA GNASS	14.362.685-7PR	15	044210413D001	3	15/04/2024	2023

CANDOI, 16 de Abril de 2024.

Nome do(a) Secretário(a): DENIZE GONCALVES NASCIMENTO
Nº Ato do(a) Secretário(a): Res. nº Nº 00748
Nome do(a) Diretor(a): TEIRONE CRISTINA FURLAN DALMOLIM
Nº Ato do(a) Diretor(a): Res. nº Nº 01214

37813/2024

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 1391 - 16/04/2024
Em atendimeno ao contido na Resolução Nº 1860/2002
Código do Município: 690
Nome do Município: CURITIBA
Código do Estabelecimento: 24894
Nome do Estabelecimento: UNINTER, CIEBJA - EM P
Nome do Curso: TEC EM LOGISTICA-SUB ET GN

Nome do Aluno	RG	N° Reg.	Livro	Folha	Dt. Registro	Conclusão
ROGÉRIO PASTOR DOS SANTOS	5.814.895-5PR	261	069024894D001	37	15/04/2024	2023

CURITIBA, 16 de Abril de 2024.
Nome do(a) Secretário(a): MARIA TEREZA XAVIER CORDEIRO
Nº Ato do(a) Secretário(a): Ato: 03/2013 Data Ato: 23/04/2013
Nome do(a) Diretor(a): BENHUR ETELBERTO GAIO
Nº Ato do(a) Diretor(a): 01/2011 Data Ato : 02/08/2011

37773/2024

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 1388 - 16/04/2024
Em atendimeno ao contido na Resolução Nº 1860/2002
Código do Município: 690
Nome do Município: CURITIBA
Código do Estabelecimento: 23887
Nome do Estabelecimento: CENTRO EDUC PROFIS FAFILTEC EDUCACIONAL
Nome do Curso: TEC EM PODOLOGIA-SUBS ET ASS

Nome do Aluno	RG	N° Reg.	Livro	Folha	Dt. Registro	Conclusão
ADRIANA BITENCURT DA CONCEICAO	77016120PR	1	069023887D001	1	04/04/2024	2023
AMANDA SOUSA DA SILVA FERREIRA	103136369PR	2	069023887D001	1	04/04/2024	2023
JACINAN DOS SANTOS OLIVEIRA	0750624884PR	3	069023887D001	1	04/04/2024	2023
JISNARA SALDANHA CRUZ	107675248PR	4	069023887D001	1	04/04/2024	2023
JOSIANE VALNISA COLACO DOS SANTOS	72670302PR	5	069023887D001	1	04/04/2024	2023
JOYCE NICOLE DA SILVA	90435396PR	6	069023887D001	2	04/04/2024	2023
KATHYUSCIA FONTANA	71201910PR	7	069023887D001	2	04/04/2024	2023
LUCIANE ALVES	106341320PR	8	069023887D001	2	04/04/2024	2023
MONICA GONCALVES	89399068PR	9	069023887D001	2	04/04/2024	2023
NATALIA STHEPHANY LOPES PEREIRA	134544015PR	10	069023887D001	2	04/04/2024	2023
TATIELLY VIEIRA	72275136PR	11	069023887D001	3	04/04/2024	2023
ZELIA PLEP	99600225PR	12	069023887D001	3	04/04/2024	2023

CURITIBA, 16 de Abril de 2024.
Nome do(a) Secretário(a): OSIAS FERREIRA DOS SANTOS
Nº Ato do(a) Secretário(a): Nº Ato: 03/2021 Data Ato: 18/06/2021
Nome do(a) Diretor(a): ELIAZER LOPES DE MOURA
Nº Ato do(a) Diretor(a): Nº 02/04 DATA: 07/04/2004

37713/2024

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 1393 - 16/04/2024
Em atendimeno ao contido na Resolução Nº 1860/2002
Código do Município: 1530
Nome do Município: MARINGA
Código do Estabelecimento: 14731
Nome do Estabelecimento: SANTA MARIA GORETTI, C E-EF M PROFIS
Nome do Curso: QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DE AUXILIAR DE ENFERMAGEM

Nome do Aluno	RG	N° Reg.	Livro	Folha	Dt. Registro	Conclusão
ANDRESSA REIS DO NASCIMENTO SOUZA	110564651PR	23	153014731C001	2	09/04/2024	2023

MARINGA, 16 de Abril de 2024.
Nome do(a) Secretário(a): MARGARETH APARECIDA SOUZA HARTKOPF

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Nº Ato do(a) Secretário(a): Port. nº Nº 00137
Nome do(a) Diretor(a): EDILSON APARECIDO LIBERATO
Nº Ato do(a) Diretor(a): Res. nº Nº 03364

37802/2024

RESOLUÇÃO N.º 1.946/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 02/2016 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 522/2024, do Departamento de Educação Inclusiva e o contido no protocolado n.º 21.073.126-1,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para funcionamento de 01 (uma) Sala de Recursos Multifuncionais, Ensino Fundamental (anos iniciais), área da deficiência intelectual, deficiência física neuromotora, transtornos globais do desenvolvimento e transtornos funcionais específicos, na Escola Municipal Paulo Haruo Sato – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Rua Nossa Senhora de Fátima, 720, do Município de Mauá da Serra, NRE de Apucarana.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 1035/2021, de 10/03/2021, com vigência até 03/10/2027.
§ 2º A autorização para funcionamento da modalidade foi concedida pela Resolução n.º 5718/2016, de 20/12/2016, com vigência até 16/01/2022.
§ 3º A renovação é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 16/01/2022 a 16/01/2027. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de 16/01/2027.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 10 de abril de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 1.947/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, o Parecer n.º 69/2024 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 21.723.274-0,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de 10 (dez) anos, no período de 21/05/2024 até 20/05/2034, o credenciamento para a oferta da Educação Básica do Centro Municipal de Educação Infantil Pequeno Líder, situado na Rua Maranhão, 1717, no Município de Marechal Cândido Rondon, NRE de Toledo.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica, pela Resolução n.º 1844/2019, de 15/05/2019, com vigência até 20/05/2024.
§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 10 de abril de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 1.948/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o Decreto Federal n.º 5154, de 23 de julho de 2004 e as Deliberações n.º 03/2013, 04/2021, 12/2021, 03/2022 e 06/2022, todas do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 21.891.110-2

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a autorização para funcionamento do Curso Técnico em Desenvolvimento de Sistemas – Eixo Tecnológico: Informação e Comunicação, integrado ao Ensino Médio, no Colégio Estadual de Ouro Verde – Ensino Fundamental, Médio e Profissional, situado na Rua São Paulo, 181, do Município de Ouro Verde do Oeste e NRE de Toledo.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 3046/2017, de 13/07/2017, com vigência até 05/06/2027.
§ 2º O curso foi autorizado a funcionar pela Resolução n.º 6212/2021, de 16/12/2021, e continua vigente para as demais ofertas de Cursos, nas demais instituições de ensino.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 10 de abril de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 1.949/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o Decreto Federal n.º 5154, de 23 de julho de 2004 e as Deliberações n.º 03/2013, 04/2021, 12/2021, 03/2022 e 06/2022, todas do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 21.902.005-8

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a autorização para funcionamento do Curso Técnico em Planejamento e Controle de Produção – Eixo Tecnológico: Produção Industrial, integrado ao Ensino Médio, no Colégio Estadual Cívico-Militar Luiz Augusto Morais Rego – Ensino Fundamental, Médio e Profissional, situado na Rua Almirante Barroso, 1551, do Município e NRE de Toledo.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 2513/2017, de 12/06/2017, com vigência até 24/05/2027.
§ 2º O curso foi autorizado a funcionar pela Resolução n.º 7700/2022, de 28/11/2022, e continua vigente para as demais ofertas de Cursos, nas demais instituições de ensino.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 10 de abril de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 1.950/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 04/2021, 12/2021 e o Parecer n.º 91/2024 – CEMEP, todos do Conselho Estadual de Educação, e o contido no protocolado n.º 20.071.973-5,

RESOLVE:

Art. 1º Reconhecer o Ensino Médio, do Colégio Estadual Valdivino Parolin Acordes – Ensino Fundamental e Médio, situado na Rua Curitiba, 654, do Município de Fazenda Rio Grande, NRE da Área Metropolitana Sul.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 3992/2019, de 17/10/2019, com vigência até 14/08/2025.
§ 2º A Resolução n.º 1887/2021, de 27/04/2021, autorizou o funcionamento do referido ensino, com vigência até 19/05/2023.
§ 3º O reconhecimento é concedido desde 19/05/2021 e por mais 03 (anos) anos, no período de 20/05/2023 a 19/05/2026. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 10 de abril de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 1.951/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2006, 03/2013, 02/2016, 10/2021, 12/2021, 02/2022, o Parecer Normativo n.º 01/2023 – CP e os Pareceres n.º 07/2014 e 128/2018, todos do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 486/2024, do Departamento de Educação Inclusiva e o contido no protocolado n.º 19.569.240-8,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para o funcionamento do Ensino Fundamental – Fase I, na modalidade Educação de Jovens e Adultos, presencial, na Escola Padre Ramiro – Educação Infantil e Ensino Fundamental, na Modalidade Educação Especial, situada na Rua Duque de Caxias, 201, do Município de Piên, NRE da Área Metropolitana Sul.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 3686/2017, de 10/08/2017, com vigência até 31/12/2025.
§ 2º A última renovação da autorização para o funcionamento do ensino foi concedida pela Resolução n.º 4517/2020, de 26/11/2020, com vigência até 31/12/2022.

§ 3º A renovação da autorização para o funcionamento do ensino é concedida pelo prazo de 04 (quatro) anos, no período de 01/01/2023 até 31/12/2026. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2026.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 10 de abril de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 1.952/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o Decreto Federal n.º 5.154, de 23 de julho de 2004, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, 03/2022, 06/2022 e o Parecer n.º 109/2024 – CEMEP, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 19.667.328-8,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o reconhecimento do Curso Técnico em Administração – Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios, subsequente ao Ensino Médio, com oferta presencial, do Colégio Estadual Costa Viana – Ensino Fundamental, Médio, Profissional e Normal, situado na Rua Paulino de Siqueira Cortes, 2685, no Município de São José dos Pinhais, NRE da Área Metropolitana Sul.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 6096/2017, de 23/11/2017, com vigência até 31/12/2027.
§ 2º A última renovação do reconhecimento do curso foi concedida pela Resolução n.º 6275/2017, de 05/12/2017, com vigência até 23/07/2022.
§ 3º A renovação do reconhecimento é pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 24/07/2022 a 23/07/2027. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 10 de abril de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 1.953/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 04/2021, 12/2021 e o Parecer n.º 87/2024 – CEMEP, todos do Conselho Estadual de Educação, e o contido no protocolado n.º 20.744.282-8,

RESOLVE:

Art. 1º Reconhecer o Ensino Médio, do Colégio Adventista Araucária – Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio, situado na Rua São Vicente de Paulo, 465, do Município de Araucária, NRE da Área Metropolitana Sul.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Instituição Adventista Sul Brasileira de Educação e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 1055/2022, de 15/03/2022, com vigência até 31/12/2031.
§ 2º A Resolução n.º 8130/2022, de 15/12/2022, autorizou o funcionamento do referido ensino, com vigência até 20/12/2025.
§ 3º O reconhecimento é concedido desde 20/12/2022 e por mais 05 (cinco) anos, no período de 20/12/2025 a 20/12/2030. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 2º Convalidar os atos escolares praticados pela instituição de ensino a partir do início do ano de 2020 até 20/12/2022, para regularização da vida escolar dos estudantes.
Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 10 de abril de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 1.954/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 10/1999, 03/2013, 04/2021, 12/2021 e o Parecer n.º 147/2024 – CEMEP, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 19.595.481-0,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o reconhecimento do Curso de Formação de Docentes da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, na modalidade Normal, em Nível Médio, do Colégio Estadual Desembargador Jorge Andriguetto – Ensino Fundamental, Médio, Profissional e Normal, situado na Rua Cezar Carelli, 497, do Município de Fazenda Rio Grande, NRE da Área Metropolitana Sul.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 4811/2022, de 10/08/2022, com vigência até 06/06/2027.
§ 2º A última renovação do reconhecimento do ensino foi concedida pela Resolução n.º 3261/2018, de 12/07/2018, com vigência até 07/12/2022.
§ 3º A renovação do reconhecimento é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 08/12/2022 a 07/12/2027. A direção da instituição de ensino, deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 10 de abril de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 1.955/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013 e 12/2021, ambas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 632/2024, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 21.507.561-3,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar, a partir da data da publicação da presente Resolução, o endereço do Centro Municipal de Educação Infantil do Campo Laura Garrido Pereira, do Município de Congonhinhas, NRE de Cornélio Procópio, de PR 435 – Sítio Santo Antônio, para Rua Cornélio Cardoso, 21.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve o credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 3858/2016, de 05/09/2016.
§ 2º A alteração do endereço da instituição de ensino está amparada na Deliberação n.º 03/2013 – CEE/PR.
Art. 2º Determinar que a presente resolução seja mencionada com o ato regulatório citado no Art. 1º.
Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 10 de abril de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 1.956/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 02/2014 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 632/2024, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 21.507.561-3,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o credenciamento para a oferta da Educação Básica do Centro Municipal de Educação Infantil do Campo Laura Garrido Pereira, situado na Rua Cornélio Cardoso, 21, do Município de Congonhinhas, NRE de Cornélio Procópio.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve o credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 3858/2016, de 05/09/2016, com vigência até 06/10/2021.
§ 2º A renovação do credenciamento é concedida até o final do ano de 2028. A direção da instituição de ensino deverá solicitar renovação do credenciamento 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2028.
Art. 2º Renovar a autorização para funcionamento da Educação Infantil da instituição citada no Art. 1º.
§ 1º A última renovação da autorização para funcionamento da Educação Infantil, para o atendimento de crianças de 00 (zero) a 06 (seis) anos, foi concedida pela Resolução n.º 4932/2020, de 10/12/2020, com vigência até 31/12/2023.
§ 2º A renovação da autorização para o funcionamento do ensino é concedida até o final do ano de 2028. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2028.
Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 10 de abril de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 1.957/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013 e 12/2021, ambas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 634/2024, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 20.712.716-7,

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, até o final do ano de 2028, o credenciamento para a oferta da Educação Básica da Escola Municipal Otávio Muzzolon – Ensino Fundamental, situada na Rua Salomão dos Santos, 722, no Município de Cantagalo, NRE de Laranjeiras do Sul.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 1653/2020, de 14/05/2020, com vigência até 31/12/2023.
§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 10 de abril de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 1.958/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013 e 12/2021, ambas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 635/2024, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 21.745.309-7,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar, a partir da data da publicação da presente Resolução, o endereço do Colégio Betânia – Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio, do Município de Altônia, NRE de Umuarama, de PR 487 - KM 73, para Rua Afonso Rodrigues, 35.
Parágrafo único: A instituição de ensino é mantida pelo Instituto de Educação Gordon Mac Kinnon Ltda-ME e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 824/2019, de 06/03/2019.
Art. 2º Determinar que a presente resolução seja mencionada com o ato regulatório citado no Art. 1º.
Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 10 de abril de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 1.959/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nas Deliberações n.º 03/2006, 03/2013 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 636/2024, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 21.689.621-1,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para funcionamento do Ensino Fundamental (anos iniciais) da Escola Municipal do Campo Tancredo Neves – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Avenida Paraná, s/n, do Município de Icaraíma, NRE de Umuarama.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 1754/2021, de 22/04/2021, com vigência até 31/12/2024.
§ 2º A última renovação da autorização para funcionamento do ensino foi concedida pela Resolução n.º 1754/2021, de 22/04/2021, com vigência até 31/12/2023.
§ 3º A renovação é concedida até o final do ano de 2028. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2028.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 10 de abril de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 1.960/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2006, 03/2013, 12/2021 e o Parecer n.º 57/2024 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 20.948.101-4,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o reconhecimento do Ensino Fundamental (anos finais), do Colégio Estadual Cívico-Militar do Patrimônio Regina – Ensino Fundamental e Médio, situado na Rodovia Mábio Gonçalves Palhano, 377, do Município e NRE de Londrina.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 1453/2020, de 05/05/2020, com vigência até 01/07/2028.
§ 2º A última renovação do reconhecimento do ensino foi concedida pela Resolução n.º 3556/2021, de 12/08/2021, com vigência até 31/12/2023.
§ 3º A renovação do reconhecimento é concedida pelo período de 01/01/2024 a 31/12/2024. A direção da instituição de ensino, deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 10 de abril de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 1.961/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2006, 03/2013, 12/2021 e o Parecer n.º 54/2024 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 19.744.913-6,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o reconhecimento do Ensino Fundamental (anos finais), do Colégio Estadual Presidente Arthur da Costa e Silva – Ensino Fundamental, Médio e Profissional, situado na Avenida Brasil, 41, do Município de Cafeara, NRE de Londrina.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 4339/2022, de 27/07/2022, com vigência até 31/12/2030.
§ 2º A última renovação do reconhecimento do ensino foi concedida pela Resolução n.º 2774/2019, de 22/07/2019, com vigência até 24/05/2023.
§ 3º A renovação do reconhecimento é concedida pelo prazo de 04 (quatro) anos, no período de 25/05/2023 a 24/05/2027. A direção da instituição de ensino, deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 10 de abril de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 1.962/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 02/2016 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 575/2024, do Departamento de Educação Inclusiva e o contido no protocolado n.º 21.656.598-3,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o funcionamento de 01 (uma) Sala de Recursos Multifuncionais, Ensino Fundamental (anos finais) e Ensino Médio, área da deficiência intelectual, deficiência física neuromotora, transtornos globais do desenvolvimento e transtornos funcionais específicos, no Colégio Estadual Professora Eudice Ravagnani de Oliveira – Educação Infantil, Ensino Fundamental, Médio e Profissional, situado na rua Ivone Pimentel, 262, no Município de Florestópolis, NRE de Londrina.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 8386/2023, de 27/11/2023, com vigência até 08/10/2033.
§ 2º A autorização para o funcionamento da modalidade é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, a partir da data da publicação da presente resolução. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 10 de abril de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 1.963/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/1998, 03/2013 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, a Resolução n.º 4783/2010 – GS/SEED, o Parecer n.º 538/2024, do Departamento de Educação Inclusiva e o contido no protocolado n.º 20.706.627-3,

RESOLVE:

Art. 1º Adequar, a partir da data da publicação da presente Resolução, a denominação da Escola Rural Municipal Zacarias de Góes e Vasconcelos – Ensino Fundamental, situada na Localidade de Água Clara, do Município de Ventania, NRE de Telêmaco Borba, para Escola Municipal Rural Zacarias de

Góes e Vasconcelos – Ensino Fundamental.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 3542/2022, de 22/06/2022, com vigência até 31/12/2025.
§ 2º A alteração da denominação está amparada na Deliberação n.º 003/1998 CEE/PR, de 02/07/1998.
Art. 2º Determinar que a presente resolução seja mencionada com o ato regulatório citado no Art. 1º.
Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 10 de abril de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 1.964/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nas Deliberações n.º 03/2006, 03/2013 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 638/2024, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 20.706.627-3,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para funcionamento do Ensino Fundamental (anos iniciais) da Escola Municipal Rural Zacarias de Góes e Vasconcelos – Ensino Fundamental, situada na Localidade de Água Clara, do Município de Ventania, NRE de Telêmaco Borba.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 3542/2022, de 22/06/2022, com vigência até 31/12/2025.
§ 2º A última renovação da autorização para funcionamento do ensino foi concedida pela Resolução n.º 3542/2022, de 22/06/2022, com vigência até 31/12/2023.
§ 3º A renovação é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2024 até 31/12/2028. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2028.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 10 de abril de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 1.965/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013 e 12/2021, ambas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 637/2024, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 21.829.415-4,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar, a partir de 11/03/2024, o endereço do Centro de Educação Profissional IBREP/PR, do Município e NRE de Curitiba, de Rua Visconde de Nacar, 1165, para Avenida Sete de Setembro, 4682.
Parágrafo único: A instituição de ensino é mantida IBREP/PR – Instituto Brasileiro de Educação Profissional Ltda. – ME e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação a Distância pela Resolução n.º 6864/2023, de 26/09/2023, com vigência até 14/10/2028.
Art. 2º Determinar que a presente resolução seja mencionada com o ato regulatório citado no Art. 1º.
Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 10 de abril de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 1.966/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 02/2016, 10/2021, 12/2021, 02/2022, o Parecer Normativo n.º 01/2023 – CP e os Pareceres n.º 07/2014 e 128/2018, todos do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 588/2024, do Departamento de Educação Inclusiva e o contido no protocolado n.º 20.853.612-5,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para o funcionamento da Ensino Fundamental – Fase I, na modalidade Educação de Jovens e Adultos, presencial, da Escola São Camilo – Ensino Fundamental, na Modalidade Educação Especial, situada na Rua José Serrato, 619, do Município e NRE de Curitiba.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Instituto de Habilitação e Orientação do Excepcional do Paraná – IHOEPAR e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 973/2017, de 20/03/2017, com vigência até 31/12/2026.
§ 2º A última renovação da autorização para o funcionamento do ensino foi concedida pela Resolução n.º 3780/2020, de 22/09/2020, com vigência até 31/12/2023.
§ 3º A renovação da autorização para o funcionamento do ensino é concedida pelo prazo de 04 (quatro) anos, no período de 01/01/2024 até 31/12/2027. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 10 de abril de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 1.967/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o Decreto Federal n.º 5154, de 23 de julho de 2004 e as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, 03/2022 e 06/2022, todas do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 21.617.601-4,

RESOLVE:

Art. 1º Cessar, definitivamente, as atividades escolares relativas ao Curso Técnico em Mecânica – Eixo Tecnológico: Controle e Processos Industriais, subsequente e/ou concomitante ao Ensino Médio, presencial, no Colégio Irmão Mário Cristóvão – TECPUC – Ensino Médio e Profissional, situado na Rua Imaculada Conceição, 1155, do Município e NRE de Curitiba.
Parágrafo único: A instituição de ensino é mantida pela Associação Paranaense de Cultura e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Profissional Técnica de Nível Médio pela Resolução n.º 5259/2016, de 24/11/2016, com vigência até 09/10/2026.
Art. 2º Revogar, a partir de 01/01/2024, a Resolução n.º 2962/2004, de 31/08/2004, que autorizou o funcionamento da oferta na instituição de ensino.
Art. 3º Determinar que a guarda e expedição da documentação escolar fique sob a responsabilidade da própria instituição de ensino.
Art. 4º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 10 de abril de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 1.968/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 02/2016 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 596/2024, do Departamento de Educação Inclusiva e o contido no protocolado n.º 21.017.985-2,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para funcionamento de 02 (duas) Salas de Recursos Multifuncionais, Ensino Fundamental (anos finais) e Ensino Médio, área da deficiência intelectual, deficiência física neuromotora, transtornos globais do desenvolvimento e transtornos funcionais específicos, no Colégio Estadual Cívico-Militar Padre João Wislinski – Ensino Fundamental, Médio e Normal, situado na Rua Francis Bacon, 07, do Município e NRE de Curitiba.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 7484/2023, de 24/10/2023, com vigência até 31/12/2028.
§ 2º A última renovação da autorização para funcionamento da modalidade foi concedida pela Resolução n.º 2589/2017, de 20/06/2017, com vigência até 28/01/2022.
§ 3º A renovação é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de 28/01/2027.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 10 de abril de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 1.969/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 02/2016, 10/2021, 12/2021, 02/2022, o Parecer Normativo n.º 01/2023 – CP e os Pareceres n.º 07/2014 e 128/2018, todos do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 604/2024, do Departamento de Educação Inclusiva e o contido no protocolado n.º 20.791.647-1,

RESOLVE:

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Art. 1º Renovar a autorização para o funcionamento da Ensino Fundamental – Fase I, na modalidade Educação de Jovens e Adultos, presencial, da Escola Tia Maria – Ensino Fundamental, na Modalidade Educação Especial, situada na Rua Serafim Lucca, 330, do Município e NRE de Curitiba.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Associação de Proteção ao Deficiente Físico e Mental Tia Maria e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 966/2017, de 20/03/2017, com vigência até 31/12/2026.
§ 2º A última renovação da autorização para o funcionamento do ensino foi concedida pela Resolução n.º 4872/2020, de 10/12/2020, com vigência até 31/12/2023.
§ 3º A renovação da autorização para o funcionamento do ensino é concedida pelo prazo de 04 (quatro) anos, no período de 01/01/2024 até 31/12/2027. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 10 de abril de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 1.970/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e as Deliberações n.º 03/2006, 03/2013, 04/2021 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 20.256.550-6,

RESOLVE:

Art. 1º Cessar, definitivamente, as atividades escolares do Colégio Dom Bosco Fazenda Rio Grande – Ensino Fundamental e Médio, situado na Rua Espanha, 66, do Município de Fazenda Rio Grande, NRE da Área Metropolitana Sul, com as ofertas do Ensino Fundamental e Médio.
Parágrafo único: A instituição de ensino é mantida pelo Centro Educacional Iguaçu Ltda e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 3223/2023, de 23/05/2023, com vigência até 31/12/2023.
Art. 2º Revogar, a partir de 31/12/2022, a Resolução n.º 3985/2014, de 05/08/2014, que credenciou a instituição de ensino para a oferta da Educação Básica e as autorizações para o funcionamento das ofertas citadas no Art. 1º, ficando extinta a referida instituição.
Art. 4º Determinar que a guarda e expedição da documentação escolar fique sob a responsabilidade do Colégio Estadual Olindamir Merlin Claudino – Ensino Fundamental e Médio, do mesmo Município.
Art. 5º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 10 de abril de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 1.971/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nas Deliberações n.º 03/2006, 03/2013 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 640/2024, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 16.692.442-1,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para funcionamento do Ensino Fundamental (anos iniciais) da Escola Municipal Governador Moisés Lupion – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Rua Carlos Mafra, s/n, do Município de Guaratuba, NRE de Paranaguá.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 1167/2024, de 04/03/2024, com vigência até 31/12/2026.
§ 2º A última renovação da autorização para funcionamento do ensino foi concedida pela Resolução n.º 4251/2018, de 10/09/2018, com vigência até 31/12/2020.
§ 3º A renovação é concedida, pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2021 até 31/12/2025. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2025.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 10 de abril de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 1.972/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 02/2016 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 425/2024, do Departamento de Educação Inclusiva e o contido no protocolado n.º 20.619.557-6

RESOLVE:

Art. 1º Cessar, definitivamente, as atividades escolares relativas à 01 (uma) Sala de Recursos Multifuncionais, Ensino Fundamental (anos iniciais), área da deficiência intelectual, deficiência física neuromotora, transtornos globais do desenvolvimento e transtornos funcionais específicos, na Escola Municipal Rural Professora Carla Caroline Baumann Jagielski – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na comunidade do Caovi, do Município de Guaratuba, NRE de Paranaguá.
Parágrafo único: A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 8016/2023, de 13/11/2023, com vigência até 22/08/2028.
Art. 2º Revogar, a partir de 01/01/2020, a Resolução n.º 4035/2017, de 29/08/2017, que autorizou o funcionamento da modalidade de atendimento na instituição de ensino.
Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 10 de abril de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 1.973/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e as Deliberações n.º 03/1998, 03/2013, 02/2014, 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 20.625.902-0,

RESOLVE:

Art. 1º Cessar, definitivamente, as atividades escolares relativas a Educação Infantil, na Escola Municipal Alvehy Alves de Assis – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Rua Machado de Assis, 450, do Município de Loanda, NRE de Loanda.
Parágrafo único: A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 6603/2023, de 18/09/2023, com vigência até 31/12/2024.
Art. 2º Revogar, a partir de 01/01/2021, a autorização para funcionamento da Educação Infantil, concedida pela Resolução n.º 4435/1998, de 21/12/1998, que continua em vigor para as demais ofertas da instituição de ensino.
Art. 3º Renovar a autorização para funcionamento, de 01/01/2017 a 31/12/2020, para fins de regularização da vida escolar dos alunos.
Art. 4º Determinar que a guarda e expedição da documentação escolar fique sob a responsabilidade da própria instituição de ensino.
Art. 5º Adequar a nomenclatura da instituição de ensino que, em decorrência do art. 1º, passa a denominar-se: Escola Municipal Alvehy Alves de Assis – Ensino Fundamental.
Art. 6º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 10 de abril de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 1.974/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2006, 03/2013 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 639/2024, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 20.831.401-7,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o credenciamento para a oferta da Educação Básica da Escola Municipal Flavio Luiz Botter – Educação Infantil e Ensino Fundamental , situada na Rua Paraíba, 522, do Município de Santa Cruz de Monte Castelo, NRE de Loanda.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 502/2019, de 07/02/2019, com vigência até 31/12/2023.
§ 2º A renovação do credenciamento é concedida pelo prazo de 02 (dois) anos, no período de 01/01/2024 até 31/12/2025. A direção da instituição de ensino deverá solicitar renovação do credenciamento 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2025.
Art. 2º Renovar a autorização para funcionamento do Ensino Fundamental (anos iniciais) da instituição citada no Art. 1º.
§ 1º A última renovação da autorização para funcionamento do Ensino foi concedida pela Resolução n.º 502/2019, de 07/02/2019, com vigência até 31/12/2023.
§ 2º A renovação da autorização para o funcionamento do ensino é concedida pelo prazo de 02 (dois) anos, no período de 01/01/2024 até 31/12/2025. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2025.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 10 de abril de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 1.975/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2006, 03/2013 e 12/2021, o Parecer n.º 55/2024 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 19.724.977-3,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o reconhecimento do Ensino Fundamental (anos finais), do Colégio Estadual Padre José Herions – Ensino Fundamental, Médio e Profissional, situado na Avenida das Palmeiras, 285, no Município de Rolândia, NRE de Londrina.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 672/2020, de 09/03/2020, com vigência até 06/11/2029.
§ 2º A última renovação do reconhecimento do ensino foi concedida pela Resolução n.º 2380/2020, de 23/06/2020, com vigência até 23/05/2023.
§ 3º A renovação do reconhecimento é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 24/05/2023 a 23/05/2028. A direção da instituição de ensino, deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 10 de abril de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 1.976/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 02/2016 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 505/2024, do Departamento de Educação Inclusiva e o contido no protocolado n.º 21.764.152-7,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o funcionamento de 01 (uma) Sala de Recursos Multifuncionais, Ensino Fundamental (anos iniciais), área da deficiência intelectual, deficiência física neuromotora, transtornos globais do desenvolvimento e transtornos funcionais específicos, na Escola Municipal Telêmaco Carneiro – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Rua Emiliano Carneiro, 1333, do Município de Arapoti e NRE de Wenceslau Braz.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 3544/2022, de 22/06/2022, com vigência até 16/07/2032.
§ 2º A autorização para o funcionamento da modalidade é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, a partir da data da publicação da presente resolução. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 10 de abril de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 1.977/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013 e 12/2021, ambas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 641/2024, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 21.938.889-6,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar, a partir da data da publicação da presente Resolução, o endereço do Colégio Bertoni – Ensino Fundamental e Médio, do Município e NRE de Foz do Iguaçu, da Avenida das Cataratas, 1118, Bairro: Vila Yolanda, CEP: 85877-000, para a Rua Arquiteto Décio Luiz Cardoso, 469, Bairro: Centro, CEP: 85851-445.
Parágrafo único: A instituição de ensino obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 7891/2022, de 05/12/2022, com vigência até 21/02/2033.
Art. 2º Alterar o endereço da entidade mantenedora da instituição de ensino citada no Art. 1º, da Avenida das Cataratas, 1118, Bairro: Vila Yolanda, CEP: 85877-000, para a Rua Arquiteto Décio Luiz Cardoso, 469, Bairro: Centro, CEP: 85851-445.
Art. 3º Determinar que a presente resolução seja mencionada com o ato regulatório citado.
Art. 4º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 10 de abril de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 1.978/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nas Deliberações n.º 03/2013, 02/2014 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 642/2024, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 20.564.290-0,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para funcionamento da Educação Infantil, do Colégio CAESP Medianeira – Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio, situado na Rua Rio Branco, 1820, do Município de Medianeira, NRE de Foz do Iguaçu.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Centro Educacional CAESP LTDA e obteve o credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 3539/2019, de 10/09/2019, com vigência até 12/09/2029.
§ 2º A autorização para funcionamento do ensino, para o atendimento de crianças de 02 (dois) a 05 (cinco) anos, foi concedida pela Resolução n.º 3539/2019, de 10/09/2019, com vigência até 12/09/2024.
§ 3º A renovação é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 12/09/2024 até 12/09/2029. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 2º Ampliar a oferta da Educação Infantil para o atendimento de crianças de 01 (um) a 02 (dois) anos.
Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 10 de abril de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 1.979/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nas Deliberações n.º 03/2006, 03/2013 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 643/2024, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 21.960.931-0,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para funcionamento do Ensino Fundamental (anos iniciais) da Escola Municipal Dom Pedro II – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Rua Manoel Ribas, 356, do Município de Matelândia, NRE de Foz do Iguaçu.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 2785/2020, de 27/07/2020, com vigência até 31/12/2029.
§ 2º A última renovação da autorização para funcionamento do ensino foi concedida pela Resolução n.º n.º 2785/2020, de 27/07/2020, com vigência até 31/12/2024.
§ 3º A renovação é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2025 até 31/12/2029. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 10 de abril de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 1.980/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nas Deliberações n.º 03/2013, 02/2014 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 0644/2024, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 21.978.424-4,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para funcionamento da Educação Infantil, do Centro Municipal de Educação Infantil Professora Erina Maria Sidor, situado na Avenida Vital Brasil, 715, do Município de Matelândia, NRE de Foz do Iguaçu.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 1261/2021, de 22/03/2021, com vigência até 04/09/2029.
§ 2º A última renovação da autorização para funcionamento do ensino, para o atendimento de crianças de 00 (zero) a 05 (cinco) anos, foi concedida pela Resolução n.º 1261/2021, de 22/03/2021, com vigência até 31/12/2024.
§ 3º A renovação é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2025 até 31/12/2029. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 10 de abril de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

RESOLUÇÃO N.º 1.981/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013 e 12/2021, ambas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 647/2024, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 21.356.384-0,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar, a partir de 01/09/2023, o endereço do Centro Municipal de Educação Infantil Vila Godói, do Município de Ortigueira, NRE de Telêmaco Borba, de Avenida Paulo Siqueira, 2936, para Rua Projetada, 295 – Vila Godói.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 1761/2019, de 13/05/2019, com vigência até 26/09/2028.
§ 2º A alteração do endereço da instituição de ensino está amparada na legislação da Deliberação 03/2013.
Art. 2º Determinar que a presente resolução seja mencionada com o ato regulatório citado no Art. 1º.
Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 10 de abril de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 1.982/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/1998, 03/2013 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, a Resolução n.º 4783/2010 – GS/SEED, o Parecer n.º 257/2024, do Departamento de Educação Inclusiva e o contido no protocolado n.º 20.644.139-9,

RESOLVE:

Art. 1º Adequar, a partir da data da publicação da presente Resolução, a denominação da Escola Rural Municipal São José – Ensino Fundamental, situada na Rua Principal, s/n, do Município de Curiúva e NRE de Telêmaco Borba, para Escola Municipal Rural São José – Ensino Fundamental.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 4822/2016, de 31/10/2016, com vigência até 06/06/2027.
§ 2º A alteração da denominação está amparada no Decreto Municipal n.º 86/2022, de 28/06/2022.
Art. 2º Determinar que a presente resolução seja mencionada com o ato regulatório citado no Art. 1º.
Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 10 de abril de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 1.983/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nas Deliberações n.º 03/2006, 03/2013 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 646/2024, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 20.644.139-9,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para funcionamento do Ensino Fundamental (anos iniciais) da Escola Municipal Rural São José – Ensino Fundamental, situada na Rua Principal, s/n, do Município de Curiúva, NRE de Telêmaco Borba.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 4822/2016, de 31/10/2016, com vigência até 06/06/2027.
§ 2º A última renovação da autorização para funcionamento do ensino foi concedida pela Resolução n.º 6074/2021, de 10/12/2021, com vigência até 31/12/2023.
§ 3º A renovação é concedida até o final do ano de 2026. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2026.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 10 de abril de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 1.984/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nas Deliberações n.º 03/2006, 03/2013 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 648/2024, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 20.690.981-1,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para funcionamento do Ensino Fundamental (anos iniciais) da Escola Municipal Evangelina Bittencourt dos Santos – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Rua Ivaí, 700, do Município de Reserva, NRE de Telêmaco Borba.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 3021/2019, de 05/08/2019, com vigência até 31/12/2028.
§ 2º A última renovação da autorização para funcionamento do ensino foi concedida pela Resolução n.º 3021/2019, de 05/08/2019, com vigência até 31/12/2023.
§ 3º A renovação é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2024 até 31/12/2028. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2028.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 10 de abril de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 1.985/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2006, 03/2013, 12/2021 e o Parecer n.º 75/2024 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 19.351.478-2,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o reconhecimento do Ensino Fundamental (anos finais), do Colégio Estadual do Campo Rui Barbosa – Ensino Fundamental e Médio, situado na Rua Curitiba, s/n, do Município de Nova Cantu, NRE de Campo Mourão.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 3333/2019, de 22/08/2019, com vigência até 17/10/2027.
§ 2º A última renovação do reconhecimento do ensino foi concedida pela Resolução n.º 4277/2019, de 18/11/2019, com vigência até 02/09/2022.
§ 3º A renovação do reconhecimento é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 03/09/2022 a 02/09/2027. A direção da instituição de ensino, deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 10 de abril de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 1.987/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 02/2016 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 512/2024, do Departamento de Educação Inclusiva e o contido no protocolado n.º 21.002.908-7,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para funcionamento de 01 (uma) Sala de Recursos Multifuncionais, Ensino Fundamental (anos iniciais), área da deficiência intelectual, deficiência física neuromotora, transtornos globais do desenvolvimento e transtornos funcionais específicos, na Escola Municipal Rachel de Queiroz – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Avenida Sete de Setembro, 444, do Município de Capanema, NRE de Francisco Beltrão.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 4439/2020, de 24/11/2020, com vigência até 31/12/2024.
§ 2º A última renovação da autorização para funcionamento da modalidade foi concedida pela Resolução n.º 1133/2017, de 28/03/2017, com vigência até 31/12/2020.
§ 3º A renovação é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2025.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 10 de abril de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 1.988/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 02/2016 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 600/2024, do Departamento de Educação Inclusiva e o contido no protocolado n.º 21.325.139-2,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para funcionamento de 01 (uma) Sala de Recursos Multifuncionais, Ensino Fundamental (anos finais) e Ensino Médio, área da deficiência intelectual, deficiência física neuromotora, transtornos globais do desenvolvimento e transtornos funcionais específicos, no Colégio Estadual Cívico-Militar João de Mattos Pessoa – Ensino Fundamental e Médio, situado na Rua Leonardo Bora, 140, do Município e NRE de Irati.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 2237/2016, de 06/06/2016, com vigência até 21/09/2024.
§ 2º A autorização para funcionamento da modalidade foi concedida pela Resolução n.º 1326/2019, de 08/04/2019, com vigência até 26/04/2024.
§ 3º A renovação é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de 26/04/2029.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 10 de abril de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 1.989/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nas Deliberações n.º 03/2013, 10/2021, 12/2021, 02/2022, o Parecer Normativo n.º 01/2023 – CP e o Parecer n.º 68/2024 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 16.110.646-1, on-line n.º 3128/2019,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para funcionamento do Ensino Fundamental – Fase I, presencial, na modalidade Educação de Jovens e Adultos, da Escola Municipal Maria Cernaki – Ensino Fundamental, situada na Rua Caetano Munhoz da Rocha, 901, do Município de São João do Caiuá, NRE de Paranavaí.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 1093/2024, de 28/02/2024, com vigência até 31/12/2029.
§ 2º A última renovação da autorização para funcionamento do ensino foi concedida pela Resolução n.º 6239/2017, de 04/12/2017, com vigência até 31/12/2019.
§ 3º A renovação da autorização é concedida, excepcionalmente, no período de 01/01/2020 até 31/12/2024. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2024.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 10 de abril de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 1.990/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 02/2016 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 521/2024, do Departamento de Educação Inclusiva e o contido no protocolado n.º 20.414.426-5,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para funcionamento de 01 (uma) Sala de Recursos Multifuncionais, Ensino Fundamental (anos iniciais), área da deficiência intelectual, deficiência física neuromotora, transtornos globais do desenvolvimento e transtornos funcionais específicos, na Escola Municipal Jayme Canet – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Rua Ettore Giovine, 1320, do Município e NRE de Paranavaí.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 7038/2022, de 04/11/2022, com vigência até 11/01/2032.
§ 2º A última renovação da autorização para funcionamento da modalidade foi concedida pela Resolução n.º 2824/2018, de 18/06/2018, com vigência até 31/12/2022.
§ 3º A renovação é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2027.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 10 de abril de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 1.991/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 02/2016 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 566/2024, do Departamento de Educação Inclusiva e o contido no protocolado n.º 21.792.642-4,

RESOLVE:

Art. 1º Cessar, definitivamente, as atividades escolares relativas 01 (uma) Sala de Recursos Multifuncionais, Ensino Fundamental (anos finais) e Ensino Médio, área da deficiência intelectual, deficiência física neuromotora, transtornos globais do desenvolvimento e transtornos funcionais específicos, no Colégio Estadual Santa Inês – Ensino Fundamental e Médio, situado na Rua Joaquim Campos, 110, do Município de Santa Inês, NRE de Paranavaí.
Parágrafo único: A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 6677/2022, de 24/10/2022, com vigência até 31/12/2024.
Art. 2º Revogar, a partir de 01/01/2024, a Resolução n.º 6678/2014, de 19/12/2014, que autorizou o funcionamento da modalidade de atendimento na instituição de ensino.
Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 10 de abril de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 1.992/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o Decreto Federal n.º 5154, de 23 de julho de 2004 e as Deliberações n.º 03/2013, 11/2021, 12/2021, e 06/2022, todas do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 21.819.789-2,

RESOLVE:

Art. 1º Cessar, definitivamente, as atividades escolares relativas ao Curso Técnico em Alimentação Escolar, na Modalidade a Distância – Eixo Tecnológico: Apoio Educacional – Pró – funcionário, subsequente ao Ensino Médio, no Colégio Estadual Guilherme de Almeida – Ensino Fundamental, Médio e Normal, situado na Rua Florianópolis, 555, do Município e NRE de Loanda.
Parágrafo único: A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 1745/2018, de 02/05/2018, com vigência até 30/07/2028.
Art. 2º Revogar, a partir de 01/01/2013, a autorização para funcionamento da oferta, concedida pelas Resoluções n.º 3594/2008, de 29/07/2008 e n.º 1089/2012, de 14/02/2012, exclusivamente para a instituição de ensino em questão.
Art. 3º Determinar que a guarda e expedição da documentação escolar fique sob a responsabilidade da própria instituição de ensino.
Art. 4º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 10 de abril de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 1.993/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o Decreto Federal n.º 5154, de 23 de julho de 2004 e as Deliberações n.º 03/2013, 11/2021, 12/2021, e 06/2022, todas do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 21.819.789-2,

RESOLVE:

Art. 1º Cessar, definitivamente, as atividades escolares relativas ao Curso Técnico em Gestão Escolar, na Modalidade a Distância – Eixo Tecnológico: Apoio Educacional – Pró – funcionário, subsequente ao Ensino Médio, no Colégio Estadual Guilherme de Almeida – Ensino Fundamental, Médio e Normal, situado na Rua Florianópolis, 555, do Município e NRE de Loanda.
Parágrafo único: A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 1745/2018, de 02/05/2018, com vigência até 30/07/2028.
Art. 2º Revogar, a partir de 01/01/2013, a autorização para funcionamento da oferta, concedida pelas Resoluções n.º 4111/2006, de 01/03/2006 e n.º 3595/2008, de 29/07/2008, exclusivamente para a instituição de ensino em questão.
Art. 3º Determinar que a guarda e expedição da documentação escolar fique sob a responsabilidade da própria instituição de ensino.
Art. 4º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Curitiba, 10 de abril de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 1.994/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o Decreto Federal n.º 5154, de 23 de julho de 2004 e as Deliberações n.º 03/2013, 11/2021, 12/2021, e 06/2022, todas do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 21.819.789-2,

RESOLVE:

Art. 1º Cessar, definitivamente, as atividades escolares relativas ao Curso Técnico em Infraestrutura Escolar, na Modalidade a Distância – Eixo Tecnológico: Apoio Educacional – Pró – funcionário, subsequente ao Ensino Médio, no Colégio Estadual Guilherme de Almeida – Ensino Fundamental, Médio e Normal, situado na Rua Florianópolis, 555, do Município e NRE de Loanda.
Parágrafo único: A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 1745/2018, de 02/05/2018, com vigência até 30/07/2028.
Art. 2º Revogar, a partir de 01/01/2013, a autorização para funcionamento da oferta, concedida pelas Resoluções n.º 3594/2008, de 29/07/2008 e n.º 1089/2012, de 14/02/2012, exclusivamente para a instituição de ensino em questão.
Art. 3º Determinar que a guarda e expedição da documentação escolar fique sob a responsabilidade da própria instituição de ensino.
Art. 4º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 10 de abril de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 1.995/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o Decreto Federal n.º 5154, de 23 de julho de 2004 e as Deliberações n.º 03/2013, 11/2021, 12/2021, e 06/2022, todas do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 21.819.789-2,

RESOLVE:

Art. 1º Cessar, definitivamente, as atividades escolares relativas ao Curso Técnico em Meio Ambiente, na Modalidade a Distância – Eixo Tecnológico: Apoio Educacional – Pró – funcionário, subsequente ao Ensino Médio, no Colégio Estadual Guilherme de Almeida – Ensino Fundamental, Médio e Normal, situado na Rua Florianópolis, 555, do Município e NRE de Loanda.
Parágrafo único: A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 1745/2018, de 02/05/2018, com vigência até 30/07/2028.
Art. 2º Revogar, a partir de 01/01/2013, a autorização para funcionamento da oferta, concedida pela Resolução n.º 3594/2008, de 29/07/2008, exclusivamente para a instituição de ensino em questão.
Art. 3º Determinar que a guarda e expedição da documentação escolar fique sob a responsabilidade da própria instituição de ensino.
Art. 4º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 10 de abril de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 1.996/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o Decreto Federal n.º 5154, de 23 de julho de 2004 e as Deliberações n.º 03/2013, 11/2021, 12/2021 e 06/2022, todas do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 21.819.789-2,

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a autorização para funcionamento do nome do curso técnico em Multimeios Didáticos, a Distância, no Colégio Estadual Guilherme de Almeida – Ensino Fundamental, Médio e Normal, situado na Rua Florianópolis, 555, do Município e NRE de Loanda.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 1745/2018, de 02/05/2018, com vigência até 30/07/2028.
§ 2º O curso foi autorizado a funcionar pelas Resoluções n.º 4111/2006, de 01/03/2006 e n.º 3492/2010, de 18/08/2010, que continua em vigor para a oferta do Curso Técnico em Multimeios Didáticos, a Distância, nas demais instituições de ensino.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 10 de abril de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 1.997/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o Decreto Federal n.º 5154, de 23 de julho de 2004 e as Deliberações n.º 03/2013, 11/2021, 12/2021 e 06/2022, todas do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 21.819.789-2,

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a autorização para funcionamento do curso técnico em Secretaria Escolar, a Distância, no Colégio Estadual Guilherme de Almeida – Ensino Fundamental, Médio e Normal, situado na Rua Florianópolis, 555, do Município e NRE de Loanda.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 1745/2018, de 02/05/2018, com vigência até 30/07/2028.
§ 2º O curso foi autorizado a funcionar pelas Resoluções n.º 4111/2006, de 01/03/2006 e n.º 3492/2010, de 18/08/2010, que continua em vigor para a oferta do Curso Técnico em Secretaria Escolar, a Distância, nas demais instituições de ensino.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 10 de abril de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 1.998/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 02/2016 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 510/2024, do Departamento de Educação Inclusiva e o contido no protocolado n.º 21.823.229-9,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o funcionamento de 01 (uma) Classe Especial, Ensino Fundamental (anos iniciais), na Escola Municipal Professor Atácio Moreira de Castilho – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Rua Siqueira Campos, 404 do Município de Siqueira Campos, NRE de Ibaiti.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 3186/2020, de 17/08/2020, com vigência até 31/12/2029.
§ 2º A autorização para o funcionamento da modalidade é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, a partir da data da publicação da presente resolução. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 10 de abril de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 1.999/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/1998, 03/2013, 02/2014, 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 649/2024, da Coordenação da Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 21.347.624-6,

RESOLVE:

Art. 1º Credenciar, para a oferta da Educação Básica, o Centro de Educação Infantil Agnus Dei, situado na Avenida Arquiteto Nildo Ribeiro da Rocha, 4452, no Município e NRE de Maringá.
§ 1º A instituição de ensino é mantida por A M. Mizota Centro de Educação Infantil Ltda, foi criada pela Ata nº 01/2023, datada de 17/11/2023, e a entidade mantenedora da instituição de ensino foi constituída pelo Contrato Social de Constituição de Sociedade Empresaria Limitada, registrado na Junta Comercial do Paraná em 09/11/2023, sob n.º 41212078147.
§ 2º O credenciamento é concedido pelo prazo de 05 (cinco) anos, a partir da data da publicação da presente resolução. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do credenciamento 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 2º Autorizar o funcionamento da Educação Infantil, para o atendimento de

crianças de 00 (zero) a 03 (três) anos, na instituição citada no Art. 1º.
Parágrafo único: A autorização é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, a partir da data da publicação da presente resolução. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação da autorização para o funcionamento do Ensino 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 10 de abril de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 2.000/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 02/2014 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 650/2024, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 20.181.602-5,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o credenciamento para a oferta da Educação Básica da Escola Rural Municipal Augusta Gutierrez Lopes – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Rua Mato Grosso, s/n, do Município de Mariluz, NRE de Goioerê.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 4806/2018, de 10/10/2018, com vigência até 17/05/2023.
§ 2º A renovação do credenciamento é pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 17/05/2023 até 17/05/2028. A direção da instituição de ensino deverá solicitar renovação do credenciamento 180 (cento e oitenta) dias antes de 17/05/2028.
Art. 2º Renovar a autorização para funcionamento da Educação Infantil da instituição citada no Art. 1º.
§ 1º A última renovação da autorização para funcionamento da Educação Infantil para o atendimento de crianças de 04 (quatro) a 05 (cinco) anos foi concedida pela Resolução n.º 1676/2019, de 02/05/2019, com vigência até 31/12/2023.
§ 2º A renovação da autorização para o funcionamento do ensino é pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2024 até 31/12/2028. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2028.
Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 10 de abril de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 2.001/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 02/2016 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 504/2024, do Departamento de Educação Inclusiva e o contido no protocolado n.º 21.817.244-0,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o funcionamento de 01 (uma) Sala de Recursos Multifuncionais, Ensino Fundamental (anos finais) e Ensino Médio, área da deficiência intelectual, deficiência física neuromotora, transtornos globais do desenvolvimento e transtornos funcionais específicos, no Colégio Estadual Antônio Lacerda Braga – Ensino Fundamental, Médio e Profissional, situado na Rua Dr. Rosalvo Galvão de Melo Leitão, 1135, do Município e NRE de Goioerê.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 4952/2016, de 07/11/2016, com vigência até 02/02/2027.
§ 2º A autorização para o funcionamento da modalidade, no turno matutino, é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, a partir da data da publicação da presente resolução. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 10 de abril de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 2.002/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 02/2016 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 498/2024, do Departamento de Educação Inclusiva e o contido no protocolado n.º 21.633.648-8,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o funcionamento de 01 (uma) Classe Especial, Ensino Fundamental (anos iniciais), na Escola Municipal Presidente Castelo Branco – Ensino Fundamental, situada na Rua José Freire de Almeida, s/n, do Município de Quarto Centenário, NRE de Goioerê.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 2272/2021, de 20/05/2021, com vigência até 31/12/2024.
§ 2º A autorização para o funcionamento da modalidade é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, a partir da data da publicação da presente resolução. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 10 de abril de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 2.003/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nas Deliberações n.º 03/2006, 03/2013, 02/2014, 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 653/2024, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 20.954.012-6,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para funcionamento da Educação Infantil e do Ensino Fundamental (anos iniciais), da Escola Municipal Vitória Fernandes – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Rua Manoel Estevão, 114, do Município e NRE de União Vitória.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal, e obteve o credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 440/2018, de 01/02/2018, com vigência até 22/02/2028.
§ 2º A última renovação da autorização para funcionamento da Educação Infantil, para o atendimento de crianças de 04 (quatro) a 05 (cinco) anos e para o Ensino Fundamental (anos iniciais), foi concedida pela Resolução n.º 2729/2021, de 24/06/2021, com vigência até 31/12/2023.
§ 3º A renovação da autorização para o funcionamento dos ensinos é concedida excepcionalmente, até o final do ano de 2026. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação dos atos 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2026.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 10 de abril de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 2.004/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o Parecer Normativo n.º 01/2018 e as Deliberações n.º 03/2006, 03/2013, 02/2014, 12/2021 e o Parecer n.º 78/2024 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 20.886.434-3,

RESOLVE:

Art. 1º Cessar, definitivamente, as atividades escolares da Escola Municipal do Campo Professor Casemiro Mazur – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Linha Papuan, do Município de Cruz Machado, NRE União da Vitória, com as ofertas da Educação Infantil e Ensino Fundamental.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve o credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 3960/2016, de 20/09/2016, com vigência até 14/10/2026.
§ 2º Houve cessação temporária pelos Atos Administrativos n.º 28/2019, de 26/03/2019 e n.º 145/2021, de 27/09/2021, no período de 01/01/2019 a 31/12/2022.
Art. 2º Revogar, a partir de 01/01/2020, a Resolução n.º 3960/2016, de 20/09/2016, que credenciou a instituição de ensino para a oferta da Educação Básica e as autorizações para o funcionamento das ofertas citadas no Art. 1º, ficando extinta a referida instituição.
Art. 3º Determinar que a guarda e expedição da documentação escolar fique sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação, do mesmo Município.
Art. 4º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 10 de abril de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 2.005/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o Parecer Normativo n.º 01/2018 e as Deliberações n.º 03/2006, 03/2013, 12/2021, e o Parecer n.º

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

60/2024 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 21.005.392-1,

RESOLVE:

Art. 1º Cessar, definitivamente, as atividades escolares da Escola Municipal do Campo Nossa Senhora Aparecida – Ensino Fundamental, situada na Linha Pinaré, no Município de Cruz Machado, NRE União da Vitória, com a oferta do Ensino Fundamental.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve o credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 3961/2016, de 20/09/2016, com vigência até 14/10/2026.
§ 2º Houve cessação temporária pelo Ato Administrativo n.º 09/2019, de 19/02/2019, no período de 01/01/2019 a 31/12/2020.
Art. 2º Revogar, a partir de 01/01/2019, a Resolução n.º 3961/2016, de 20/09/2016, que credenciou a instituição de ensino para a oferta da Educação Básica e a autorização para o funcionamento da oferta citada no Art. 1º, ficando extinta a referida instituição.
Art. 3º Determinar que a guarda e expedição da documentação escolar fique sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação, do mesmo Município.
Art. 4º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 10 de abril de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

37832/2024

RESOLUÇÃO N.º 2.119/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/1998, 03/2013, 04/2021, 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação e o Parecer n.º 691/2024, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 21.382.705-7,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o funcionamento do Ensino Médio, com implantação gradativa, na Escola Estadual Prefeito Djalma Johnsson – Ensino Fundamental, situada na Rua Telêmaco Borba, 208, do Município de Colombo, NRE da Área Metropolitana Norte.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 5036/2021, de 21/10/2021, com vigência até 31/12/2025.
§ 2º A autorização é concedida pelo prazo de 03 (três) anos, a partir de 01/01/2024. A direção da instituição de ensino deverá solicitar o reconhecimento do ensino 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 2º Adequar a nomenclatura da instituição de ensino, que, em decorrência do Art. 1º, passa a denominar-se: Colégio Estadual Prefeito Djalma Johnsson – Ensino Fundamental e Médio.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 16 de abril de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

37894/2024

COMISSÃO DE SINDICÂNCIA designada pela Resolução n.º 1466/2024 – GS/SEED, de 13 de março de 2024, publicada em 19 de março de 2024, no Diário Oficial do Estado n.º 11622.
Protocolo n.º 21.027.478-2
Autos n.º 24/2024
EDITAL DE CITAÇÃO

A Presidente da Comissão de Sindicância, instaurada pela Resolução n.º 1466/2024, de 19 de março de 2024, do Exmo. Sr. Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação, no uso de suas atribuições legais e nos termos do disposto do art. 29, da Lei Estadual n.º 20.656, de 03 de agosto de 2021, **CITA/NOTIFICA** pelo presente Edital, a servidora **DORALICE SABINO, RG n.º 8.249.088-4**, professora, contratado pelo Regime Especial – Processo Seletivo Simplificado (PSS), Linha Funcional 64, lotado no ano de 2024, no CEEP Erotides Ângelo Nichelle, Município de Campo Largo/PR, jurisdicionado ao Núcleo Regional de Educação da Área Metropolitana Sul, por se encontrar em local incerto e não sabido, com fulcro no artigo 3.º, da Instrução Normativa n.º 03, de 07 de dezembro de 2015, em que a Administração Pública o convoca para, querendo, apresente defesa complementar no prazo comum de 3 (três) dias, podendo arrolar 3 (três) testemunhas, a partir da data da última publicação do Edital, no Núcleo Regional de Educação de Paranaguá, Rua Baronesa do Cerro Azul, n.º 887, Bairro João Gualberto, Paranaguá/PR, ou através do e-protocolo, sob pena de revelia. Sendo-lhe assegurado vista dos autos no endereço eletrônico www.eprotocolo.pr.gov.br, após devida habilitação.
A Comissão Processante encontra-se instalada no endereço acima mencionado, podendo ser contatada pelo telefone (41) 3420-7202.

Paranaguá, 11 de abril de 2024.
Assinado eletronicamente
Rosecler Pedrosa Ojeda - RG n.º 7.801.155-6
Presidente

36646/2024

RESOLUÇÃO N.º 2052/2024 – GS/SEED
Súmula: Revoga a Resolução n.º 1.711/2024 – GS/SEED.
O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação,** no uso das atribuições legais e considerando o contido no protocolado n.º 19.006.642-8,
R E S O L V E:

Art. 1.º Revogar a Resolução GS/SEED n.º 1.711, publicada em 03 de abril de 2024, no Diário Oficial n.º 11.631, em razão da necessidade de correção das linhas funcionais do servidor.
Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 15 de abril de 2024.
João Luiz Giona Junior
Res. n.º 7.309/2023 – GS/SEED
Delegação de Competência ao Diretor-Geral

37608/2024

RESOLUÇÃO N.º 2062/2024 – GS/SEED
Súmula: Instaura Sindicância
O Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação, no uso das atribuições legais, conferidas pela Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, Lei Estadual n.º 20.656, de 3 de agosto de 2021, e considerando o contido no protocolado n.º 21.852.839-2,
R E S O L V E:

Art. 1.º Designar, Jorge Luis dos Santos, RG n.º 5.038.XXX-4/PR e Vanessa Carla Bonfim Bevilaqua, RG n.º 8.984.XXX-3/PR, ambos em exercício no Núcleo Regional de Educação de Ivaiporã, para, sob a presidência do primeiro nominado, promoverem Sindicância, com a finalidade de apurar indícios de irregularidades e de ilícitos administrativos apontados no protocolado em comento, referente ao Colégio Estadual Indígena Cacique Kofej, município de São Jerônimo da Serra, jurisdicionado do Núcleo Regional de Educação de Cornélio Procópio.
Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Curitiba, 15 de abril de 2024.
João Luiz Giona Junior
Res. n.º 7.309/2023 – GS/SEED
Delegação de Competência ao Diretor-Geral

37604/2024

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

RESOLUÇÃO N.º 2060/2024 – GS/SEED

Súmula: Retifica a Resolução n.º 2011/2024 – GS/SEED, de 10 de abril de 2024.

O **Secretário de Estado da Educação**, no uso das atribuições legais conferidas pela Constituição do Estado do Paraná em seu Art. 90, Parágrafo Único, e pela Lei Estadual n.º 21.352, de 1.º de janeiro de 2023, considerando o artigo 13 da Lei Complementar nº 113/2005, o que dispõe a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e o disposto pela Lei Estadual nº 20.656 de 3 de agosto de 2021,

RESOLVE:

Art. 1.º Retificar a redação do art. 2.º da Resolução n.º 2011/2023 – GS/SEED, de 10 de abril de 2024, publicada em 11 de abril de 2024 no Diário Oficial do Estado n.º 11637, que passa a constar com o seguinte teor:
Art. 2.º Designar as servidoras **Daniele Silva Ramos**, RG n.º 5.331.442-2, **Viviane Dziubate Pittner**, RG nº 7.310.802-0, **Flavia Dinnies Carneiro Santos**, RG nº 4.793.818-0, todas servidoras pertencentes ao Quadro Próprio do Magistério, em exercício na Secretaria de Estado da Educação, para, sob a presidência da primeira nominada, comporem a Comissão responsável pelo Processo Administrativo de Tomada de Contas Especial.

Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 16 de abril de 2024.

Roni Miranda Vieira
Secretário de Estado da Educação

37879/2024

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

RESOLUÇÃO N.º 2.080/2024 – GS/SEED

Súmula: Aplica sanção à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Altamira do Paraná nos Autos n.º 18/2023.

O **Secretário de Estado da Educação**, no uso das atribuições legais, considerando o Resolução n.º 8293/2023 – GS/SEED, que instaura processo de Tomada de Contas Especial, contido no protocolo n.º 21.377.429-8,

RESOLVE:

Art. 1.º Aplicar à **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Altamira do Paraná, CNPJ n.º 08.043.056/0001-35**, mantenedora da Escola Doutora Zilda Arns – Educação Infantil e Ensino Fundamental, na modalidade Educação Especial, a sanção de **Advertência,** nos termos do inciso I, do Art. 73 da Lei Federal n.º 13.019/2014, por ter restado comprovado nos Autos de Tomada de Contas Especial,

que efetivamente houve o descumprimento da Cláusula Terceira, itens 3.2.9, 3.2.13, 3.2.14, 3.2.15, 3.2.16, 3.2.17, 3.2.19, 3.2.20, 3.2.24, 3.2.25 do Termo de Colaboração 202100054/21, e Art. 13, § 4º da Resolução n.º 28/2011 – TCE/PR, ainda que ressarcido aos cofres públicos o dano ao erário, durante a apuração dos fatos.

Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 16 de abril de 2024.

Roni Miranda Vieira
Secretário de Estado da Educação

37871/2024

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

RESOLUÇÃO N.º 2.097/2024 – GS/SEED

Súmula: Aplica sanção à Associação Beneficente Renascer de Curitiba, nos Autos n.º 20/2023.

O **Secretário de Estado da Educação**, no uso das atribuições legais, considerando o Resolução n.º 8295/2023 – GS/SEED, que instaura processo de Tomada de Contas Especial, contido no protocolo n.º 21.377.491-3,

RESOLVE:

Art. 1.º Aplicar à **Associação Beneficente Renascer de Curitiba, CNPJ n.º 00.417.085/0001-08**, mantenedora da Escola Renascer – Educação Infantil - Educação Fundamental – Anos Iniciais - Educação Profissional, na modalidade Educação Especial, a sanção de **Advertência,** nos termos do inciso I, do Art. 73 da Lei Federal n.º 13.019/2014, por ter restado comprovado nos Autos de Tomada de Contas Especial, que efetivamente houve o descumprimento da Cláusula Terceira, itens 3.2.13, 3.2.14, 3.2.15, 3.2.16, 3.2.17, 3.2.20, 3.2.22, 3.2.23, 3.2.24, 3.2.25 do Termo de Colaboração 202100137/21, os §2º, § 3º e §4º do Art. 13 da Resolução n.º 28/2011 – TCE/PR, e os Arts. 52, 69 e 70 da Lei Federal 13.019/2014, ainda que ressarcido aos cofres públicos o dano ao erário, durante a apuração dos fatos.

Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 15 de abril de 2024.

Roni Miranda Vieira
Secretário de Estado da Educação

37864/2024



Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Secretaria da Fazenda

PORTARIA Nº 78 DTE/SEFA, de 15 de Abril de 2024

O DIRETOR DO TESOURO ESTADUAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 1° da Resolução SEFA nº 745, de 05 de agosto de 2019,

R E S O L V E:

Art. 1º. Atribuir as disponibilidades financeiras dos recursos do Tesouro do Estado referentes a execução da despesa do mês de Abril de 2024, da Administração Direta, Indireta, Fundos Especiais e Empresas Estatais Dependentes são as constantes do anexo I.

Art. 2º. Os valores das Cotas Financeiras estipulados na coluna "ODC ESPECIAL" desta Portaria são aqueles referentes às seguintes naturezas de despesa: 3.3.90.04.00, 3.3.90.08.00, 3.3.90.14.00, 3.3.90.15.00, 3.3.90.34.00, 3.3.90.46.00, 3.3.90.48.00, 3.3.90.49.00, 3.3.91.41.00 e 3.3.91.97.00.

Art. 3° Os valores das Cotas Financeiras estipulados na coluna "ODC - SERVIÇOS" desta Portaria são aqueles referentes às seguintes naturezas de despesa: 3.3.90.39.43, 3.3.90.39.44, 3.3.90.39.47, 3.3.90.40.04, 3.3.90.40.05, 3.3.90.47.01 e 3.3.90.47.08.

Art. 4º. Os valores das Cotas Financeiras destinadas ao atendimento das espécies "2", "3", e "4", com exceção daquelas especificadas nos artigos 2º e 3º retro, estão alocados na coluna "Demais Espécies" desta Portaria.

Art. 5º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos aplicados a partir de 15 de Abrilde 2024.

Marcos Buarque Montenegro
Diretor do Tesouro Estadual

ANEXO I
Estabelece Cota

ANEXO À PORTARIA Nº 78

ÓRGÃO 41 - Secretaria de Estado da Educação
UNIDADE GESTORA 410000

Fonte	4 - Investimentos	Total	N. do Processo
500	10.000,00	10.000,00	2024FF000077
Total		**10.000,00**	

ÓRGÃO 45 - Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
UNIDADE GESTORA 453100

Fonte	3 - Outras Despesas Correntes	Total	N. do Processo
500	3.200.000,00	3.200.000,00	2024FF000077
Total		**3.200.000,00**	

ÓRGÃO 67 - Secretaria de Estado das Cidades
UNIDADE GESTORA 670000

Fonte	4 - Investimentos	Total	N. do Processo
500	14.799,34	14.799,34	2024FF000077
Total		**14.799,34**	

37559/2024

PORTARIA Nº 79 DTE/SEFA, de 16 de Abril de 2024

O DIRETOR DO TESOURO ESTADUAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 1° da Resolução SEFA nº 745, de 05 de agosto de 2019,

R E S O L V E:

Art. 1º. Atribuir as disponibilidades financeiras dos recursos do Tesouro do Estado referentes a execução da despesa do mês de Abril de 2024, da Administração Direta, Indireta, Fundos Especiais e Empresas Estatais Dependentes são as constantes do anexo I.

Art. 2º. Os valores das Cotas Financeiras estipulados na coluna "ODC ESPECIAL" desta Portaria são aqueles referentes às seguintes naturezas de despesa: 3.3.90.04.00, 3.3.90.08.00, 3.3.90.14.00, 3.3.90.15.00, 3.3.90.34.00, 3.3.90.46.00, 3.3.90.48.00, 3.3.90.49.00, 3.3.91.41.00 e 3.3.91.97.00.

Art. 3° Os valores das Cotas Financeiras estipulados na coluna "ODC - SERVIÇOS" desta Portaria são aqueles referentes às seguintes naturezas de despesa: 3.3.90.39.43, 3.3.90.39.44, 3.3.90.39.47, 3.3.90.40.04, 3.3.90.40.05, 3.3.90.47.01 e 3.3.90.47.08.

Art. 4º. Os valores das Cotas Financeiras destinadas ao atendimento das espécies "2", "3", e "4", com exceção daquelas especificadas nos artigos 2º e 3º retro, estão alocados na coluna "Demais Espécies" desta Portaria.

Art. 5º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos aplicados a partir de 16 de Abrilde 2024.

Marcos Buarque Montenegro
Diretor do Tesouro Estadual

ANEXO I
Estabelece Cota

ANEXO À PORTARIA Nº 79

ÓRGÃO 43 - Secretaria de Estado do Esporte UNIDADE GESTORA 430000			
Fonte	**3 - Outras Despesas Correntes**	**Total**	**N. do Processo**
500	41.281,48	41.281,48	2024FF000078
Total		**41.281,48**	

ÓRGÃO 39 - Secretaria de Estado da Segurança Pública UNIDADE GESTORA 390000			
Fonte	**3 - Outras Despesas Correntes**	**Total**	**N. do Processo**
500	1.000.000,00	1.000.000,00	2024FF000078
Total		**1.000.000,00**	

37858/2024

PORTARIA Nº 80 DTE/SEFA, de 16 de Abril de 2024

O DIRETOR DO TESOURO ESTADUAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 1° da Resolução SEFA nº 745, de 05 de agosto de 2019,

R E S O L V E:

Art. 1º. Atribuir as disponibilidades financeiras dos recursos do Tesouro do Estado referentes a execução da despesa do mês de Abril de 2024, da Administração Direta, Indireta, Fundos Especiais e Empresas Estatais Dependentes são as constantes do anexo I.

Art. 2º. Os valores das Cotas Financeiras estipulados na coluna "ODC ESPECIAL" desta Portaria são aqueles referentes às seguintes naturezas de despesa: 3.3.90.04.00, 3.3.90.08.00, 3.3.90.14.00, 3.3.90.15.00, 3.3.90.34.00, 3.3.90.46.00, 3.3.90.48.00, 3.3.90.49.00, 3.3.91.41.00 e 3.3.91.97.00.

Art. 3° Os valores das Cotas Financeiras estipulados na coluna "ODC - SERVIÇOS" desta Portaria são aqueles referentes às seguintes naturezas de despesa: 3.3.90.39.43, 3.3.90.39.44, 3.3.90.39.47, 3.3.90.40.04, 3.3.90.40.05, 3.3.90.47.01 e 3.3.90.47.08.

Art. 4º. Os valores das Cotas Financeiras destinadas ao atendimento das espécies "2", "3", e "4", com exceção daquelas especificadas nos artigos 2º e 3º retro, estão alocados na coluna "Demais Espécies" desta Portaria.

Art. 5º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos aplicados a partir de 16 de Abrilde 2024.

Marcos Buarque Montenegro
Diretor do Tesouro Estadual

ANEXO I
Estabelece Cota

ANEXO À PORTARIA Nº 80

ÓRGÃO 27 - Secretaria de Estado da Administração e da Previdência UNIDADE GESTORA 273600			
Fonte	**3 - Outras Despesas Correntes**	**Total**	**N. do Processo**
500	330.000,00	330.000,00	2024FF000079
Total		**330.000,00**	

38007/2024

PORTARIA SEFA/CG N. 4/2024

O CORREGEDOR-GERAL, com fundamento no art. 115, inc. III e art. 118-A, § 2º, ambos da Lei Complementar n. 131, de 29 de setembro de 2010,

RESOLVE:

I - Instaurar Comissão de Sindicância para apuração dos fatos descritos no protocolizado n. 21.657.317-0;

II - Designar como Corregedores ad hoc Cícero Antônio Eich, RG 7.259.780-0, Auditor Fiscal AF-I, e Osmahir Pereira Rosa, RG 346.566-7, Auditor Fiscal AF-I, para, sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão de Sindicância referida no inciso I.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Corregedoria-Geral da SEFA - Curitiba, 16 de abril de 2024.

Laércio Lopes de Araujo
Corregedor-Geral

37866/2024

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Secretaria de Infraestrutura e Logística

DER

PORTARIA Nº 165/2024-DER

O Diretor-Presidente do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 20, inciso XIX do Decreto nº 2458 de 14 de agosto de 2000 e tendo em vista o contido no protocolo n° 21.766.720-8, RESOLVE:

Designar como Agente da Autoridade de Trânsito deste Departamento de Estradas de Rodagem, o Policial Militar abaixo nominado, em virtude de ter sido lotado no Batalhão de Polícia Rodoviária:

Graduação	Nome	RG
Cb. QPMG1-0	Álvaro Augusto da Silveira Bech Filho	7.***.102-3

Curitiba, 12 de abril de 2024.

(assinado eletronicamente)
Fernando Furiatti Saboia,
Diretor-Presidente do DER/PR.

37613/2024

PORTARIA Nº 166/2024-DER

O Diretor-Presidente do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 20, inciso XIX do Decreto nº 2458 de 14 de agosto de 2000 e tendo em vista o contido no protocolo n° 21.766.671-6, RESOLVE:

Designar como Agente da Autoridade de Trânsito deste Departamento de Estradas de Rodagem, o Policial Militar abaixo nominado, em virtude de ter sido lotado no Batalhão de Polícia Rodoviária:

Graduação	Nome	RG
Sd. QPMG1-0	Joari Schimanski dos Santos Pinto	9.***.830-9

Curitiba, 12 de abril de 2024.

(assinado eletronicamente)
Fernando Furiatti Saboia,
Diretor-Presidente do DER/PR.

37614/2024

PORTARIA Nº 167/2024-DER

O Diretor-Presidente do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná, usando das atribuições que são conferidas pelo artigo 20, inciso XVII do Decreto nº 2.458, de 14 de agosto de 2000 e considerando o contido no protocolo n° 22.011.840-1, **RESOLVE**:

Designar os servidores **Carlos Eduardo Fehlauer, RG. 6.***.352-8, Maycon Willian Hellas de Moura, RG. 12.***.236-1, Márcio Gurski, RG. 7.***.473-9,** para que sob a presidência do primeiro, componham a **COMISSÃO DE AVALIAÇÃO E DESAPROPRIAÇÃO** responsável pela elaboração das instruções processuais administrativa de indenização necessárias à execução das desapropriações referentes a ampliação da capacidade de tráfego da **PR-092, Lote 2.1b, Almirante Tamandaré. SRE: 092S0015EPR; 092S0020EPR; 092S0030EPR**.

Curitiba, 15 de abril de 2024.

(assinado eletronicamente)
Fernando Furiatti Saboia,
Diretor-Presidente do DER/PR.

37672/2024

PORTARIA Nº 168/2024-DER

O Diretor-Presidente do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná, usando das atribuições que são conferidas pelo artigo 20, inciso XVII do Decreto nº 2.458, de 14 de agosto de 2000 e considerando o contido no protocolo n° 22.011.819-3, **RESOLVE**:

Designar os servidores **Maycon Willian Hellas de Moura, RG. 12.***.236-1, Carlos Eduardo Fehlauer, RG. 6.***.352-8 e Márcio Gurski, RG. 7.***.473-9,** para que sob a presidência do primeiro, componham a **COMISSÃO DE AVALIAÇÃO E DESAPROPRIAÇÃO** responsável pela elaboração das instruções processuais administrativa de indenização necessárias à execução das desapropriações referentes a ampliação da capacidade de tráfego da **PR-092,** Cerro Azul – Dr. Ulysses. Lote 1, Município de **Dr. Ulysses**.

Curitiba, 15 de abril de 2024.

(assinado eletronicamente)
Fernando Furiatti Saboia,
Diretor-Presidente do DER/PR.

37674/2024

PORTARIA Nº 169/2024-DER

O Diretor-Presidente do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná, usando das atribuições que são conferidas pelo artigo 20, inciso XIX do Decreto n.º 2.458, de 14 de agosto de 2.000 e considerando o contido no protocolado n° 22.010.118-5, RESOLVE:

Designar o servidor **Paulo Cesar Salatini– RG. 7.***.082-1** para assinar as Autorizações Especiais de Trânsito – AET (cargas indivisíveis, canavieiros e demais autorizações) no âmbito da Superintendência Regional Norte – Londrina, em substituição ao servidor **Rafael Rodrigues de Oliveira, RG. 5.855.569-0,** designado pela Portaria n° 126/2020-DER.

Curitiba, 15 de abril de 2024.

(assinado eletronicamente)
Fernando Furiatti Saboia,
Diretor-Presidente do DER/PR.

37675/2024

PORTARIA Nº 170/2024-DER

O Diretor-Presidente do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná, usando das atribuições que são conferidas pelo artigo 20, inciso XIX do Decreto nº 2.458, de 14 de agosto de 2.000 e considerando o contido no protocolo n° 21.358.801-0, RESOLVE:

Designar os servidores Samuel Camargo de Lima, RG. 3.***.144-2 e Vinicios Lissa, RG. 9.***.394-2, como responsáveis pelo envio das informações de membros da Junta Administrativa de Recursos a Infrações – JARI ao e-Social.

Curitiba, 15 de abril de 2024.

(assinado eletronicamente)
Fernando Furiatti Saboia,
Diretor-Presidente do DER/PR.

37677/2024

Secretaria da Inovação, Modernização e Transformação Digital

Resolução nº 067/2024 - SEI

Súmula: Institui e estabelece as diretrizes e normas para o Projeto PARANÁ SENSORIAL, constituído de salas Multidisciplinares/Sensoriais Inclusivas a serem implementadas através de Convênios firmados entre Municípios do Estado do Paraná e a Secretaria de Estado da Inovação, Modernização e Transformação Digital (SEI), almejando a composição de parceria estratégica atuante no aperfeiçoamento da inclusão e do atendimento aos cidadãos diagnosticados com transtornos do neurodesenvolvimento no Estado do Paraná.

O Secretário de Estado da Inovação, Modernização e Transformação Digital (SEI), nomeado pelo Decreto Estadual nº 06/2023, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Art. 26 da Lei 21.352 de 1º de janeiro de 2023;

Considerando:

1. O contido no e-Protocolo nº 21.103.618-4;
2.As atribuições da Secretaria da Inovação, Modernização e Transformação Digital conferidas pela Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023;
3. O disposto na Lei da Inovação do Estado do Paraná, Lei nº 20541, de 20 de abril de 2021;
4. A Lei Estadual nº 17.555/2013, com ênfase em seu § 2º;
5. Os termos do Decreto Estadual nº 10.086, de 17 de janeiro de 2022;

RESOLVEM:

Art. 1º Fica instituído o Projeto PARANÁ SENSORIAL, o qual objetiva a realização de parcerias estratégicas, a serem firmadas através de Convênio entre a Secretaria da Inovação, Modernização e Transformação Digital – SEI e Municípios/Órgãos do Estado do Paraná enquadrados nas disposições desta Resolução, cujas especificações técnicas e contrapartidas serão definidas nesta Resolução.

§1º. O Projeto de Implantação de Salas de Recursos Multidisciplinares/Sensoriais disponibilizará, dentro do previsto no conjunto, todos os equipamentos, softwares específicos de operação e integração, mobiliários, materiais didáticos e pedagógicos para a organização das salas e a oferta do atendimento especializado.

§2º. São objetivos do Projeto PARANÁ SENSORIAL:

I – Contribuir para a promoção integrada entre inovação, inclusão e acessibilidade comunicacional, instrumental, metodológica e procedimental;
II – Articular os diversos setores da Administração Pública Estadual e Municipal, proporcionando o aprimoramento das atividades relativas à inclusão para a implementação de políticas de acesso do público-alvo;
III – Realizar o acolhimento e acompanhamento dos alunos público-alvo, considerando suas necessidades e especificidades do município/órgão.

Art. 2º Para fins desta Resolução, compreendem-se:

I – Salas Multidisciplinares/Sensoriais: estrutura integrativa aplicada em ambiente interno, com acesso à energia elétrica, esgotamento sanitário e conexão à rede de internet, que visa estimular e ampliar o funcionamento dos sentidos, da motricidade, das habilidades cognitivas e auxiliar crianças e/ou adolescentes com transtornos do neurodesenvolvimento aptos a utilização da solução, considerando a aplicação de metodologias diversas e cientificamente comprovadas em eficácia na busca do tratamento para a dificuldade de aprendizagem e integração social, composta por sistema de som, acervo de conteúdos digitais, conexão com a internet, difusor de essências, projetor HDMI 3600 lumens, máquina de bolhas, coluna de bolhas, piscina de bolas transparentes, parede de escalada, simulador de chuva artificial, simulador de vento, kit de lâmpadas, projetores, iluminação perimetral RGB, e software integrado ao hardware;
II – Espaço Físico Necessário: Sala/espaço em edificação pública adaptada a mobilidade/ acessibilidade de acordo com os dispositivos e normas dos órgãos de fiscalização pertinentes, contendo os seguintes requisitos mínimos: encontrar-se no perímetro urbano municipal, desocupado ou com possibilidade de desocupação imediata no ato da assinatura do termo de convênio, desonerada de quaisquer empecilhos de ordem legal e/ou administrativa, formalmente cedida pelo órgão, setor ou núcleo administrativo municipal competente à gestão e liberação do espaço, com a metragem mínima de 25m² e máxima de 30 m², aptos a acomodar as modificações e padronizações pertinentes a montagem dos equipamentos e materiais, com acesso à energia elétrica e saneamento básico; situada preferencialmente de modo adjacente ou integrado à estrutura de atendimento da população destinatária à políticas públicas relacionadas ao objeto deste projeto, em região de fácil acesso via transporte público e/ou particular, quando for o caso; priorizar a localização de edificações em vias asfaltadas.
III – Corpo Técnico: Relação de profissionais devidamente licenciados e inscritos no órgão de classe/fiscalização profissional correspondente e aptos a recepção de treinamento, operacionalização dos equipamentos, implementação das metodologias e desenvolvimento dos planos de aprendizagem intelectual, física, motora e cognitiva necessários à população atendida.

Art. 3º São considerados público-alvo desta Resolução, para efeito do que dispõe a presente resolução, crianças e adolescentes com:

I – Neurodivergência;
II –Transtornos de Neurodesenvolvimento (ex.: Transtorno do Espectro Autista (TEA), Transtornos da Comunicação, Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade, Síndrome de Down).

§ 1º. Todos os profissionais elencados no Corpo Técnico estarão envolvidos no atendimento aos alunos público-alvo, com o objetivo de reduzir ou eliminar barreiras, proporcionando o apoio necessário a todos eles.

Art. 4º O Requerimento formal de parceria fica autorizado a partir da data desta publicação, e deverá ser efetuado pela Autoridade Competente Municipal, via sistema "e-protocolo" do Estado do Paraná, a ser encaminhado ao Gabinete da Secretaria da Inovação, Modernização e Transformação Digital – SEI, constando:

I- O requerimento com as razões da solicitação e a declaração de cumprimento dos requisitos básicos desta Resolução;
II- A documentação solicitada na presente Resolução nos artigos 6º, 7º e 8º;

§ 1º. Caso existam solicitações referentes ao objeto em data anterior à esta Resolução, estas serão consideradas igualmente válidas, desde que convalidadas e readequadas no protocolo de origem pela autoridade competente e demonstrem-se cumpridos os requisitos previstos neste documento.

§2º. Caberá à SEI a definição das atribuições de análise e distribuição de tarefas inerentes à cada Pasta, a ser apostilada em Resolução posterior, após a definição do Grupo de Trabalho Conjunto especialmente designado para tal finalidade.

Art. 5º O Município requisitante terá, em contrapartida, para além dos critérios essenciais previstos neste Projeto, como a cessão do espaço físico e disponibilização do corpo técnico, arcar com as despesas decorrentes de sua utilização, a exemplo de faturas de água, luz, internet, limpeza e conservação, segurança, integridade física e patrimonial dos bens cedidos, entre outros a serem ajustados no Plano de Trabalho;

§ 1º. Deverá ser igualmente providenciado, enquanto contrapartida pelo município, o devido treinamento em processamento sensorial, caso haja a substituição posterior de profissionais participantes do treinamento disponibilizado pela empresa implementadora da solução, a ser realizado por profissional terapeuta ocupacional especialista em integração sensorial, com carga horária mínima de 08 (oito) horas.

Art. 6º A fim de instruir o requerimento, o Município/Órgão deverá apresentar, conjuntamente, documento contendo as características da(s) sala(s) potencialmente habilitada(s) e disponível(is) ao recebimento da solução, devendo constar:

I- Endereço Completo: Logradouro, Número, Andar/Sala, Unidade, Bairro, CEP citando, ainda, os órgãos, departamentos e autoridades responsáveis pela administração e cessão do espaço;
II- Autorização da autoridade competente relativa à cessão do espaço visando o estabelecimento do Projeto, com vigência a ser definida de acordo com o prazo estipulado no Termo de Convênio a ser firmado;
III- Declaração de conformidade estrutural, física e legal do espaço, informando suas medições exatas e atestando a viabilidade do imóvel para a finalidade pretendida, com base no cumprimento dos requisitos mínimos elencados no inciso II do Art. 2º desta Resolução, e atestando, ainda, a disponibilidade de implementação em até 30 (trinta) dias da assinatura do Termo de Convênio;
IV- Quantidade estimada da população a ser atendida, informando, quando for o caso, a realização de atendimentos provenientes de Municípios vizinhos, limítrofes ou, ainda, de convênios intermunicipais;
V- Documentação que confirme a pertinência da implementação do Projeto junto ao planejamento municipal, a ser demonstrada pela apresentação da iniciativa em projetos de política inclusiva e/ou a necessidade do aprimoramento daqueles em execução, visando o aperfeiçoamento, a atualização e a ampliação assistencial voltada ao público-alvo deste Projeto;
VI- Documento oficial prestando as informações pertinentes ao município em relação art. 8º alínea a) e b).

§ 1º. Com relação ao inciso anterior, serão considerados igualmente válidos aqueles documentos que comprovem a existência de processo de criação, análise, tramitação executiva/legislativa e/ou análise preliminar de viabilidade de projetos voltados ao público-alvo.

Art. 7º Junto à documentação relacionada no artigo anterior, o Município requisitante deverá apresentar a relação do Corpo Técnico (conforme disposto no inciso III do Art. 2º desta Resolução), indicando os profissionais aptos a receber o treinamento para a operacionalização e manutenção das salas, na quantidade mínima de 5 (cinco) profissionais, distribuídos nas áreas de atuação que seguem, sendo pelo menos 1 (um) em cada área:

I- Terapia Ocupacional, preferencialmente com especialização ou capacitação em integração sensorial;
II- Pedagogia (preferencialmente com especialização ou capacitação em psicopedagogia e processamento sensorial);
III- Psicologia (preferencialmente com especialização ou capacitação em processamento sensorial);
IV- Fonoaudiologia (preferencialmente com especialização ou capacitação em processamento sensorial);
V- Fisioterapia (preferencialmente com especialização ou capacitação em processamento sensorial).

§ 1º. A relação acima deverá ser acompanhada das respectivas comprovações de inscrição no Conselho de Fiscalização Profissional Competente, nome completo, RG e forma de vínculo profissional com o ente municipal (concurso, credenciamento, processo seletivo simplificado, consórcios, terceirizados, cedidos, entre outros).

Art. 8º Como critério de distribuição, serão observados elementos diretamente relacionados ao Projeto e sua execução, a serem igualmente considerados junto à todos os documentos anexados, bem como a devida e fundamentada justificativa.

Art. 9º Verificada a conformidade dos requisitos acima estabelecidos à prévia instrução do protocolo, o procedimento será encaminhado ao Município/Órgão pela autoridade competente e/ou delegada, informando, com aval do corpo técnico, pela regularidade dos requisitos prévios e da possibilidade de prosseguimento do feito.

Art. 10º Após a autorização de prosseguimento e reencaminhado o procedimento ao órgão municipal competente, fica estipulado o prazo de 5 (cinco) dias para a apresentação do plano de trabalho.

Art. 11º Na necessidade de complementação dos documentos de instrução inicial, o município será informado daqueles faltantes, a razão de sua desconformidade ou da necessidade de complementação.

Art. 12º Os casos omissos relativos ao objeto da presente resolução serão dirimidos conforme requerimento diretamente anexado ao protocolo originário, obedecendo a legislação pertinente e demais Resoluções em vigor.

Art. 13º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Jessica Ieger
Secretária de Estado da Inovação,
Modernização e Transformação Digital – em Exercício

Marcelo Rangel
Secretário de Estado da Inovação,
Modernização e Transformação Digital

37915/2024

Resolução nº 065/2024 - SEI

Súmula: Designa servidor.

Considerando as diretrizes estabelecidas pela Controladoria Geral do Estado do Paraná, e orientação emitida no ofício nº 083/2024, fls. 4/6 do Protocolo nº

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

21.793.734-5,

Considerando a necessidade de fortalecer o Controle Interno Avaliativo para garantir a eficiência e eficácia na gestão dos recursos públicos,

A Secretária de Estado da Inovação, Modernização e Transformação Digital, em exercício, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo inciso III, art. 5º, da Lei Estadual nº 21.352/2023, e considerando o contido no Protocolo nº 21.793.734-5.

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora Letícia Cristina Pereira de Barros, RG nº 10.585.057- 3, para atuar no Controle Interno Avaliativo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, datado e assinado eletronicamente.

Jéssica Ieger
Secretária de Estado da Inovação, Modernização e Transformação Digital, em exercício

37967/2024

Secretaria da Justiça e Cidadania

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ LGBTI+ — 01/02/2024

Ao primeiro dia do mês de Fevereiro do ano de 2023, às 14h00, em formato híbrido, presencialmente na Sala de Reuniões do 6º Andar, Ala B do Palácio das Araucárias e *online* por meio do *link* fornecido para todos membros, deu-se início à Reunião Ordinária do Comitê Intersetorial de Acompanhamento da Política de Promoção e Defesa dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Intersexuais e Outras Orientações Sexuais, Identidades e Expressões de Gênero do Estado do Paraná (Comitê LGBTI+ PR). Fizeram-se presentes, conforme convocação prévia **Titulares Governamentais:** JANE VASQUES (SEJU); JEFERSON LUIZ IGNÁCIO DE CASTRO (SEJU); GIZELE CRISTINA (SEED); CLÁUDIO MARQUES ROLIN E SILVA (SESP); MARA CARMEN RIBEIRO FRANZOLOSO (SESA); **Suplentes Governamentais:** —. **Titulares da Sociedade Civil:** BRUNA RAVENA BRAGA (CASA DE MALHÚ); **Suplentes da Sociedade Civil:** —. **Representantes Convidados:** —. **Colaboradores/Ouvintes:** MARIANA BARROS (SECRETÁRIA EXECUTIVA/SEJU); JANAÍNA PLASIDO (MPPR); SAULO GASPAR (GERENTE DE DIVERSIDADE DA PREFEITURA DE MARINGÁ); JOSIANE (ALIANÇA NACIONAL LGBTI+); FERNANDO (DIVERSIDADE CURITIBA); DAVID (REPRESENTANTE DA POLÍTICA LGBTI+ NO ESTADO DO PARANÁ); GUSTAVO (SECRETÁRIO EXECUTIVO DO COPEDH/PR); CATUCHA (GRUPO DIGNIDADE); KALYNKA (GRUPO DIGNIDADE); **Justificativa de Ausência:** MÁRCIA CRISTINA DA SILVA RODRIGUES (ASSOCIAÇÃO FLOR DE LIS LGBT); KASSIA HELLEN MARTINS - (ANAJUDH LGBTI) e DANIELA CRISTINA - SECRETARIA DA CULTURA (SEEC) justificaram suas ausências. **1. Abertura:** A princípio, Bruna saudou a todos (as/es) e registrou que, por falta de quórum, não poderiam deliberar ou aprovar quaisquer tópicos da pauta, por isso, somente as pautas de apresentação seriam executadas. **4. Apresentação do Plano de Trabalho da Política:** A seguir, Jeferson informou que na segunda-feira (29) foi realizada a Feira de Empregabilidade Trans em parceria com a Secretaria de Trabalho e o resultado foi considerado positivo, assim, a intenção é ampliá-la para as demais regiões do estado. Em fevereiro, serão retomadas as reuniões para fortalecer o Comitê de Enfrentamento à Violência e criar a Rede, além do Canal de Denúncias para que de forma efetiva as ações cheguem a todo estado, inclusive, em 2023 o Secretário Santin teve uma reunião com o Secretário da SESP e foi definido que haverá um funcionário da SESP para auxiliar diante dessas denúncias. Em março, a SEJU tem intuito de trabalhar mais no aspecto da formação, entrando em todas as organizações e de forma efetiva dentro dos órgãos estaduais. **8. Informes Gerais:** Bruna informou que entre os dias 27 e 29 esteve em Brasília com uma comitiva paranaense para participar da Primeira Marcha Trans do Brasil, ressaltando que, se já tivesse criado o Conselho LGBT, mais pessoas trans poderiam ter pleiteado suas idas à marcha e participado do processo. **9. Encerramento:** Por fim, como não houve quórum e não era possível encaminhar as pautas, Bruna encerrou a Reunião Ordinária do Comitê Intersetorial de Acompanhamento da Política de Promoção e Defesa dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Intersexuais e Outras Orientações Sexuais, Identidades e Expressões de Gênero do Estado do Paraná (Comitê LGBTI+ PR). A presente ata foi lavrada por Davi da Rosa e revisada por Mariana Barros.

37477/2024

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COMITÊ LGBTI+ — 11/03/2024

Ao décimo primeiro dia do mês de Março do ano de 2024, às 14h00, em formato híbrido, presencialmente na Sala de Reuniões do 6º Andar, Ala B do Palácio das Araucárias e *online* por meio do *link* fornecido para todos membros, deu-se início à Reunião Extraordinária do Comitê Intersetorial de Acompanhamento da Política de Promoção e Defesa dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Intersexuais e Outras Orientações Sexuais, Identidades e Expressões de Gênero do Estado do Paraná (Comitê LGBTI+ PR). Fizeram-se presentes, conforme convocação prévia **Titulares Governamentais:** NADIA (SEJU); NANCY (SEMIP); DANIELE MARIANO (SEEC); SANDRA MÁRCIA DUARTE (DEPPEN); MARA CARMEN RIBEIRO FRANZOLOSO (SESA); **Suplentes Governamentais:** —. **Titulares da Sociedade Civil:** BRUNA RAVENA BRAGA (CASA DE MALHÚ); JANE VASQUES (SEJU); MARGOT LOPES (AMLGBT); MATHEUS CEZAR COSTA (GRUPO DIGNIDADE); RENATA BORGES BRANCO (PDT DIVERSIDADE); **Suplentes da Sociedade Civil:** LUCAS SIQUEIRA (GRUPO DIGNIDADE). **Representantes Convidados:** —. **Colaboradores/Ouvintes:** MARIANA BARROS (SECRETÁRIA EXECUTIVA/SEJU); LEANDRO PEIXOTO; **Justificativa de Ausência:** Sem justificativas de ausência. **1. Abertura:** A princípio, Bruna saudou a todos (as/es) e registrou que deveriam aguardar os 15 minutos regimentais para preenchimento de quórum. Após aguardar o tempo regimental, destacou a importância da reunião para as políticas LGBTI+ no Paraná e que é, inadmissível, tamanho esvaziamento neste momento. A seguir, deu abertura à Reunião Extraordinária do Comitê Intersetorial de Acompanhamento da Política de Promoção e Defesa dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Intersexuais e Outras Orientações Sexuais, Identidades e Expressões de Gênero do Estado do Paraná (Comitê LGBTI+ PR). **2. Aprovação da pauta:** A pauta foi lida e sem alterações, foi aprovada. 3. Aprovação das Atas: Bruna destacou que as atas foram previamente encaminhadas e caso ninguém solicite alterações ou adições, serão consideradas aprovadas — sem ressalvas, as três atas foram aprovadas. **3.1. Ata de 01/08/2023:** Aprovada. **3.2. Ata de 08/11/2023:** Aprovada. **3.3. Ata de 28/11/2023:** Aprovada. **4. Conferência Estadual:** Bruna pontuou que é necessário construir uma Comissão Organizadora da Conferência para estabelecer as diretrizes, para isso, a Secretaria encaminhou uma breve minuta para que seja aprimorada pela Comissão — que deve ser formada hoje. Além disso, devem ser traçadas as estratégias da Conferência e que as Instituições Nacionais possam ser modelos para questões de raça, gênero, etnia e etc. A seguir, Jane informou que no dia 19 de Março haverá a reunião em Brasília da Secretaria Nacional LGBTI (Nadia e componentes do FONGES participarão), por isso, foi elaborado um documento para a reavaliação de datas da Conferência devido às Eleições Municipais — uma solicitação de quase todos os

estados. Portanto, a composição da Comissão Organizadora da Comissão foi definida com os seguintes membros: Bruna; Lucas; Mateus; Alberto; Nadia; Renata; Mara; Sandra; Daniele e Nancy. A reunião da comissão foi marcada para o dia 18/03 das 10h às 12h em formato híbrido — presencialmente na Sala de Gestão do Palácio das Araucárias. Por fim, Bruna colocou os encaminhamentos supracitados em aprovação do pleno — sem ressalvas, aprovados. **5. Encerramento:** Por fim, Bruna agradeceu a presença de todos (as/es) e deu encerramento à Reunião Extraordinária do Comitê Intersetorial de Acompanhamento da Política de Promoção e Defesa dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Intersexuais e Outras Orientações Sexuais, Identidades e Expressões de Gênero do Estado do Paraná (Comitê LGBTI+ PR). A presente ata foi lavrada por Davi da Rosa.

37481/2024

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COMITÊ LGBTI+ — 20/03/2024

Ao vigésimo dia do mês de Março do ano de 2024, às 14h00, em formato híbrido, presencialmente na Sala de Reuniões do 6º Andar, Ala B do Palácio das Araucárias e *online* por meio do *link* fornecido para todos membros, deu-se início à Reunião Extraordinária do Comitê Intersetorial de Acompanhamento da Política de Promoção e Defesa dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Intersexuais e Outras Orientações Sexuais, Identidades e Expressões de Gênero do Estado do Paraná (Comitê LGBTI+ PR). Fizeram-se presentes, conforme convocação prévia **Titulares Governamentais:** NADIA (SEJU); NANCY (SEMIP); VICTOR BARTH (SETR); SANDRA MÁRCIA DUARTE (DEPPEN); **Suplentes Governamentais:** LUCIMAR PASIN GODOY (SESA); **Titulares da Sociedade Civil:** BRUNA RAVENA BRAGA (CASA DE MALHÚ); JANE VASQUES (SEJU); MARGOT LOPES (AMLGBT); MATHEUS CEZAR COSTA (GRUPO DIGNIDADE); RENATA BORGES BRANCO (PDT DIVERSIDADE); **Suplentes da Sociedade Civil:** LUCAS SIQUEIRA (GRUPO DIGNIDADE); MÁRCIA CRISTINA DA SILVA RODRIGUES (ASSOCIAÇÃO FLOR DE LIS LGBT); **Representantes Convidados:** —. **Colaboradores/Ouvintes:** MARIANA BARROS (SECRETÁRIA EXECUTIVA/SEJU); LEANDRO PEIXOTO; **Justificativa de Ausência: DANIELE MARIANO (SEEC);** Sem justificativas de ausência. **1. Abertura:** A princípio, Bruna saudou a todos (as/es) e registrou que deveriam aguardar os 15 minutos regimentais para preenchimento de quórum. A seguir, Bruna deu abertura à Reunião Extraordinária do Comitê Intersetorial de Acompanhamento da Política de Promoção e Defesa dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Intersexuais e Outras Orientações Sexuais, Identidades e Expressões de Gênero do Estado do Paraná (Comitê LGBTI+ PR). **2. Aprovação da pauta:** A pauta foi apresentada e lida, sem solicitações de alteração, foi aprovada por todos (as/es). **3. Aprovação do Regulamento da 4ª Conferência Estadual LGBTQIA+:** A princípio, Mariana projetou o documento 'Diretrizes para as Etapas Municipais da IV Conferência Estadual dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+. Logo após, Lucas deu início à leitura do documento para que os membros pudessem debater as alterações necessárias. Assim, fez o primeiro apontamento no item 4.b), sugerindo tirar regionais, pois não seriam feitas regionais por causa da realidade no estado — há trechos do Paraná que citam distrital —, por isso, seria mais adequado executar em nível municipal. Lucimar sugeriu via *chat: "sugiro a seguinte redação em relação as Regionais de Saúde: "seguindo a logica da territorialização das 22 Regionais de Saúde".* Lucas solicitou que a etapa livre preparatória tenha seu chamamento de no mínimo 15 dias de antecedência. Nas disposições gerais, Bruna pontuou que havia ficado pendente o pedido para a SEJU custear a ida da Comissão Organizadora nas Conferências Municipais. Nadia respondeu que verificou com a Diretoria e o orçamento previsto não tem esse recurso, por isso, não seria possível assumir essa responsabilidade neste momento. Segue, integralmente, o documento conforme apresentado em reunião: "*Diretrizes para as Etapas Municipais e Regionais da IV Conferência Estadual dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+. **DA APRESENTAÇÃO.** No dia 27 de dezembro de 2023, foi publicado o Decreto nº 11.848, que "convoca a 4ª Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queers, Intersexos, Assexuais e Outras - LGBTQIA+", a ser realizada no período de 14 a 18 de maio de 2025, em Brasília, Distrito Federal. As etapas preparatórias, incluindo as conferências locais, estaduais, distrital e livres, iniciarão neste ano de 2024: as conferências locais serão realizadas entre 2º de janeiro de 2024 e 30 de junho de 2024; as conferências estaduais e distrital serão realizadas entre 1º de julho de 2024 e 28 de fevereiro de 2025 e as conferências livres serão realizadas entre 1º de novembro de 2024 e 28 de fevereiro de 2025. A Conferência Nacional terá os objetivos de propor diretrizes para a criação e a implementação de políticas públicas destinadas às pessoas LGBTQIA+; bem como de elaborar diretrizes para a criação do Plano Nacional de Promoção dos Direitos Humanos e da Cidadania das Pessoas LGBTQIA+. Em vistas disso, o Estado do Paraná, por meio da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, formará uma Comissão Organizadora paritária entre a sociedade civil e o poder público, para a adoção das medidas necessárias à realização da IV Conferência Estadual dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+. Assim sendo, face às suas atribuições, a Comissão Organizadora da IV Conferência Estadual dos Direitos de LGBTQIA+ publica o presente documento a fim de proporcionar diretrizes para as etapas municipais e regionais da Conferência. **DA REALIZAÇÃO**. 1. A 4ª Conferência Nacional LGBTQIA+ ocorrerá em Brasília, de 14 a 18 de maio de 2025. 2. A IV Conferência Estadual LGBTQIA+ acontecerá em (**a definir**). 3. Os municípios do Estado do Paraná terão até 30 de junho de 2024 para a realização de suas etapas preparatórias, devendo convocá-las com, no mínimo, 30 dias de antecedência. 4. Com o objetivo de garantir a participação do maior número de sujeitos e considerando as dificuldades de realização de uma Conferência Municipal ou Regional, as etapas preparatórias para a IV Conferência Estadual LGBTQIA+ poderão ser realizadas da seguinte forma: a) Promoção de Conferências ou de Plenárias; b) Promoção de etapas municipais, inclusive através das Regionais de Saúde do Estado. DO TEMA E EIXOS 1. Conforme deliberação da Comissão Organizadora Nacional, todas as etapas da 4ª Conferência Nacional LGBTQIA+ deverão contemplar o tema "Construindo a Política Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+" , bem como os seguintes eixos: Eixo I – Enfrentamento à violência LGBTQIA+; Eixo II – Trabalho digno e geração de renda à população LGBTQIA+; Eixo III – Interseccionalidade e internacionalização; Eixo IV – Institucionalização da Política Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ 2. Para a construção dos debates de cada eixo, recomenda-se à organização das etapas municipais ou regionais a articulação com representantes do poder público com atuação nas áreas de Educação, Cultura, Comunicação Social, Segurança Pública e Sistema de Justiça e o convite para participação das Secretarias Municipais, agentes da Segurança Pública, membros do Ministério Público, Defensoria Pública, Ordem dos Advogados do Brasil e Judiciário. DOS PARTICIPANTES 1. A IV Conferência Estadual LGBTQIA+ terá 50 vagas para observadores(as)/ouvintes e 200 vagas para delegados(as). 2. Cada etapa preparatória fará a eleição de delegações para participação na etapa seguinte: na primeira, no âmbito municipal, serão escolhidos delegados(as) para a etapa estadual; na segunda, no âmbito estadual, será realizada a escolha dos delegados(as) para terceira e última etapa, a nacional. 3. As Conferências Municipais LGBTQIA+, ocorrerão até o dia 30 de junho de 2024 por convocação do poder executivo Municipal

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

*que deverá se dar até o dia 30 de ABRIL de 2024. (ANEXO III). 4. Em caso de não convocação da conferência pelo poder executivo Municipal até o prazo determinado, a sociedade civil poderá convocar a mesma até 5 de junho de 2024. 5. Nos municípios em que a convocação se der pela sociedade civil, o referido documento deverá ser encaminhado nos termos do arquivo anexo (ANEXO IV), assinado por no mínimo 01 Entidade da Sociedade Civil de representação do movimento LGBTQIA+ e enviadas para o e-mail. Documentos que validam a entidade: Relatório de atividades com fotos do ano de 2023 • Cartão CNPJ comprovando atividade ou, para entidades sem CNPJ, carta de recomendação de entidade com CNPJ (modelo anexo) e cartão CNPJ. 5.1. As Etapas Livres poderão ser realizadas por entidades, órgãos públicos, organizações, sociedade civil em geral, dentre outros/as, de modo a contribuir com a mobilização em torno de debates relacionados ao tema e eixos temáticos da 4ª Conferência Nacional. Essas etapas preparatórias não elegerão delegadas/os/es. Suas formulações e documentações contribuirão com os debates das demais Conferências em nível Estadual e Nacional. 5.2 .As etapas livres não dependem de ato oficial para sua convocação, mas indica-se que sejam amplamente divulgadas e devem ser comunicadas à Comissão Organizadora Estadual. Apesar de não dispor de caráter deliberativo, é imprescindível que as etapas livres disponham de Comissão Organizadora, a qual terá a responsabilidade de debater o Documento Base da 4ª Conferência Nacional. 5.3. O Relatório Final de cada Conferência Livre, juntamente com o registro das pessoas participantes, deverá ser encaminhado à Comissão Organizadora Estadual. Após prévia análise da Comissão Organizadora, as propostas serão incorporadas ao relatório para análise e apreciação durante a 4ª Conferência Estadual. Assim, a chamada da etapa livre preparatória ficará a critério da Comissão Organizadora, desde que respeitado seu chamamento com no mínimo 15 dias de antecedência da sua realização, visando a mobilização do maior número de pessoas interessadas na discussão. 7. A eleição de delegados representantes dos municípios para a Conferência Estadual, será realizada durante as Conferências Municipais ou Regionais. 8. Nas Etapas Municipais ou Regionais, poderão votar e ser votados participantes credenciados, observados os critérios estabelecidos neste regulamento. 9. É necessário estar presente no momento da realização da eleição para ser eleito delegado ou delegada, tanto para representantes da Sociedade Civil, quanto do Poder Público, devendo-se apresentar documento pessoal com foto no momento da inscrição. 10. Cada participante credenciado na conferência deverá votar no número de candidatos a ser definido no regimento interno da conferência Municipal. As vagas destinadas aos delegados Governamentais e da Sociedade Civil para a IV Conferência Estadual LGBTQIA+, bem como os critérios de eleição e composição das delegações, serão definidas em Resolução específica a ser publicada pela Comissão Organizadora. 11. A delegação das etapas municipais, para a etapa estadual, deverá ser constituída por 50% de representantes dos movimentos sociais e de entidades da sociedade civil organizada com atuação na promoção e proteção dos direitos de LGBTQIA+ e 50% de representantes do poder público do respectivo município ou dos municípios, preferencialmente, com atuação em políticas públicas e serviços voltados à população LGBTQIA+ 12. Recomenda-se a eleição de delegados(as) titulares e suplentes, em igual número. 13. A escolha de delegados(as) nas etapas municipais, para a etapa estadual, deverá seguir os seguintes requisitos: 1º) paridade entre os segmentos presentes na Conferência; 2º) paridade de gênero; 3º) garantia de participação de segmentos étnico-raciais LGBTQIA+; 4º) garantia de participação geracional paritária. 14. A participação na etapa estadual dos(as) delegados(as) da sociedade civil, residentes no interior do Estado, será assegurada pelo Governo do Estado do Paraná. Ônibus, de responsabilidade da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania e levarão os participantes até o Hotel (a ser definido), onde ficarão hospedados. 15. A participação na etapa estadual dos(as) delegados(as) do poder público, residentes no interior do Estado, deverá ser assegurada pelos entes municipais a que estiverem vinculados(as). 16. Os municípios que não preencherem as vagas acima terão as remanescentes remanejadas dentre os demais municípios, de acordo com critério populacional. 17. Serão eleitos 58 delegados estaduais, respeitando o princípio da paridade, para a 4ª Conferência Nacional LGBTQIA+. **DA PROGRAMAÇÃO.** 1. Para possibilitar a realização dos debates em cada eixo e a escolha da delegação, recomenda-se a adoção Da programação que será sugerida 2. As etapas municipais deverão conter carga horária mínima de 6 ou 8 horas. **DO ENVIO DE DOCUMENTOS**. 1. As atividades e deliberações das etapas municipais deverão ser registradas em relatório final, a ser enviado à Comissão Organizadora Estadual, contendo: (ANEXO II) a) relato geral do evento, com programação realizada; b) propostas aprovadas na plenária final; c) delegação eleita, com nome, e-mail, telefones, RG e CPF de cada delegado(a); d) cópia das listas de presença; e) fotos; f) outros documentos que se entender necessários. 2. Os relatórios finais deverão ser enviados à Comissão Organizadora Estadual, impreterivelmente, até 1 de Agosto de 2024, no e-mail (a definir), sob pena de não custeamento do transporte e hospedagem da delegação. 3. Solicita-se que o local e data das Conferências/Plenárias Municipais sejam informadas com, no mínimo, 15 dias de antecedência à Comissão Organizadora Estadual, através do e-mail (a definir). **DAS ORIENTAÇÕES GERAIS.** 1. Solicita-se que os Municípios que não preencherem todas as vagas para delegados(as) informem à Comissão Organizadora Estadual, para remanejamento. 2. Os integrantes da Comissão Organizadora Estadual poderão acompanhar a realização das Conferências/Plenárias Municipais mediante convite e custeamento das despesas pelo(s) município(s) interessado(s). 3. Em casos omissos o plenário da Comissão Organizadora dará as deliberações. A Comissão Organizadora poderá ser contatada por meio do telefone: (41) (a definir) e e-mail (a definir). DOS ANEXOS ANEXO I DECRETO Nº 11.848, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2023 Convoca a 4ª Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas Lésbicas,Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais,Queers,Intersexos, Assexuais e Outras. O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84,caput, inciso VI, alínea "a", da Constituição, D E C R E T A: Art. 1º Fica convocada a 4ª Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas Lésbicas,Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais,Queers, Intersexos, Assexuais e Outras - LGBTQIA+, com o tema "Construindo a Política Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+", a ser realizada no período de 14 a 18 de maio de 2025, em Brasília, Distrito Federal. Art. 2º A 4ª Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ será coordenada pela Mesa Diretora do Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ e presidida pelo Ministro de Estado dos Direitos Humanos e da Cidadania. Parágrafo único. Em suas ausências e seus impedimentos, o Ministro de Estado dos Direitos Humanos e da Cidadania será substituído pelo Secretário Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+. Art. 3º São objetivos da 4ª Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+: I - propor diretrizes para a criação e a implementação de políticas públicas destinadas: a) ao enfrentamento da discriminação contra as pessoas LGBTQIA+; e b) à promoção dos direitos humanos e da cidadania das pessoas LGBTQIA+; e II - elaborar diretrizes para a criação do Plano Nacional de Promoção dos Direitos Humanos e da Cidadania das Pessoas LGBTQIA+. Art. 4º O regimento interno da 4ª Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ será elaborado por comissão designada em ato do Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ e aprovado pela Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+. § 1º O regimento interno da 4ª Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ disporá sobre: I - a sua organização e o seu funcionamento; e II - as etapas preparatórias, incluídas as conferências locais, estaduais, distrital e livres. § 2º As conferências locais serão realizadas entre 2º de janeiro de 2024 e 30 de junho de 2024. § 3º As conferências estaduais e distrital*

serão realizadas entre 1º de julho de 2024 e 28 de fevereiro de 2025. § 4º As conferências livres serão realizadas entre 1º de novembro de 2024 e 28 de fevereiro de 2025. § 5º As conferências livres são mecanismos que possibilitam a ampliação da participação social no debate em torno das propostas da 4ª Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ e não substituem a realização das conferências locais, estaduais e distrital e das demais etapas preparatórias. Art. 5º O Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, por meio da Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ e do Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, dará publicidade aos resultados da 4ª Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+. Art. 6º As despesas com a organização e a realização da 4ª Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas ao Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Brasília, 26 de dezembro de 2023; 202º da Independência e 135º da República. LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA Silvio Luiz de Almeida Presidente da República Federativa do Brasil ANEXO II MODELO DE RELATÓRIO FINAL PARA ETAPAS ELETIVAS DADOS GERAIS Município(s) / Região: Data da Conferência: / / Responsável / Nome Contatos: Telefone: DDD + NÚMERO Celular: DDD + NÚMERO E-mail: PARTICIPANTES / DELEGADOS Total de Participantes: Nº de Delegados eleitos: Nome do Delegado Telefone / E-mail / Whatsapp / Cidade / Região Anexar fotos aqui: Eixo Temático: Desafios Proposta de Solução M E F Observação: para cada eixo temático (dos 4 que foram definidos pela Conferência Nacional), deverá ser feito um quadro destes, com 3 desafios, e uma proposta de solução para cada desafio. Também deverá ser informado se a questão é de responsabilidade do governo federal, Estadual ou Municipal. ANEXO III MODELO DE DECRETO - CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS PESSOAS LGBTQIA+ - DECRETO Nº XXXX DE XX DE XXXX DE 202X Convoca a Xª Conferência Municipal dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, e dá providências correlatas O(A) PREFEITO(A) DO MUNICÍPIO DE _____, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.,incisos , e Lei Orgânica Municipal; de acordo com o disposto no Decreto Federal nº 11.848, de 26 de dezembro de 2023; DECRETA: Art. 1º Fica convocada a Xª Conferência Municipal dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, a ser coordenada pelo Conselho Municipal LGBTQIA+ (caso haja) e presidida pela Secretaria Municipal_____(informar a secretária responsável pela pauta no município). Art. 2º A ª Conferência Municipal dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ é parte integrante, preparatória e eletiva da 4ª Conferência Estadual e Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, e será realizada na cidade _____no dia ____de ____de 2024. Art. 3º A Conferência Municipal dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, em conformidade com o regimento da 4ª Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, desenvolverá em seus trabalhos o seguinte tema "Construindo a Política Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+". Art. 4º O regimento interno da Conferência Municipal dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ será elaborado pela Comissão Organizadora Municipal (COM). § 1º A Comissão Organizadora Municipal (COM) de que trata o caput será composta por representantes do Governo Municipal e da sociedade civil indicados, respectivamente, pela Secretaria Municipal e pelo Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ (caso haja). § 2º Os representantes de que trata o § 1º serão designados em ato da Secretaria Municipal_____. Art. 5º As despesas com a realização da Conferência Municipal dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ de que trata este Decreto, ficarão por conta de recursos do município. Art. 6º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Nome do município,_____ de _____2024; ANEXO IV MODELO DE EDITAL - CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS PESSOAS LGBTQIA+ EDITAL Nº XXXX DE XX DE XXXX DE 2023 As entidades _____(citar entidades) convocam a Xª Conferência Municipal dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, e dá providências correlatas As entidades,_____(citar entidades e suas qualificações) torna público, conforme atribuições determinadas do Regulamento da IV Conferência Estadual dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, publicado em data aqui; de acordo com o disposto no Decreto Federal nº 11.848, de 26 de dezembro de 2023, CONVOCAR A ETAPA MUNICIPAL DA IV CONFERÊNCIA DOS DIREITOS DAS PESSOAS LGBTQIA+ DO MUNICIPIO_____(citar município). 1.Fica convocada a Etapa Municipal dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ do município de (citar município), a ser coordenada pelo Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ e pela Secretária Municipal responsável pela política LGBTQIA+, caso se façam presentes na referida Etapa. 1.1 Na ausência de coordenação da Etapa Municipal, caberá às entidades que convocam o presente edital, para coordenar as atividades. 2 A Etapa Municipal da Conferência de dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ é parte integrante, preparatória e eletiva da 4ª Conferência Estadual e Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, e será realizada em local e horário determinado por resolução específica publicado em conjunto com regimento interno da Etapa Municipal, a serem elaborados pela Comissão Organizadora Municipal (COM). 2.1 A Comissão Organizadora Municipal (COM) de que trata o caput será composta por representantes do Governo Municipal e da sociedade civil indicados, respectivamente, pela Secretaria Municipal responsável pela política Municipal LGBTQIA+, pelo Conselho Municipal LGBTQIA+ caso haja. 2.2 Na Na ausência das indicações, a Comissão Organizadora Municipal (COM), será formada exclusivamente pelas entidades responsáveis pela convocação do presente edital. 3. A Conferência Municipal dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, em conformidade com o regimento da 4ª Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, desenvolverá em seus trabalhos o seguinte tema "Construivivndo a Política Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+". 4. As despesas com a realização da Conferência Municipal de Juventude de que trata este Decreto ficará por conta de recursos do município ou a custo das entidades de convocação do presente edital. 5. Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Nome do município,____ de _____2024; Observação: enviar o presente edital ao e-mail (definir e-mail), bem como, anexar documentos das entidades que realizaram a convocação da Etapa Municipal da IV Conferência dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+. PUBLIQUE-SE Curitiba, 22 de Março de 2024. Bruna Ravena Braga dos Santos Coordenadora do Comitê LGBTI+ Comissão Organizadora da IV Conferência Estadual dos Direitos das Pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queers, Intersexos, Assexuais e Outras, do Paraná.". Por fim, Bruna colocou em aprovação o documento suprarrelatado acima — sem ressalvas, aprovado. **4. GT de Mobilização para a 4ª Conferência Estadual LGBTQIA+:** Lucas destacou que a ideia do GT é fomentar a participação dos municípios nas Conferências, tirando dúvidas e auxiliando em quaisquer dúvidas, para isso, seria criado um grupo com todos (as/es) que quiserem ajudar. A coordenação do GT é do Matheus. Por fim, Bruna colocou a criação do GT em aprovação do pleno — sem ressalvas, aprovado. **5. Eleição Comitê LGBTI+:** Mariana indicou que é necessário aprovar a deliberação que adia a Eleição do Comitê. Lucas sugeriu que as eleições sejam adiadas até a realização das Conferências e alterar após a realização da Conferência Estadual ou quando o Conselho LGBT for aprovado. Jane informou que deve ser verificado em Regimento qual é o prazo de alteração de mandato e contar a partir disto e, caso não atinja o prazo, que fique deliberado para até a realização das Conferências — sem ressalvas, encaminhamento aprovado. Bruna solicitou que a Eleição fosse pautada na Ordinária de Abril. **6. Resolução Conjunta 001/2024:** Antes do findamento da reunião, Mariana informou que deveriam aprovar a Resolução Conjunta do COMITÊ LGBTI+ com a SEJU. Assim, realizou a leitura para conhecimento de todos (as/es). Segue-a, integralmente, conforme apresentada em reunião: "*MINUTA*

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

DE RESOLUÇÃO CONJUNTA 001/2024 – COMITÊ LGBTI+/SEJU. O Comitê Intersetorial de Acompanhamento da Política de Promoção e Defesa dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Intersexuais e outras orientações sexuais, identidades e expressões de gênero do Estado do Paraná – Comitê. LGBTI+ PR,em conjunto com a Secretaria da Justiça e Cidadania – SEJU, no uso de suas atribuições e,considerando a necessidade de avaliar e propor as diretrizes para a convocação da 4ª Conferência Estadual LGBTQIA+. RESOLVE: Art. 1º. Convocar a 4ª Conferência Estadual LGBTQIA+, a realizar-se em data a definir, seguindo os critérios da Conferência Nacional LGBTQIA, sob a coordenação da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania - SEJU, o qual desenvolverá seus trabalhos em torno da seguinte temática: "Construindo a Política Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+" Art. 2º. A 4ª Conferência Estadual LGBTQIA+ terá como objetivos: I – debater e deliberar propostas para a atualizar a Política Estadual no âmbito do Estado do Paraná. II - avaliar a efetividade das políticas públicas de proteção a população LGBTQIA+ III – propor estratégias para a implementação de políticas públicas de proteção dos Direitos da População LGBTQIA+. IV – realizar a eleição dos delegados que participaram da Conferência. Art. 3º. Esta Resolução Conjunta 001/2024 entre o Comitê Intersetorial de Acompanhamento da Política de Promoção e Defesa dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Intersexuais e outras orientações sexuais, identidades e expressões de gênero do Estado do Paraná – Comitê LGBTI+ PR, e a Secretaria da Justiça e Cidadania – SEJU, conta com Regulamento e Regimento Interno; Art. 4º. A Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania- SEJU, mediante Resolução, constituirá a Comissão Organizadora da 4ª Conferência Estadual LGBTQIA+, a fim de que esta elabore as normas de organização do evento; Art. 5º. As despesas com a organização e a realização desta Conferência correrão por conta da dotação orçamentária da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania- SEJU ***(Artigo ainda deve ser confirmado com o FINANCEIRO)****.; Art. 6º. A 4ª Conferência Estadual LGBTQIA+ será conduzida pela Secretaria de Justiça e Cidadania – SEJU e regida pelas normas do Regulamento e Regimento Interno. Art. 7º. A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação. PUBLIQUE-SE. Curitiba, 20 de Março de 2024. (Assinado digitalmente) Bruna Ravena Braga dos Santos, Coordenadora do Comitê LGBTI+. (Assinado digitalmente), Santin Roveda, Secretário de Estado da Justiça e Cidadania – SEJU".* Mariana destacou que o Art. 5º será confirmado com o Financeiro. Conseguinte, Bruna colocou a Resolução Conjunta 001/2024 em aprovação do pleno — sem ressalvas, aprovada. **6. Encerramento:** Em conclusão, Bruna agradeceu a presença de todos (as/es) e deu encerramento à Reunião Extraordinária do Comitê Intersetorial de Acompanhamento da Política de Promoção e Defesa dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Intersexuais e Outras Orientações Sexuais, Identidades e Expressões de Gênero do Estado do Paraná (Comitê LGBTI+ PR). A presente ata foi lavrada por Davi da Rosa

37486/2024

DESPACHO nº 313/2024 – DG/SEJU
(Protocolo nº 21.467.586-2)

Assunto: Autorização para formalização do 2º Termo Aditivo para contrato administrativo 452/2023 de locação.

I. AUTORIZO com fulcro nos artigos 33, inciso XI, e 44, ambos da Lei Estadual nº 21.352/2023, art. 6º, inciso II, alínea c do Decreto nº 03/2023, nos termos do §3° do art. 1° do Decreto Estadual de n° 4.189/2016 da Lei Estadual nº 15.608/2007, e com base no oficio n° 096/2023 – DG/CGE **(mov. 02)**, na Informação Orçamentária nº 071/2024 - NFS/SEJU **(mov. 31)** Informação Orçamentária nº 003/2024 - NFS/CGE **(mov. 34),** na Informação nº 241/2024 PRC/PGE **(mov. 69)** no Despacho nº 69/2024 AT/SEJU**,** que atestaram a regularidade formal do procedimento com o cumprimento dos critérios necessários, a formalização do **Segundo Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 452/2023**, celebrado entre a Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, e a empresa **ADMINISTRADORA DE IMÓVEIS ICDW LTDA– CNPJ: 12.130.950/0001-10**.
II. CONDICIONO ao cumprimento da legislação vigente, devendo o NAS/SEJU proceder ao apensamento destes autos (e das demais prorrogações que eventualmente forem formalizadas) no protocolo em que consta a celebração do contrato originário. É de responsabilidade do NAS/SEJU, a certificação da regularidade formal do expediente e dos documentos que o instruem. Além disso, na ocasião da formalização do presente Termo Aditivo, como na realização da despesa, verificar a validade das habilitações fiscais e trabalhistas, e das consultas aplicáveis à matéria (GMS, CADIN e CEIS).
III. A presente autorização presume a legalidade e legitimidade dos demais atos administrativos que precederam a formalização do **Contrato Administrativo nº 452/2023**, os quais são de inteira responsabilidade dos gestores que, à época, os firmaram.
IV. PUBLIQUE-SE, de acordo com as normas vigentes.

Curitiba, 16 de abril de 2024.

(Assinado Digitalmente)
Rúbia Rossi
Diretora Geral
Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania

37867/2024

RESOLUÇÃO Nº 19/2024 – SEJU

Composição de Comissões de Avaliação Especial de Desempenho para Estágio Probatório – AEDEP.

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DA JUSTIÇA, CIDADANIA**, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas pelo art. 4º, da Lei Estadual nº 21.352, de 01 de Janeiro de 2023, nomeado pelo Decreto Estadual nº 645 de 28 de fevereiro de 2023.

Considerando, o contido na Resolução nº 027/2015 – GS/SEJU, de 20 de abril de 2015, bem como na Resolução nº 059/2015 – GS/SEJU, de 10 de junho de 2015,

RESOLVE:

Art. 1.º Designar servidores para compor as Comissões de Avaliação Especial de Desempenho para Estágio Probatório – AEDEP, a seguir denominados, sendo a Presidência da Comissão exercida pelo primeiro Membro Titular relacionado em cada Unidade Socioeducativa:

CENTRO DE SOCIOEDUCAÇÃO – CAMPO MOURÃO	
TITULARES	**RG**
Fernando Zavadniak Souza	7.914.251-4
Patricia Marques Yano Dezoti	8.404.518-7
José Eugêncio Maciel	3.499.568-0
SUPLENTE	**RG**
Cristiane Real Ramos	4.243.335-7

CENTRO DE SOCIOEDUCAÇÃO – CASCAVEL I	
TITULARES	**RG**
Tatiana Nara Vivan	10.974.203-1
Marcelo Avelar de Souza	6.267.128-9
Cicera Silvana Alves Silva	10.812.742-2
SUPLENTE	**RG**
Carina Reis Mesquita	9.792.027-3

CENTRO DE SOCIOEDUCAÇÃO – CASCAVEL II	
TITULARES	**RG**
Dirceu Alves do Prado	4.579.900-0
Terezinha Ferraz Schlichting	4.238.511-5
Cheila Tatiana Lautert Guimarães	6.583.329-8
SUPLENTE	**RG**
Edneia dos Santos Vasconcelos	7.791.397-1

CENTRO DE SOCIOEDUCAÇÃO – CURITIBA	
TITULARES	**RG**
Edna Hizuru Morikawa	4.678.459-6
Josielene Stenzinger Mendes	6.722.071-4
Bruno Garbelini	10.063.061-3
SUPLENTE	**RG**
Juliana Bandeira Cordeiro	6.213.674-0

CENTRO DE SOCIOEDUCAÇÃO – FAZENDA RIO GRANDE	
TITULARES	**RG**
Iracema Elise da Costa	7.841.662-9
Rosimenia de Fatima Pucci	1.676.076-5

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Zulmira Gomes Vieira	1.696.897-8
SUPLENTE	**RG**
Glaucia Rennó Cordeiro	4.466.727-4

CENTRO DE SOCIOEDUCAÇÃO – FOZ DO IGUAÇU	
TITULARES	**RG**
Flávio Martins de Olivera	8.245.223-0
Adriana Weber	12.446.791-8
Andrea Leite Prado	7.569.717-1
SUPLENTE	**RG**
Teresa Gawlak	5.283.224-1

CENTRO DE SOCIOEDUCAÇÃO – JOANA MIGUEL RICHA	
TITULARES	**RG**
Alexandre Waldrigues	6.367.659-4
Kellys Cristine Pizzatto	6.186.043-6
Heike Marasquin	12.845.302-4
SUPLENTE	**RG**
Marcos Kohls	10.907.091-2

CENTRO DE SOCIOEDUCAÇÃO – LARANJEIRAS DO SUL	
TITULARES	**RG**
Luiz Belo de Oliveira	5.187.936-8
Lyliane Moresco	6.420.686-9
Oliveira Castro	7.366.986-3
SUPLENTE	**RG**
Ana Maria Campos Machado	7.324.880-9

CENTRO DE SOCIOEDUCAÇÃO – LONDRINA I	
TITULARES	**RG**

Márcio Augusto Schimidt de Alencar	7.043.760-0
Ricardo Lopes Simões	10.970.009-6
Aurea Yumi Konta Shimura	10.942.997-0
SUPLENTE	**RG**
Carolina Kelly Parra Afonso	6.422.539-1

CENTRO DE SOCIOEDUCAÇÃO – LONDRINA II	
TITULARES	**RG**
Hellen Patrícia Paulino Furtado	5.434.046-0
Alexandra Carla Cian	7.602.507-0
Camila Lombardi Padovezi	10.943.091-9
SUPLENTE	**RG**
Patrícia Marcusso Giangarelli	7.281.051-1

CENTRO DE SOCIOEDUCAÇÃO – MARINGÁ	
TITULARES	**RG**
Alexssandro Martins Fernandes	5.748.292-3
Alessandra Elvira de Oliveira Silva	6.736.861-4
Paulina Bertol Bingmann	12.476.085-2
SUPLENTE	**RG**
Lara Hauser dos Santos Neponuceno	6.327.620-0

CENTRO DE SOCIOEDUCAÇÃO – PARANAVAÍ	
TITULARES	**RG**
Fabio Ricardo Romanholi	8.776.236-0
Andre Luciano Ferrarese	4.532.885-6
Sandra Pereira Catóia	6.154.210-8
SUPLENTE	**RG**

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Daniele Narduci Pereira	8.650.875-3

CENTRO DE SOCIOEDUCAÇÃO – PATO BRANCO	
TITULARES	**RG**
Eloi Kassiano Valiati Beckhauser	5.966.343-7
Gilce Aparecida Soares	3.237.971-0
Eliane Tschá Bringhentti	6.311.239-9
SUPLENTE	**RG**
Luiz Belo de Oliveira	5.187.936-8

CENTRO DE SOCIOEDUCAÇÃO – PONTA GROSSA	
TITULARES	**RG**
Marcio Andre Rodrigues Bernardino	5.241.751-1
Cristiane Mussinato	13.478.180-7
Karyne Cury	7.056.735-0
SUPLENTE	**RG**
Vania Cristina Pauluk	7.983.880-2

CENTRO DE SOCIOEDUCAÇÃO – STO. ANTÔNIO DA PLATINA	
TITULARES	**RG**
Marcio Aparecido Pinheiro	10.944.086-8
Fabio Bortolotti	6.309.125-1
Maria Raquel Figeurias Tonelli	10.641027-5
SUPLENTE	**RG**
Matheus Vinícios Acosta	8.381.356-3

CENTRO DE SOCIOEDUCAÇÃO – SÃO FRANCISCO	
TITULARES	**RG**
Ronaldo Marafon Drevek	7.366.986-3

Maria Stella Aguiar Ribeiro	5.237.339-5
Dalva Ceccon de Paula	3.377-598-9
SUPLENTE	**RG**
Alessandro Pereira Donadio	6.490.310-1

CENTRO DE SOCIOEDUCAÇÃO – SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	
TITULARES	**RG**
Mara Cristina da Silva	6.812.172-8
Flavia Maria de Amorin Borges	6.003.014-6
Denis dos Santos Costa	5.022.370-1
SUPLENTE	**RG**
Pureza da Conceição Leite	10.490.321.5

CENTRO DE SOCIOEDUCAÇÃO – TOLEDO	
TITULARES	**RG**
Sandro Moraes	6.306.109-3
Aline Camargo de Sousa Rossetto	10.663.832-2
Benhur Vagner Taborda	7.758.697-0
SUPLENTE	**RG**
Luizinete Ednivla Sachett	6.156.695-3

CENTRO DE SOCIOEDUCAÇÃO – WALDIR COLLI	
TITULARES	**RG**
Marcelo Rogério Moreira	5.480.581-0
Lilian Keilli Alves da Costa	7.620.018-1
Marisa Eliete do Nascimento Juliani	4.184.357-8
SUPLENTE	**RG**
Karina Soares Ambrozio	10.943.110-9

CASA DE SEMILIBERDADE – CASCAVEL

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

TITULARES	**RG**
Ana Maria Campos Machado	7.324.880-9
Fabiane Taborda	7.849.389-3
Cheila Tatiana Lautert Guimarães	6.583.329-8
SUPLENTE	**RG**
Terezinha Ferraz Sclichting	4.238.511-5

CASA DE SEMILIBERDADE – CURITIBA	
TITULARES	**RG**
Daniel Fabricio Hermes	13.738.005-6
Renata Hoeflich Damaso de Oliveira	6.125.166-9
Iliete Sansana Gallotti	1.912.290-5
SUPLENTE	**RG**
Renata Hoeflich Damaso de Oliveira	6.125.166-9

CASA DE SEMILIBERDADE – FOZ DO IGUAÇU	
TITULARES	**RG**
Lais Helena Isaias	13.124.667-6
Marta Elena Ormaechea	10.955.534-7
Suzana de Andrade	6.409.967-1
SUPLENTE	**RG**
Rodrigo Marciano de Oliveira	7.325.350-0

CASA DE SEMILIBERDADE – LONDRINA	
TITULARES	**RG**
Erika Nara Gomes Hosaka	10.943.302-0
Cristiane dos Santos Silva	7.797.503-9
Vera Lucia Neves	3.638.920-6
SUPLENTE	**RG**

Gilmar Bragantine Ferreira	4.553.918-0

CASA DE SEMILIBERDADE – PARANAVAÍ	
TITULARES	**RG**
André Luciano Ferrarese	4.532.885-6
Daniele Narduci Pereira	8.650.875-3
Sandra Pereira Catoia	6.154.210-8
SUPLENTE	**RG**
Fabio Ricardo Romanholi	8.776.236-0

CASA DE SEMILIBERDADE – PONTA GROSSA	
TITULARES	**RG**
Saulo Alessandro Lopes	5.836.648-0
Prisicila Bodnar	7.165.395-1
Teresinha Aparecida de Arruda	3.314.445-8
SUPLENTE	**RG**
Shana Rohmann	6.911.344-3

CASA DE SEMILIBERDADE – REGINA FISCHER PESSUTI	
TITULARES	**RG**
Adriano de Oliveira Ruela	10.545.639-5
Carla Pereira Navarro Lins	11.113.866-4
Carina Maria Pereira Massaki	6.228.692-0
SUPLENTE	**RG**
Heloise Kurudz	7.534.874-6

CASA DE SEMILIBERDADE – TOLEDO	
TITULARES	**RG**
Eliane Marcheski	10.779.800-5

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Ana Maria Machado	7.324.880-9
Elisangela Gonçalves Salvalagio	7.022.551-4
SUPLENTE	**RG**
Benhur Wagner Taborda	7.758.697-0

CASA DE SEMILIBERDADE – UMUARAMA	
TITULARES	**RG**
Luciana Reis Martins	7.533.544-0
Simone Spada	7.664.071-8
Lilian Keilli Alves da Costa	7.620.018-1
SUPLENTE	**RG**
Marisa Eliete do Nascimento Juliani	4.184.357-8

COORDENAÇÃO DE GESTÃO DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO- CGS	
TITULARES	**RG**
Alex Sandro da Silva	7.244.651-8
Ana Ligia Braguetto Costa	5.956.589-3
Luciana Mara Finger	7.297.266-0
SUPLENTE	**RG**
Deborah Toledo Martins	6.330.805-6

Art. 2º Ficam revogadas as Resoluções publicadas anteriormente, que tratam de Comissões de Estágio Probatório desta Pasta.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 16 de abril de 2024.

Santin Roveda
Secretário de Estado da Justiça e Cidadania

37782/2024

Secretaria da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa

DELIBERAÇÃO Nº 03/2024 – CEDM/PR

O Conselho Estadual dos Direitos da Mulher – CEDM/PR, reunido ordinariamente em 10 de abril de 2024, no uso de suas atribuições,

DELIBEROU

Art. 1º Pela aprovação do Relatório Circunstanciado das atividades realizadas com recursos do Fundo Estadual dos Direitos da Mulher – FEDIM, no exercício de 2023.
Art. 2º A presente Deliberação entrará em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE.

Curitiba, 10 de abril de 2024.

Ivanete Paulino Xavier
Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher – CEDM/PR

RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO
FUNDO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER (FEDIM)

O FUNDO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER (FEDIM) foi criado no ano de 2023, pela Lei nº 21.370/2023 e regulamentado pelo Decreto nº 3.464/2023. No mesmo ano, foi efetivado o primeiro repasse de recursos estaduais na modalidade Fundo a Fundo, por meio da Deliberação 008/2023 do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (CEDM).

A transferência legal e automática entre fundos é um mecanismo de descentralização que contribui para a simplificação e celeridade do repasse. Parte da concepção teórica e política da municipalização, descentralização e democratização de recursos. O objetivo dessa modalidade é fomentar uma série de planos, serviços, programas, projetos, ações e execução de políticas públicas voltadas à promoção, proteção e defesa dos direitos das mulheres em todo Paraná.

O Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Paraná – CEDM/PR, instituído pela Lei 17.504, de 11 de janeiro de 2013 e alterado pela Lei 18658 de 16 de Dezembro de 2015, integra a estrutura organizacional, no nível de direção superior, da Secretaria de Estado responsável pela Política da Mulher. Tem participação ativa no processo, na sua função precípua de deliberar, formular e controlar as Políticas Públicas voltadas ao atendimento da mulher. É o Conselho que delibera quanto a disponibilidade do repasse fundo a fundo, baseado em critérios de elegibilidade e de partilha dos recursos, assim como acompanha a execução e valida a Prestação de Contas.

Em apoio e fortalecimento da Política Pública dos Direitos da Mulher em âmbito Municipal, no dia 19/09/2023, foi publicada no Diário Oficial do Paraná – DIOE nº 11.505/2023, a primeira Deliberação do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, destinando recursos financeiros provenientes do Fundo Estadual dos Direitos da Mulher – FEDIM para execução na modalidade Fundo a Fundo (repasse de recursos do Fundo Estadual para os Fundos Municipais dos Direitos da Mulher). A Deliberação nº 08/2023 – CEDM já é um marco para os municípios e mulheres atendidas no território paranaense.

O Governo do Estado do Paraná, por meio da SEMIPI, repassou R$5.305.000,00 (cinco milhões, trezentos e cinco mil reais) para 75 Municípios.

O repasse do recurso financeiro realizado no formato fundo a fundo teve aportes de R$45.000,00 a R$210.000,00, conforme os critérios elencados na Deliberação nº 008/2023 – CEDM.

Essa Deliberação foi elaborada com a intenção de estruturar o Sistema de Governança da Política da Mulher, incluindo o fortalecimento dos Conselhos Municipais, implementação ou aprimoramento de Centros de Referências de Atendimento à Mulher em Situação de Violência, e implementação ou aprimoramento dos Serviços de Acolhimento para Mulheres em situação de violência.

Os municípios habilitados demonstraram a existência de Conselho Municipal de Direitos das Mulheres – CMDM, constituído em lei, paritário e em regular funcionamento, bem como a existência de Fundo Municipal de Direitos das Mulheres – FMDM, constituído em lei, e com CNPJ do Fundo ativo.

Houve duas cotas para composição dos valores: fixa e variável. A distribuição dos valores da cota fixa variou conforme o porte e a população feminina no município, e as cotas variáveis, a existência de estrutura instalada, seja de Organismo de Políticas Públicas para Mulheres, Centro de Referência de Atendimento à Mulher e/ou de Serviço de Acolhimento para mulheres em situação de violência.

Da chamada dos municípios para a fase de habilitação, a SEMIPI recebeu documentação de 154 Municípios. Destes, 71 não cumpriam os pré-requisitos necessários e 83 foram habilitados.

O resultado da análise para a habilitação à Deliberação nº 08/2023 do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher – CEDM foi publicizada no dia 27 de outubro de 2023, na página do Conselho Estadual, por meio do link: https://www.cedm.pr.gov.br/Noticia/Comunicado-do-Repasse-Fundo-Fundo-Politica-da-Mulher, e na sequência deu-se início a fase 02 do processo de adesão.

Os Municípios contemplados foram convocados para uma videoconferência onde obtiveram informações importantes referentes à Deliberação e puderam sanar suas dúvidas para a fase de adesão por meio da plataforma SIFF (Sistema de Acompanhamento do Cofinanciamento Estadual Fundo a Fundo), o mesmo utilizado pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família – SEDEF.

Os Municípios tiveram o prazo até o dia 20 de novembro de 2023 para formalizar o Termo de Adesão eletrônica ao cofinanciamento estadual e o preenchimento do Plano de Ação no SIFF, documentos estes que passaram pela aprovação do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM e devidamente publicados.

Dos 83 Municípios habilitados, 08 não conseguiram cumprir com o preenchimento dentro do prazo, são eles: Cornélio Procópio, Cruzmaltina, Fazenda Rio Grande, Fernandes Pinheiro, General Carneiro, Ibema, Inajá e Pontal do Paraná.

Sendo assim, 75 municípios estiveram aptos para o recebimento do recurso, sendo desta forma, efetivada a liquidação dos pagamentos em dezembro de 2023, por meio de depósito em conta específica para este repasse, vinculada ao CNPJ do Fundo Municipal de cada município.

Quanto à execução dos recursos segundo o art. 26 da Del. nº 08/23 – CEDM, os municípios terão até o limite de 2 anos (24 meses) contados a partir da data do recebimento dos recursos. Dentro desse prazo, a SEMIPI realizará orientações e apoio técnico, bem como o acompanhamento e monitoramento da execução das ações e dos recursos financeiros, até a realização da prestação de contas pelos municípios.

Abaixo, são apresentados os municípios que foram contemplados pela deliberação nº 008/2023.

REPASSE FUNDO A FUNDO DELIBERAÇÃO CEDM 008/2023				
Seq.	**Valor Bruto**	**Data de Pagamento**	**Descrição do N. do Credor**	**Observação Empenho**
1	45.000,00	12/7/2023	AGUDOS DO SUL	Apoio e Fortalecimento da Política Pública dos Direitos da Mulher
2	45.000,00	12/7/2023	ALMIRANTE TAMANDARÉ	Apoio e Fortalecimento da Política Pública dos Direitos da Mulher
3	45.000,00	12/7/2023	ALVORADA DO SUL	Apoio e Fortalecimento da Política Pública dos Direitos da Mulher
4	130.000,00	12/7/2023	APUCARANA	Apoio e Fortalecimento da Política Pública dos Direitos da Mulher
5	100.000,00	12/7/2023	ARAPONGAS	Apoio e Fortalecimento da Política Pública dos Direitos da Mulher
6	100.000,00	12/7/2023	ARAUCÁRIA	Apoio e Fortalecimento da Política Pública dos Direitos da Mulher
7	45.000,00	12/7/2023	ASSAÍ	Apoio e Fortalecimento da Política Pública dos Direitos da Mulher
8	75.000,00	12/7/2023	ASSIS CHATEAUBRIAND	Apoio e Fortalecimento da Política Pública dos Direitos da Mulher
9	45.000,00	12/7/2023	BARRACÃO	Apoio e Fortalecimento da Política Pública dos Direitos da Mulher
10	45.000,00	12/7/2023	BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	Apoio e Fortalecimento da Política Pública dos Direitos da Mulher
11	45.000,00	12/8/2023	BOCAIUVA DO SUL	Apoio e Fortalecimento da Política Pública dos Direitos da Mulher
12	45.000,00	12/7/2023	BOM JESUS DO SUL	Apoio e Fortalecimento da Política Pública dos Direitos da Mulher
13	45.000,00	12/7/2023	BOM SUCESSO DO SUL	Apoio e Fortalecimento da Política Pública dos Direitos da Mulher
14	45.000,00	12/8/2023	BORRAZÓPOLIS	Apoio e Fortalecimento da Política Pública dos Direitos da Mulher
15	45.000,00	12/7/2023	CALIFÓRNIA	Apoio e Fortalecimento da Política Pública dos Direitos da Mulher
16	45.000,00	12/7/2023	CAMBÉ	Apoio e Fortalecimento da Política Pública dos Direitos da Mulher
17	45.000,00	12/7/2023	CAMPINA DA LAGOA	Apoio e Fortalecimento da Política Pública dos Direitos da Mulher
18	100.000,00	12/7/2023	CAMPO LARGO	Apoio e Fortalecimento da Política Pública dos Direitos da Mulher
19	45.000,00	12/7/2023	CAMPO MAGRO	Apoio e Fortalecimento da Política Pública dos Direitos da Mulher
20	105.000,00	12/7/2023	CAMPO MOURÃO	Apoio e Fortalecimento da Política Pública dos Direitos da Mulher

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

21	155.000,00	12/7/2023	CASCAVEL	Apoio e Fortalecimento da Política Pública dos Direitos da Mulher
22	75.000,00	12/7/2023	CASTRO	Apoio e Fortalecimento da Política Pública dos Direitos da Mulher
23	45.000,00	12/7/2023	CATANDUVAS	Apoio e Fortalecimento da Política Pública dos Direitos da Mulher
24	75.000,00	12/7/2023	CENTENÁRIO DO SUL	Apoio e Fortalecimento da Política Pública dos Direitos da Mulher
25	75.000,00	12/7/2023	CHOPINZINHO	Apoio e Fortalecimento da Política Pública dos Direitos da Mulher
26	105.000,00	12/7/2023	CIANORTE	Apoio e Fortalecimento da Política Pública dos Direitos da Mulher
27	75.000,00	12/7/2023	DOIS VIZINHOS	Apoio e Fortalecimento da Política Pública dos Direitos da Mulher
28	75.000,00	12/7/2023	ENÉAS MARQUES	Apoio e Fortalecimento da Política Pública dos Direitos da Mulher
29	45.000,00	12/11/2023	ENGENHEIRO BELTRÃO	Apoio e Fortalecimento da Política Pública dos Direitos da Mulher
30	155.000,00	12/7/2023	FOZ DO IGUAÇU	Apoio e Fortalecimento da Política Pública dos Direitos da Mulher
31	160.000,00	12/7/2023	GUARAPUAVA	Apoio e Fortalecimento da Política Pública dos Direitos da Mulher
32	45.000,00	12/7/2023	IMBAÚ	Apoio e Fortalecimento da Política Pública dos Direitos da Mulher
33	105.000,00	12/7/2023	IRATI	Apoio e Fortalecimento da Política Pública dos Direitos da Mulher
34	45.000,00	12/7/2023	IVAIPORÃ	Apoio e Fortalecimento da Política Pública dos Direitos da Mulher
35	45.000,00	12/7/2023	JAPURÁ	Apoio e Fortalecimento da Política Pública dos Direitos da Mulher
36	105.000,00	12/7/2023	LOANDA	Apoio e Fortalecimento da Política Pública dos Direitos da Mulher
37	210.000,00	12/11/2023	LONDRINA	Apoio e Fortalecimento da Política Pública dos Direitos da Mulher
38	45.000,00	12/7/2023	MANDIRITUBA	Apoio e Fortalecimento da Política Pública dos Direitos da Mulher
39	75.000,00	12/7/2023	MANGUEIRINHA	Apoio e Fortalecimento da Política Pública dos Direitos da Mulher
40	45.000,00	12/7/2023	MARIPA	Apoio e Fortalecimento da Política Pública dos Direitos da Mulher
41	75.000,00	12/7/2023	MATINHOS	Apoio e Fortalecimento da Política Pública dos Direitos da Mulher
42	45.000,00	12/7/2023	MEDIANEIRA	Apoio e Fortalecimento da Política Pública dos Direitos da Mulher
43	45.000,00	12/7/2023	NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE	Apoio e Fortalecimento da Política Pública dos Direitos da Mulher
44	45.000,00	12/7/2023	NOVA TEBAS	Apoio e Fortalecimento da Política Pública dos Direitos da Mulher
45	75.000,00	12/7/2023	PAIÇANDU	Apoio e Fortalecimento da Política Pública dos Direitos da Mulher
46	45.000,00	12/7/2023	PALMEIRA	Apoio e Fortalecimento da Política Pública dos Direitos da Mulher
47	75.000,00	12/7/2023	PALOTINA	Apoio e Fortalecimento da Política Pública dos Direitos da Mulher
48	45.000,00	12/7/2023	PARAÍSO DO NORTE	Apoio e Fortalecimento da Política Pública dos Direitos da Mulher
49	100.000,00	12/7/2023	PARANAGUÁ	Apoio e Fortalecimento da Política Pública dos Direitos da Mulher
50	75.000,00	12/7/2023	PATO BRANCO	Apoio e Fortalecimento da Política Pública dos Direitos da Mulher
51	45.000,00	12/7/2023	PAULO FRONTIN	Apoio e Fortalecimento da Política Pública dos Direitos da Mulher
52	45.000,00	12/7/2023	PEROBAL	Apoio e Fortalecimento da Política Pública dos Direitos da Mulher
53	75.000,00	12/7/2023	PÉROLA	Apoio e Fortalecimento da Política Pública dos Direitos da Mulher
54	45.000,00	12/7/2023	PÉROLA D. OESTE	Apoio e Fortalecimento da Política Pública dos Direitos da Mulher
55	45.000,00	12/7/2023	PIÊN	Apoio e Fortalecimento da Política Pública dos Direitos da Mulher
56	130.000,00	12/7/2023	PINHAIS	Apoio e Fortalecimento da Política Pública dos Direitos da Mulher
57	75.000,00	12/7/2023	PINHÃO	Apoio e Fortalecimento da Política Pública dos Direitos da Mulher
58	185.000,00	12/7/2023	PONTA GROSSA	Apoio e Fortalecimento da Política Pública dos Direitos da Mulher
59	75.000,00	12/7/2023	PORTO VITORIA	Apoio e Fortalecimento da Política Pública dos Direitos da Mulher
60	105.000,00	12/7/2023	QUATRO BARRAS	Apoio e Fortalecimento da Política Pública dos Direitos da Mulher
61	75.000,00	12/7/2023	RANCHO ALEGRE	Apoio e Fortalecimento da Política Pública dos Direitos da Mulher
62	45.000,00	12/7/2023	RESERVA	Apoio e Fortalecimento da Política Pública dos Direitos da Mulher
63	45.000,00	12/7/2023	RIBEIRÃO DO PINHAL	Apoio e Fortalecimento da Política Pública dos Direitos da Mulher
64	75.000,00	12/7/2023	SABÁUDIA	Apoio e Fortalecimento da Política Pública dos Direitos da Mulher
65	45.000,00	12/7/2023	SALGADO FILHO	Apoio e Fortalecimento da Política Pública dos Direitos da Mulher
66	45.000,00	12/7/2023	SANTA HELENA	Apoio e Fortalecimento da Política Pública dos Direitos da Mulher
67	45.000,00	12/7/2023	SANTA MARIA DO OESTE	Apoio e Fortalecimento da Política Pública dos Direitos da Mulher
68	45.000,00	12/7/2023	SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE	Apoio e Fortalecimento da Política Pública dos Direitos da Mulher
69	45.000,00	12/7/2023	SÃO MIGUEL DO IGUAÇU	Apoio e Fortalecimento da Política Pública dos Direitos da Mulher
70	45.000,00	12/7/2023	SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA	Apoio e Fortalecimento da Política Pública dos Direitos da Mulher
71	45.000,00	12/7/2023	TELÊMACO BORBA	Apoio e Fortalecimento da Política Pública dos Direitos da Mulher
72	75.000,00	12/8/2023	TURVO	Apoio e Fortalecimento da Política Pública dos Direitos da Mulher
73	75.000,00	12/7/2023	UBIRATÃ	Apoio e Fortalecimento da Política Pública dos Direitos da Mulher
74	105.000,00	12/7/2023	UMUARAMA	Apoio e Fortalecimento da Política Pública dos Direitos da Mulher
75	45.000,00	12/7/2023	UNIÃO DA VITÓRIA	Apoio e Fortalecimento da Política Pública dos Direitos da Mulher
TOTAL	**5.305.000,00**			

37463/2024

Secretaria da Saúde

PORTARIA FUNEAS Nº 133 – 12 DE ABRIL DE 2024

Súmula: Estabelece o Regulamento de Credenciamento, para processos de credenciamento de empresas especializadas na prestação de serviços médicos, assistenciais e laboratoriais, no âmbito da FUNEAS, conforme processo contido no protocolado 21.003.657-1.

O Diretor Presidente da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Paraná, no uso das atribuições legais e regimentais, que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 17.959 de 11 de março de 2014, pelo Decreto Estadual nº 12.093 de 03 de setembro de 2014 e pelo Decreto Estadual nº 10.373 de 25 de fevereiro de 2022, e considerando;

- As recomendações exaradas no Acórdão nº 2403/23, do Tribunal Pleno do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, no Processo 352589/22-TCEPR;

- Considerando o previsto na Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e o Decreto Estadual n° 10086 de 17 de janeiro de 2022;

Art. 1º Estabelecer na forma do Anexo I, o Regulamento de Credenciamento, para os processos de credenciamento de empresas especializadas na prestação de serviços médicos, assistenciais e laboratoriais, no âmbito da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Paraná.

Art. 2º A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando quaisquer disposições em contrário.
Curitiba, 12 de abril de 2024.

(assinado digitalmente)
Marcello Augusto Machado
Diretor Presidente

(assinado digitalmente)
Marcos Aurélio Souza Pereira
Diretor Administrativo

ANEXO I - PORTARIA FUNEAS Nº 133/2024

REGULAMENTO DE CREDENCIAMENTO NO ÂMBITO DA FUNDAÇÃO ESTATAL DE ATENÇÃO EM SAÚDE DO PARANÁ - FUNEAS

Capítulo I
Das Normas e Diretrizes
Seção I
Do Objetivo do Regulamento

Art. 1º Esta norma tem por objetivo disciplinar, estabelecendo regras e diretrizes, ao processo de credenciamento de empresas especializadas na prestação de serviços médicos, assistenciais e laboratoriais no âmbito da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Paraná, também denominada FUNEAS.

Seção II
Do Objeto do Credenciamento

Art. 2º As contratações derivadas do procedimento disciplinado por este Regulamento, terão como objeto as atividades desenvolvidas pelas unidades hospitalares sob gestão da FUNEAS, sempre que cabível o rito e as condições doravante delineados.

Seção III
Do Fundamento Legal e Dos Princípios
Art. 3º O credenciamento é um procedimento administrativo previsto nos artigos 78 e 79 da Lei Federal nº 14.133/2021, pelo qual, por meio de chamamento público, a Administração Pública convoca interessados em prestar serviços ou fornecer bens para que, preenchidos os requisitos necessários, credenciem-se no órgão ou entidade para executar o objeto quando convocados.
Art. 4º O rito do credenciamento obedecerá a hermenêutica própria do regime jurídico-administrativo, de modo a observar fielmente os princípios constitucionais, a exegese legal aplicável, bem como toda a sistemática de precedentes vinculantes.

Capítulo II
Das Etapas Do Credenciamento
Seção I
Disposições Gerais

Art. 5º O credenciamento é um processo iniciado por meio de um chamamento público, aberto a todos os interessados que preencham os requisitos necessários, constantes do Edital de Credenciamento, durante sua vigência.
§ 1º A Administração deverá divulgar e manter à disposição do público, em sítio eletrônico oficial, edital de chamamento de interessados, de modo a permitir o cadastramento de novos interessados durante toda a vigência do edital.
§ 2º Nas ocasiões em que o objeto não permitir a contratação imediata e simultânea de todos os credenciados, serão adotados critérios objetivos de seleção.

Seção II
Do Edital de Credenciamento

Art. 6º O Edital de Credenciamento conterá, no mínimo:
I - Delimitação do objeto a ser contratado;
II - Regras e condições a serem observadas pelos credenciados na prestação dos serviços;
III - Regras de definição do valor da contratação;
IV - Exigências de habilitação;
V - Critérios e exigências mínimas específicas de qualificação técnica, como condições e requisitos mínimos de prestação para cada tipo de serviço;
VI - Condições e prazos de pagamento, critérios de reajustamento;
VII - Rotatividade entre os credenciados, sempre excluída a vontade da Administração na determinação de demanda por credenciado;
VIII - Possibilidade de rescisão do ajuste, a qualquer tempo, por ambas as partes, mediante notificação prévia, com a antecedência fixada no termo respectivo;
IX - Hipóteses de descredenciamento, assegurando o contraditório e ampla defesa;
X - Possibilidade de adesão permanente ao credenciamento, sempre que comprovado o preenchimento das condições mínimas fixadas;
XI - Modelos de declarações;
XII - Prazo de vigência do credenciamento;
XIII - Critérios de distribuição de demanda.

Art. 7º O Edital disporá sobre as regras de participação mediante aviso publicado, obrigatoriamente no Diário Oficial do Estado do Paraná e por meio eletrônico e, a critério da Administração, em veículo de comunicação eficiente, de grande circulação na região, bem como em outros meios de comunicação de grande alcance (como a internet, rádio etc.), respeitando-se, assim, os princípios da publicidade e da ampla divulgação.

§ 1º Sempre que for de seu interesse, e findado o prazo de credenciamento vigente, a FUNEAS poderá renovar o chamamento público para credenciamento de novos interessados, quando então haverá a publicação de novo edital na forma do caput.

§ 2º Para a prorrogação do prazo de vigência do Edital, as Unidades demandantes deverão encaminhar à Comissão de Credenciamento, em até 60 (sessenta) dias antes do término da vigência, justificativa da necessidade da contratação, além de atestar que:

I - As atividades contratadas são apropriadas ao credenciamento;

II - O cadastramento permanece acessível a todas as empresas que atenderem as exigências editalícias; e

III - Os objetivos da FUNEAS estão sendo efetivamente atingidos.

§ 3º As alterações de regras, condições e minutas, bem como a perda do prazo prevista no parágrafo anterior, ensejarão a publicação de novo Edital.

Art. 8º O Edital de credenciamento permanecerá disponível, durante toda sua vigência, no sítio oficial da FUNEAS.

Seção III
Do Credenciamento

Art. 9º O Credenciamento do interessado será iniciado com a publicação do Edital de Chamamento Público.

Art. 10 O interessado deverá apresentar, segundo as regras descritas no Edital de Credenciamento toda a documentação elencada no referido ato de chamamento.

Art. 11 A análise da documentação técnica será realizada pela Comissão de Credenciamento especialmente constituída para este fim.

Art. 12 A documentação de credenciamento será recebida pela Comissão de Credenciamento, que procederá a abertura de processo administrativo e apensará os documentos.

Parágrafo único. Somente serão admitidas petições e documentos entregues em envelope lacrado, na forma definida no edital.

Art. 13 A documentação será analisada no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da entrega da documentação completa à FUNEAS.

§ 1º Somente participará da distribuição de demandas o interessado devidamente habilitado.

§ 2º Não serão aceitas alegações de não participação em distribuição de demanda de interessados com credenciamento não habilitado, cuja documentação tenha sido inabilitada na análise documental.

Seção IV
Concessão do Credenciamento

Art. 14 O resultado do credenciamento será publicado no sítio oficial da FUNEAS.

§ 1º O interessado que atender todos os requisitos previstos no edital de credenciamento será julgado habilitado e, portanto, credenciado.

§ 2º Uma vez publicado a homologação do credenciamento, o credenciado encontra-se apto a prestar os serviços para os quais se candidatou, pelo prazo referido no Edital.

§ 3º O credenciamento não tem caráter exclusivo, ou seja, a FUNEAS poderá contratar mais de um credenciado para o mesmo serviço.

§ 4º O credenciamento não importa adjudicação e não obriga a FUNEAS a realizar efetivamente a contratação do serviço.

Art. 15 Caberá recurso do resultado do credenciamento no prazo de 5 (cinco) dias úteis da data da publicação no site da FUNEAS.

§ 1º As autoridades competentes para julgamento de recurso são a Comissão de Credenciamento, em primeira instância, e ao Diretor Presidente da FUNEAS, em última instância.

§ 2º O recurso é dirigido à Comissão de Credenciamento, interposto por intermédio de quem praticou o ato recorrido para que esta realize análise dos juízos de admissibilidade, após o que, subirá à instância superior.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

§ 3º A peça recursal e anexos serão recebidos fisicamente, da mesma forma da entrega da documentação do credenciamento, na sede administrativa da FUNEAS.

Seção V
Manutenção do Credenciamento

Art. 16 Durante a vigência do credenciamento é obrigatória a manutenção da regularidade de todas as condições de habilitação, sob pena de descredenciamento.

Parágrafo único. Obrigam-se os credenciados, independentemente da existência de contratos vigentes, a informarem toda e qualquer alteração na documentação referente à sua habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira e regularidade fiscal.

Art. 17 A FUNEAS "a seu critério", poderá convocar os credenciados para nova análise de documentação. Nessa ocasião, serão exigidos, no mínimo, os documentos que comprovem a manutenção das condições apresentadas no credenciamento original.

§ 1º A partir da data em que for convocado pela FUNEAS, para apresentar a documentação atualizada, o credenciado terá 5 (cinco) dias úteis.

§ 2º A análise da documentação deverá ser realizada em prazo igual ao de credenciamento.

§ 3º Os credenciados em análise participarão normalmente da distribuição de demandas.

§ 4º Os credenciados não aprovados, nos termos do § 2º, estarão sujeitos ao descredenciamento, por meio de processo formal, assegurado contraditório e ampla defesa.

§ 5º O resultado da avaliação será publicado no site da FUNEAS.

§ 6º Do resultado publicado cabe recurso no prazo previsto no art. 15º.

Art. 18 O credenciado poderá solicitar seu descredenciamento a qualquer tempo, mediante o envio de solicitação escrita à Unidade Hospitalar em que foi habilitado, devendo cumprir escala pelo período de 60 (sessenta) dias. A medida não desobriga o credenciado do cumprimento de eventuais contratos assumidos e das responsabilidades dele derivadas, cabendo, em casos de irregularidade, as sanções definidas por este Regulamento, pelos contratos que assinar com a FUNEAS e pela legislação pertinente.

Seção VI
Sanções do Credenciamento

Art. 19 Durante a vigência do credenciamento, o credenciado deverá cumprir contínua e integralmente o disposto neste Regulamento e nos contratos que firmar com a FUNEAS.

Art. 20 O descumprimento das disposições de manutenção do credenciamento poderá acarretar as seguintes penalidades ao credenciado, garantido o contraditório e a ampla defesa e sem prejuízo de outras responsabilidades legais, do que for possível:
I - advertência formal;

II - descredenciamento.

Art. 21 A aplicação de penalidade ao credenciado deverá ocorrer por meio de processo administrativo, obedecidas as regras da legais.

§ 1º A Diretoria que tiver conhecimento de descumprimento das regras do credenciamento, deverá abrir processo administrativo de apuração de responsabilidade e instruí-lo com os documentos necessários para a perfeita caracterização e comprovação da conduta do credenciado.

§ 2º A descrição da conduta do credenciado e suas consequências deverão constar em Nota Técnica elaborada pela Diretoria com base em critérios objetivos.

§ 3º Compete à Comissão Processante de Fornecedores conduzir o processo de apuração de responsabilidade, garantindo contraditório e ampla defesa ao credenciado, e aplicar penalidade por meio de Decisão Administrativa fundamentada.

§ 4º O tipo de penalidade e sua gradação dependerá da gravidade da conduta do credenciado e dos resultados, observados critérios de razoabilidade e proporcionalidade.

§ 5º Da decisão administrativa que resultar penalidade para o credenciado cabe recurso, nos termos da legislação pertinente.

§ 6º O descredenciamento será publicado no Diário Oficial do Estado do Paraná.

§ 7º Na decisão e na publicação do descredenciamento no Diário Oficial, será definido prazo no qual o interessado ficará impedido de apresentar à FUNEAS, novo pedido para o credenciamento ao qual estava anteriormente vinculado.

CAPÍTULO III
Das Demandas
Seção I
Da Definição Das Necessidades De Contratação as Demandas

Art. 22 A demanda e o objeto a serem contratados, são dimensionados por valor estimado, para a adequada execução das atividades conforme determinado pela área demandante e varia conforme o tipo de serviço a ser prestado/adquirido.

Art. 23 A Diretoria interessada, para cada demanda específica, deverá instruir processo com, no mínimo, os seguintes documentos:

I - descrição da demanda;

II - justificativa da contratação;

III - orçamento, cronograma, termo de referência, conforme o caso, incluindo todos os elementos técnicos sobre os quais estiverem apoiados os estudos;

IV - Declaração do Ordenador de Despesas.

Parágrafo único. As demandas deverão seguir, necessariamente, os parâmetros de serviços e exigências de qualificação definidos pelo Edital de Credenciamento às quais se referem.

Seção II
Da Distribuição das Demandas

Art. 24 Durante toda a vigência do edital, os interessados poderão encaminhar seus documentos para análise.

§ 1º Os interessados que enviarem sua documentação até a data preestabelecida no edital, terão o resultado do credenciamento divulgado em conjunto, respeitado o prazo de análise constante nesse regulamento.

§ 2º Os documentos recebidos após a data fixada no edital serão analisados e terão o resultado divulgado por ordem de entrega, após finalizada a análise da documentação recebida no primeiro período estabelecido no edital.

Art. 25 Caso não se pretenda a convocação ao mesmo tempo, de todos os credenciados para a realização do serviço, ocasião em que se realizará uma convocação geral dos credenciados, será realizado sorteio para se alocar cada demanda, distribuída por padrões estritamente impessoais e aleatórios, observando-se sempre o critério de rotatividade.

Parágrafo único. O órgão ou entidade contratante observará, quando da alocação da demanda, as condições técnicas dos credenciados e do serviço, bem como a localidade ou região onde serão executados os trabalhos.

Art. 26 Os credenciados passarão a integrar uma lista, cuja ordem será definida por sorteio.

§ 1º O conjunto de sorteios das demandas alimentará um quadro de sorteios;

§ 2º Os interessados que forem se credenciando ao longo da vigência do edital, integrarão a lista, passando a ocupar sua última posição, obedecendo a ordem cronológica da homologação do credenciamento.

Art. 27 A ordem de convocação dos credenciados, advinda da lista, deverá ser rigorosamente observada na hora da distribuição por demanda, ou seja, surgindo a necessidade de contratação, será contemplado o credenciado sorteado para o primeiro lugar da lista, e assim sucessivamente.

Parágrafo único. Caso existam demandas concomitantes, a ordem de distribuição será definida por sorteio específico para tal, estando a Administração, e os credenciados, impedidos de qualquer interferência nessa definição.

Art. 28 O credenciado que, na ocasião da distribuição da demanda, não estiver com a documentação de habilitação regular, perderá sua vez e assumirá o final da lista para aguardar nova demanda.

§ 1º A regularidade de situação fiscal e trabalhista no Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços (GMS), do credenciado, será apurada pela consulta on-line no sistema, na data de distribuição da demanda, dispensando o credenciado da apresentação da documentação que, no GMS, conste como regular.

§ 2º O credenciado que estiver irregular no GMS, deverá comprovar sua regularidade fiscal e trabalhista na ocasião da distribuição da demanda, sob pena de perda da demanda sorteada.

Art. 29 O sorteio não poderá apresentar exigências de qualificação não previstas no Edital.

Art. 30 O credenciado que se declarar impedido de atender a demanda a ele atribuída, deverá apresentar justificativa fundamentada de seu impedimento em até 1 (um) dia útil antes a distribuição da demanda, devendo endereçá-la à Comissão de Credenciamento da FUNEAS que avaliará, em prazo não superior a 2 (dois) dias úteis, os motivos e suas implicações e decidirá pela aceitação ou não da justificativa apresentada.

Parágrafo único. Não aceita a justificativa de impedimento apresentada pelo

credenciado, será aberto processo formal de descredenciamento.

Art. 31 O resultado da distribuição da demanda será homologado mediante termo específico.

CAPÍTULO IV
Da Contratação
Seção I
Disposições Gerais

Art. 32 Publicado a Ata da Distribuição de Demanda, dar-se-á início ao procedimento de contratação através do processo de inexigibilidade.

Art. 33 O credenciado e a distribuição de demandas não geram direito à efetiva contratação pela FUNEAS.

Art. 34 A contratação do credenciado pela FUNEAS, somente poderá ocorrer por vontade da Administração Pública, mediante a manutenção das condições de credenciamento.

Art. 35 A contratação decorrente do credenciamento obedecerá às regras legais, deste Regulamento, do Edital e dos termos do contrato.

Art. 36 A Administração convocará o credenciado para assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro das condições estabelecidas na legislação e no edital, sob pena de decair o direito à preferência da contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Regulamento.

Art. 37 O instrumento contratual deverá ser assinado pelo representante legal do credenciado e observará a minuta contemplada no Edital de Credenciamento.

Art. 38 O contrato advindo do credenciamento será publicado conforme dispositivo legal.

Seção II
Dos Contratos

Art. 39 Os contratos oriundos dos credenciamentos seguirão o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, neste Regulamento e no Edital respectivo.

Seção II
Da Remuneração

Art. 40 A FUNEAS pagará pelo serviço contratado a importância fixada em cada demanda, vinculada ao Edital de credenciamento.

Art. 41 O valor da remuneração, determinado pela área demandante, sempre que o objeto permitir, terá como base a tabela de preços da FUNEAS ou tabela de preço(s) oficial(is), quando existir.

CAPÍTULO V
Da Condução Dos Procedimentos e Das Competências

Art. 42 É de competência da Comissão Especial de Credenciamento:

I - receber, registrar em ata e analisar a documentação dos candidatos que se apresentarem à pré-qualificação do credenciamento;

II - solicitar, se necessário, esclarecimentos complementares aos interessados durante a pré-qualificação;

III - julgar os interessados aptos ou não ao credenciamento e providenciar o relatório de julgamento dos interessados durante a pré-qualificação;

IV - suspender ou cancelar o credenciamento dos prestadores de serviço que não mais atendam os requisitos exigíveis no Edital;

V - solicitar ao dirigente máximo do órgão ou entidade contratante prazo extra para a análise de documentação referente à pré-qualificação;

VI - praticar outros atos imprescindíveis ao andamento da pré-qualificação, naquilo que se referir à manutenção das condições de credenciamento;

VII - convidar os credenciados a participar da sessão pública de sorteio das demandas, e realizar a convocação geral de todos os credenciados, no caso de realização simultânea do serviço;

VIII - realizar o sorteio dentro de cada grupo e/ou serviço a que se refere o Edital, em sessão pública;

IX - lavrar a ata do sorteio e publicá-la no sítio eletrônico do órgão ou entidade interessada na contratação;

X - emitir o Termo de Homologação do sorteio e/ou a ordem de serviço;

XI - dar publicidade no Diário Oficial do Estado do Paraná, quando exigido neste Regulamento, aos seus atos;

XII - observar as demais condições e prazos previstos neste Regulamento.

Art. 43 É de competência da autoridade máxima do órgão ou entidade contratante ou executora do credenciamento, dentre outras atribuições previstas neste Regulamento ou no Edital de Credenciamento:

I - aprovar a utilização do credenciamento para contratação de serviços, ratificando, quando for o caso, a inexigibilidade de licitação.

II - nomear os membros efetivos e suplentes da Comissão de Credenciamento;

III - aprovar os Editais de Credenciamento, após parecer da assessoria jurídica;

IV - autorizar prazo extra para a análise de documentação referente à pré-qualificação;

V - definir as demandas que serão submetidas ao sorteio ou à convocação geral, com o seu tempo, as datas de início e de conclusão dos trabalhos, os valores estimados, o número de credenciados necessários à execução do serviço, bem como a localidade onde serão executados os trabalhos, incluindo, quando for o caso, os elementos técnicos e o Memorial de Cálculo;

VI - decidir, em caso de recurso, sobre as decisões lavradas pela Comissão de Credenciamento e pelo Gestor do Contrato;

VII - nomear o Gestor do Contrato;

VIII - indicar, se necessário, além do Gestor do Contrato, um servidor da área interessada do órgão ou entidade contratante para liderar e acompanhar pessoalmente em campo a equipe da credenciada na execução dos serviços;

IX - decidir sobre a obrigatoriedade de apresentação da garantia para a execução de contratos, devidamente mencionado no Edital de Credenciamento;

X - autorizar ou firmar contratos e termos aditivos, observados os limites administrativos de alçada, regulados por atos normativos;

XI - emitir as Ordens de Serviços para dar início aos trabalhos contratados ou delegar essa tarefa à comissão de credenciamento;

XII - aprovar o relatório de avaliação do desempenho dos credenciados na condução dos serviços contratados e dar conhecimento aos credenciados sobre o resultado das avaliações realizadas;

XIII - determinar a notificação e a abertura do processo administrativo em face do credenciado, caso se verifique descumprimento contratual ou desempenho insatisfatório na execução do contrato, nomeando membros para a composição da comissão processante;

XIV - ratificar atestado do Gestor do Contrato sobre o desempenho regular do credenciado na condução dos serviços contratados;

XV - decidir sobre as justificativas da área interessada ou do credenciado, nos casos de alteração contratual;

XVI - decidir sobre os casos controversos apresentados pela Comissão de Credenciamento após parecer da assessoria jurídica.

Art. 44 É de competência do Gestor do Contrato, dentre outras atribuições previstas neste Regulamento ou no Edital de Credenciamento:

I - exercer a fiscalização do contrato;

II - solicitar ao representante do contratado a correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas, as quais, se não forem sanadas no prazo de 24 horas (vinte e quatro) horas, serão objeto de comunicação oficial ao contratado para os fins de aplicação das penalidades previstas no contrato;

III - assinar o Termo de Recebimento Definitivo do contrato ou documento equivalente, quando a execução da demanda for plenamente concluída;

IV - emitir, quando solicitado pelo credenciado contratado, atestado sobre o seu desempenho na condução dos serviços contratados, submetendo-o a ratificação pela autoridade máxima do órgão ou entidade contratante;

V - elaborar relatório de avaliação de desempenho quando solicitado pela autoridade máxima do órgão ou entidade contratante.

Art. 45 É de competência da área técnica do órgão ou entidade contratante ou executora do credenciamento, dentre outras atribuições previstas neste Regulamento ou no Edital de Credenciamento:

I - recomendar a abertura do Credenciamento e elaborar o Edital e seus anexos, observadas as normas deste Regulamento, fixando, se necessário à contratação, os critérios técnicos de qualificação que serão exigidos dos candidatos à pré-qualificação;

II - indicar à autoridade máxima do órgão ou entidade contratante os membros efetivos e suplentes da Comissão de Credenciamento;

III - convocar o credenciado, em um prazo de até 05 (cinco) dias a partir da homologação do sorteio pelo órgão ou entidade contratante ou da convocação geral

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

de todos os credenciados, para assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento contratual equivalente, dentro do prazo e condições estabelecidos na legislação e no edital, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Regulamento e na Lei Estadual nº 15.608/2007;

IV - elaborar o extrato do aviso de abertura ou de republicação do Edital de Credenciamento e providenciar sua publicação no Diário Oficial do Estado, em jornal de grande circulação e no sítio eletrônico do órgão ou entidade interessada na contratação;

V - providenciar a emissão do contrato ou instrumento equivalente segundo a minuta anexa ao Edital de Credenciamento, previamente aprovada pela assessoria jurídica.

VI - propor a utilização do credenciamento para contratação de serviços, reconhecendo, quando for o caso, a inexigibilidade de licitação e submeter a declaração de inexigibilidade à ratificação da autoridade máxima do órgão ou entidade contratante ou executora do credenciamento.

Art. 46 É de competência da assessoria jurídica do órgão ou entidade contratante, dentre outras atribuições previstas neste Regulamento:

I - avalizar a minuta do Edital de Credenciamento e seus anexos, inclusive a minuta do Contrato ou instrumento equivalente;

II - firmar parecer, quando solicitado, quanto à análise da documentação relativa à habilitação econômico-financeira, jurídica e fiscal dos candidatos ao credenciamento e dos credenciados;

III - opinar, quando solicitado, sobre os recursos contra atos da Comissão de Credenciamento e sobre os pedidos de reconsideração dos atos da autoridade máxima do órgão ou entidade contratante;

IV - indicar um assessor jurídico para auxiliar a Comissão de Credenciamento;

V - opinar sobre as justificativas da área interessada ou do credenciado, nos casos de alteração contratual ou de impedimento ou desinteresse da credenciada em participar do sorteio e submetê-las à autoridade máxima do órgão ou entidade contratante;

VI - opinar sobre os casos controversos apresentados pela Comissão de Credenciamento.

CAPÍTULO VI
Das Disposições Finais E Transitórias

Art. 47 A seu critério, o órgão ou a entidade contratante, por ato justificado de sua autoridade máxima, poderá revogar ou solicitar a sua revogação ao órgão executor, no todo ou em parte, um credenciamento, se for considerado ilegal, inoportuno ou inconveniente ao interesse público, sem que disso resulte, para qualquer interessado, direito a ressarcimento ou indenização.

Art. 48 O órgão ou entidade interessada na contratação, poderá cancelar a nota de empenho que vier a ser emitida em decorrência de prestação de serviço oriunda de Credenciamento e, consequentemente, rescindir o contrato, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, caso seja constatada qualquer fraude praticada pelo credenciado contratado ao processo de credenciamento ou ao contrato de prestação de serviços, sem que assista ao credenciado qualquer espécie de direito a indenização ou ressarcimento.

Art. 49 A permanência dos técnicos das contratadas nas dependências da unidade hospitalar, deve se restringir estritamente às atividades de planejamento dos trabalhos e de reuniões para esclarecimento de dúvidas ou entrega dos serviços contratados.

Parágrafo único. A entidade contratante poderá autorizar a permanência dos técnicos em casos excepcionais.

Art. 50 Na republicação do Edital de Credenciamento, o órgão ou entidade interessada na contratação poderá atualizar as condições gerais do Edital e de seus anexos.

Art. 51 Os casos omissos serão resolvidos com base nas disposições legais e nos princípios de Direito Público.

Art. 52 A inscrição de interessados no credenciamento da FUNEAS, implica a aceitação integral e irrestrita de todas as condições estabelecidas neste Regulamento e no Edital de Credenciamento.

Art. 53 As regras de contratação, de acordo com este Regulamento, serão efetivadas a partir da data da sua publicação.

37187/2024

DESPACHO DO SENHOR SECRETÁRIO DE ESTADO

Protocolo 21.496.320-5

1. AUTORIZO, com fulcro no art. 4º, incisos I e XIII, da Lei Estadual nº 21.352, de 1 de janeiro de 2023, e o art. 8º, inciso IX, do anexo 113060_30131, do Decreto Estadual nº 9.921, de 23 de janeiro de 2014, Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná, além do disposto na Lei Estadual nº 13.331, de 23 de novembro de 2001, Código de Saúde do Estado, parágrafo 3º, do Art.1º, do Decreto Estadual nº 4.189 de 25 de maio de 2016, Informação nº 421/2023 - PRC/PGE, a realização da Contratualização da Escola Dr Osvaldo Garcia – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Rio Bom, situada à Avenida Rio Grande do Sul, S/N, Centro, na cidade de Rio Bom, inscrita no CNPJ sob o nº 00.532.169/0001-92, CNES nº 3980766, através de Contrato para Prestação de Serviço Especializado em Reabilitação Intelectual para avaliação, atendimento e reabilitação de pessoas com suspeita e/ou diagnóstico de Deficiência Intelectual/Transtorno do Espectro Autista (TEA), usuários do Sistema Único de Saúde - SUS no Estado do Paraná.

2. RECONHEÇO, a situação administrativa ensejada de inexigibilidade de licitação nos termos do inciso IV do Art. 74 da Lei Federal nº 14.133/2021, § 2º do Art. 2º da Lei Estadual nº 18.976/2017, através da utilização do credenciamento enquadrado no preceito de que o mesmo objeto pode ser realizado simultaneamente por diversos contratados, conforme arts. 228 e seguintes, especialmente o art. 257, ambos do Decreto Estadual nº 10.086/2022.

3. A vigência inicial do Contrato será de 05 (cinco) anos, a contar da data de sua assinatura, cuja eficácia financeira dar-se-á a partir da publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Estado do Paraná (Art. 405 do Decreto Estadual nº 10.086/2022), podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, mediante autorização da autoridade competente atestando que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração. (Art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021 c/c Art. 406 do Decreto Estadual nº 10.086/2022)

4. O valor mensal estimado para execução do presente contrato importa em R$ 6.925,84 (seis mil, novecentos e vinte e cinco reais e oitenta e quatro centavos), sendo R$ 6.925,84 (seis mil, novecentos e vinte e cinco reais e oitenta e quatro centavos) com recursos provenientes do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Transferência proveniente do Governo Federal/Fonte 600, totalizando o valor anual de R$ 83.110,08 (oitenta e três mil, cento e dez reais e oito centavos).

5. Condiciono a presente autorização ao cumprimento das exigências previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Estadual nº 10.086/2022, Decreto Estadual nº 8.622 de 31 de julho de 2013, Decreto Estadual nº 4.189 de 25 de maio de 2016, sob pena de cancelamento deste ato.

6. Publique-se e encaminhe-se a DGS para as providências.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente***.**
Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

37942/2024

DESPACHO DO SENHOR SECRETÁRIO DE ESTADO

Protocolo 21.573.485-4

1. AUTORIZO, com fulcro no art. 4º, incisos I e XIII, da Lei Estadual nº 21.352, de 1 de janeiro de 2023, e o art. 8º, inciso IX, do anexo 113060_30131, do Decreto Estadual nº 9.921, de 23 de janeiro de 2014, Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná, além do disposto na Lei Estadual nº 13.331, de 23 de novembro de 2001, Código de Saúde do Estado, parágrafo 3º, do Art.1º, do Decreto Estadual nº 4.189 de 25 de maio de 2016, Informação nº 421/2023 - PRC/PGE, a realização da Contratualização da Fisioclínica / Fisioclínica Fisioterapia e Reabilitação SC LTDA, situada à Rua Jovelina Dias França, nº 646, Centro, na cidade de Santo Antônio da Platina, inscrita no CNPJ sob o nº 78.596.210/0001-81, CNES nº 2781522, através de Contrato para Prestação de Serviços Ambulatoriais em atenção aos usuários do Sistema Único de Saúde no Estado do Paraná.

2. RECONHEÇO, a situação administrativa ensejada de inexigibilidade de licitação nos termos do inciso IV do Art. 74 da Lei Federal nº 14.133/2021, § 2º do Art. 2º da Lei Estadual nº 18.976/2017, através da utilização do credenciamento enquadrado no preceito de que o mesmo objeto pode ser realizado simultaneamente por diversos contratados, conforme arts. 228 e seguintes, especialmente o art. 257, ambos do Decreto Estadual nº 10.086/2022.

3. A vigência inicial do Contrato será de 05 (cinco) anos, a contar da data de sua assinatura, cuja eficácia financeira dar-se-á a partir da publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Estado do Paraná (Art. 405 do Decreto Estadual nº 10.086/2022), podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, mediante autorização da autoridade competente atestando que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração. (Art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021 c/c Art. 406 do Decreto Estadual nº 10.086/2022)

4. O valor mensal estimado para execução do presente contrato importa em R$ 7.438,83 (sete mil, quatrocentos e trinta e oito reais e oitenta e três centavos), e Serviços Públicos de Saúde – Transferência proveniente do

Governo Federal/Fonte 600, totalizando o valor anual de R$ 82.265,96 (oitenta e dois mil, duzentos e sessenta e cinco reais e noventa e seis centavos).

5. Condiciono a presente autorização ao cumprimento das exigências previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Estadual nº 10.086/2022, Decreto Estadual nº 8.622 de 31 de julho de 2013, Decreto Estadual nº 4.189 de 25 de maio de 2016, sob pena de cancelamento deste ato.

6. Publique-se e encaminhe-se a DGS para as providências

Curitiba, *datado e assinado digitalmente*.
Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

37940/2024

DESPACHO DO SENHOR SECRETÁRIO DE ESTADO

Protocolo 21.649.971-9

1. AUTORIZO, com fulcro no art. 4º, incisos I e XIII, da Lei Estadual nº 21.352, de 1 de janeiro de 2023, e o art. 8º, inciso IX, do anexo 113060_30131, do Decreto Estadual nº 9.921, de 23 de janeiro de 2014, Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná, além do disposto na Lei Estadual nº 13.331, de 23 de novembro de 2001, Código de Saúde do Estado, parágrafo 3º, do Art.1º, do Decreto Estadual nº 4.189 de 25 de maio de 2016, Informação nº 421/2023 - PRC/PGE, a realização da Contratualização da APAE de Siqueira Campos / Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Siqueira Campos, situada à Avenida Joaquim Antônio de Carvalho, nº 370, Centro, na cidade de Siqueira Campos, inscrita no CNPJ sob o nº 78.595.857/0001-99, CNES nº 3440540, através de Contrato para Prestação de Serviço Especializado em Reabilitação Intelectual para avaliação, atendimento e reabilitação de pessoas com suspeita e/ou diagnóstico de Deficiência Intelectual/Transtorno do Espectro Autista (TEA), usuários do Sistema Único de Saúde - SUS no Estado do Paraná.

2. RECONHEÇO, a situação administrativa ensejada de inexigibilidade de licitação nos termos do inciso IV do Art. 74 da Lei Federal nº 14.133/2021, § 2º do Art. 2º da Lei Estadual nº 18.976/2017, através da utilização do credenciamento enquadrado no preceito de que o mesmo objeto pode ser realizado simultaneamente por diversos contratados, conforme arts. 228 e seguintes, especialmente o art. 257, ambos do Decreto Estadual nº 10.086/2022.

3. A vigência inicial do Contrato será de 05 (cinco) anos, a contar da data de sua assinatura, cuja eficácia financeira dar-se-á a partir da publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Estado do Paraná (Art. 405 do Decreto Estadual nº 10.086/2022), podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, mediante autorização da autoridade competente atestando que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração. (Art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021 c/c Art. 406 do Decreto Estadual nº 10.086/2022)

4. O valor mensal estimado para execução do presente contrato importa em R$ 47.214,24 (quarenta e sete mil, duzentos e quatorze reais e vinte e quatro centavos), sendo R$ 47.214,24 (quarenta e sete mil, duzentos e quatorze reais e vinte e quatro centavos) com recursos provenientes do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Transferência proveniente do Governo Federal/Fonte 600, totalizando o valor anual de R$ 566.570,88 (quinhentos e sessenta e seis mil, quinhentos e setenta reais e oitenta e oito centavos).

5. Condiciono a presente autorização ao cumprimento das exigências previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Estadual nº 10.086/2022, Decreto Estadual nº 8.622 de 31 de julho de 2013, Decreto Estadual nº 4.189 de 25 de maio de 2016, sob pena de cancelamento deste ato.

6. Publique-se e encaminhe-se a DGS para as providências.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente*.
Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

37946/2024

Secretaria da Segurança Pública

RESOLUÇÃO N° 188/2024

Firmar, Termo de Ajustamento de Conduta – TAC com a empresa SUPERAR LTD

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 4º, incisos II e VII da Lei Estadual 21.352, de 1° de janeiro de 2023, pelo Decreto Estadual nº 5.887, de 15 de dezembro de 2005, e pelo Decreto Estadual nº 4468, de 18 de Dezembro de 2023 e conforme protocolo n.º 21.562.812-4.

RESOLVE:

Art. 1º. Firmar, nos termos dos arts. 208 e 214, ambos da Lei Estadual n.° 20.656/2021 o Termo de Ajustamento de Conduta – TAC n.° 005/2024 com a empresa SUPERAR LTDA, inscrita sob o CNPJ n.° 13.482.516/0001-61, admitida pelo Contrato n.° 0900/2023 – GMS n.° 4807/2023, cujo objeto seria a aquisição de ares-condicionados, para atender a demanda do Centro de Educação Física e Desportos – CEFID/PMPR.

Art. 2º. A COMPROMISSÁRIA, nos termos do art. 210, inciso IV, alínea "d", da Lei Estadual n.° 20.656/2021, se compromete a solicitar formalmente e tempestivamente todos os pedidos de prorrogação de prazo de entrega, no caso de empecilhos para futuras entregas e contratações com a Administração, pelos próximos 02 (dois) anos, a contar desta publicação.

Art. 3°. Designar, o setor Comissão de Processos Administrativos Disciplinares - CPPAD/SESP, como responsável por acompanhar e fiscalizar a execução deste TAC, nos termos do art. 211, da Lei Estadual n.° 20.656/2021.

Art. 4º. O presente procedimento de ajustamento terá vigência de 02 (dois) anos, a contar desta publicação.

Art. 5º. Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba-Paraná, 15 de abril de 2024.

Cel. PM RR Hudson Leôncio Teixeira
Secretário de Estado da Segurança Pública

37814/2024

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA.

O Presidente da Comissão de Processo Administrativo n.º 010/2024/SESP, Paulo Roberto Lima Garcindo Fernandes de Sá, no uso das atribuições que lhe são conferidas através da Resolução n.º 175/2024/SESP, publicada em DIOE n.º 11.636, de 10 de abril de 2024, e em razão do exposto pelo protocolo n.º 21.975.472-8, conforme preconiza o artigo 29, inciso I, da Lei Estadual n.° 20.656/2021;

NOTIFICA:

1. **PAULO EDUARDO MIQUILINO RODRIGUES, RG: 15.655.539-8,** para se apresentar perante a Receita Estadual do Paraná, a fim de ressarcir custos devidos ao Estado, ou ainda, apresentar recurso sobre a decisão da matéria que trata o protocolo supramencionado, o qual se encontra à disposição mediante solicitação via e-mail paulo.sa@policiapenal.pr.gov.br ou fisicamente na Rua Maria Petroski, 3312 – Bacacheri - 82600-730 - Curitiba/PR, no prazo de 15 (quinze) dias úteis após a publicação em Diário Oficial do Estado.

Curitiba, 15 de abril de 2024.

Paulo Roberto Lima Garcindo Fernandes de Sá,
Presidente da Comissão de PA n.º 010/2024 – SESP.

37217/2024

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo nº. 21.974.979-1

I. AUTORIZO, nos termos do artigo 1º, §§ 1º e 5º e do artigo 2º, § 3º, do Decreto Estadual nº 1.675/2023 e conforme certificado pelo respectivo Núcleo de Apoio, o uso de placas particulares por veículos oficiais, para serviço policial de natureza reservada, conforme justificativa e elementos da solicitação apresentados à fls. 2;

II. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade. O exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade dos titulares dos setores responsáveis pelas informações.

III. PUBLIQUE-SE;

IV. ENCAMINHE-SE ao Exmo. Sr. Diretor-Geral do DETRAN/PR para as medidas administrativas decorrentes, inclusive o prazo de vencimento da respectiva placa, nos termos do § 4º, do artigo 2º, do Decreto Estadual nº 1.675/2023.

Curitiba-Paraná, 15 de abril de 2024.

Cel. PM RR Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

37816/2024

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

P O R T A R I A Nº 751-DPC

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais;

Considerando a Resolução nº 246/2023;

Considerando protocolo nº 21.852.738-8, resolve,

D E S I G N A R

KLEUDSON MOREIRA TAVARES, RG 10013171-4, Delegado de Polícia de 1ª classe, exercendo suas funções no GABINETE DO DELEGADO GERAL, para exercer a Função Privativa Policial de Chefe – FPP4, pelo GRUPO AUXILIAR FINANCEIRO, durante férias do titular MARCOS MAURICIO PESTANO, RG 14023203-3, Delegado de Polícia 3ª classe, no período de 16/03/2024 a 04/04/2024.

Curitiba, 10 de abril de 2024.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

P O R T A R I A Nº 753 -DPC

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o protocolo sob nº 21.989.021-4, resolve,

D E S I G N A R

PALOMA GONÇALVES BATISTA, RG 16248251-3, Delegada de Polícia de 4ª classe, exercendo suas funções como Delegada Adjunta da DELEGACIA DA MULHER DE MARINGÁ, da Divisão de Polícia Especializada, para responder cumulativamente como Delegada Chefe pelo NÚCLEO DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE VÍTIMAS DE CRIMES DE MARINGÁ, durante férias da titular KAREN FRIEDRICH NASCIMENTO, RG 7162899-0, Delegada de Polícia de 3ª classe, durante o período de 15/07/2024 a 29/07/2024.

Curitiba, 10 de abril de 2024.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

P O R T A R I A Nº 754-DPC

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II e §1º, artigo 64, da Lei Complementar nº 259/2023 e inciso II, do art. 38, da Constituição do Estado do Paraná;

Considerando o protocolo nº 21.968.615-3, resolve,

R E M O V E R A P E D I D O

HUGO RICARDO DA SILVA SANTOS, RG 7855375-8, AGENTE DE POLÍCIA JUDICIÁRIA;

DO(A): 5.ª Subdivisão Policial de PATO BRANCO, da Divisão Policial do Interior.

PARA: 7.ª Subdivisão Policial de UMUARAMA, da mesma Divisão.

Curitiba, 10 de abril de 2024.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

P O R T A R I A Nº 756-DPC

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I, do artigo 64, da Lei Complementar nº 259/2023;

Considerando o protocolo n.º 21.953.943-6;

Considerando que a movimentação de pessoal no âmbito da Polícia Civil é realizada sempre com base no interesse da administração e da conveniência do serviço;

Considerando que é meta da Pasta da Segurança Pública a otimização das atividades de rotina, sobretudo as relacionadas com a Polícia Judiciária, objetivando a melhor qualidade de trabalho em favor do cidadão e da comunidade, resolve,

R E M O V E R

ALEX SANDRO LUIZ GONÇALVES, RG 4296060-8, AGENTE DE POLÍCIA JUDICIÁRIA;

DO(A): DELEGACIA DE HOMICÍDIOS, da 15.ª Subdivisão Policial de CASCAVEL, da Divisão Policial do Interior.

PARA: 15.ª Subdivisão Policial de CASCAVEL, da mesma Divisão.

Curitiba, 11 de abril de 2024.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

P O R T A R I A Nº 762 -DPC

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o protocolo sob nº 21.949.964-7, resolve,

D E S I G N A R

LUÍS FERNANDO ALVES SILVA, RG 16248232-7, Delegado de Polícia de 4ª classe, exercendo suas funções na 21.ª SUBDIVISÃO POLICIAL DE CIANORTE, da Divisão Policial do Interior, para responder cumulativamente como Delegado Chefe pela DELEGACIA DA MULHER DE CIANORTE, da Divisão de Polícia Especializada, durante férias do titular WAGNER SOARES QUINTÃO DOS SANTOS, RG 14087201-6, Delegado de Polícia de 3ª classe, durante o período de 23/04/2024 a 22/05/2024.

Curitiba, 12 de abril de 2024.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Gera

P O R T A R I A Nº 763-DPC

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o protocolo sob nº 22.002.362-1, resolve,

D E S I G N A R

MICHAEL EYMARD ROCHA DE FRANÇA ARAUJO, RG 10019020-6, Delegado de Polícia de 2ª classe, exercendo suas funções na 39.ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE BANDEIRANTES, da 11.ª Subdivisão Policial de Cornélio Procópio, da Divisão Policial do Interior, para responder cumulativamente como Delegado Chefe da DELEGACIA DE POLÍCIA DE SANTA MARIANA, da mesma Subdivisão e Divisão, durante a Licença Gala da titular THAIS BATISTA MIDAUAR**,** RG 16248264-5, Delegada de Polícia de 4ª classe, no período de 10/05/2024 a 18/05/2024.

Curitiba, 12 de abril de 2024.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

P O R T A R I A Nº 764-DPC

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o protocolo sob nº 21.191.400-9, resolve,

L O T A R

a partir de 01/01/2024, ELIZANGELA PAULA PASSARELLA, RG 7862879-0, AGENTE DE POLÍCIA JUDICIÁRIA;

NO(A): GRUPO AUXILIAR DE RECURSOS HUMANOS II - SITUAÇÕES DIVERSAS.

FICANDO DISPENSADO(A) DO(A): Delegacia de Polícia de PALOTINA, da Divisão Policial do Interior.

MOTIVO: Tendo em vista licença sem vencimentos, com início em 01/01/2024 e término em 30/12/2025, conforme Portaria nº 126/2023-SESP, publicada no DIOE nº 11546, de 22/11/2023.

Curitiba, 12 de abril de 2024.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

P O R T A R I A Nº 765-DPC

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o protocolo nº 22.000.966-1, resolve,

L O T A R

a partir de 15/04/2024, KAMIL SALMEN, RG 4388253-8, AGENTE DE POLÍCIA JUDICIÁRIA;

NO(A): Delegacia de Polícia de TIJUCAS DO SUL, da Divisão de Polícia Metropolitana.

FICANDO DISPENSADO(A) DO(A): GRUPO AUXILIAR DE RECURSOS HUMANOS II - SITUAÇÕES DIVERSAS.

MOTIVO: Suspensão da licença sem vencimentos a partir de 15/04/2024, conforme Portaria nº 015/GARH, publicada no DIOE nº11638, de 12/04/2024.

Curitiba, 12 de abril de 2024.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

P O R T A R I A Nº 766 -DPC

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o protocolo sob nº 21.958.532-2, resolve,

D E S I G N A R

DAMIAO BENASSI JUNIOR, RG 7804185-4, Delegado de Polícia de 3ª classe, exercendo suas funções na Delegacia de Polícia de SERTANÓPOLIS, da 22.ª Subdivisão Policial de ARAPONGAS, da Divisão Policial do Interior, para responder cumulativamente como Delegado Chefe pela 29.ª Delegacia Regional de Polícia de ROLÂNDIA, da mesma Subdivisão e Divisão, durante férias do titular BRUNO SILVA ROCHA, RG 14037964-6, Delegada de Polícia de 3ª classe, durante o período de 25/04/2024 a 21/05/2024.

Curitiba, 12 de abril de 2024.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Gera

37656/2024

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL

PORTARIA Nº 331 – DRH, 12 DE ABRIL DE 2024.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DA POLÍCIA PENAL – DEPPEN, no uso das atribuições que lhe conferem a Resolução nº 246, de 03 de março de 2023 da Secretaria de Estado da Segurança Pública, e considerando o contido no protocolo n° 21.267.718-3,

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR, o servidor Julio Cesar Vicente Franco, CPF XXX.XXX.149-60, ocupante do cargo Policial Penal, para exercer Função Privativa Policial de Chefe Administrativo de Estabelecimento Penal – simbologia FPP-7, da Colônia Penal Industrial de Maringá, sem prejuízo das suas funções de Diretor de Estabelecimento Penal, durante as férias do titular Vitor Tadeu Scaramella, CPF XXX.XXX.198-29, ocupante do cargo Policial Penal, no período de 22 de abril de 2024 a 15 de maio de 2024.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Maurício Ferracini dos Santos
Diretor-Geral da Polícia Penal, em exercício.

37606/2024

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL

PORTARIA Nº 332 – DRH, 12 DE ABRIL DE 2024.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DA POLÍCIA PENAL – DEPPEN, no uso das atribuições que lhe conferem a Resolução nº 246, de 03 de março de 2023 da Secretaria de Estado da Segurança Pública, e considerando o contido no protocolo n° 21.828.147-8,

RESOLVE:

Art. 1º. RETIFICAR, a Portaria nº 278 de 20 de março de 2024, publicada no DIOE nº 11.624 de 21 de março de 2024, de modo que, na parte onde se lê: "no período de 01 de abril de 2024 a 30 de abril de 2024", leia-se: "no período de 01 de abril de 2024 a 21 de abril de 2024".

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Maurício Ferracini dos Santos
Diretor-Geral da Polícia Penal, em exercício.

37607/2024

GABINETE DO DIRETOR-GERAL

Protocolo nº. 21.631.555-3

I. RECONHEÇO E INDENIZO, com base na Informação nº 521/2024-AT/SESP, no artigo 90, parágrafo único, da Constituição do Estado do Paraná e no artigo 5º, inciso I, da Lei Estadual nº 21.352/2023 c/c o artigo 1º, §§ 3º e 5º, do Decreto Estadual nº 4.189/2016, em favor da empresa **TECPRINTERS TECNOLOGIA DE IMPRESSÃO LTDA.,** inscrita no CNPJ nº 00.809.489/0001-47, o valor total de **R$ 3.457,31 (três mil quatrocentos e cinquenta e sete reais e trinta em um centavos),** referente aos serviços prestados no mês de dezembro de 2023, conforme consta na ND 27342 e NF 27801, vinculadas ao contrato emergencial nº 0303/2023.

II. Em razão do reconhecimento da despesa e da justificativa exarada pela origem (fl. 02), não há justa causa para apuração de responsabilidade funcional sobre a causa, não restando prejuízo ao erário;

III. PUBLIQUE-SE;

IV. ENCAMINHE-SE à unidade solicitante para as demais providências legais.

Curitiba-Paraná, datado e assinado digitalmente.

Coronel PM Adilson Luiz Lucas Prüsse,
Diretor-Geral da SESP

37678/2024

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo nº. 21.848.135-3

I. RETIFICO, o Despacho de Autorização de fls. 27, publicado em Diário Oficial nº 11632, de 04/04/2024 (fls. 29), nos termos a seguir:

II. ONDE SE LÊ:

"II. DETERMINO que a presente decisão e demais documentos que integram o presente protocolo, sejam incluídos no protocolo 20.999.785-1 em que tramita o Pregão Eletrônico nº. 918/2023;"

III. LEIA-SE:

"II. DETERMINO que a presente decisão e demais documentos que integram o presente protocolo, sejam incluídos no protocolo 20.999.785-1 em que tramita o Pregão Eletrônico nº. 918/2023; Determino ainda, o encaminhamento ao CPPAD para apuração das condicionantes fáticas que levaram a manutenção do posicionamento da Pregoeira no aludido processo;

IV. PUBLIQUE-SE, no prazo legal;

Curitiba-Paraná, 15 de abril de 2024.

Cel. PM RR Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

37661/2024

GABINETE DO DIRETOR-GERAL

Protocolo nº. 21.928.244-3

I. INDENIZO, consoante o contido no presente protocolo, a despesa decorrente de atividade extrajornada voluntária – DEAEV, alusiva ao mês de fevereiro de 2024, no valor total de R$ 180,00 (cento e oitenta reais), em favor do Sd. QPMG 1-0 Lucas Rodrigues;

II. Em razão do reconhecimento da despesa e da justificativa exarada pela origem, não há justa causa para apuração de responsabilidade funcional sobre a causa, não restando prejuízo ao erário;

III. PUBLIQUE-SE;

IV. ENCAMINHA-SE à unidade solicitante, para as demais providências legais.

Curitiba, 16 de abril de 2024.

Coronel PM Adilson Luiz Lucas Prüsse,
Diretor-Geral da SESP.

37689/2024

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

RESOLUÇÃO N° 189/2024

Designa a Comissão Permanente de Procedimentos Patrimoniais de Inventário, Inservibilidade e/ou Desnecessidade dos Bens Mobiliários da 3ª Seção do Estado-Maior da Polícia Militar do Paraná.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições legais que lhe conferem o art. 90 da Constituição Estadual, o art. 4º da Lei Estadual nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, em observância ao inciso II, do art. 2º, do Decreto Estadual nº 4.336, de 25 de fevereiro de 2009, ao Parecer Referencial nº 011/23-PGE, aprovado pela Resolução PGE nº 140, de 26 de julho de 2023, e conforme o contido no e-protocolo nº 21.992.217-5;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR os militares estaduais abaixo relacionados para compor a Comissão Permanente de Inventário e de Avaliação de Inservibilidade e/ou Desnecessidade de Bens Móveis da 3ª Seção do Estado-Maior da Polícia Militar do Paraná:

Função	Nome	RG
Presidente	1º Ten. QOPM Cleiton Giacomelli da Silva	XXX.XXX.339-23
Membros	2º Sgt. QPM 1-0 Magno da Silva Ribeiro	XXX.XXX.759-24
	Sd. QPM 1-0 Jéssica Franzosi Costa	XXX.XXX.949-47

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba-Paraná, 15 de abril de 2024.

Cel. PM RR Hudson Leôncio Teixeira
Secretário de Estado da Segurança Pública

37818/2024

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo nº. 22.008.258-0

I. AUTORIZO nos termos do artigo 1º, §§ 1º e 5º e do artigo 2º, § 3º, do Decreto Estadual nº 1.675/2023 e conforme certificado pelo respectivo Núcleo de Apoio, o uso de placas particulares por veículos oficiais, para serviço policial de natureza reservada, conforme justificativa e elementos da solicitação apresentados à fls. 7;

II. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade. O exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade dos titulares dos setores responsáveis pelas informações.

III. PUBLIQUE-SE;

IV. ENCAMINHE-SE ao Exmo. Sr. Diretor-Geral do DETRAN/PR para as medidas administrativas decorrentes, inclusive o prazo de vencimento da respectiva placa, nos termos do § 4º, do artigo 2º, do Decreto Estadual nº 1.675/2023.

Curitiba-Paraná, 15 de abril de 2024.

Cel. PM RR Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

37640/2024

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo nº. 22.008.755-7

I. AUTORIZO, nos termos do artigo 1º, §§ 1º e 5º e do artigo 2º, § 3º, do Decreto Estadual nº 1.675/2023 e conforme certificado pelo respectivo Núcleo de Apoio, o uso de placas particulares por veículos oficiais, para serviço policial de natureza reservada, conforme justificativa e elementos da solicitação apresentados à fls. 9;

II. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade. O exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade dos titulares dos setores responsáveis pelas informações.

III. PUBLIQUE-SE;

IV. ENCAMINHE-SE ao Exmo. Sr. Diretor-Geral do DETRAN/PR para as medidas administrativas decorrentes, inclusive o prazo de vencimento da respectiva placa, nos termos do § 4º, do artigo 2º, do Decreto Estadual nº 1.675/2023.

Curitiba-Paraná, 15 de abril de 2024.

Cel. PM RR Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

37637/2024

PORTARIA N° 050/2024

O **Diretor-Geral da Polícia Científica (PCP)**, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, de acordo com os arts. 24 e 33 do anexo único do Decreto n.º 5.887, de 15 de dezembro de 2005; Decreto n.º 3.186, de 28 de outubro de 2019 e Resolução n.º 005 de 11 de janeiro de 2018 e Resolução nº 038/2024-SESP,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor Lennon Biancato Ruhnke, CPF XXX.XXX.389-92 como Gestor do Fundo Rotativo da Unidade de Execução Técnico-Científica de Cascavel.

Art. 2º Fica dispensado da condição de Gestor do Fundo Rotativo da Unidade de Execução Técnico-Científica de Cascavel, o servidor Juari Soares de Carvalho, CPF XXX.XXX.609-70.

Luiz Rodrigo Grochocki,
Diretor-Geral da Polícia Científica.

37855/2024

POLÍCIA CIENTÍFICA
CORREGEDORIA

Portaria nº 22/2024

A Corregedora da Polícia Científica do Paraná, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas de acordo com os art. 14 da Lei nº 21.117 de 30 de junho de 2022, art. 99 da Lei nº 20.656 de 03 de agosto de 2021 e Decreto nº 12.197 de 14 de setembro de 2022.

DETERMINA

A substituição da servidora Roslaine Paz Ferreira Martins - CPF XXX. XXX.619-20, membro da Comissão de Sindicância nº 21.221.296-2, nomeada pela Portaria nº 20/2024, publicada no DIOE 11.638 de 12/04/2024, **pelo servidor Davi Azevedo de Queiroz Santos** – CPF XXX.XXX.473-15.

Curitiba, 16 de abril de 2024.

Joice Malakoski
Corregedora da Polícia Científica

37854/2024

PORTARIA N° 048/2024 – PCP

O **Diretor-Geral da Polícia Científica (PCP)**, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, de acordo com a Lei nº 21.117/2022, arts. 24 e 33 do anexo único do Decreto n.º 5.887, de 15 de dezembro de 2005 e Decreto n.º 3.186, de 28 de outubro de 2019, Resolução n.º 005 de 11 de janeiro de 2018 e Resolução nº 038/2024-SESP, **RESOLVE:**

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados para, sob a presidência do primeiro, compor a Comissão Permanente de Bens Patrimoniais; a Comissão de Inventário; e a Comissão de Inservibilidade e avaliação de Bens da Polícia Científica do Paraná:

Philippe Alicio Carvalho, CPF XXX.XXX.429-93;
Alessandro Burko Lopes, CPF XXX.XXX.119-58;
Josué Tadeu Borba, CPF XXX.XXX.959-49;
Márcio Alexandre Tavares, CPF XXX.XXX.609-44;
Hideraldo Daniel Tavares, CPF XXX.XXX.509-91;
Edison Luiz Ferreira, CPF XXX.XXX.249-20;

Art. 2º Fica revogada a Portaria nº 139/2023

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Luiz Rodrigo Grochocki
Diretor-Geral da Polícia Científica

37852/2024

PORTARIA N° 049/2024 – PCP

O **Diretor-Geral da Polícia Científica (PCP)**, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, de acordo com a Lei nº 21.117/2022, arts. 24 e 33 do anexo único do Decreto n.º 5.887, de 15 de dezembro de 2005 e Decreto n.º 3.186, de 28 de outubro de 2019, Resolução n.º 005 de 11 de janeiro de 2018 e Resolução nº 038/2024-SESP, **RESOLVE:**

Art. 1.º Delegar ao servidor **Simone Marin Israel**, Chefe do Departamento de Gestão do Transporte Oficial do Estado do Paraná – DETO, a atribuição de **endossar como proprietário vendedor os Certificados de Registro de Veículos** alienados por meio de **LEILÃO** PÚBLICO de propriedade da Polícia Científica do estado do Paraná.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada demais disposições em contrário.

Luiz Rodrigo Grochocki
Diretor-Geral da Polícia Científica

37853/2024

Secretaria do Trabalho, Qualificação e Renda

SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO, QUALIFICAÇÃO E RENDA – SETR – CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº 1870/2024. - PROTOCOLO 21.010.780-0 Locatário: Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda **Locador: CEQUINEL E FILHOS PARTICIPAÇÕES.** Objeto: Locação de imóvel para a instalação da Agência do Trabalhador de Campo Largo. **Vigência: 13/05/2024 a 12/05/2025. Valor: R$ 150.000,00** (cento e cinquenta mil reais). **Dotação Orçamentária**: - **06300.6302.11.333.36.8472** – Políticas Públicas de Trabalho, Emprego e Renda, Natureza de Despesa **3390.3900** – OST – Pessoa Jurídica, Subelemento **3910** – Locação de Imóveis – **Fonte 761** e **06360.6360.11.333.36.8049** – Ações do Fundo Estadual do Trabalho, Natureza de Despesa **3390.3900** – OST – Pessoa Jurídica, Subelemento **3910** – Locação de Imóveis – **Fonte 700**.
Despacho de Autorizo nº 251/2024, 12/03/2024.

Mauro Moraes
Secretário de Estado da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda

37572/2024

SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO, QUALIFICAÇÃO E RENDA – SETR – REPUBLICAÇÃO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº 008/2020, GMS 2112/2020. - PROTOCOLO 21.629.508-0 Locatário: Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda **Locador: CARLOS ALBERTO BEZERRA.** Objeto: **Prorrogação de locação de imóvel da Agência do Trabalhador de Colorado,** pelo período de 12 (doze) meses**, a partir de 23/03/2024 a 22/03/2025; Valor Total: R$ 2.530,00 (dois mil e quinhentos e trinta reais). Dotação Orçamentária:- 06300.6302.11.333.36.8472** – Políticas Públicas do Trabalho, Emprego e Renda, Natureza da Despesa **3390.3600** – OST – Pessoa Física, Subelemento **3615** – Locação de Imóveis, **Fonte 761** e **06360.6360.11.333.36.8049** – Ações do Fundo Estadual do Trabalho, Natureza da Despesa **3390.3600** – OST – Pessoa Física, Subelemento **3615** – Locação de Imóveis, **Fonte 700.**

Despacho de Autorizo **nº 281/2024** em 21/03/2024.

Kevin Luan Bossa
Diretor-Geral da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda

37972/2024

DESPACHO SECRETARIAL nº 340/2024 – SETR
Referente ao Protocolo nº 21.679.439-7

I. **AUTORIZO**, com fulcro no art. 5º da Lei Estadual nº 21.352/2023, considerando que a despesa já fora autorizada em Despacho nº 493/*2023-GS*/SETR (protocolo nº 20.460.440-1), com base na no Despacho do Núcleo Administrativo Setorial (mov. 48), na Informação nº 273/2024-NFS/SETR e na Informação Técnica nº 249/2023-AT/SETR (mov. 26), na Informação Nº 101/2018-ATJ/GAB/PGE e Acórdão nº 216/2013 – TCE/PR **o pagamento do boleto nº nº 0013193586 e 0013193148, em que pese o Contrato Administrativo nº 4199/2022 encontre-se em registrado em CNPJ da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, atinentes a prestação de serviço de telefonia fixa comutada em atendimento a esta SETR, em benefício da Empresa OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, inscrita sob o CNPJ 76.535.764/0001-43, no valor de R$ 30.337.55 (trinta mil, trezentos e trinta e sete reais e cinquenta e cinco centavos),** referente a período de 01.2024, 02/2024 e 03/2024, ainda que existam pendências constatadas em Certidão Negativa Correcional (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM), mov. 42.

II. **CONDICIONO** ao cumprimento da legislação aplicável à matéria, sendo de inteira responsabilidade do SETR/NAS, a certificação da regularidade formal do expediente e dos documentos que o instruem. Além disso, na ocasião da formalização do Contrato, as habilitações fiscais e trabalhistas bem como as consultas aplicáveis à matéria (GMS, CADIN e CEIS), devem estar dentro do prazo de validade e sem pendências.

III. **PUBLIQUE-SE**, de acordo com a Lei nº 16.595/2010;

IV. **Ao SETR/NFS** para providências.

Curitiba, 15 de abril de 2024.

Kevin Luan Bossa
Diretor-Geral da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda
(Resolução nº 003/2023-SETR/GS)

37583/2024

DESPACHO nº 343/2024 – SETR
Referente ao Protocolo nº 22.002.475-0

I. **AUTORIZO**, com fulcro no art. 5º, da Lei Estadual nº 21.352/2023, com fulcro no contido no artigo 126, do Decreto nº 10.086/2022, na Informação 268/2023-NFS/SETR (mov. 13) e na Informação nº 254/2024-AT/SETR (mov. 23), considerando que este órgão é participante do Pregão Eletrônico nº 467/2023, **a aquisição de 9.440 (nove mil, quatrocentos e quarenta) copos descartáveis, com capacidade para 180 ml, no valor unitário de R$ 3,12 (três e doze centavos), por meio do Registro de Preço oriundo do Pregão Eletrônico nº 467/2023, no valor total de compra de R$ 29.452,80 (vinte e nove mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais e oitenta centavos), COM RECURSOS ORIUNDOS DO FUNDO ESTADUAL DO TRABALHO/FUNDO DE AMPARO DO TRABALHADOR, seguindo o Plano de Ações e Serviços da Rede SINE/PR (mov. 3),** tendo como vencedora do processo de licitação: ISANETE APARECIDA PACHECO COMERCIO VAREJISTA DE COSMETICOS E PAPELARIA, inscrita no CNPJ/MF sob nº: 34.396.791/0001-32, desde que cumpridas as exigências estabelecidas em Decreto Estadual nº 7.303/2021 e Lei nº 14.133/2021**.**

II. **CONDICIONO** ao cumprimento da legislação aplicável à matéria, sendo de inteira responsabilidade do NAS/SETR, a certificação da regularidade formal do expediente e dos documentos que o instruem. Além disso, na ocasião da formalização do Contrato, as habilitações fiscais e trabalhistas bem como as consultas aplicáveis à matéria (GMS, CADIN e CEIS), devem estar dentro do prazo de validade e sem pendências.

III. **PUBLIQUE-SE**, de acordo com a Lei nº 16.595/2010.

IV. Ao NAS/SETR para providências.

Curitiba, 15 de abril de 2024.

Kevin Luan Bossa
Diretor-Geral da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda
(Resolução nº 003/2023-SETR/GS)

37467/2024

RESOLUÇÃO N.º 026/2024 – SETR
(Protocolo nº 22.012.937-3)

Designa servidores para desempenharem a função de gestor e fiscal em Contrato Administrativo firmado por esta SETR.

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO, QUALIFICAÇÃO E RENDA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 5º da Lei Estadual nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, regulamentada pelo Decreto nº 003, de 01 de janeiro de 2023, nomeado pelo Decreto nº

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

064/2023, publicado no Diário Oficial do Paraná do dia 5 de janeiro de 2023, edição 11332.

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR, os servidores abaixo nominados para exercerem a função de gestor administrativo e fiscais do **Contrato Administrativo nº 735/2023** com atribuições constantes no contrato e na Lei Estadual nº 15.608/2007, conforme tabela abaixo:

PROTOCOLO(S)	Contrato Administrativo 19.986.947-7 1º TAP Reajuste 2022 – 20.749.634-0 2ª TAP Reajuste 2023 – 20.765.082-0 1º TA Prorrogação – 21.381.011-1 3º TAP Indicação Orçamentária – 21.564.926-1
CONTRATO (s)	**735/2023 (GMS)**
VIGÊNCIA	13/02/2023 a 12/02/2025
VALOR TOTAL	R$ 10.938.561,60
GESTOR	Rodolfo Laurentino Pereira RG: 9.444.217-6
FISCAIS TITULARES	**SEDE SETR** Ana Paula de Mazi RG:6.327.407-0
	Agência do Trabalhador de Curitiba Rafael Aurélio dos Santos RG: 7.365.299-5
FISCAL SUBSTITUTO	Sede da SETR Tamara Caroline Mohr Sangado RG 88130 OAB PR
	Agência do Trabalhador de Curitiba Tamara Caroline Mohr Sangado RG 88130 OAB PR

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Resolução nº 025/2023 e qualquer outra disposição ao contrário.

Curitiba, 15 de abril de 2024.

Kevin Luan Bossa
Diretor-Geral da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda
(Resolução nº 003/2023-SETR/GS)

37165/2024

RESOLUÇÃO n.º 551/2024

O Conselho Estadual do Trabalho, Emprego e Renda – CETER, instituído pela Lei n.º 19.847, de 29 de abril de 2019, e;

Considerando o determinado pelo art. 3°, §2° da Lei n.° 13.667, de 17 de maio de 2018, e o art 6º, inciso II da Resolução CODEFAT nº 831, de 21 de maio de 2019, no uso de suas atribuições legais, e;

Considerando a Lei Federal n.º 13.667, de 17 de maio de 2018 que dispõe sobre o Sistema Nacional de Emprego – SINE, e;

Considerando a Lei Estadual n.º 19.847, de 19 de abril de 2019 que instituiu o Fundo Estadual do Trabalho do Estado do Paraná – FET/PR com a finalidade de gerir a política estadual de trabalho, emprego e renda, em consonância com o Sistema Nacional de Emprego – Sine, e;

Considerando a Resolução do CODEFAT n.º 888 de 2 de dezembro de 2020, que regulamenta as ações de acompanhamento, fiscalização e prestação de contas dos recursos federais descentralizados para os fundos do trabalho das esferas de governo que aderirem ao SINE;

Considerando a Portaria SEPRT n.º 2893 de 10 de março de 2021, que dispõe sobre o relatório de Gestão dos Blocos de Ações e Serviços "Gestão e Manutenção da Rede de Unidades de Atendimento do SINE" e "Fomento à Geração de Emprego e Renda";

Considerando que o Conselho Estadual do Trabalho, Emprego e Renda – CETER foi credenciado em 09 de outubro de 2020 conforme Ofício SEI n.º 255253/2020/ME;

RESOLVE:

Aprovar o replanejamento do Plano de Ações e Serviços – PAS 2023 - 00220820230007 do Bloco de Ações e Serviços Gestão e Manutenção da Rede de Unidades de Atendimento do SINE do Estado do Paraná, proposta pela Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda.

Art. 1º Aprovar o sobre o aspecto técnico financeiro o Plano de Ações e Serviços – PAS do Bloco de Ações e Serviços Gestão e Manutenção da Rede de Unidades de Atendimento do SINE do Estado do Paraná, em razão de ter concluído, com base em análises das informações fornecidas pela Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda – SETR que:
I – está em conformidade com as orientações do modelo constante do Anexo I da Portaria SPPE/MTE n.º 8.057 de 20 de março de 2020;
II – as ações estão adequadas ao objeto geral e à meta de resultado esperadas;

III – a destinação de recursos está adequada às ações;
IV – a destinação dos recursos a serem repassados pela União, do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT ou provenientes de Emendas Parlamentares, limita-se à relação de naturezas de despesas constantes do Anexo III da portaria SPPE/MTE n.º 8.057 de 20 de março de 2020;
V – a destinação dos recursos alocados pelo Estado do Paraná ao Fundo Estadual do Trabalho – FET está em consonância com o previsto em sua Lei Orçamentária Anual e atende ao disposto na legislação municipal/estadual/distrital de trabalho, emprego e renda e às deliberações deste Conselho Estadual do Trabalho, Emprego e Renda – CETER/PR;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Pato Branco, 11 de abril de 2024.

Paulo Roberto dos Santos Pissinini Junior
Presidente do CETER/PR

RESOLUÇÃO 551/2024

FACIAP_____	CSB_____
FAEP_____	CTB_____
FECOMÉRCIO_____	CUT_____
FEPASC_____	F.SINDICAL_____
FETRANSPAR_____	NCST_____
FIEP-PR_____	UGT_____
SEED_____	SESA_____
SEPL_____	SRT_____
SETR_____	FOMENTO_____

Pato Branco, 11 de abril de 2024.

Publique-se

37732/2024

I PLANO DE AÇÃO E SERVIÇOS DO SISTEMA NACIONAL DE EMPREGO-SINE

Transferência de Recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador para o Fundo do Estadual do Trabalho

Bloco de Gestão e Manutenção da Rede SINE

A aplicação dos recursos que compõem o PAS, transferidos pela União, deve limitar-se à relação de naturezas de despesas apresentada no quadro abaixo.

Natureza de Despesa Descrição da Despesa

3.3.90.14 Diárias – Pessoal Civil

3.3.90.30 Material de Consumo

3.3.90.33 Passagens e Despesas com Locomoção

3.3.90.35 Serviços de Consultoria

3.3.90.36 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física

3.3.90.37 Locação de Mão de Obra

3.3.90.39 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

3.3.90.40 Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação –

Pessoa Jurídica

Os recursos aplicados na natureza de despesa 3.3.90.40 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – Pessoa Jurídica, não incluem aqueles para o desenvolvimento e a manutenção de soluções tecnológicas que possuem funcionalidades já disponibilizadas nos sistemas sob gestão do Ministério do Trabalho e Previdência, conforme § 2º, art. 3°, da Resolução 921/2021.

1.DADOS BÁSICOS:

I. Ente Parceiro: Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda-SETR.

II. Início de Vigência: 01/01/2023

III. Fim da Vigência: 31/12/2023

IV. Fundo Recebedor: Fundo Estadual do Trabalho – FET/Paraná

V. Órgão Repassador: Ministério do Trabalho e Emprego – Secretaria de Qualificação e Fomento à Geração de Emprego e Renda

VI. Programa: Gestão e Manutenção da Rede de Atendimento do SINE

VII. Fundo Repassador: Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT

VIII. DIAGNÓSTICO:

O Estado do Paraná constitui um dos grandes centros empregadores do país ocupando o 4º lugar no ranking pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED. O Estado registrou de janeiro a dezembro de 2022 um saldo (admitidos - desligados = saldo) de 153.693 postos de trabalho, com o município de Curitiba assumindo a liderança do Estado com um saldo de 40.197, seguido do município de Londrina, com um saldo de 8.468 postos e do município de São José dos Pinhais, com um saldo de 7.785 postos.

As Agências do Trabalhador do Paraná colocaram 122.083 trabalhadores no mercado no ano de 2022, destaca-se que até o ano de 2022 estas agências eram vinculadas à Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho – SEJUF, no entanto, após publicação da Lei Estadual nº 21.352/2023, as demandas das Agências passam a ser competência da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda-SETR.

Dentre as ações necessárias para o fortalecimento das Políticas Públicas de Trabalho, Emprego e Renda, a Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda - SETR tem como ênfase o fortalecimento e a melhoria do atendimento nas Agências do Trabalhador. Desta forma, entende-se que as ações relacionadas à "captação de vagas" são essenciais e geram reflexos sobre todo o processo relacionado à intermediação de mão de obra, refletindo diretamente sobre sua qualidade e efetividade no trabalho desenvolvido.

Isto posto, procura-se sempre aprimorar a aproximação da Rede SINE – Sistema Nacional de Emprego às associações comerciais e industriais, criando parcerias com as empresas.

Destaca-se que o SINE promove a pré-seleção do candidato, visando garantir, durante o processo da captação de vagas, a qualidade de condições de trabalho, benefícios, remuneração e todas as informações referentes às exigências do empregador, que possibilitarão, por sua vez, um melhor encaminhamento do trabalhador à vaga e melhores condições de geração de renda.

Atualmente com a implementação do dispositivo SINE Fácil a nossa ação junto às agências de atendimento é a captação de vagas aliada a orientação e qualificação aos trabalhadores que atuam nas agências de forma ampla, portanto, um dos principais focos são a formação e capacitação dos colaboradores para atingir estes objetivos.

A Rede SINE Paraná é composta por 216 Agências do Trabalhador, sendo que de acordo como número de atendimento diário, contamos com 10 unidades de grande porte, 21 unidades de médio porte e 185 unidades de pequeno porte.

Atualmente contamos com 12 Escritórios Regionais, conforme Lei 21.352/2023, Art. 16, Inciso V, que trata do nível de atuação regional na estrutura administrativa. Nível de Atuação Regional: integrado por unidades de representação da Autarquia no interior do Estado, responsáveis pela execução de atividades-fim e de ações administrativas, representado por Chefe de Escritório Regional.

SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO QUALIFICAÇÃO	**CARGO EM COMISSÃO**		**FUNÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA**	
DENOMINAÇÃO	**QUANTIDADE**	**SÍMBOLO**	**QUANTIDADE**	**SÍMBOLO**
SECRETÁRIO DE ESTADO	1	A1	-	-
DIRETOR-GERAL	1	DG-1	-	-
DIRETOR	2	DD-1	-	-
CHEFE DE GABINETE	1	DAS-1	-	-
CHEFE COORDENAÇÃO	10	DAS-2	-	-
ASSESSOR	3	DAS-2	1	FGP-2
ASSESSOR		DAS-3	1	FGP-3
ASSESSOR	3	DAS-4	1	FGP-4
CHEFE NÚCLEO REGIONAL	12	DAS-5	-	-
ASSESSOR	14	DAS-5	2	FGP-5
ASSESSOR	7	DAS-8	2	FGP-8
ASSESSOR	6	DAS-9	1	FGP-9
ASSESSOR	3	DAS-10	3	FGP-10
ASSESSOR	7	DAS-11	3	FGP-11
ASSESSOR	3	DAS-12	1	FGP-12
TOTAL	**75**		**15**	
	90			

X. OBJETIVOS A SEREM ALCANÇADOS

Aumentar a participação do Sine no total de admissões no mercado de trabalho formal por meio da gestão e manutenção de unidades de atendimento de funcionamento contínuo que disponibilizem ao trabalhador e ao requerente do Seguro-Desemprego, ações e serviços de colocação no mercado de trabalho, orientação profissional e encaminhamento à qualificação profissional, para auxiliá-lo na busca ou preservação de emprego, bem como apoiar o empregador a divulgar vagas de emprego e a encontrar candidatos com perfil adequado para ocupá-las.

Para alcançar o objetivo fixado pela SPPE/ME, contamos com a Coordenação de Gestão do Trabalho e Emprego – COTE/SETR, que é responsável pelo Programa de Intermediação de Mão de Obra – IMO e Seguro-Desemprego – SD, entre outros, que estão implantados nas 216 Agências do Trabalhador da Rede SINE Paraná.

Programa de Intermediação de Mão de Obra – IMO abrange uma ação genérica destinada ao atendimento da população trabalhadora em geral e transações especializadas voltadas ao atendimento de grupos identificados por interesses homogêneos com atendimento diferenciado que são: pessoas com deficiência, jovens em busca do primeiro emprego e trabalhadores com dificuldade de inserção no mercado de trabalho.

A intermediação de mão-de-obra visa colocar trabalhadores no mercado de trabalho, por meio de vagas captadas junto a empregadores, reduzindo o tempo de espera e a assimetria de informação existente no mercado de trabalho, tanto para o trabalhador quanto para o empregador. Portanto, o serviço busca promover o encontro de oferta e demanda de trabalho.

As principais etapas da execução do serviço de intermediação de mão-de-obra são: inscrição do trabalhador; registro do empregador; captação e registro de vagas de trabalho; cruzamento de perfil dos trabalhadores cadastrados com o perfil das vagas captadas; convocação de trabalhadores conforme pesquisa de perfil e encaminhamento para entrevista de emprego; e registro do resultado do encaminhamento. Ainda, o serviço de intermediação de mão-de-obra pressupõe a administração das vagas, do momento de sua captação até seu preenchimento – ou, eventualmente, até a extinção do prazo definido pelo empregador para a seleção. Em todas as etapas, é necessário o gerenciamento e controle das informações.

No ano de 2022 foi contabilizada uma média de 10.173 trabalhadores colocados por mês, intermediados pelas 216 Agências do Trabalhador do SINE Paraná.

As ações descritas acima têm como objetivo alcançar as metas de resultados estabelecidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego, conforme indicadores previstos no Anexo II da Portaria n. 8057/2019:

De esforço na captação de vaga: 190

De adequação do perfil das vagas: 57

De eficiência dos encaminhamentos: 21

De eficiência dos encaminhamentos dos requerentes do seguro-desemprego: 24

Valores do PAS em questão: R$ 13.452.604,52 (Treze milhões quatrocentos e cinquenta e dois mil, seiscentos e quatro reais e cinquenta e dois centavos). Saldo financeiro de recursos de exercícios anteriores com rendimentos: R$ 8.644.099,32 (oito milhões seiscentos e quarenta e quatro mil, noventa e nove reais e trinta e dois centavos). Previsão de Repasse em 2023: R$ 4.428.188,97 (quatro milhões quatrocentos e vinte e oito mil, cento e oitenta e oito reais e noventa e sete centavos). Recursos próprios com rendimento até 31 de dezembro de 2022: R$ 291.752,90 (Duzentos e noventa e um mil, setecentos e cinquenta e dois reais e noventa centavos). Contrapartida prevista do Recurso de 2023: R$ 88.563,78 (Oitenta e oito mil quinhentos e sessenta e três reais e setenta e oito centavos). Valores do PAS 2023 após o relatório de Gestão e Manutenção da REDE. Valor total R$ 11.292.580,91, sendo R$ 10.977.580,91 de Custeio e R$ 315.000,00 de Capital.

Indicadores de Desempenho IMO-2022:

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Trabalhadores Inscritos	Vagas Captadas	Trabalhadores Colocados
108.675	267.242	122.083

Programa de Intermediação de Mão de Obra Paraná:

COMPARATIVO DE DESEMPENHO					
2022	TOTAL ADMITIDOS	TRABALHADORES	GRAU DE EFICIÊNCIA (TOTAL DE ADMITIDOS X COLOCADOS)	VAGAS CAPTADAS PELAS AGÊNC	GRAU DE ATRA
	CAGED	COLOCADOS PELAS AGÊNCIAS		IAS	TIVIDADE (TOTAL DE VAGAS X COLOCADOS)
PARANÁ	1.731.097	122.083	7,05%	267.242	15,44 %
META 2023		150.000	10%	280.000	

*CadastroGeraldeEmpregadoseDesempregadosdoMinistériodoTrabalho,acrescidasdosajustesdasinformaçõesdasdeclaraçõesforadeprazo.

Com o desempenho relatado, conforme relatório da Rede SINE/PR de 2020-2022, acessível pelo link: http://200.189.113.78/sets/indicadores/, em comparação às metas estipuladas no Plano Plurianual de Políticas Públicas de Trabalho, Emprego e Renda do Estado do Paraná PPA 2020-2023. O Paraná como Ente Parceiro do SINE, delimita os seguintes objetivos a serem alcançados até o final de 2023 com a Intermediação de Mão de Obra, conforme Planilha a seguir:

COLOCADOS ENTRE 2020-2022	METAS DE COLOCADOS PPA 2020-2023	META RESIDUAL DE COLOCADOS PARA 2023, CONFORME PPA2020-2023	META LOA 2023
303.271	429.438	150.000	107.370

Sendo assim, cabe ressaltar que para o alcance da meta é necessário o aumento não só das vagas de emprego captadas pela REDE SINE/PR, mas também do Grau de eficiência calculado pelo número de pessoas encaminhadas pela Rede SINE/PR às entrevistas e processos seletivos que são efetivamente empregadas. Demanda está que será fomentada, por meios das seguintes ações:

Desenvolvimento e capacitação dos atendentes das unidades da Rede SINE/PR em relação à capacidade de análise de perfil Profissional, assim como na avaliação da necessidade das Empresas, a fim de encaminhar os profissionais com maior potencialidade de serem contratados.

Reformulação do Layout e dos equipamentos das unidades da Rede SINE/PR e forma de atendimento dos candidatos às vagas de emprego, a fim de acompanhar de forma mais eficiente e contínua a colocação dos profissionais no mercado de trabalho.

Divulgação da Rede Sine (Agências do Trabalhador do Paraná) para todos os envolvidos, ou seja, empregadores e empregados. De todos os serviços disponíveis e gratuitos que são ofertados, primando pela alta qualidade em todas estas ofertas.

Dar visibilidade e acesso para todos os trabalhadores existentes no mercado de trabalho, de todos os níveis de escolaridade e concomitante a esta ação, buscar as empresas dos diversos ramos e ocupações para divulgarem suas vagas também na Rede SINE.

PROGRAMA SEGURO – DESEMPREGO (SD) Tem a finalidade de auxiliar os trabalhadores na busca ou preservação do emprego, promovendo, para tanto, ações integradas de orientação, recolocação e qualificação profissional.

Quantidades de requerimentos inseridos no sistema pelo SINE Estadual:

ATENDIMENTO DO SINE ESTADUAL –PARANÁ - SEGURO-DESEMPREGO MODALIDADE FORMAL			
	Quantidade de Requerentes	Quantidade de Segurados	Quantidade de Beneficiários
Ano 2022	133.957	125.183	116.383

Quantidade de parcelas emitidas e pagas, sendo valor incrementado nos municípios:

ATENDIMENTO DO SINE ESTADUAL – PARANÁ - SEGURO-DESEMPREGO – MODALIDADE FORMAL				
	Parcelas Emitidas	Parcelas Pagas	Valor Parcelas Emitidas	Valor Parcelas Pagas
Ano 2022	563.625	543.415	R$850.306.425,00	R$819.359.046.60

Quantidades de requerimentos inseridos no sistema pelo Sine Estadual – Modalidade Emprega do Doméstico:

ATENDIMENTO DO SINE ESTADUAL PARANÁ - SEGURO-DESEMPREGO MODALIDADE EMPREGADO DOMÉSTICO			
Ano 2022	Quantidade de Requerentes	Quantidade de Segurados	Quantidade de Beneficiários
	5.433	4.674	4.455

Com a ampliação de ferramentas tecnológicas e sistemas automatizados para dar entrada ativa e automática ao benefício do Seguro-Desemprego, o papel dos atendentes não se limita apenas em fazer a recepção do Seguro-Desemprego, mas se amplia para o acolhimento de acertos necessários e orientações a recursos legais, entre outras assessorias. Para tanto, o Estado do Paraná deve diminuir as ações de recepção do Seguro-Desemprego presencial, por força das novas formas de solicitar o benefício, ampliando seu papel orientador aos trabalhadores e empregadores.

O procedimento para o acesso ao sistema do Seguro-desemprego depende de o trabalhador finalizar o cadastro (que poderá ser realizado com auxílio do atendente da agência SINE ou virtualmente pelo trabalhador), na sequência terá acesso aos serviços do Emprega Brasil. Uma das opções será “Solicitar Seguro-Desemprego”. Será necessário preencher um cadastro com informações pessoais e profissionais, o mesmo que era preenchido anteriormente nos postos do Sine e agora pode ser realizado por canais digitais.

O cadastro está dividido em oito páginas com informações pessoais, profissionais, acadêmicas, vagas de emprego e cursos de qualificação disponíveis. Ao finalizar o preenchimento de cada página, o próprio programa direciona o trabalhador automaticamente para a página seguinte. Uma das páginas permite ao trabalhador colocar informações sobre sua qualificação acadêmica e profissional, dados importantes para que o programa busque vagas de emprego disponíveis na área do trabalhador. As vagas de emprego são relacionadas automaticamente pelo programa. O agendamento para as vagas de emprego é muito simples e intuitivo. O trabalhador tem ainda a opção de se inscrever em cursos de qualificação, estes todos de forma gratuita e com o intuito do enriquecimento profissional do trabalhador, promovendo condições de retornar ao mercado de trabalho formal.

As empresas paranaenses possuem um elevado nível tecnológico, a necessidade de pessoal com maior qualificação. Abrem-se novas oportunidades para o pessoal menos qualificado no setor de serviços e no comércio. Esse fato exige capacidade e rapidez na preparação da força de trabalho para essas mudanças, tanto para evitar estrangulamento na expansão da demanda, como possibilitando aos trabalhadores as qualificações necessárias para manter-se empregado ou conseguir uma nova ocupação.

Sendo assim, não há meta estabelecida para esta área, uma vez que os

atendimentos são personalizados e não se aplica meta de segurados no S.D, uma vez que o objetivo verdadeiro se respalda na quantidade de número de colocados em vagas de emprego, sendo o S.D um meio para assegurar a dignidade de quem não se recolocou no mercado formal.

A) AÇÕES ESPECIALIZADAS:

A.1 Programa de Apoio à Inclusão da Pessoa com Deficiência no Mercado de Trabalho–PPD

O PPD é uma ação que tem como objetivo a inclusão social, pelo trabalho, da pessoa com deficiência, possibilitando-lhe a habilitação ou readaptação profissional imprescindível ao convívio social saudável e produtivo. O programa visa, também, garantir o cumprimento da legislação em relação à pessoa com deficiência, bem como assessorar o Conselho da Pessoa com Deficiência nas questões pertinente ao mundo do trabalho PCD. No dia 21/09/2022 foi realizado o dia D, considerado o dia da inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho, no qual foram abertas 828 vagas exclusivas para o atendimento de pessoas com deficiência na Rede Sine Paraná.

A SETR sugeriu adequações na lei federal que trata do BPC Benefício de Prestação Continuada para as pessoas com deficiência. Dentre as quais a garantia de 50% do benefício mais o salário referente à nova colocação do mercado. Ou a restituição automática do benefício ao trabalhador PCD assim que desligado do emprego. As sugestões respaldam o baixo índice de atratividade do trabalhador PCD perante o número de vagas disponíveis.

Indicadores de Desempenho PPD–2022:

Trabalhadores com deficiência Inscritos (novos cadastros)	**Vagas Captadas**	**Trabalhadores com deficiência Colocados**
549	10.654	999

Com base nos dados de 2022 meta relativa à colocação das pessoas com deficiência no Mercado de Trabalho é descrita a seguir para o Ano de 2023:

Trabalhadores com deficiência Inscritos (novos cadastros)	**Vagas Captadas**	**Trabalhadores com deficiência Colocados**
600	11.000	1.100

A.2 Programa de Aprendizagem:

O Programa de Aprendizagem é executado nas Agências do Trabalhador visando à intermediação de jovens de acordo com a Lei de Aprendizagem, estabelecida pela Lei n° 10.097/2000, regulamentada pelo Decreto n° 9.579/2018, que determina que todas as empresas de médio e grande porte estão obrigadas a contratar adolescentes e jovens entre 14 e 24 anos.
Para este público contamos também com o Programa do Cartão Futuro, o qual segue descrição a seguir, no item de Outros Programas Desenvolvidos na Rede SINE.

Indicadores de Desempenho do Programa Jovem Aprendiz –2022. Cartão Futuro:

Jovens Inscritos	Jovens efetivos com pagamentos
348 Regular	982
1085 Emergencial	

Jovem Aprendiz –2023. Cartão Futuro:

Jovens Inscritos	**Jovens efetivos com pagamentos**
450	400

Obs. Os jovens inscritos em 2023 serão pagos após aprovação do TED – Recurso FIA.

Jovem Aprendiz:

Jovens Inscritos	**Vagas Captadas**	**Jovens Colocados**
15.941	4.084	6.233

Com base nestes resultados de 2022, a Meta para o ano de 2023 se revela a seguir:

Jovens Inscritos	**Vagas Captadas**	**Jovens Colocados**
16.000	4.500	6.500

Esclarecemos que com as novas funcionalidades do Sistema da REDE SINE os jovens, estudantes, candidatos a vagas de estágio, primeiro emprego, todos poderão formalizar o cadastro via sistema Emprega Mais Brasil. Da mesma forma, as empresas que precisam de estagiários, jovens aprendizes e primeiro emprego poderão disponibilizar as vagas pelo sistema ou com orientação a agência Sine mais próxima.

A.3 Trabalhadores com dificuldade de inserção no mercado de trabalho.

Os trabalhadores que possuem dificuldade de inserção no mercado de trabalho são aqueles que têm alto número de encaminhamento às vagas de emprego e são orientados por meio de palestras, implantadas sobre empregabilidade na Rede de Atendimento do SINE Paraná, além de dar condições ao Trabalhador de como se apresentar e se portar em uma entrevista de emprego, elaborar um currículo, dentre outras instruções.

Neste sentido os resultados da Rede SINE/PR em 2022 foram:

Mês	**Descrição da AÇÃO**	**Vagas Captadas**
Maio	DIA LGTBQIAPN+	2.097
Agosto	DIA J–Juventude–1°Emprego	2.170
Setembro	Dia D – pessoa com Deficiência	950
Outubro	Outubro Rosa–Mulher	973
	DIA M - Migrantes.Refugiados e Apátridas	904
	DIA I– Idoso–60+	220
Novembro	Dia N – Empregabilidade negra	3.000

Sendo assim, reforçando a política do trabalho no Paraná dedicada a inclusão dos trabalhadores com dificuldade de inserção no mercado de trabalho, a meta para 2023 se define em:

Mês	**Descrição da AÇÃO**	**Metas de Vagas Captadas**
Maio	DIA LGTBQIAPN+	2.100
Agosto	DIA J– Juventude–1°Emprego	2.200
Setembro	Dia D – pessoacom Deficiência	1.000
Outubro	Outubro Rosa–Mulher	1.500
	DIA M – Migrantes. Refugiados e Apátridas	1.000
	DIA I– Idoso–60+	500
Novembro	Dia N – Empregabilidadenegra	3.200

A.4 EMPREGA MAIS PARANÁ 2023 – Unidade Sine Itinerante

O projeto visa aumentar o número de vagas ofertadas pelas Agências do Trabalhador do Paraná, com objetivo de fomentar as economias regionais, ampliar a colocação de trabalhadores no mercado do trabalho, por meio da realização da intermediação de mão-de-obra nas cidades visitadas pela Agência do Trabalhador Itinerante.

A estratégia consiste em estacionar um ônibus (veículo adaptado com estrutura de agência da Rede SINE) para atendimento ao público nas cidades onde não há agências do trabalhador, festas, feiras, mutirões, ações em conjunto com demais secretarias etc. Para intermediar vagas de emprego, encaminhamentos e cadastro de trabalhadores.

Esta ação se justifica pela necessidade de ampliação da captação de vagas de trabalho nas cidades onde não existem Agências do Trabalhador da Rede SINE/PR. Sendo a modalidade de unidade itinerante a mais eficaz para essas cidades, uma vez que a instalação de uma unidade fixa da Rede SINE/PR não é justificada se forem considerados os números de vagas de emprego disponíveis durante o ano e a própria População economicamente ativa – PEA do município. Além de que a presença da unidade da Rede SINE/PR itinerante no município é acompanhada da ampla divulgação nos meios de comunicação da Região e de mobilização de servidores da agência do trabalhador mais próxima para aquele período, gerando grande movimento na população local para busca de colocação no mercado de trabalho. Em todo ano de 2022, o ônibus levou a Agência Itinerante para 90 Municípios e houve o registro de 9022 pessoas

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

atendidas. As colocações provenientes deste atendimento foram computadas para participação da Agência do Trabalhador local nas admissões cadastradas na rede SINE/PR.

DESCRIÇÃO DA INICIATIVA: A Ação se utiliza do ônibus e demais veículos disponíveis da "Agência do Trabalhador Itinerante", em conjunto com os Escritórios Regionais e Agências do Trabalhador, o qual fará paradas prioritariamente nos municípios que não possuem unidade de atendimento do SINE.

A Coordenação de Trabalho e Emprego promoverá a divulgação e acompanhamento da ação descrita acima fazendo a captação de vagas para o comércio e indústrias locais. A equipe será definida mensalmente e será composta por seis servidores (um representante da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda para abertura, dois para atuarem nas viagens, um técnico de informática, um técnico para ajuste de luz e outras necessidades e um motorista) em revezamento, ou seja, haverá rodízio desta semanalmente. O Projeto terá a duração de até um ano, com data prevista para início no dia 01/03/2023. A responsabilidade será do Escritório Regional acompanhar toda a execução do programa pelos servidores da SETR como também, a de organizarem o agendamento de visitas, a busca de vagas na indústria e no comércio local e negociarem o apoio dos municípios na logística para desenvolvimento deste (como local para estacionar o ônibus, pontos para instalação de energia, álcool gel, máscaras descartáveis, banheiros e outras necessidades essenciais para o bom funcionamento da ação). Desta forma, o itinerário do ÔNIBUS itinerante percorrerá, conforme o cronograma a ser elaborado nas diversas localidades durante o ano de 2023. A primeira meta ser definida e relativa ao número de pessoas encaminhadas às vagas de emprego por meio deste Projeto, sendo que as colocadas refletirão no resultado da unidade SINE localizada naquele município, uma vez que será usado o link de acesso no Sistema SINE relativo aos servidores de cada município e não haverá um exclusivo para a unidade Sine itinerante, impossibilitando a verificação do resultado de colocados apenas pelas unidades SINE itinerantes, lembrando que em 2022 foram realizados 7829 (Sete mil oitocentos e vinte e nove) encaminhamentos. Portanto, a meta de encaminhamentos feitos pelo Projeto Unidade Sine itinerante é de 8.450 (Oito Mil Quatrocentos e cinquenta) encaminhamentos, haja vista a ampliação da ação para 2023.

Ressaltamos que o ônibus itinerante tem um ótimo desempenho em todas as agendas até então realizada e apresenta um custo-benefício baixo em relação à manutenção de uma agência fixa em munícipios com a PEA inferior a 10.000 habitantes. Sendo assim, discrimina-se a expectativa de despesa com a execução conforme cada elemento de despesa condizente (diárias), com base nas despesas de 2023.

Total Orçamento Diárias 2023- Emprega Mais PARANÀ

SERVIDOR	**N° Diárias**	**Total**
Agente Emprega MAIS PARANÁ	150	R$ 41.850,00
Motorista EMPREGA MAIS PARANÁ	150	R$ 41.850,00

Total por elemento de despesa:

ELEMENTO DEDESPESA	**DESCRIÇÃO**	**ORÇAMENTO**
33.90.14	DIÁRIAS	R$ 83.700,00

B) OUTROS PROGRAMAS E AÇÕES DESENVOLVIDOS NA REDE SINE PARANÁ.

Descrição da Iniciativa:

As necessidades atuais, como a tentativa de alavancar as economias locais com maior acesso à busca de vagas de trabalho;
Possibilidade de disponibilização por parte das Prefeituras e Órgãos, de um Técnico de referência do Trabalho para atendimento local (servidor do Município, ou do Órgão, que possa realizar uma ação continuada e de um local com computador, internet e, se possível, telefone);
A parceria entre SETR, Prefeituras e outros Órgãos do Estado tem por objetivo firmar interesse de mútua cooperação para execução do respectivo projeto de interesse recíproco, na forma do artigo 53, parágrafo 4° e art. 184 da Lei 14.133/2018, com critérios e obrigações entre as partes. O instrumento formalizará que as despesas com o funcionário (salário e outros) ficarão sob responsabilidade do órgão de origem do servidor (uma vez que será funcionário da prefeitura local) assim como a manutenção física e dos equipamentos necessários, as despesas da instalação e a higienização local. Contudo, o treinamento, orientação e capacitação dos servidores desses postos serão ofertados pela IMO/COTE/SETR (Intermediação de Mão de Obra da Coordenação do Trabalho e Emprego da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda-SETR).
O horário de expediente dos pontos de atuação descentralizada poderá ser flexibilizado, podendo ser o mesmo das Agências do Trabalhador Estadual.

Como ponto integrado da Rede SINE, os servidores disponibilizados a para atuarem nesta ação serão capacitados para executarem as Ações definidas pela SETR, tais como os dias especiais: Dia D (trabalhadores com deficiência), Dia A (dos aprendizes), Dia 60 ou + (trabalhadores idosos), Cartão Futuro e outras que fazem parte dos objetivos da Diretoria de Fomento e Renda da SETR. Dessa forma, ampliar-se-á as oportunidades atendendo ao objetivo maior do Estado que é de efetivar a equiparação de oportunidades para todos e ampliar a participação da rede SINE nas admissões do mercado de trabalho do Paraná. É de cada Escritório Regional, a responsabilidade de acompanhar todas as agências e suas ações descentralizadas, organizando o agendamento de visitas, fazendo a busca de vagas na indústria e comércio, bem como observar a logística para desenvolvimento da Ação. Em Curitiba os Postos Descentralizados estão vinculados e sob a responsabilidade da Agência do Trabalhador de Curitiba e em ambos os casos com apoio e supervisão da Coordenação do Trabalho e Emprego da SETR. Acreditamos que esta Ação poderá ajudar para o avanço, tanto na economia local como também no atendimento às necessidades laborais dos cidadãos que poderão se candidatar aos empregos com orientações precisas.

Objetivos para o ano de 2023:

Considerando a novidade desta ação neste Planejamento de 2023, além do caráter aditivo desta política com as ações diretas das 216 unidades da Rede SINE/PR. O intuito desta atividade corrobora diretamente ao delimitar a Meta dos números de colocados por meio da Rede SINE/PR. Sendo assim, o objetivo é fomentar e auxiliar no alcance da meta estipulada no PAS 2023, o qual se configura na colocação de 145.000 pessoas no mercado de trabalho no ano de 2023, por meio da Rede Sine/PR.

B.1 CAPACITAÇÃO DOS AGENTES PÚBLICOS DA REDE SINE/PARANÁ:

Para a execução dos programas descritos acima, contamos com os Servidores Públicos que atendem nas 216 Agências do Trabalhador, bem como, os Servidores da Área do Trabalho, dos 12 Escritórios Regionais – ER, responsáveis pelas suas respectivas Unidades de Atendimento da Rede SINE/PR. Em 2022, foram realizados 16 (dezesseis) treinamentos com 70 (setenta) Agências do Trabalhador e 22 (vinte e dois) Pontos de atuação descentralizada, treinando 174 (cento e setenta e quatro) servidores, sendo 103 (Cento e três) para o Seguro-Desemprego, divididos entre turmas iniciantes e de aperfeiçoamento, sendo o restante dos alunos para a Intermediação de Mão de Obra, novo modelo de repasse de recursos entre fundos do trabalho e Programa Cartão Futuro, de fomento a inserção de aprendizes no mercado de trabalho. Foram incluídas, também, capacitações para atendimento ao Menor Aprendiz, e pessoa com deficiência. A intenção destas capacitações é obter um alinhamento dos trabalhos nas Agências do Trabalhador, nivelando o conhecimento e aprimorando o atendimento ao trabalhador, em todas as ações disponibilizadas na Rede de atendimento do SINE/PR. Sendo assim, tendo o resultado das capacitações de 2022 como referência a meta para 2023 neste tema se delimita na tabela a seguir:

Capacitação dos agentes Públicos atuantes na Rede SINE/PR.	**Resultado de 2022**	**Meta para 2023**
Capacitar novos agentes públicos para atender aos Programas de Interdição de Mão de Obra, e de Seguro-Desemprego e demais políticas do trabalho do Estado do Paraná.	**174** servidores capacitados	**250** servidores capacitados
Aprimoramento e capacitação contínuados agentes que já atuam na rede.	**174** servidores capacitados	**1046** servidores (modalidade EAD e presencial)

Escritório Regional	**Agência**	**Número de Funcionários**
Campo Mourão	Altamira do Paraná	1
Campo Mourão	Araruna	2
Campo Mourão	Boa Esperança	1
Campo Mourão	Campina da Lagoa	3
Campo Mourão	Campo Mourão	10
Campo Mourão	Engenheiro Beltrão	5
Campo Mourão	Goioerê	6

Campo Mourão	Iretama	1
Campo Mourão	Joanópolis	1
Campo Mourão	Juranda	3
Campo Mourão	Mamborê	2
Campo Mourão	Moreira Sales	2
Campo Mourão	Peabiru	2
Campo Mourão	Quarto Centenário	1
Campo Mourão	Quinta Do Sol	4
Campo Mourão	Roncador	3
Campo Mourão	Ubiratã	3
Campo Mourão	Cianorte	11
Campo Mourão	Indianópolis	3
Campo Mourão	Japurá	3
Campo Mourão	Jussara	3
Campo Mourão	Rondon	3
Campo Mourão	São Tome	1
Campo Mourão	Tapejara	2
Campo Mourão	Terra Boa	3
Campo Mourão	Tuneiras do Oeste	3
Cascavel	Anahy	1
Cascavel	Cafelândia	4
Cascavel	Capitão Leônidas Marques	4
Cascavel	Cascavel	20
Cascavel	Corbélia	3
Cascavel	Guaraniaçu	2
Cascavel	Pato Bragado	4
Cascavel	Quedas Do Iguaçu	6
Cascavel	Assis Chateaubriand	9
Cascavel	Entre Rios do Oeste	1
Cascavel	Guaíra	4
Cascavel	Marechal Candido Rondon	9
Cascavel	Maripá	2
Cascavel	Nova Santa Rosa	3
Cascavel	Palotina	5
Cascavel	Terra Roxa	3
Cascavel	Toledo	14
Curitiba	Almirante Tamandaré	14
Curitiba	Araucária	33
Curitiba	Balsa Nova	2
Curitiba	Bocaiuva do Sul	3
Curitiba	Campina Grande do Sul	11
Curitiba	Campo do Tenente	3
Curitiba	Campo Largo	9
Curitiba	Campo Magro	4
Curitiba	Colombo	12
Curitiba	Contenda	3
Curitiba	Curitiba	41
Curitiba	Fazenda Rio Grande	12
Curitiba	Itaperuçu	2
Curitiba	Lapa	10
Curitiba	Mandirituba	4
Curitiba	Piên	2
Curitiba	Pinhais	12
Curitiba	Piraquara	9
Curitiba	Quatro Barras	7
Curitiba	Quitandinha	2
Curitiba	Rio Branco do Sul	5
Curitiba	Rio Negro	6
Curitiba	São Jose dos Pinhais	50
Curitiba	Tijucas do Sul	3
Curitiba	Porto Amazonas	2
Curitiba	São Mateus do Sul	2
Foz do Iguaçu	Céu Azul	2
Foz do Iguaçu	Matelândia	3
Foz do Iguaçu	Vera Cruz do Oeste	2
Foz do Iguaçu	Foz do Iguaçu	8
Foz do Iguaçu	Itaipulândia	1
Foz do Iguaçu	Medianeira	7
Foz do Iguaçu	Missal	3
Foz do Iguaçu	Santa Helena	6
Foz do Iguaçu	Santa Terezinha de Itaipu	2
Foz do Iguaçu	São Miguel do Iguaçu	2
Foz do Iguaçu	Ouro Verde do Oeste	2
Guarapuava	Condói	4
Guarapuava	Foz Do Jordao	2
Guarapuava	Guarapuava	10
Guarapuava	Laranjeiras do Sul	6
Guarapuava	Pinhão	3
Guarapuava	Porto Barreiro	2
Guarapuava	Reserva Do Iguaçu	3
Guarapuava	Turvo	1
Guarapuava	Irati	6
Guarapuava	Mallet	2
Guarapuava	Prudentópolis	5
Guarapuava	Boa Ventura de São Roque	1
Guarapuava	Palmital	1
Guarapuava	Pitanga	11
Guarapuava	Bituruna	3
Guarapuava	General Carneiro	1
Guarapuava	União da Vitoria	6
Jacarezinho	Andirá	3
Jacarezinho	Bandeirantes	8
Jacarezinho	Cornélio Procópio	9
Jacarezinho	Nova América da Colina	2
Jacarezinho	Santa Cecilia do Pavão	1
Jacarezinho	São Jeronimo da Serra	1

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Jacarezinho	São Sebastiao da Amoreira	3
Jacarezinho	Sertaneja	2
Jacarezinho	Uraí	2
Jacarezinho	Cambara	2
Jacarezinho	Carlópolis	3
Jacarezinho	Conselheiro Mairinck	1
Jacarezinho	Ibaiti	5
Jacarezinho	Jacarezinho	5
Jacarezinho	Joaquim Távora	3
Jacarezinho	Ribeirão Claro	1
Jacarezinho	Santo Antônio da Platina	5
Jacarezinho	Siqueira Campos	2
Jacarezinho	Wenceslau Braz	3
Londrina	Apucarana	10
Londrina	Arapongas	15
Londrina	Cambira	2
Londrina	Jandaia do Sul	2
Londrina	Sabáudia	1
Londrina	Faxinal	4
Londrina	Ivaiporã	4
Londrina	São Joao do Ivaí	3
Londrina	São Pedro do Ivaí	2
Londrina	Alvorada do Sul	2
Londrina	Assai	3
Londrina	Bela Vista do Paraiso	2
Londrina	Cambe	12
Londrina	Centenário do Sul	3
Londrina	Florestópolis	6
Londrina	Guaraci	2
Londrina	Ibiporã	18
Londrina	Jaguapitã	3
Londrina	Porecatu	7
Londrina	Primeiro de Maio	1
Londrina	Rolândia	0
Londrina	Sertanópolis	2
Londrina	Ortigueira	5
Maringá	Astorga	4
Maringá	Colorado	4
Maringá	Lobato	3
Maringá	Mandaguaçu	6
Maringá	Mandaguari	5
Maringá	Marialva	7
Maringá	Nova Esperança	2
Maringá	Paiçandu	4
Maringá	Santa Fe	2
Maringá	Santo Inácio	2
Maringá	São Jorge do Ivaí	2
Maringá	Sarandi	9
Maringá	Paraiso do Norte	5
Maringá	Paranacity	7
Maringá	Paranavaí	9
Maringá	São Carlos do Ivaí	3
Maringá	Terra Rica	5
Paranaguá	Antonina	6
Paranaguá	Guaratuba	11
Paranaguá	Matinhos	2
Paranaguá	Morretes	1
Paranaguá	Paranaguá	16
Paranaguá	Pontal do Paraná	7
Pato Branco	Ampere	4
Pato Branco	Barracão	4
Pato Branco	Capanema	5
Pato Branco	Dois Vizinhos	10
Pato Branco	Francisco Beltrão	17
Pato Branco	Marmeleiro	3
Pato Branco	Nova Prata do Iguaçu	2
Pato Branco	Planalto	3
Pato Branco	Realeza	4
Pato Branco	Salto Do Lontra	3
Pato Branco	Santa Izabel do Oeste	4
Pato Branco	Santo Antônio do Sudoeste	3
Pato Branco	São Jorge do Oeste	1
Pato Branco	Vere	2
Pato Branco	Chopinzinho	5
Pato Branco	Clevelândia	2
Pato Branco	Coronel Vivida	8
Pato Branco	Mangueirinha	3
Pato Branco	Mariópolis	3
Pato Branco	Palmas	6
Pato Branco	Pato Branco	8
Pato Branco	São Joao	2
Ponta Grossa	Arapoti	1
Ponta Grossa	Curiúva	2
Ponta Grossa	Imbituva	3
Ponta Grossa	Teixeira Soares	0
Ponta Grossa	Carambeí	2
Ponta Grossa	Castro	6
Ponta Grossa	Imbaú	2
Ponta Grossa	Ipiranga	3
Ponta Grossa	Jaguariaíva	9
Ponta Grossa	Palmeira	4
Ponta Grossa	Pirai do Sul	4
Ponta Grossa	Reserva	2
Ponta Grossa	São Joao do Triunfo	2
Ponta Grossa	Sengés	5
Ponta Grossa	Telêmaco Borba	0

Ponta Grossa	Tibagi	3
Umuarama	Cidade Gaúcha	5
Umuarama	Loanda	3
Umuarama	Marilena	3
Umuarama	Nova Londrina	5
Umuarama	Querência do Norte	3
Umuarama	Alto Piquiri	3
Umuarama	Altônia	5
Umuarama	Cafezal Do Sul	1
Umuarama	Cruzeiro Do Oeste	5
Umuarama	Icaraíma	2
Umuarama	Iporã	3
Umuarama	Ivate	4
Umuarama	Mariluz	1
Umuarama	Perobal	1
Umuarama	Perola	4
Umuarama	Umuarama	12

No mais, para a efetivação destas políticas são necessárias, esporadicamente, a disponibilização de diárias de passagens aos servidores da SETR da Intermediação de Mão de Obra e Seguro-Desemprego (IMO e SD) para se deslocarem até os municípios e ministrarem os cursos referentes à legislação e utilização do sistema da rede SINE, assim como divulgação das demais políticas públicas da rede SINE/PR. O investimento em capacitação da REDE SINE é imprescindível para a operacionalização do sistema e atendimento de qualidade as empresas e os trabalhadores. As melhorias em diversas áreas são urgentes: a relação entre a SETR, CETER e as agências em todo o Estado; o financiamento da rede SINE; o digital; o desenvolvimento de serviços de orientação e parcerias; a capacitação do pessoal; a imagem do SINE; o sistema de informação; as mudanças estruturais na rede SINE e o compartilhamento de boas práticas entre as agências de todo o Estado.

B.2 LOCAÇÕES DE ESPAÇOS PARA AS UNIDADES DA REDE SINE/PR COM RECURSOS DO FET/PR

A Rede do Sistema Nacional do Emprego do estado do Paraná conta com 216 unidades de atendimento da rede SINE, cadastradas no Ministério do Trabalho, espalhadas por todo o território do Estado do Paraná. Desse montante, 68 prédios são locados pelo próprio Governo do Estado do Paraná, uma vez que as prefeituras destes municípios não dispõem de recursos para locação e/ou não detêm prédio próprio para utilização da rede SINE/PR, assim como o estado não possui prédio próprio para tal destinação. Sendo assim, são 68 unidades locadas pelo Estado do Paraná, com fonte do tesouro estadual, a saber, nas cidades de: Almirante Tamandaré, Alto Piquiri, Altônia, Andirá, Antonina, Apucarana, Arapongas, Astorga, Campo Largo, Campina Grande Do Sul, Campina Da Lagoa, Campo Mourão, Carambeí, Cascavel, Clevelândia, Cianorte, Cidade Gaúcha, Colombo, Colorado, Cornélio Procópio, Curitiba, Cruzeiro Do Oeste, Dois Vizinhos, Engenheiro Beltrão, Faxinal, Fazenda Rio Grande, Florestópolis, Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão, Guarapuava, Iporã, Jandaia do Sul, Lapa, Laranjeiras Do Sul, Mamborê, Mandaguaçu, Matelândia, Marechal Cândido Rondon, Medianeira, Nova Esperança, Nova Londrina, Ortigueira, Paiçandu, Palmas, Paranaguá, Paranavaí, Pato Branco, Pérola, Piên, Pirai Do Sul, Pinhão, Prudentópolis, Porto Amazonas, Pontal do Paraná, Quatro Barras, Quedas Do Iguaçu, Reserva, Santa Izabel do Oeste, São Pedro do Ivaí, São João do Ivaí, São José dos Pinhais, Sarandi, Sengés, Siqueira Campos, Toledo, Umuarama, Ubiratã, União da Vitória. A partir disso, realizado planejamento orçamentário dos recursos do FET/PR, prevê-se a locação de todos estes imóveis anteriormente citados com recursos da Fonte 281 (Fundo Estadual do Trabalho – FET/PR). Assim, reduzindo o número de imóveis financiados com recursos do tesouro estadual, consequentemente, desonerando-o. Desta forma, os contratos de Locação dos seguintes municípios, entre os meses de Março e Dezembro de 2023, serão aditivados para inclusão da fonte 281 como pagadora. Tal ação despenderá o total de R$ 4.000.000,00 (Quatro milhões) de reais de recursos do Fundo Estadual do Estado do Paraná para locações de pessoas físicas e jurídicas.

B.3 DIVULGAÇÃO DO APLICATIVO PARANÁ SERVIÇOS:

A criação e execução do Projeto PARANÁ SERVIÇOS é de extrema relevância para o desenvolvimento e efetividade das demais ações previstas da gestão e manutenção da Rede SINE/PR. Trata-se de um aplicativo que realiza a intermediação entre o contratante e o prestador autônomo de serviços no Estado do Paraná. São mais de 10 categorias de serviços. A ferramenta pode ser utilizada tanto por quem está oferecendo serviços, quanto por quem está procurando um prestador. Por meio de um aplicativo para smartphones com sistema Android e IOS, o PARANÁ SERVIÇOS unifica diversos serviços prestados pela Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda – SETR/PR, sendo sua principal função ampliar e fomentar o mercado e demanda de pequenos empreendedores e profissionais autônomos que prestam serviços das mais diversas modalidades. Além disso, facilita, em especial, a divulgação de vagas para cursos de qualificação profissional, microcrédito e demais programas e ações de incentivo ao empreendedorismo. Sendo assim, por mais que não exista transferência de recursos para execução do objeto principal do Projeto, uma vez que o mesmo fomento e estímulo à geração de renda, um dos objetivos principais das ações do FET. Resta a este ente parceiro do SINE a execução do FET para divulgação e promoção do aplicativo e demais ações vinculadas ao Paraná Serviços, conforme descrito a seguir:

ESTIMATIVA PARA UTILIZAÇÃO DO RECURSO FET/PR 2023		
Elemento de Despesa	**Descrição**	**VALOR**
33.90.39	Folders/Flyers	R$35.000,00
33.90.39	Banner	R$15.000,00

C) DESCRIÇÃO DOS ITENS PARA EXECUÇÃO DO PAS/2023

1) Diárias (33.90.14): Para o devido funcionamento de todos os programas da SETR, na Rede SINE/Paraná, faz-se necessário a previsão de recursos de diárias/alimentação. A previsão proposta no PAS/2023, leva em consideração o período de 12 meses, com valor estimado para diárias de R$ 100.000,00 (Cem mil reais). Segue quadro demonstrativo dos programas e ações que demanda a execução de diárias.

Decreto 2428/2019 SEAP, Art. 7.º Os membros dos Conselhos Estaduais, instituídos por lei que autorize o custeio de despesas relacionadas a viagens em razão da participação do Conselheiro, no exercício de suas funções, em reuniões, câmaras técnicas ou comissões e da representação em eventos, serão incluídos no serviço “Central de Viagens”. Art. 15. As diárias serão concedidas por dia de afastamento da sede, em forma de valor equivalente a 70% (setenta por cento) a título de hospedagem e 30% (trinta por cento) a título de alimentação, destinando-se a indenizar o servidor das despesas decorrentes, não estando sujeitas a apresentação de comprovantes de despesas.

Art. 16. Os valores indenizatórios, para atender as despesas com alimentação e hospedagem, serão concedidos em razão da duração do deslocamento, com base nos valores estabelecidos nos Anexos I e II deste Decreto, observados os seguintes percentuais:

I - 50% (cinquenta por cento) do valor limite diário para as despesas com alimentação, quando o deslocamento da respectiva sede for superior a 06 (seis) horas e inferior a 08 (oito) horas consecutivas, desde que a estrutura organizacional do Estado não forneça alimentação gratuita;

II - 100% (cem por cento) do valor limite diário para as despesas com alimentação, quando o deslocamento da respectiva sede for superior a 08 (oito) horas consecutivas, desde que não haja pernoite e que a estrutura organizacional do Estado não forneça alimentação gratuita;

III - 100% (cem por cento) do valor limite diário, para as despesas com hospedagem, quando o deslocamento da respectiva sede exigir pernoite em alojamento não gratuito, sem despesas com alimentação; e.

IV - 100% (cem por cento) do valor limite diário, para as despesas com hospedagem e alimentação, quando o deslocamento da respectiva sede for superior a 12 (doze) horas consecutivas desde que haja pernoite e alimentação não gratuita.

V – 80% (oitenta por cento) do valor limite diário, aos servidores ocupantes do cargo de piloto e copiloto, para despesas com uso do dia de hospedagem e alimentação, quando houver interrupção da jornada de trabalho fora da base de origem, quando o período for superior a 6 (seis) e inferior a 10 (dez) horas consecutivas, nos termos da Lei Federal nº 13.475 de 28 de agosto de 2017, desde que não se enquadre nos incisos I a IV.

§ 1.º Fica expressamente vedada à concessão de diárias, tanto da parte relativa à hospedagem como à alimentação, para os servidores civis e militares, quando o deslocamento ocorrer para localidade onde a estrutura organizacional do Estado mantenha refeitório e/ou alojamento gratuito.

§ 2.º Cabe às Chefias Imediatas a fiscalização da correta aplicação do disposto no presente artigo, sendo que o descumprimento de quaisquer dispositivos ensejará a apuração da responsabilidade com base na legislação em vigor.

§ 3.º As responsabilidades de que tratam os parágrafos 1º e 2º deste artigo é solidária entre todos os envolvidos no procedimento, aplicando-se, subsidiariamente, as regras dispostas na legislação penal e processual em vigor.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Estimativa de valores de diárias (33.90.14) para 12 meses, considerando o valor da diária do Decreto Estadual nº 12736/2022:

	Quantidadede		
Programa/Ação	**Pessoas**	**Quantidade de dias**	**Valor Total Diárias**
Emprega Mais Paraná	7	270	R$75.330,00
Coordenação de Estímulo à Geração de Renda	2	60	R$24.670,00
Valor Total Estimado			**R$ 100.000,00**

2.) Passagens aéreas e/ou rodoviárias (33.90.33.02): A previsão neste tópico terá como objetivo a viabilização do deslocamento dos agentes que atendem nas Agências do Trabalhador e /ou Técnicos/SETR, em caso de treinamentos fora do seu local de origem; para atender parcialmente a demanda de deslocamentos da equipe da SETR, envolvidos com a execução do FET/Paraná, em caso de reuniões técnicas fora do Estado. Sendo assim, considerou-se, de forma preferencial, a execução de despesa com o FET/PR para passagens, daquelas atinentes a atender a demanda das reuniões do FONSET e para as dos Assessores e seus respectivos Diretores da Secretaria do Trabalho, totalizando o valor das passagens aéreas estimado em R$ 100.000,00(cem mil reais).

3.) Material de consumo (33.90.30): Valor total R$ 2.377.580,91(Dois milhões trezentos e setenta e sete mil, quinhentos e oitenta reais e noventa e um centavos) básico o mínimo necessário para a demanda do funcionamento da Rede SINE, como exemplo: papel A4, tôner, materiais de escritório, gênero de alimentação (café e açúcar), copo descartável, material de limpeza, entre outros.

Demais Materiais de Consumo: Para a compra de gêneros de alimentação; materiais de expediente; materiais de processamento de dados materiais de copa e cozinha; materiais de limpeza e produtos de higienização; uniformes, tecidos e aviamentos, são levantados à demanda com todas as unidades conveniadas com o Estado do Paraná para de atendimento à rede Sistema Nacional do Emprego – SINE do Paraná. Para o abastecimento destas unidades localizada em 216 municípios do Estado do Paraná, destina-se o montante de:

4.) Outro Serviços de Terceiros Pessoa Física – Locação de imóvel pessoa física (33.90.36.15): Assim como existem imóveis destinados às unidades da Rede SINE/PR locados de Pessoas Jurídicas, esta rubrica abarcará o pagamento de locações de unidades da rede SINE/PR de proprietários de imóveis pessoa física. Somando previsão de R$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos reais) para a ação descrita neste item.

4.1) Diárias para Conselheiros (33.90.36.46): Acompanhando as ações das diárias mencionadas a viagem dos Conselheiros do Trabalho, sob critérios orçamentários, é executada sobre rubrica diversa das diárias pagas aos servidores públicos. No entanto, tal execução se justifica para também o acompanhamento das reuniões descentralizadas do Conselho Estadual do Trabalho, Emprego e Renda–CETER/PR, conforme tabela:

Programa/Ação	**Quantidade de dias**	**Valor Total Diárias**
Reunião descentralizada e Eventos CETER–Conselheiros	358	R$100.000,00

Portanto o montante total arredondado previsto neste item 5) –rubrica 33.90.36 é de R$2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais).

5.) Locação de mão- de -obra (33.90.37.02): Serviço de limpeza e conservação para as Agências do Trabalhador que pelo porte e movimentação de pessoas exigem a contratação de mão-de-obra com fim de conservação e proteção do patrimônio dos imóveis. Também vigilância Ostensiva Monitorada serviços a serem prestados na unidade Sine de Curitiba e São José dos Pinhais. O montante previsto para esta ação é de R$500.000,00 (quinhentos mil reais).

6.) Outros Serviços de Terceiros (33.90.39) – Pessoa Jurídica: abrange a grande parte dos itens importantes para o funcionamento básico e manutenção de imóveis, máquinas e equipamentos da Rede SINE, tais como: locação de imóvel (PJ), energia elétrica, água e esgoto, correio, serviço de telecomunicação (telefone), treinamentos, seminários, vigilância, serviços gráficos e editoriais, entre outros. Tendo, portanto, a destinação de R$ 4.400.000,00 (Quatro milhões e quatrocentos mil reais) para todas as ações vinculadas. Alguns deles mais específicos que cabe serem expostos na descrição:

7) Serviços Tecnológicos – Tecnologia da Informação e Comunicação–PJ(33.90.40)

Nesta última ação a ser descrita, desenvolvimento de sistema para gerenciamento de dados estatísticos e analíticos das agências em todas assuas atividades, envolvendo a utilização de B.I. e Georreferenciamento, integrações com os sistemas oficiais do Estado e gestão de fluxo de operação das atividades intersetoriais desta secretaria. Valor estimado de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

9.) Capital–Material Permanente (44.90.52):

Nesta ação foi previsto o valor de recursos próprios (contrapartida) para aquisição de bens, no intuito de renovar os equipamentos da Rede SINE, que se encontram em situação precária, principalmente os computadores com dificuldade até de rodar o próprio sistema da IMO e SD. Bem como a aquisição de Notebook com configuração suficiente para atender as demandas a atuação itinerante da Secretaria do Trabalho, Qualificação e Renda – SETR nos municípios onde não existe unidade da Rede SINE/PR, além de atender a SETR/PR no caso de reuniões descentralizadas, treinamentos e supervisão da Rede SINE. Nesta área, em que não se vincula a execução orçamentária de acordo com as rubricas orçamentárias previstas na Portaria 8097/2020, estão previstas as seguintes aquisições–investimentos:

Objeto	**Descrição**	**Subtotal**
Triturador De Papel		**R$6.537,84**
Roteadores de Internet		**R$2.000,00**
Desktops	Desktop, MEMÓRIA RAM:16GB, ARMAZENAMENTO: SSD512GB,CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Demais informações de acordo com Termo deReferência e/ou Descritivo Técnico do Processo, UNID. DEMEDIDA: Unitário	**R$300.000,00**
KIT Teclado e Mouse	7005.66625-Kit Teclado e Mouse sem Fio	**R$ 7.200,00**

Sendo assim, com base no Montante Disponível e levantado de R$ 315.000,00 (trezentos e quinze mil reais) para investimentos (Recursos Próprios), estima-se a execução de completa, conforme tabela descritiva acima.

D. METAS DE RESULTADOS

As metas são relativas a quatro indicadores de Intermediação de Mão-de-Obra, estabelecidas pela Secretaria de Políticas Públicas do Trabalho–SPPT para os entes parceiros, que deverão, por meio de suas estratégias adotadas, atingir os resultados satisfatórios. Todos os programas e ações descritos anteriormente fazem parte das estratégias da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda – SETR, que visa alcançar estas metas preestabelecidas, conforme Portaria nº 8057/2020, atualizado em maio de 2022, conforme segue:

INDICADOR – conforme anexo II da Portaria 8057 Indicador de esforço na captação de vagas: razão entre a quantidade de vagas de emprego ofertadas e a quantidade de inscrições e ativações de cadastro de trabalhadores, multiplicada por 100 (cem):				
Ente Federado	De esforço na captação de vagas	De adequação do perfil de vagas	De eficiência dos encaminhamentos	De eficiência dos encaminhamentos do Seguro-Desemprego
Paraná	190	57	21	24

RISCOS ASSOCIADOS AO ALCANCE DAS METAS:

Para 2023, lista-se seguros principais riscos que corremos para não atingir as metas estipuladas:

Risco Operacional I: Devido a problemas de infraestrutura dos prédios e de instalação elétrica, hidráulica de algumas agências, podem ser interrompidas as ações em determinados municípios até outro prédio ser encontrado ou ser efetuado o reparo caso seja possível.
Risco Operacional II: Troca de equipe técnica nas unidades de atendimento da Rede Sine, por determinação da administração municipal, frequentemente causa baixa na qualidade de atendimento nas unidades, necessitando o nivelamento por meio de treinamentos e capacitações, principalmente em ano de pós eleições como 2023.
Risco Financeiro: Outro fator que pode impactar no alcance das metas, é a demora na execução dos recursos já depositados na conta do FET/PR. Adicionalmente existe a possibilidade de demora no descontingenciamento dos recursos federais, dificultando as ações previstas neste Plano. A demora e/ou a suspensão de recursos futuros apresenta ainda um desafio à rede estadual planejar as despesas sem depender de auxílio da fonte do tesouro estadual.
Risco Econômico I: O primeiro risco a ser identificado neste aspecto é relacionado ao considerável declínio na proporção e montante global da População Economicamente Ativa – PEA em relação as demais faixas etárias da população brasileira. Além da diminuição total da população brasileira, identificada pelo censo do IBGE, fato que pode gerar diminuição da demanda de emprego, inclusive através do sistema SINE/PR.
Risco Econômico II: A alta da taxa de juros no mercado, consequência da alta da inflação, por mais que exista previsão de crescimento do PIB brasileiro, pode ocasionar uma diminuição no nível de consumo de bens e serviços pelas famílias paranaenses. Ocasionando, desta maneira, diminuição da previsão de produção de bens e serviços pelas empresas, a qual gera diminuição no número de demanda por empregados em diversos setores, principalmente os de comércio e serviços prestados por micro e pequenas empresas. Gerando assim, diminuição do número de vagas na Rede SINE/PR alimentada principalmente pela demanda do setor mencionado anteriormente.
Risco Econômico III: Por conta do baixo nível de desemprego no Estado do Paraná, ocasionado pela retomada econômica nos anos de 2021 e 2022, a taxa de crescimento na empregabilidade pode ter uma diminuição em relação aos anos anteriores, em vista da falta de pessoal desempregado e qualificado para preencher as vagas e pela redução no número de vagas abertas.
Risco Legal: As contratações administrativas necessárias para execução dos referentes recursos dependem de parecer autorizativo do órgão jurídico do Governo do Estado (PGE/PCR) sendo assim o atraso e/ou inexecução pode ser influenciada pelas recomendações e pareceres deste órgão.
Risco de Imagem: Quando o público-alvo da Rede SINE coloca dos serviços prestados em descredito, muito provavelmente pelo mesmo serviço ofertado pela iniciativa privada, principalmente via sites de contratação.

APLICAÇÃO DO RECURSO (EM R$):

ESPECÍFICO TOTAL	R$13.072.288,29
VOLUNTÁRIO	NÃO SE APLICA
VALOR TOTAL DO REPASSE–2020–atualizado até dez2022	R$4.317.152,46
VALOR TOTAL DO REPASSE–2021–atualizado até dez2022	R$2.440.585,62
VALOR TOTAL DO REPASSE 2022 – Sem rendimentos	R$1.117.475,95
VALOR TOTAL DO REPASSE 2023 – Sem rendimentos	R$4.428.188,97
Rendimentos até Dez 2022	R$768.885,29
RECURSOS PRÓPRIOS (contrapartida)	R$380.316,68
OUTROS	Não há
VALOR TOTAL DO PLANO DE AÇÃO	**R$13.452.604,98**

METAS:

VALOR TOTAL DO PLANO DE AÇÃO	**R$ 13.452.604,98**	VALOR DISPONÍVEL (extrato Dez 2022 + Descontingenciado2 022)	**R$ 8.935.852,23**

I. Nome da Meta: Gestão e Manutenção da Rede de Atendimento do SINE/PR

II. Descrição da Meta: Colocação do Trabalhador no mercado de trabalho

III. Meta: Grau de eficiência

IV. Nome da Ação: Trabalhadores Colocados

V. Descrição da Ação: Aumentar a participação do número de trabalhadores colocados via intermediação das 216 agências do trabalhador do SINE Paraná no total de admitidos do CAGED

VI. Valor da Ação: GE = 3% para 2023

I. Nome da Meta: Gestão e Manutenção da Rede de Atendimento do SINE/PR

II. Descrição da Meta: Vagas captadas nas Agências do Trabalhador do SINE Paraná

III. Meta: Grau de atratividade

IV. Nome da Ação: Vagas Captadas

Listas de Metas de Plano de Ação Cadastrada

Nº	NOME	DESCRIÇÃO	VALOR
META1	Aumentar a efetividade do Sine	Aumentar a participação do Sine no total de admissões no mercado de trabalho formal	**R$13.452.604,98**
Total de recursos aplicados:		**R$13.452.604,98**	

VALORES A SEREM EXECUTADOS: Extrato bancário de 31/12/2022 com rendimento repasse de março de 2022 sem rendimento, somados à distribuição de 2023.

Recursos FAT

Extrato de 31/12/2022: + Descontingenciamento parcial da Portaria 4.117 de 06/05/2022 + Distribuição Despacho MTE 14 de Abril:

FAT/BR – R$ 13.072.288,30

Recursos Próprios

Extratos em 31/12/2022: R$291.752,90
Contrapartida Estadual: R$ 380.316,68
Valor Total do PAS/2023: R$ 13.452.604,98

O valor depositado pelo Estado para o PAS/2020, correspondeu a mais de 2% do valor do repasse do FAT para o PAS 2020, PAS 2021 e PAS2022, conforme resolve Resolução CODEFAT Nº 964, de 23 de novembro de 2023. Valores do PAS 2023 após o relatório de Gestão e Manutenção da REDE. Valor total R$ 11.292.580,91, sendo R$ 10.977.580,91 Custeio e R$ 315.000,00 (Capital)

DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS–PAS/2023		
NATUREZA DE DESPESA	**DESCRIÇÃO**	**VALOR R$**
3.3.90.14	DIÁRIAS – PESSOA CIVIL	R$100.000,00
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	R$ 2.377.580,91
3.3.90.33	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	R$100.000,00
3.3.90.36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA FÍSICA	R$2.500.000,00
3.3.90.37	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	R$500.000,00
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICO	R$ 4.400.000,00
3.3.90.40	SERVIÇOS TECNOLÓGICOS	R$ 1.000.000,00
44.90.52	CAPITAL–REPASSE ESTADO	R$ 315.000,00

As ações descritas acima têm como objetivo alcançar as metas de resultados estabelecidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego, conforme indicadores

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

previstos no Anexo II da Portaria n. 8057/2019:

De esforço na captação de vaga: 190

De adequação do perfil das vagas: 57

De eficiência dos encaminhamentos: 21

De eficiência dos encaminhamentos dos requerentes do seguro-desemprego: 24

Valores do PAS em questão: R$ 13.452.604,98 (Treze milhões quatrocentos e cinquenta e dois mil, seiscentos e quatro reais e noventa e oito centavos). Saldo financeiro de recursos de exercícios anteriores com rendimentos: R$ 8.644.099,32 (oito milhões seiscentos e quarenta e quatro mil, novecentos e noventa e nove reais e trinta e dois centavos). Previsão de Repasse em 2023: R$ 4.428.188,97 (quatro milhões quatrocentos e vinte e oito mil, cento e oitenta e oito reais e noventa e sete centavos). Contrapartida prevista do Recurso de 2023: R$ 88.563,78 (Oitenta e oito mil quinhentos e sessenta e três reais e setenta e oito centavos). Recursos próprios com rendimento até 31 de dezembro de 2022: R$ 291.752,90 (Duzentos e noventa e um mil setecentos e cinquenta e dois reais e noventa centavos). Valores do PAS 2023 após o relatório de Gestão e Manutenção da REDE. Valor total R$ 11.292.580,91, sendo R$ 10.977.580,91 Custeio e R$ 315.000,00 (Capital).

Curitiba, fevereiro 2024
Responsáveis pela elaboração do PAS/2023:

Adriana Kampa

Diretora de Fomento e Renda–DIFOR/SETR

Resoluçãon° 010/2023–SETR.

Kevin Luan Bossa
Secretário de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda, em exercício.

Decreto Estadual nº 064/2023

37993/2024

Secretaria do Turismo

RESOLUÇÃO SETU Nº 21/2024
Súmula: designar servidores para comporem a Comissão de Monitoramento e Avaliação do Acordo de Cooperação entre a SETU e o município RIO NEGRO para realização do Projeto Turismo na Escola.
O SECRETÁRIO DE ESTADO DO TURISMO, nomeado pelo Decreto Estadual n. º 643, de 28 de fevereiro de 2023, no uso das atribuições que lhe são conferidas através do parágrafo único do art. 90 da Constituição do Estado e art. 4º da Lei Estadual 21.352, de 01 de janeiro de 2023;
Considerando a conjugação de esforços entre a Administração Pública para a execução do PROJETO TURISMO NA ESCOLA que visa conscientizar e incentivar o Turismo e o pertencimento através da qualificação de professores da rede de ensino pública, representada pelo Acordo de Cooperação entre a SETU e o município de RIO NEGRO para realização do Projeto Turismo na Escola.
RESOLVE:
Art. 1º. DESIGNAR o servidor Tatiana Nasser e Silva, RG nº 7.546.568-8, para atuar como Gestor da parceria representada pelo Acordo de Cooperação.
Art. 2º DESIGNAR os servidores, LETICIA OLIVIA TONETTO ROCHA, RG nº 27.739.725-x, Wanda Ugeda Pille, RG nº 838.371-5e para comporem a Comissão de Monitoramento e Avaliação.
Art. 3º Fica revogada a resolução n° 019/2024/SETU.
Art. 4° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Curitiba, 15 de Abril de 2024.
MÁRCIO FERNANDO NUNES
Secretário de Estado do Turismo

37576/2024

Receita Estadual do Paraná

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
RECEITA ESTADUAL DO PARANÁ
14ª DELEGACIA REGIONAL DA RECEITA - DRR
REGIME ESPECIAL DE RECOLHIMENTO DO ICMS Nº1.406
PROTOCOLO Nº 218766021
CONTRIBUINTE:MARINI INDUSTRIA DE COMPENSADOS LTDA
CAD/ICMS:90279574-01
CNPJ:05.552.102/0001-33
ENDEREÇO:ROD PR 449, KM 2,4 SN AREA INDUSTRIAL
MUNICIPIO:PALMAS

Súmula - Concede apuração e recolhimento do ICMS na forma do inciso XIX do art. 74 do RICMS/2017.
O Delegado Regional da Receita, após examinar o pedido constante no protocolo acima e considerando atendidos os requisitos previstos nos artigos 107 a 112 do RICMS/2017 (Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 7.871, de 29/09/17) e na NPF (Norma de Procedimento Fiscal) nº 109/12, de 6/12/12, resolve CONCEDER REGIME ESPECIAL DE RECOLHIMENTO DO ICMS ao contribuinte acima identificado.
Este Regime Especial autoriza os seguintes procedimentos:
1. Dispensa o contribuinte de recolher o valor do ICMS devido por ocasião do fato gerador relativo às operações com os produtos relacionados no art. 108 do RICMS/2017 e lhe autoriza a apurar e recolher esse valor na forma e prazo previstos no inciso XIX do art. 74 do RICMS/2017, ou seja, até o dia 12 do mês seguinte ao da apuração.
2. A nota fiscal que documentar a operação deverá conter a seguinte observação:
"REGIME ESPECIAL DE RECOLHIMENTO DO ICMS Nº 1.406" .
3. Em relação às operações abrangidas por este Regime Especial, o contribuinte deverá escriturar as notas fiscais nas colunas “base de cálculo” e “imposto debitado” do livro Registro de Saídas e informar o total do ICMS postergado no campo 02 do Registro E110 da EFD - Escrituração Fiscal Digital.
4. Para possibilitar acompanhar e comparar o recolhimento do ICMS, antes e após a concessão do Regime Especial, o contribuinte deverá também informar o total do imposto postergado no Código de Ajuste PR020168 no Registro E111 da EFD e, simultaneamente, lançar igual valor no Código de Ajuste PR000158 no Registro E111 da EFD.
5. Este Regime Especial poderá ser cancelado a qualquer tempo no interesse da administração tributária e, obrigatoriamente, quando constatada qualquer das hipóteses previstas no art. 112 do RICMS/2017, ou quando houver queda injustificada no recolhimento do ICMS, conforme previsto no item 2.4 da NPF nº 109/12.
6. Este Regime Especial entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial - Comércio Indústria e Serviços.
Pato Branco/PR, 15 de Abril de 2024
José Antonio Sarturi
Delegado Regional da Receita

37142/2024

ATO N° 002/2024

O DELEGADO REGIONAL DA 13ª DELEGACIA REGIONAL DA RECEITA, com sede em Cascavel, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo inciso II do art. 63 do Regimento da REPR, aprovado pela Resolução nº 1.132/2017–SEFA, **RESOLVE** promover as alterações funcionais abaixo:

TIPO DE ALTERAÇÃO, DATA OU PERÍODO	NOME RG CARGO NÍVEL	DE (LOTAÇÃO OU CARGO OU FUNÇÃO)	PARA (LOTAÇÃO OU CARGO OU FUNÇÃO)
REMOVER A PARTIR DE **22/04/2024**	JOÃO MARIA VICUATE, RG 4.435.876-0 AF-I	Inspetoria Regional de Fiscalização Avançada em Foz do Iguaçu	Agência da Receita Estadual de Foz do Iguaçu
REMOVER A PARTIR DE **22/04/2024**	RAMIREZ MARTINS, RG 3.406.890-9, Agente Fazendário B.	Inspetoria Regional de Fiscalização Avançada em Foz do Iguaçu	Agência da Receita Estadual de Foz do Iguaçu
REMOVER A PARTIR DE **22/04/2024**	RICARDO ENDRIGO, RG 4.013.560-0, AF-I	Inspetoria Regional de Fiscalização Avançada em Foz do Iguaçu	Agência da Receita Estadual de Foz do Iguaçu

GAB/13ª DRR, Cascavel, em 16 de abril de 2024.

JAMES VANIN DE ANDRADE
Delegado Regional da Receita

37806/2024

ATO N° 001/2024

O **DELEGADO DA 13ª DELEGACIA REGIONAL DA RECEITA ESTADUAL**, com sede na cidade de Cascavel, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo inciso II do art. 63 do Regimento da CRE, aprovado pela Resolução nº 1.132/2017–SEFA e fundamentado na Norma de Procedimento Administrativo nº 16/2007, **RESOLVE**:
1 - **Designar** os Auditores Fiscais abaixo relacionados, sob a

presidência do primeiro, ao qual caberá a designação do seu substituto nos casos de impedimento, bem como o Secretário de cada reunião, para comporem Comissão destinada a realizar diagnóstico e estudo prévio à lavratura de Autos de Infração com créditos tributários superiores a R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), incluídos os acréscimos legais:

NOME	CARGO	RG	LOTAÇÃO
JURANDIR BATISTA DA SILVA	AF-I	42466824	IRT
FERNANDO ROGERIO LENZI	AF-I	22553950	IRF
JAMES VANIN DE ANDRADE	AF-G	35322477	GAB
LAURO YASSUAKI YOKOYAMA	AF-I	18012553	IRF
PAULO GONÇALVES DA SILVA	AF-F	68202442	IRT
PEDRO LUIZ CAGNIN	AF-I	18155745	IRF
PEDRO MARCOMINI	AF-I	43769758	IRF
RACHEL SOBRAL CHRISTOFOLETI	AF-I	72755545	IRF

2 - **Determinar** que a Comissão, sempre que necessário, deverá reunir-se com a presença de no mínimo 03 (três) membros, devendo levar a termo as conclusões a que chegou em relação a cada proposta de lançamento analisada.

3 – **Revogar** o Ato nº 001/2020.

Este ATO entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir desta data.

Cascavel/PR, 12 de abril de 2024.

JAMES VANIN DE ANDRADE
Delegado Regional da Receita

37838/2024

Autarquias

IDR - PARANÁ

Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – IAPAR-EMATER

EXTRATO TERMO DE COOPERAÇÃO N° 003/2024

PARTES: IDR-Paraná e Cooperativa de Trabalho de Assistência Técnica e Extensão Rural - **COOPERMAIS** -

OBJETO: comunhão de esforços para integração institucional no planejamento e execução de atividades visando a integração da **COOPERMAIS** a Rede de ATER, com o intuito de aumentar a capilarização do Serviço de Extensão e atendimento aos Produtores Leiteiros da Região de Umuarama para a expansão do atendimento e aumento da Produção Leiteira nas Unidades de Produção Familiar a serem atendidas

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal n.º 14.133, de 2021, e no Decreto Estadual n.º 10.086/2022.

VIGÊNCIA: 16/04/2026.

PROTOCOLO: nº 21.495.581-4

ASSINAM: IDR-Paraná e COOPERMAIS

37693/2024

Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – Iapar-Emater

PORTARIA Nº 087/2024 – IDR-Paraná

A Diretora Presidente Substituta, do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – IAPAR-EMATER, no uso de suas atribuições, com fundamento nas disposições do Decreto nº 8466/2013 e atendendo ao contido no protocolado nº 22.012.833-4,

RESOLVE:

Art.1º AUTORIZAR a prorrogação da cessão funcional do empregado público CESAR MIGUEL CANDEO DOS SANTOS SOARES, RG: 3.574.627-7/PR, para prestar serviços junto ao Setor de Agronegócio da Prefeitura Municipal de São Jorge do Ivaí, até 31/12/2024, com ônus para o Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná - IAPAR-EMATER.

Art.2º ESTABELECER que, não havendo renovação da presente cessão, deverá o servidor público já referido se apresentar à Gerência de Recursos Humanos do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná - IAPAR-EMATER, em até 30 dias após o término do período acima, sob pena de incorrer em abandono de emprego.

Registre-se e Publique-se.

Curitiba, 15 de abril de 2024

(assinado digitalmente)
Vânia Moda Cirino
Diretora Presidente Substituta

37752/2024

AGEPAR

PORTARIA Nº 40/2024 - AGEPAR

Designa servidores para exercerem as funções de Gestor e de Fiscal de contrato firmado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Paraná – Agepar.

O **Diretor-Presidente da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Paraná – Agepar**, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o art. 29, § 2º, da Lei Complementar Estadual n.º 222, de 5 de maio de 2020, e o art. 24, incisos II e III, do Anexo ao Decreto Estadual n.º 6265, de 24 de novembro de 2020 (Regulamento da Agepar), e considerando o disposto no art. 7º da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, e no art. 3º do Decreto Estadual n.º 10.086, de 17 de janeiro de 2022,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora ELIANA LEAL FERREIRA HELLVIG, RG n.º 6.718.076-3/PR, para exercer a função de Gestora, e o servidor DANIEL ROMERO MENON, RG n.º 1984448/DF, para exercer a função de Fiscal, do Contrato n.º 2279/2024, firmado com a empresa TECBOMBAS COMERCIO DE BOMBAS HIDRAULICAS LTDA., inscrita no CNPJ sob o n.º 78.467.990/0001-60, constante no processo administrativo de protocolo n.º 21.799.486-1, nos termos dos artigos 10 e 11 do Decreto Estadual n.º 10.086/2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 15 de abril de 2024.

(assinado nos termos do Art. 38 do DE nº 7304/2021)
Reinhold Stephanes
Diretor-Presidente

37592/2024

